

Casa Oswaldo Cruz-FIOCRUZ
Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde-Mestrado

FILLIPE DOS SANTOS PORTUGAL

**A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA VACINA ANTIVARIÓLICA NO
IMPÉRIO LUSO-BRASILEIRO NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO
SÉCULO XIX**

Rio de Janeiro
2018

FILLIPE DOS SANTOS PORTUGAL

**A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA VACINA ANTIVARIÓLICA NO
IMPÉRIO LUSO-BRASILEIRO NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO
SÉCULO XIX**

Dissertação de mestrado apresentada ao
Curso de Pós-Graduação em História das
Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo
Cruz – FIOCRUZ, como requisito parcial
para a obtenção do Grau de Mestre, Área
de Concentração: História das Ciências.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Rachel de G. Froes da Fonseca

Rio de Janeiro
2018

FILLIPE DOS SANTOS PORTUGAL

**A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA VACINA ANTIVARIÓLICA NO
IMPÉRIO LUSO-BRASILEIRO NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO
SÉCULO XIX**

Dissertação de mestrado apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz – FIOCRUZ, como requisito parcial para a obtenção do Grau de Mestre, Área de Concentração: História das Ciências.

BANCA EXAMINADORA

Profª. Dra. Maria Rachel de G. Fróes da Fonseca (Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde - COC/Fiocruz) - Orientadora

Prof. Dr. Alex Gonçalves Varela (Departamento de História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UERJ)

Profª. Dra. Tania Maria Fernandes (Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde - COC/Fiocruz)

Suplentes:

Prof. Dra. Flávia Maria Schlee Eyler (Departamento de História – PUC-Rio)

Profª. Dra. Tânia Salgado Pimenta (Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde - COC/Fiocruz)

Rio de Janeiro
2018

Ficha catalográfica

P839i Portugal, Fillipe dos Santos.

A institucionalização da vacina antivariólica no Império Luso-brasileiro nas primeiras décadas do Século XIX / Fillipe dos Santos Portugal – Riode Janeiro: s.n., 2018.

190 f.

Dissertação (Mestrado em História das Ciências e daSaúde)-
Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz, 2018.

Bibliografia: 182-190f.

1. Vacina Antivariólica – História. 2. História do Século XIX. 3. Portugal. 4. Brasil.

CDD 614.52

AGRADECIMENTOS

“Aqueles que passam por nós não vão sós. Deixam um pouco de si, levam um pouco de nós” (*Antoine de Saint-Exupery*).

Agradeço primeiramente a família e amigos por todo apoio que sempre recebi em toda minha vida, o que não foi diferente nesse percurso acadêmico e por serem motivo de muita felicidade nessa minha já não tão breve existência.

Agradeço também a todos os funcionários da COC pelo ótimo acolhimento que fazem aos alunos do programa. Dentre eles os funcionários da secretária por serem sempre muito solícitos, Paulo, Maria Cláudia, Sandro, Amanda e ao Cris.

Agradeço aos professores que tive contato mais direto nas disciplinas ministradas no programa, são eles: Jaime Benchimol, Juliana Manzoni, Kaori Kodama, Lorelai Kury, Luiz Otavio Ferreira, Nara Azevedo e Tamara Rangel, bem como as professoras Tânia Pimenta e Tania Fernandes por terem contribuído com o trabalho em nossa qualificação.

Agradeço em especial a minha orientadora Maria Rachel Fróes da Fonseca, por ter desde o início acreditado no trabalho e por suas imensas contribuições em todo esse percurso do mestrado. Agradeço também pelos seus puxões de orelha e pela paciência com que tratou meus inúmeros erros, por sua grande atenção aos detalhes que demonstram todo seu profissionalismo e comprometimento com a historiografia e a docência, da qual sem dúvidas ficaram inúmeras lições que guardo com carinho.

Agradeço também aos companheiros discentes do programa que compartilharam os anseios e dificuldades desse pretenso historiador e tornaram esse árduo caminho bem mais divertido, em especial Camilla Leal, Romão Araújo, Mônica Moraes e Ramon Souza, esse último que foi minha dupla acadêmica no mestrado e que para mim foi a prova que nunca se é velho demais para se fazer um grande amigo.

Agradeço também aos meus companheiros de docência e os funcionários da Escola Municipal Regina da Silveira, pessoas que me dão esperança de ver uma educação pública e de qualidade nesta conjuntura adversa que encontramos em nosso país. Agradeço também aos meus alunos que aturaram um professor um pouco mais estressado e cansado do que de costume nestes dois anos que se passaram.

Agradeço as bolsas de pesquisa que recebi e possibilitaram que eu fizesse esta pesquisa, primeiramente, da Fiocruz e depois da Capes.

Por fim, concordo com a epígrafe de Antonie Saint- Exupery, todavia acredito ser incomensurável saber o que cada um deixa de especial para nós. Nesse sentido tenho consciência que nestes agradecimentos estão faltando pessoas do passado e mais recentes que foram essenciais na minha trajetória, assim, agradeço de antemão a todos os ausentes importantes nesse agradecimento.

“A doença tem sempre afligido o ser humano, pois a enfermidade é inerente à vida: e o homem sempre se esforça para enfrentar essa realidade do melhor modo possível”.

(George Rosen¹)

“O paiz, o comércio e a numerosa população sofrem de tempos em tempos grandíssima perda de seus habitantes que se podiam empregar no serviço da nação, e de Vossa Majestade; motivada pela *Bexiga* natural, que passa huns a outros pelo contagio, ocasiona há uns a morte e a outros a falta de saúde ou inabilidade perpétua para qualquer serviço, podendo se remediar este mal contagioso tão funesto a humanidade com o uso constante da vacina[...] se tornará assim o país livre de um mal contagioso epidêmico e destruidor”.

(Bernardo Francisco Monteiro; Domingos Ribeiro Guimarães;
Florencio Antonio Barreto, Hercules Octavianno Muzzi²)

“Mas na profissão, além de amar tem de saber. E o saber leva tempo pra crescer”.

(Rubem Alves³)

¹ROSEN, George. *Uma História da Saúde Pública*. São Paulo: Ed. Unesp, 1994.

²Parecer dos membros da Junta da Instituição Vaccinica da Corte sobre o requerimento de Evaristo José Pereira da Silva que visava se tornar vacinador na vila São Salvador dos Campos. O documento é assinado pelos membros da Junta da Instituição Vaccinica da Corte: Bernardo Francisco Monteiro; Domingos Ribeiro Guimarães; Florencio Antonio Barreto e Hercules Octavianno Muzzi em 16 de agosto de 1823. Ver: *Instituto Vaccinico (Rio de Janeiro)*. IS4 42. Série Saúde. Código do Fundo: BF. AN.

³ALVES, Rubem. *Estórias de quem gosta de ensinar — O fim dos Vestibulares*. São Paulo: Ed. Ars Poetica, 1995.

RESUMO

A dissertação tem como objetivo reconstituir historicamente o processo de introdução da vacinação antivariólica no Brasil e em Portugal, do início do século XIX até o ano de 1835. Pretendemos estudar os debates médicos que circundavam a prática da vacinação antivariólica, analisando a complexidade de sua inserção e institucionalização em ambos os países. Em Portugal analisamos a trajetória da Instituição Vaccinica da Academia Real das Sciencias de Lisboa que foi criada em 1811 com o objetivo de disseminar a vacina por todo o território português. Esta iniciativa funcionou vinculada à Academia Real das Sciencias de Lisboa até o ano de 1835. Analisamos, ainda em relação ao contexto português, uma série de ações e iniciativas adotadas para a disseminação e aceitação da vacina, nas quais a Igreja Católica e o alto escalão do governo foram atores fundamentais. No cenário do Brasil, nas primeiras décadas do século XIX, analisamos o papel da Junta da Instituição Vaccinica da Corte, criada em 1811 na cidade do Rio de Janeiro com o objetivo de disseminar a vacina na então Corte do Rio de Janeiro. A instituição se firmou como um serviço público e regular, ao longo da década de 1820, e seus resultados fizeram com que se vislumbrasse a possibilidade de se disseminar a vacina por todo o Império do Brasil. As iniciativas de se ampliar e regularizar a prática de vacinação por todo o território imperial enfrentaram uma série de percalços, que incluiu problemas financeiros, a negligência das Câmaras Municipais e a pouca aceitabilidade da vacina. A resistência à vacina chegou a provocar um movimento de revolta, no ano de 1832, na Comarca de Paracatú, na então província de Minas Gerais.

ABSTRACT

The aim of this dissertation is to reconstitute the process of introduction of smallpox vaccination in Brazil and Portugal from the beginning of the 19th century until the year 1835. We intend to study the medical debates surrounding the practice of smallpox vaccination, analyzing the complexity of its insertion and institutionalization in both countries. In Portugal we analyzed the trajectory of the Instituição Vaccinica da Academia Real das Sciencias de Lisboa that was created in 1811 with the aim of disseminating the vaccine throughout the Portuguese territory. This initiative was linked to the Royal Academy of Sciences in Lisbon until the year 1835. We also analyzed, in relation to the Portuguese context, a series of actions and initiatives adopted for the dissemination and acceptance of the vaccine, in which the Catholic Church and the upper echelon of government were key players. In Brazil, in the first decades of the nineteenth century, we analyzed the role of the Junta da Instituição Vaccinica da Corte, created in 1811 in the city of Rio de Janeiro with the aim of disseminating the vaccine in the Court of Rio de Janeiro. The institution established itself as a public and regular service throughout the 1820s, and its results made it possible to see the possibility of disseminating the vaccine throughout the Brazilian Empire. Initiatives to expand and regularize vaccination practice throughout the imperial territory faced a series of mishaps, including financial problems, the negligence of the City Councils and the low acceptability of the vaccine. Resistance to the vaccine led to a revolt in 1832 in the County of Paracatú, in the province of Minas Gerais.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Fig.1 - Estampas da vacina na obra de Edward Jenner.....	30
Fig.2 - Estampas de pessoas vacinadas na obra de Heliodoro Jacinto de Araújo Carneiro.....	62
Fig.3- Estampas contidas na obra “La Vaccine Combattue dans le pays: ou elle a pris naissance ou traduction de trois ouvrages anglais”.....	63
Fig.4 - “O maravilhoso efeito da nova inoculação”.....	64
Fig.5 - Estampa Vaccination.....	64
Fig.6- Distribuição de vacinadores em Portugal no ano de 1807.....	85

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 -Número de Vacinados pela Instituição Vaccinica da Academia Real das Sciencias de Lisboa entre 1812 e 1823.....	92
Gráfico 2 -Vacinas aplicadas pela Junta da Instituição Vaccinica da Corte entre 1811 e 1820	125
Gráfico 3 - Número de pessoas vacinadas pela Junta da Instituição Vaccinica da Corte, por etnias entre 1811-1820.....	128
Gráfico4 - Número de pessoas vacinadas pela Junta da Instituição Vaccinica da Corte, por sexo entre 1811-1820.....	128

LISTA DE TABELAS

Tabela 1-Número de vacinados pela Junta da Instituição Vaccinica da Corte no ano de 1828.....	135
Tabela 2 - Gastos provinciais com a vacinaçãono ano de 1833.....	165

SUMÁRIO

Introdução	01
Capítulo I. Breves considerações sobre a história da varíola, variolização, vacina e sua introdução nos domínios portugueses	07
1.1 - “Da varíola e do amor são poucos que conseguem escapar”: uma história das epidemias de bexiga e suas profilaxias.....	07
1.2 - Variolização e Vacinação.....	14
1.3 - A introdução da vacina no Império Luso-Brasileiro.....	34
1.4 - Considerações finais.....	50
Capítulo II. Os discursos médicos e a institucionalização da vacina antivariólica em Portugal no início do século XIX	52
2.1 - “A prática da inoculação da vaccina, e as suas funestas consequências” (Heliodoro Jacinto de Araújo Carneiro): uma obra contra a vacina antivariólica no Império Português no início do XIX.....	52
2.2 - Respostas às objeções de Heliodoro Carneiro.....	66
2.3 - Os debates continuam: “Efeitos da Vaccinação; e o Exame das objeções propostas em diferentes tempos contra ella” (Claude-Louis Berthollet, Jean-Noël Hallé, Pierre Percy)	78
2.4 - A institucionalização da vacina antivariólica em Portugal: criação da Instituição Vaccinica da Academia Real das Sciencias de Lisboa.....	85
2.5 - “Mendigando entranhas”: o declínio da Instituição Vaccinica da Academia Real das Sciencias de Lisboa.....	91
2.6 - Uma “Dádiva do céu para alívio da flagelada humanidade”: concepções populares e estratégias de disseminação da vacina em Portugal.....	101
2.7 - Considerações finais.....	109
Capítulo III. A Junta da Instituição Vaccinica da Corte do Rio de Janeiro: os debates sobre a sua criação, eficácia e a consolidação da prática da vacina antivariólica no Rio de Janeiro	111
3.1 - A criação da Junta da Instituição Vaccinica da Corte do Rio de Janeiro.....	111
3.2 - Difusão da vacina no Rio de Janeiro Joanino (1808-1821).....	124
3.3 - A Junta da Instituição Vaccinica da Corte no período Imperial (1821-1834).....	130

3.4 - As Bexigas ressurgem na Corte: breves considerações sobre a epidemia de 1834 e os debates sobre a necessidade de revacinação.....	144
3.5 - A vacina antivariólica para além da Corte: debates parlamentares e Relatórios Ministeriais.....	152
3.6 - Um movimento popular contra a vacina: Comarca de Paracatú (Minas Gerais, 1832)...	170
3.7- Considerações finais.....	176
Conclusões	178
Referências	183
Fontes	183
Bibliografia	193

INTRODUÇÃO

Esta dissertação trata sobre a prática da vacina antivariólica no Império Luso-Brasileiro⁴ desde os primeiros anos do século XIX até 1835. A opção por esse corte cronológico deve-se ao fato que buscaremos estudar a história da vacinação desde sua introdução no Império Luso-Brasileiro, e acompanhando a criação das instituições responsáveis por disseminar a vacina, como a Junta da Instituição Vaccinica da Corte, criada no Rio de Janeiro em 1811, e a Instituição Vaccinica da Academia Real das Sciencias de Lisboa, de 1812.

Definimos como marco final da pesquisa o ano de 1835 quando a Instituição Vaccinica foi desligada da Academia Real das Sciencias de Lisboa, e suas atividades passaram a ser de incumbência do presidente da província de Estremadura. E no contexto brasileiro, temos neste período de transformação política, após a Independência, a consolidação dos serviços da Junta da Instituição Vaccinica da Corte, que buscou ampliar sua atuação levando a vacina antivariólica para outras regiões do país.

No primeiro capítulo, intitulado “Breves Considerações sobre a história da varíola, variolização, vacina e a sua introdução nos domínios portugueses” abordaremos a história da varíola, que foi uma das doenças epidêmicas mais recorrentes no mundo, com alta letalidade, e que gerou uma série de concepções e interpretações tanto sobre a doença quanto sobre suas formas de tratamento. Apresentaremos um pequeno histórico das práticas mais difundidas, nos séculos XVIII e XIX, contra a varíola no ocidente: a variolização⁵ e a vacina antivariólica⁶.

⁴ Para analisar, de forma mais abrangente e completa, a trajetória das instituições vacínicas no Brasil e em Portugal, o período selecionado para nossa análise compreendeu não somente o contexto do Império Luso-Brasileiro propriamente, até 1822, mas avançou uns poucos anos já no período regencial. Desta forma, o escopo cronológico da análise contemplou fundamentalmente o contexto do Império Luso-Brasileiro.

⁵ A constatação da transmissibilidade e da imunidade, que são características da varíola, impulsionaram a disseminação de diversas técnicas que buscavam evitar sua forma mais grave a partir da introdução no homem sadio, do vírus variólico contido, na secreção retirada da pústula de pessoas doentes. Essas práticas receberam o nome de inoculação ou “variolização” e foram incentivadas em diversos países. CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, pp.102-103.

⁶ A vacina antivariólica era retirada de uma doença que acometia os gados bovinos chamada *cow-pox*. Jenner obteve a vacina pela observação de que as pessoas que trabalhavam com o gado e contrariam o *cow-pox* não adquiriam a varíola, em contrapartida não se tinha referenciais teóricos para explicar o processo imunizante. Como esta não era uma doença muito comum no gado acabava-se a utilizar o método de vacinação *braço a braço*, retirando-se o fluido vacínico de uma pessoa já vacinada e aplicando direto no braço de outro indivíduo. Nesta conjuntura de sua descoberta diversas dúvidas foram suscitadas

Daremos ênfase inicialmente na história da vacina jenneariana e de sua difusão pelo mundo, para em seguida chegarmos à introdução da prática no Brasil e em Portugal, perpassando assim pela conjuntura de criação das instituições de saúde e dos debates médicos sobre a vacina, no período de sua introdução, que teria ocorrido em Portugal em 1799 ou 1800⁷ e no Brasil possivelmente em 1803⁸.

A criação da Junta da Instituição Vaccinica da Corte, em 1811, teria, segundo o médico português Bernardino Antonio Gomes (1768-1823), influenciado a criação em Portugal de um instituto, para propagar a vacinação, integrado à Academia Real das Ciências de Lisboa no ano de 1812. Diferente da Junta da Instituição Vaccinica da Corte, a Instituição Vaccinica da Academia Real das Ciências de Lisboa, tinha o caráter peculiar de ser um instituto de saúde que funcionaria dentro de uma academia científica e, sendo assim, não seria controlado diretamente pelo Estado, embora dependesse dele financeiramente para propagar a vacinação⁹.

A criação e atuação da Instituição Vaccinica da Academia Real das Ciências de Lisboa será temática do nosso segundo capítulo intitulado “Um estudo sobre os discursos médicos e a institucionalização da vacina antivariólica em Portugal no início do século XIX”. Deste modo, abordarmos a trajetória deste instituto, que passou por inúmeros problemas, como o baixo número de vacinados e principalmente problemas financeiros. Embora esta instituição tivesse como objetivo atender a várias localidades, tendo em vista os problemas acima referidos, sua ação ficou restrita à cidade de Lisboa. Somente em 1835, quando desligou-se da Academia Real das Ciências de Lisboa, assumiu também a incumbência de atendimento à província de Estremadura¹⁰.

No segundo capítulo também ressaltamos os debates no campo médico sobre a vacina em Portugal, e em outros países europeus, através principalmente da análise da

quanto à sua eficácia e a possibilidade de transmissão de outras doenças através de sua utilização. FERNANDES, Tania Maria. *Vacina antivariólica: ciência, técnica e o poder dos homens, 1808-1920*. 2ed.rev. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2010, pp.31-32.

⁷Segundo Jose Alberto Teixeira Silva, já havia tido em 1799 uma publicação com registros sobre a inoculação de vacina no hospital de inoculação de Lisboa. Porém, ainda segundo este autor, uma matéria publicada na *Gazeta de Lisboa*, referia-se à introdução da vacina em Portugal datando do ano de 1800 como da introdução da vacina no país. SILVA, José Alberto Teixeira Rebelo da. *A Academia Real das Ciências de Lisboa (1779-1834): ciências e hibridismo numa periferia europeia*. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2015.

⁸No Brasil, de acordo com Luiz Soares de Camargo, o processo de vacinação já estaria ocorrendo desde 1803 na capitania de São Paulo, como demonstra a correspondência travada entre o Físico Mor da capitania Mariano José do Amaral e o Governador Francisco Horta. CAMARGO, Luís Soares de. As “bexigas” e a introdução da vacina antivariólica em São Paulo. *Histórica – Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo*, n.28, 2007. pp.1-11.

⁹SILVA, José Alberto Teixeira Rebelo da. *op. cit.*

¹⁰SILVA, José Alberto Teixeira Rebelo da. *op. cit.*, pp.310-312.

obra “Reflexões e Observações Sobre a Prática da Vaccina, e as suas Funestas Consequências Feitas em Inglaterra”, do médico português Heliodoro de Araujo Carneiro. Esta obra, publicada em 1808, era um verdadeiro tratado contra a vacinação e foi considerada emblemática por ter influenciado na não aceitação e propagação da vacina nos domínios portugueses. A análise desta obra é importante, pois além de ser uma simples detração da vacina, apresentou argumentos embasados em paradigmas médicos da época, que colocavam em xeque a validade da vacina. Além disso, fez com que os redatores do periódico *O Investigador Portuguez em Inglaterra, ou jornal literário, politico, &c*, publicassem matérias densas sobre a vacina, mostrando a visão de diversos médicos europeus quanto ao método, à teoria e à prática, visando contestar as objeções de Heliodoro Carneiro.

A história da prática da vacina antivariólica no Brasil tem como marco a criação da Junta da Instituição Vaccinica da Corte no ano de 1811, órgão este que era vinculado a das instituições do governo, à Polícia da Corte e à Fisicatura-Mor. Este instituto se assemelhava a institutos europeus já existentes e responsáveis pela vacinação, como o Royal Jennerian Society for the Extermination of Smallpox (Londres, 1803), e a Société Centrale de Vaccine (Paris, 1803). Além disso, a criação do instituto teria sido mais uma medida no contexto de transformação que a cidade do Rio de Janeiro passou após a vinda da Família Real para o Brasil¹¹.

A criação e atuação desta instituição na disseminação da varíola serão discutidas em nosso terceiro capítulo, intitulado “A Junta da Instituição Vaccinica da Corte do Rio de Janeiro: Os debates sobre a sua criação, eficácia e a consolidação da prática da vacina antivariólica no Rio de Janeiro”, no qual abordaremos a consolidação da instituição ao longo de um pouco mais de 20 anos de funcionamento. Cabe ressaltar que, mesmo com a existência da Junta, voltou a ocorrer em 1834, na Corte, uma epidemia de varíola, evento este que provocou na época uma série de debates médicos sobre a revacinação e a própria funcionalidade da vacina.

Ainda abordaremos a política do Governo Imperial que buscou levar a vacina todo o território brasileiro, política esta que ocorreu em meio a uma série de debates legislativos realizados em uma conjuntura na qual as Câmaras Municipais se tornaram, em 1828, responsáveis pela vacinação. Neste contexto, destacaremos um levante popular contra a vacina que ocorreu na comarca de Paracatu, na província de Minas

¹¹FERNANDES, Tania Maria. 2010. *op.cit.*, pp.44-45.

Gerais, no ano de 1832. O levante ocorreu quando as autoridades buscaram reintroduzir a vacina naquela comarca, quando o Juiz de Paz J. Pimentel Barbosa teria se aproveitado dos “preconceitos do povo contra a vacina” e disseminado a informação de que o presidente da Câmara Municipal, Francisco Antonio de Assis, teria envenenado a vacina para matar o povo, como foi noticiado no jornal *O Universal* (1832). Neste contexto a população se rebelou de tal maneira que os serviços de vacinação chegaram a ser suspensos.

Buscamos neste trabalho apontar uma perspectiva geral da atuação dos institutos de vacinação na promoção e difusão da vacina no Brasil e em Portugal, nas primeiras décadas do séc.XIX. Acreditamos que este estudo pode ampliar nosso escopo de discussão sobre a introdução da vacina neste período, suas estratégias de difusão e os eventos de resistência à vacina. Neste sentido, a análise de diversos periódicos de época¹² foram fundamentais para a construção de nossa narrativa, pois a vacina era temática frequente tanto em jornais especializados em medicina, quanto nos de grande público, e enriqueceram nossa análise sobre a introdução da vacina contra a varíola.

O nosso trabalho centra-se em uma história social da saúde, um ramo da história social que busca refletir sobre a continuidade e as rupturas das relações entre o poder e as atitudes médicas vinculadas à população em geral, e as implicações íntimas e constantes na ética política. Trata-se de uma história que aborda desde os cuidados médicos e as aceitações populares até a relação destas com o Estado e o impacto das doenças sobre a sociedade¹³.

Segundo Ana Almeida¹⁴ a partir de mudanças na postura historiográfica, os estudos sobre a doença - que foram muitas vezes vistos somente como um objeto da biologia - passaram a considerar que os significados, conceitos e noções do que seja doença e saúde estão diretamente relacionados ao contexto de cada sociedade. Dessa forma, os historiadores buscam entender as doenças e as práticas curativas não como simples agentes patológicos e sim como um fato social, cujo significado é construído de forma particular por cada sociedade, atrelados a práticas sociais, científicas, políticas,

¹² Alguns dos periódicos pesquisados foram: *Correio Oficial: In Medio Posita Virtus*; *Gazeta de Lisboa*; *Gazeta do Rio de Janeiro*; *Império do Brasil: Diário Fluminense*; *Jornal de Coimbra*; *Jornal do Commercio e O Universal*.

¹³ NUNES, Everardo Duarte. Sobre a história da Saúde Pública: idéias e autores. *Ciência e Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v.5, n.2, 2000, pp. 251-264.

¹⁴ ALMEIDA, Ana Beatriz de Sá. “Doenças E Trabalho: Um Olhar sobre a construção da especialidade da Medicina do trabalho”. In _____ . NASCIMENTO, Dilene Raimundo; CARVALHO, Diana Maul de; MARQUES, Rita de Cássia (orgs). *Uma História Brasileira das Doenças*. vol. 2. Rio de Janeiro: Mauad X, 2006. pp.179-276.

econômicas e culturais.

O historiador francês Jaques Le Goff, que foi um dos percussores desta temática historiográfica com sua obra “As doenças têm história”, analisou a participação das doenças na história humana assim como sua trajetória conceitual, afirmando que a doença e o doente são construções sociais que se delineiam através de diversos processos da vida em sociedade e, sendo assim, estabelecem uma relação direta dentro e fora da área médica, científica e institucional. Para Le Goff, a doença possui dois vieses básicos que ocorrem concomitantemente: um que é o saber médico científico, seus avanços e práticas e outro, relacionado às crenças, curandeirismos e o saber popular. Segundo Le Goff, estes dois vieses dão significado à doença desde os tempos mais remotos até os dias atuais¹⁵.

É importante ressaltar que a história da saúde ao analisar as doenças, contextualizando-as e interpretando-as para além de uma visão médico científica, em contextos e épocas definidas, também têm a função de ajudar a reconhecer e orientar as políticas de saúde pública atuais, na medida em que a quantidade de recursos e esforços públicos para se combater uma doença está estritamente ligado a concepção que temos sobre ela e as formas de se combatê-la¹⁶. Além disso, estes estudos são de grande importância pois, como aponta Gilberto Hochman, a história da medicina é essencial tanto para a história social como para a saúde pública no Brasil e na América Latina, de modo que estes estudos podem servir para:

[...] produzir identidade, compromisso e compreensão tanto da origem e evolução dos problemas que enfrenta assim como da complexidade dos processos de negociação, fragmentação e descontinuidade que se produzem no fenômeno saúde-doença. É uma história que pode contribuir para incorporar uma perspectiva social de longa duração na formação e nas atividades dos profissionais de saúde, transcendendo a formação biomédica tradicional e eventualmente oferecendo sugestões sobre os principais desafios e sobre as perspectivas da saúde coletiva e da medicina social na América Latina e no Caribe¹⁷.

Uma das perspectivas atuais mais influentes sobre a história das doenças é a do historiador Charles Rosemberg. Para este autor a doença seria “uma construção

¹⁵LE GOFF, J. (Org.). *Uma história dramática. As doenças têm história*. Lisboa: Terramar, 1985.

¹⁶GAZÊTA, Arlene Audi Brasil. *Uma Contribuição à História do Combate a Variola no Brasil: Do Controle à Erradicação*. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde), Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde, Casa de Oswaldo Cruz, Fiocruz, Rio de Janeiro, 2006. p.7

¹⁷HOCHMAN, Gilberto; CUETO, Marcos; CARRILLO, Ana Maria; ROMO, Ana Cecília de. Carta dos editores. *História, Ciências, Saude-Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.9, suppl, 2002, pp.1-29.

intelectual complexa” que perpassa desde seus aspectos biológicos até os seus sentidos atribuídos pelas sociedades em geral. Em suas análises, Rosemberg relaciona a concepção de doença, com seus impactos sociais, discussões de saúde pública, ambiente social, políticas estatais, responsabilidade médicas e culpas individuais, num processo que começa desde a percepção das manifestações físicas da doença até a sua cura, ou não. O autor ainda ressalta que uma mesma sociedade que sofre uma endemia pode apresentar diferentes representações sobre ela em diferentes épocas¹⁸.

Em relação à abordagem na análise da história da prática de vacinação destacamos a autora Anne Marie Moulin. Esta ressalta a complexidade do fenômeno da vacina e aproxima em sua análise os conceitos das ciências sociais e biológicas, visando construir uma “antropologia das vacinas”. Esta autora ressalta que existiram diversas vacinas, além de traçar o conceito de “Aceitabilidade” da vacinação que cabe melhor que o de “Resistência”, pois a palavra “resistência” já traz em si uma noção negativa que não levam em conta as representações e práticas das comunidades para não quererem receber a vacinação¹⁹.

Por fim buscamos narrar como se deu o processo de vacinação no Brasil e em Portugal, levando em consideração as diversas ferramentas do ofício historiográfico que, segundo Carlos Bacellar, perpassam a busca de conhecimento prévio sobre o assunto adquirido pelas leituras das obras de outros historiadores e “cotejar informações, justapor documentos, relacionar texto e contexto, estabelecer constantes, identificar mudanças e permanências”²⁰.

¹⁸ ROSENBERG, Charles E.; GOLDEN, Janet (eds). *Framing disease. Studies in cultural history*. New Brunswick, New Jersey: Rutgers University Press, 1977.

¹⁹ MOULIN, A. M.: A hipótese vacinal: por uma abordagem crítica e antropológica de um fenômeno histórico. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 10, supl.2, 2003, pp.499-517.

²⁰ BACELLAR, Carlos. “Uso e mau uso dos arquivos”. In PINSKY, Carla Bassanezi (Org). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2006. p.71.

Capítulo I. Breves Considerações sobre a história da varíola, variolização, vacina e a sua introdução nos domínios portugueses.

1.1 - “Da varíola e do amor são poucos que conseguem escapar”²¹: uma história das epidemias de bexiga e suas profilaxias.

As doenças sempre estiveram presentes na história da humanidade. Mas ao longo dos séculos variou a compreensão sobre as doenças, as formas de combatê-las e o tratamento das mesmas, tendo em vista as conjunturas sociais, econômicas políticas e culturais específicas bem como o desenvolvimento científico e tecnológico de determinadas épocas²². Desta maneira, a varíola, sendo uma das doenças mais antigas da humanidade pode ser tomada como um bom exemplo da variação do conceito de doença nas sociedades.

Atualmente considera-se a varíola uma infecção viral contagiosa, causada pelo vírus pelo *Poxvirus variolae*, que pertence a um grupo de vírus (grupo variolavacínia)²³. Esta doença causa o surgimento de diversas erupções de vesículas pustulosas que podem deixar diversas cicatrizes no corpo, causar cegueira e até mesmo a morte. Por não necessitar de vetores intermediários, ela se espalhou rapidamente e se tornou uma das doenças que mais causou mortes na história da humanidade²⁴. Trata-se de uma doença que nos dias atuais apresenta-se, à primeira vista como inócua, mas que ao longo de séculos se espalhou por todos os continentes deixando marcas físicas e sociais indeléveis. O período de incubação do vírus varia entre 7 a 17 dias. Os sintomas iniciais são dores de cabeça, mal-estar, indisposição e dores nas costas. Após essa fase, erupções surgem na mucosa da boca e da faringe, na face e antebraço para depois se estender pelo tronco e membros inferiores. A erupção em um a dois dias se transforma em vesículas, chegando a formar pústulas. Quando a doença é fatal, o doente morre entre a primeira e a segunda semana de contágio²⁵.

²¹ Provérbio alemão do séc.XVIII: “Von Pockenund Liebbeleibennur Wenige frei” *Apud.* PEREIRA, Sóstenes. *Contágio: Uma Visão Histórica e Biológica das Epidemias*. Rio de Janeiro: Ciência Moderna Ltda, 2007. p. 95.

²² SCLIAR, Moacyr. História do Conceito de Saúde. *Physys: Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v.17, n.1, 2007, pp. 29-41.

²³GAZÊTA, Arlene Audi Brasil. *op. cit.*, p.27.

²⁴Segundo Roberto Martins o nome da doença advém do latim “Varius”, este teria sido utilizado por Plínio e Celsus visando apontar uma doença com pontos na pele. MARTINS, Roberto de Andrade. *Contágio. História da Prevenção das Doenças Transmissíveis*. São Paulo: Editora Moderna, 1997. p.125.

²⁵MONTEIRO, Denise Brito. *A epidemia de varíola e a vacinação obrigatória-Repercussões na sociedade recifense no início do século XX*. 2005. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Filosofia e Ciências humanas, Universidade Federal do Recife, Recife. pp.20-21.

No século XIX, a concepção de muitos médicos europeus era de que a varíola era produzida por “uma materia contagiosa flutuante na atmosphaera”, que atacava com preferência as crianças. O médico português da cidade de Lagos, José Francisco de Carvalho, narrou em uma carta publicada no *Jornal de Coimbra*, no ano de 1814, que apesar da doença ser sempre “feroz” havia circunstâncias que poderiam potencializar a enfermidade como: “a dentição, a cachexia, uma disposição escrofulosa, a nimia irritabilidade das crianças e complicação de vermes”²⁶. Os efeitos da varíola estão bem sintetizados no discurso do médico português Wenceslao Soares, na sessão da Academia Real das Sciencias de Lisboa de 24 de junho de 1817:

[...] Quantos desgraçados não tem pelas bexigas perdido absolutamente a vista e o ouvido? Em alguns os olhos são destruídos, affectados de estaphylomas, a cornea ulcerada; coberta de cicatrizes; as palpebras avermelhadas, as lagrimas continuas por obstrução do canal nazal e pontos lacrimaes: em outros os beiços inchados, as ventas inflamadas, o nariz destruido ou desfigurado pelas cicatrizes: muitos são atormentados por abscessos sobre diversas partes, caries, descobrimento de ossos, ulceras, fistulas, destruição de capsulas articulares, vindo depois a ser victimas de espinas ventosas, de febres lentas, do morasmo, e da atrophia. Oh terrivel enfermidade, que por tantos modos e tão cruelmente te empenhas em aniquilar a especie humana!²⁷

Através dos tempos a varíola foi representada de diversas formas, relacionada a poderes de divindades, vista como arma de guerra, ou mesmo como uma fase necessária do desenvolvimento humano. A questão das origens desta doença é um grande enigma, pois segundo Jackeline Silveira e Rita de Cássia Marques alguns autores sugerem a sua presença desde a antiguidade em assentamentos fluviais no Egito, China e Índia. Entretanto, devido à ausência de relatos mais detalhados sobre essa doença, esse fato tornou-se uma suposição²⁸. De fato, mesmo antes do final do primeiro milênio, a varíola teria causado epidemias em diversas regiões da Europa e da Ásia e atingido áreas como a África subsaariana. Desta maneira a varíola foi responsável ao longo dos séculos pela morte de milhares de pessoas, desafiando hierarquias sociais incluindo neste processo

²⁶Carta de José Francisco de Carvalho, Medico na cidade de Lagos, pertencentes aos mezes de Fevereiro, Março, Abril, Maio, Junho, Julho de 1814. *Jornal de Coimbra*, Lisboa, n.30, parte I. junho de 1814, p.320.

²⁷Discurso Histórico sobre os trabalhos da Instituição Vaccinica da Academia Real das Sciencias de Lisboa, lido na Sessão pública da mesma academia em 24 de Junho de 1817 pelo doutor Wenceslao Anselmo Soares. *Historia e Memorias da Academia Real de Sciencias de Lisboa*. Lisboa, Tomo V, parte I, 1817, p.38.

²⁸As evidencias da varíola no Egito referem-se à existência de múmias com marcas da varíola, a exemplo, do faraó Ramsés V que teria erupções, atribuídas a esta moléstia em sua face. Ver: SILVEIRA, Anny Jackeline Torres; MARQUES, Rita de Cássia. Sobre a varíola e as práticas da vacinação em Minas Gerais (Brasil) no século XIX. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v.16, n.2, 2011, pp. 387-396.

reis, rainhas, faraós e milhares de anônimos²⁹.

Na Ásia e na África existiram divindades e muitos mitos relativos a essa enfermidade:

Na Índia, a deusa Sitala Mata era invocada para curar a varíola. No Japão, uma figura do herói Tametomo, que se contava ter vencido o demônio da varíola, era colocado no quarto dos doentes para ajudar na sua recuperação. Na China, os deuses Ma-Chen e Pan-Chen estavam associados à esta doença. Na África, o deus da varíola entre os Yorubás era Sopona, que foi depois introduzida no Brasil com os nomes de Omolu e Obaluaê³⁰.

Na Europa acredita-se que sua chegada tenha sido por volta do ano 570, quando teria ocorrido epidemias de grandes proporções na Itália e na Gália. Porém a varíola, só começou a ter maior projeção no século XVI quando teria sido responsável por cerca de 10 a 15% das mortes naquele continente. Dentre os infectados a mortalidade chegava em torno de 20 a 40%, sendo crianças a maior parte das vítimas fatais, nos séculos seguintes a varíola se tornaria endêmica em diversas cidades ao redor do mundo³¹.

O dito popular da Alemanha “da varíola e do amor são poucos que conseguem escapar” evidencia a dificuldade de uma passar pela vida sem ser acometido pela varíola na Europa da idade moderna. Aqueles que não tiveram a doença viviam sobre constante medo de adquiri-lá e os que sobreviviam carregavam consigo as marcas deixadas pela doença, como a cegueira e diversas cicatrizes principalmente na face. Este fato se reflete na obra de uma série de médicos europeus do período moderno, por exemplo, o médico inglês John Simon ao discursar, no início do século XIX, na Royal Commission on Vaccination, afirmou que a varíola era tão comum na Inglaterra que todo mundo esperava ter a doença cedo ou tarde, e praticamente todas as pegavam. De mesmo modo, no início do séc.XIX, o médico Isaac Judaeus, autor da obra “Febre Variolarum que Fere Omnibus Accidit”, criou uma teoria buscando explicar o motivo pelo qual raramente alguém escapava da varíola e porque ela atacava principalmente as crianças³².

A doença era tão difundida que o médico Buchan na obra “Domestic Medicine”

²⁹SCHATZMAYR, Hermann G. A varíola, uma antiga inimiga. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v.17, n. 6, nov./dec. 2001, pp.1525-1530.

³⁰MARTINS, Roberto de Andrade. *op. cit.*, p. 127.

³¹SILVERA, Anny; MARQUES, Rita de Cássia. *op. cit.*, p. 387.

³² Na matéria “Small-Pox Before Jenner” são apresentadas diversas referências de médicos europeus do século XVIII e XIX que atestaram o quanto a varíola era uma doença corriqueira na Europa que de tão difundida muitos médicos tratavam sua descrição como desnecessária. Small-Pox Before Jenner. *The British Medical Journal*, v.1, n.1847, may 23, 1896, pp.1261-1264. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC2406618/>. Acesso em 29 de janeiro de 2018.

(1794) acreditava que, caso uma pessoa não tivesse a varíola, se tornaria imprópria para diversos ramos da vida social:

Such as have not had small-pox in the early period of life are not only rendered unhappy, but likewise in a great measure unfit for sustaining many of the most useful and important offices. Few people would purchase a slave who had the chance of dying of this disease. How could a physician or surgeon who had never had the small pox himself attend who arrive at mature age without having had small-pox! A woman with child seldom survives this disease: and if an infant happen to be seized with the small-pox upon the mother's breast, who has not had the disease herself, the scene must be distressing. If she continue to suckle the child it is at the peril of her own life: and if she wean it, in all probability it will perish. How often is the affectionate mother forced to leave her house and abandon her children at the very time when her care is most necessary? Yet should parental affection get the better of her fears, the consequences would often prove fatal³³.

Ainda no século XVI, a varíola chegou ao continente americano juntamente com os europeus causando um número altíssimo de mortes. Os estudos indicam que isto ocorreu porque após séculos de isolamento no continente americano, os índios não tinham criado nenhuma imunidade contra esta moléstia, o que explicaria a rapidez de sua expansão e a grande mortalidade que causou³⁴.

Observar as estimativas aproximadas de morte de índios após o contato com os europeus nos apresenta números impressionantes. O número de índios foi reduzido de aproximadamente 80 milhões, que existiam no século XV, para pouco mais de 10 milhões no século XVI. A população asteca que girava em torno de 25 milhões reduziu-se a pouco mais de um milhão, em grande parte vitimada pela guerra, doenças e a fome. Dentre as doenças transmitidas pelos europeus não existia somente a varíola, porém esta teria sido a mais letal e extensa doença que teria acometido os índios. Desta maneira a moléstia agiu como uma verdadeira arma biológica³⁵.

No Brasil a varíola foi a doença epidêmica que causou maior índice de mortes nos primeiros séculos de colonização, tendo entrado no país com a vinda dos

³³“Tais como não tiveram varíola no período inicial da vida não são apenas infelizes, mas também de grande medida impróprios para sustentar muitos dos escritórios mais úteis e importantes. Poucas pessoas comprariam um escravo que tem a chance de morrer desta doença. Como poderia um médico ou cirurgião que nunca teve a varíola que ele mesmo compareceu, que chegou a idade madura, sem ter tido uma pequena varíola! Uma mulher com filhos raramente sobrevive a esta doença: e se um bebê é apanhado com a varredura sobre o peito da mãe, que não teve a própria doença, a cena deve ser angustiante. Se ela continuar a amamentar a criança, é em o perigo de sua própria vida: e se ela o desmame, com toda probabilidade perecera. Como a mãe afetuosa forçada a sair de sua casa e abandonar seus filhos, no tempo em que seu cuidado é mais necessário? No entanto, o carinho dos pais deve tirar o melhor de seus medos, as consequências muitas vezes são fatais”. tradução livre. *Apud. Ibidem*, p.1261.

³⁴SCHATZMAYR, Hermann G.2001.*op. cit.*, p. 1526.

³⁵ MONTEIRO, Denise Brito. *op. cit.*, p.26.

portugueses e africanos. Segundo Ronaldo Vainfas, o primeiro caso registrado teria ocorrido na Bahia, em 1561, em um navio que trazia indivíduos infectados com a varíola. Dois anos depois teria ocorrido uma grande epidemia em Salvador, que logo se espalhou para o norte e o sul do país matando aproximadamente 30 mil pessoas. Em seguida, a doença se tornou recorrente em praticamente todas as capitanias da colônia³⁶. Em Pernambuco, por exemplo, ao longo de dois séculos ocorreram 15 epidemias de varíola em intervalos relativamente curtos³⁷, e em São Paulo ocorreram 17 epidemias de varíola no séc. XVIII³⁸.

As pessoas mais atingidas pelas epidemias de varíola no Brasil foram os índios e os escravos. Os índios brasileiros possuíam costumes saudáveis, como boa alimentação e a prática de atividades físicas o que lhes gerava uma boa saúde. Porém, assim como os índios da América Espanhola, nossa população indígena possuía baixa resistência às doenças transmitidas pelos europeus, ocasionando a morte de muitos índios³⁹, o que teria contribuído para facilitar a consolidação dos portugueses neste território como Moacyr Scliar ressalta:

Epidemias eram comuns e vitimavam, sobretudo os indígenas, cujo organismo era suscetível as doenças dos europeus. Morriam até mesmo de gripe. Não raro os colonizadores se aproveitavam dessa suscetibilidade. Colocavam nas trilhas roupas de variolosos. Os índios vestiam-nas, contraíam a doença e morriam como moscas. Varíola ou “Bexigas” tornou-se uma enfermidade comum e epidêmica.⁴⁰

As mortes causadas pela varíola eram cercadas de horror e repugnância, pois os infectados tinham febres altíssimas e, concomitantemente, ocorria a erupção de pústulas e lesões pela face, pés e mãos. Essas feridas além do mau aspecto, ainda causavam mau cheiro, e por esse motivo teria sido apelidada de doença de bexiga⁴¹. A bexiga muitas

³⁶ Um dos poucos fatos históricos sobre o início de algum acontecimento sem controvérsia entre os historiadores, nenhum dos livros ou artigos lidos divergiram sobre este fato. A história completa está, por exemplo, em: VAINFAS, Ronaldo. *Dicionário do Brasil Colonial 1500 a 1808*. Rio de Janeiro: Objetiva. 2000. pp. 77-78.

³⁷ MONTEIRO, Denise Brito. *op. cit.*, p. 19.

³⁸ CAMARGO, Luís Soares de. *op. cit.*, pp.1-11.

³⁹ A varíola na região Amazônica, que ficou conhecida como “Peste Branca”, durante os séculos XVII e XVIII teria sido responsável por diversos vazios demográficos nessa região. A falta de índios decorrentes das mortes causadas pela varíola teria sido um dos principais motivos para a introdução do tráfico negreiro na região Amazônica. Ver: SÁ, Magali Romero. A "peste branca" nos navios negreiros: epidemias de varíola na Amazônia colonial e os primeiros esforços de imunização. *Revista Latino-americana de Psicopatologia Fundamental*, São Paulo, v.11, n. 4, suppl.0, dez. 2008, pp.819-824.

⁴⁰ SCLIAR, Moacyr (orgs). *A saúde Pública no Rio de Dom João. Textos Manoel Vieira da Silva e Domingos Ribeiro dos Guimarães Peixoto*. Rio de Janeiro: Senac Rio, 2008. p.14.

⁴¹ VAINFAS, Ronaldo. *op. cit.*, pp.78-79.

vezes era precedida de crises de pleurites⁴², disenterias e gripes fatais.

Segundo Ronaldo Vainfas no período colonial os locais de maior ocorrência da varíola foram os aldeamentos jesuíticos, que se tornariam autênticos “viveiros de bexiga”, onde as cenas de horror protagonizadas pela varíola se repetiam cotidianamente⁴³.

No Rio de Janeiro, em 1655, a quantidade de óbitos decorrentes da doença foi tão alta que os franciscanos construíram um cemitério para o sepultamento de negros e índios, considerado o primeiro que se tem notícia no Brasil Colônia⁴⁴. Segundo o relato de Vieira Fazenda, em um documento elaborado por vereadores do Rio de Janeiro datado de 1665, a bexiga era entendida “mais como castigo do ceo do que moléstia”⁴⁵, e a violência da epidemia fez com que os senhores de escravos mandassem estender os corpos dos escravizados pelas estradas em esteiras, “como se fossem cães”.

Ronaldo Vainfas, ao discorrer sobre a varíola, aponta que a mesma contribuiu para o aumento de fugas e de revoltas ocorridas no período colonial. Até mesmo o *curupira* seria uma divindade que teria surgido representando o trauma da varíola e de outras doenças trazidas pelos europeus. Segundo Ronaldo Vainfas a palavra *curupira* significa “aquele que foi coberto de pústulas”, e viria a se tornar no imaginário tupi a representação do portador da varíola. Seus pés virados para trás remetem às tradições dos índios de fuga e ocultamento nas florestas, porém nos séculos seguintes com uma maior imunidade adquirida pelos índios, passou também a significar a possibilidade de escapar dos males trazidos pelos “homens brancos”⁴⁶.

Ainda neste cenário, existem relatos de que os jesuítas enfrentavam problemas na conversão de alguns índios, pois estes não deixavam seus filhos serem batizados por acreditarem que as bexigas eram transmitidas pelos padres jesuítas por meio da água do batismo. Neste sentido haveria dúvida se esta crença havia sido difundida pelos portugueses inimigos dos jesuítas, ou se teriam sido os próprios pajés das tribos que “feridos no seu amor próprio” pela veneração que os índios prestavam aos jesuítas, buscavam vingança⁴⁷.

⁴² A pleurite é uma inflamação que ocorre na pleura, a dupla membrana que envolve os pulmões, geralmente é causada por vírus e bactérias.

⁴³ VAINFAS, Ronaldo. *op. cit.*, pp.78-79.

⁴⁴ O cemitério se localizava onde hoje fica o atual Largo da Carioca.*op. cit.*,p. 97.

⁴⁵FAZENDA, José Vieira. “Varíola”. *In* Antiquilhas e memórias do Rio de Janeiro. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, tomo 93, v.147, 1923, pp. 593-597.

⁴⁶ PEREIRA, Sóstenes. *op. cit.*, p. 97.

⁴⁷LOPES, Myriam Bahia e POLITO, Ronald. Para uma história da vacina no Brasil – um manuscrito inédito de Norberto e Macedo. *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 14, n.2,

Os escravizados também foram frequentemente assolados pela varíola. Isso ocorria já durante sua viagem para o Brasil. Os navios negreiros possuíam condições insalubres, e os escravizados eram amontoados em grande número, sem condições de higiene. Com isso diversas doenças se proliferavam causando grande mortalidade e por essa razão estes navios eram conhecidos como *Tumbeiros*. As condições, mesmo após chegarem ao Brasil, como alimentação e vestimentas, não melhoravam muito, o que ocasionava um grande número de mortes⁴⁸.

Achegada de negros novos era constantemente associada à epidemia de doenças no Brasil Colonial. Uma carta do vice-rei, António de Almeida Soares Portugal (Marques do Lavradio), ao Juiz Presidente da Câmara do Rio de Janeiro, em 1774, nos dá bem o panorama da cidade, que apresentava condições ruins em função das epidemias. Refere-se, também à forma pela qual os escravos recém-chegados eram vistos como agentes causadores de moléstias e que assim deveriam ser isolados:

Sendo me presente os gravíssimos danos que se tem seguido aos moradores desta cidade de se conservarem efetivamente dentro das mesmas imensos negros novos que vem de portos da Guiné e Costa da África, infectados de gravíssimas enfermidades, assim adquiridas na viagem, como das que desenvolvem depois de saltarem em terra, pela falta do cuidado e comodidade, com que deverão ser tratados dos quais se acham sempre cheias a maior parte das ruas e cassas dos comerciantes que os costumam vender sem jamais se extinguirem os imensos e numerosos lotes, que vai deles para aquelas partes, donde se acham para serem vendidos, com a introdução dos que de novo estão chegando daqueles mesmo portos e costa, de que sem resultado as contagiosas queixas epidêmicas, de que demos a esta parte se acha infestado todo este país. Como a experiência o tem mostrado na falta de mais de 6000 pessoas que dentro de muito pouco tempo tem morrido nesta cidade, e nesta vila, e na vila de campos, acometidas de bexigas, e depois que para a mesma vila se começou a levar a multidão dos referidos escravos que nela se tem introduzido, e sendo essa lamentável ruína digna do mais pronto e eficaz remédio afim de que cessando os estragos que tem assolado e destruído a todo este continente se possa conservar a saúde dos povos são recomendadas pelo Rei meu senhor o que já em outro tempo foi ponderado pela câmara dessa cidade que justamente persuadida pelos pareceres dos professores, de que as contagiosas moléstias que se experimentavam era causadas da infecção dos negros novos, que se acham a vender pelas ruas e praças desta cidade, o mandou logo retirar para fora dela [...]Me parece dizer a vossa graça de dar aquelas providencias que entenderem necessárias afim de que não sejam conservadas nesta cidade os negros novos que vem dos portos da guine e da costa da África, ordenando que tanto os que se acham nela como só que vierem

abr./jun. 2007, pp. 595 -605.

⁴⁸PORTO, Ângela. O sistema de saúde do escravo no Brasil do século XIX: Doenças, instituições e práticas terapêuticas. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 13, n.4, 2006, pp. 1019-1027.

chegando de novo daqueles portos, de bordo dos mesmos embarcantes que os conduzirem depois de dada a visita da saúde, sem faltarem atarem a serra, sejam imediatamente levados ao sitio do valongo, onde se conservarão desde a pedra da prainha até gamboa e lá se andarão sem sahida e se escusarão os doentes, enterrarão os mortos, sem poderem jamais sair daquele lugar para esta cidade, por mais justificáveis motivos, que hajão e nem ainda depois de mortos, para se enterrarem no nos cemitérios da cidade e no mesmo lugar os poderão ir ver e ajustar as pessoas que quizerem comprar[...], o que tudo farão vossa excelência executar, mandando assim se haja de observar daqui em diante enquanto o rei meu senhor não mandar ao contrario⁴⁹.

Apesar da varíola ter acometido a Europa por séculos, os portugueses atribuíam aos africanos a responsabilidade pela ocorrência de epidemias de varíola em suas colônias, e por isso era constante o medo em relação aos escravos que chegavam nos portos. Segundo Bertoli Filho, já existe na historiografia algumas refutações da definição desta relação, estas porém não negam a força e recorrência de epidemias de bexigas em certos locais da África que teriam se tornado “centros propagadores de varíola” através do tráfico⁵⁰.

O combate à varíola tomou novos contornos, a partir da nova profilaxia que surgiu no final do século XVIII, a vacina antivariólica, inovação esta que gerou novas contiguidades à representação desta doença, como abordaremos melhor a seguir.

1.2-Variolização e Vacinação.

O autor Jean Delumeau, no livro “História do Medo no Ocidente”, mostra que desde o século XIV - e se perpetuando até os séculos XVIII e XIX - as populações do Ocidente viviam sob um medo constante das epidemias que frequentemente as atingiam. Dentre as consequências que uma epidemia podia causar estava a grande mortalidade entre a população, os prejuízos econômicos, o fechamento de portos e a migração em massa. Conforme observado anteriormente, essas endemias eram tratadas muitas vezes como um castigo divino, fazendo com que a maioria das doenças fossem combatidas no âmbito religioso, por meio de superstições. Desta forma as causas científicas das doenças foram ignoradas até pelo menos o final do século XVIII⁵¹.

Uma das medidas mais antigas considerada como eficaz no controle do contágio

⁴⁹ Secretaria de Estado do Brasil. *Correspondência do Vice-rei com diversas autoridades*. Códice 70. vol.02. Secretaria de Estado do Brasil. Código do Fundo: 86. AN.

⁵⁰BERTOLI FILHO, Claudio. História da vacina e da vacinação em São Paulo: Séculos XVIII e XIX. *Cadernos de História da Ciência*, São Paulo, v.4, n.1, jan./jun.2008, pp.85-111.

⁵¹DELUMEAU, Jean. *História do Medo no ocidente. (1300-1800)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1978.

de doenças foi o isolamento do(s) doente(s). No Brasil a prática de quarentena dos africanos recém chegados foi adotada pelo menos desde o século XVIII. Algumas doenças contagiosas, como a lepra, faziam com que seus portadores fossem tratados como prisioneiros no Hospital dos Lázaros no Rio de Janeiro, sendo vetada a saída destes doentes do hospital para que não contaminassem a população⁵².

Foram inúmeros os exemplos de tentativas de isolamento especificamente da varíola, por exemplo, no Maranhão no século XVIII. O contágio chegou a tal ponto que isolaram a capitania inteira, sendo permitida somente a passagem de pessoas que, após terem passado por um período de quarentena, mostrassem não terem sido afetadas pelas bexigas, mas sendo garantido o livre acesso daqueles que mostrassem sinais de já haverem contraído a doença⁵³. Do mesmo modo, na Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro, assim que se percebia que uma pessoa havia contraído a varíola, rapidamente eram tomadas providências para que fossem transferidos os doentes sadios para um quarto isolado, buscando se evitar que a doença virasse uma epidemia de bexigas⁵⁴.

De maneira análoga, Hercules Octavianno Muzzi (1782-1841), médico que trabalhou nos serviços de vacinação no Rio de Janeiro desde o período de sua introdução, discorreu que ao tentar introduzir a vacinação em São Paulo, em 1828, exigiu que o governo isolasse os “escravos e soldados bexiguentos” fora da cidade⁵⁵. Segundo o historiador Vieira Fazenda, o governador Ruy Vaz Pinto, no Rio de Janeiro, ordenou que nenhuma pessoa pudesse desembarcar dos navios que traziam bexiguentos, sem primeiro fazer quarentena na fortaleza de Villegagnon, e que só poderiam sair após receberem licença da Câmara, este fato teria feito que a fortaleza ficasse conhecida como o degredo das bexigas⁵⁶.

Todavia cabe ressaltar que as práticas isolacionistas esbarravam em uma série de conflitos e críticas, principalmente oriundos de setores da economia que se achavam prejudicados por essas medidas. Havia, também, os interesses privados, principalmente das famílias da elite que se mostravam temerosas em perder seus escravos infectados

⁵² *Hospital dos Lázaros do Rio de Janeiro*. Caixa 759; pct 01. Código do Fundo: 39. AN.

⁵³ Esses sinais seriam as diversas cicatrizes que as pústulas deixavam principalmente na face, mas que também atingiam outras partes do corpo. Ver: *Ministério dos Negócios do Brasil, Ministério dos Negócios do Reino, Ministério dos Negócios do Reino e Estrangeiros, Ministério dos Negócios do Império e Estrangeiros. Instituições policiais*. Diversos GIF. 68-83. Código do Fundo OI, AN.

⁵⁴ *Instituto Vacínico (Rio de Janeiro)*. Pacote IS4 42. Série Saúde. Código do Fundo: BF. AN.

⁵⁵ Sobre as práticas de isolamento na capitania de São Paulo, ver: BERTOLI FILHO. *op. cit.*, pp.85-111.

⁵⁶ FAZENDA, José Vieira. *op. cit.*

em função de seu afastamento para locais distantes e do risco de fugas⁵⁷.

Além do isolamento, desde a antiguidade existiam práticas de combate à varíola baseadas na percepção de que havia uma forma mais branda da varíola e que algumas pessoas se mostravam resistentes a ela, mesmo diante de contato próximo com enfermos⁵⁸. Segundo Tania Fernandes a constatação da transmissibilidade e da proteção da varíola, que são características desta doença, impulsionou a disseminação de diversas técnicas que buscavam evitar sua forma mais grave a partir da introdução no homem sadio, do vírus variólico contido na secreção retirada da pústula de pessoas doentes. Essas práticas receberam o nome de inoculação ou “variolização”⁵⁹.

Segundo Sidney Chalhoub a ideia de que ao se aplicar um material similar à doença em indivíduos saudáveis, poderia-se evitar o contágio, advém de tempos antiquíssimos e era usada não só com a varíola, mas também com outras doenças:

Hindus e chineses tinham observado a possibilidade de adquirir imunidade contra certas doenças, e haviam entendido que, se determinada moléstia grave normalmente ataca um indivíduo apenas uma vez, era altamente desejável provocar um ataque atenuando do mal para assegurar a proteção das vítimas⁶⁰.

Segundo Sidney Chalhoub esta técnica estava presente nas mais antigas tradições da medicina popular, em diversas partes do mundo, sendo aplicada tanto de forma natural como ritualística, ou até mesmo ambas ao mesmo tempo⁶¹. Na Índia a inoculação ficava a cargo dos sacerdotes (brâmanes) itinerantes. Todo ano, estes sacerdotes recolhiam o líquido que aparecia nas pústulas das pessoas atacadas pela varíola, impregnando com esse pus pequenos pedaços de algodão. Esse material era guardado para ser aplicado da seguinte forma:

Antes da época em que a varíola costumava aparecer, os brâmanes iniciavam seu trabalho. As pessoas se preparavam, evitando comer peixe, leite e um tipo de manteiga feita de leite de búfala. Os brâmanes escolhiam uma parte do corpo para introduzir o pus da varíola - geralmente a parte externa do braço, sendo os homens entre o pulso e o cotovelo e as mulheres entre o ombro e o cotovelo. O operador primeiro esfregava essas partes com um pano seco, durante oito a dez minutos; depois, com um pequeno instrumento feito como um bico de corvo agudo na ponta fazia em um pequeno espaço, do tamanho de uma pequena moeda, vários arranhões leves, de modo que

⁵⁷ BERTOLI FILHO. *op. cit.*, pp.85-111.

⁵⁸ CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p.102.

⁵⁹ FERNANDES, Tania Maria. 2010. *op. cit.*, p. 16.

⁶⁰ CHALHOUB, Sidney. *op. cit.*, p.103.

⁶¹ CHALHOUB, Sidney. *op. cit.*, p.102.

aparecesse um mínimo de sangue. Aplicava-se então um pouco de algodão impregnado com matéria variólica, depois de ser molhado com um pouco de água sagrada do rio Ganges. Enrolava-se em cima uma atadura. Seis horas depois a bandagem era removida e deixava-se o algodão cair. Surgiam em geral de 50 a 100 pústulas pelo corpo, pela inoculação. Essas pústulas eram menores do que as que surgiam na doença espontânea, e embora a pessoa tivesse febre, recuperava-se com relativa facilidade, sem que a enfermidade deixasse marcas⁶².

Outro processo de inoculação foi desenvolvido na China, onde era preparado um pó utilizando cascas secas das feridas de varíola. Estas eram amassadas e misturadas com a planta *Uvularia Grandiflora*. Em dias específicos, o pó era soprado na narina de crianças sadias, através de um canudo de prata. Nos meninos o pó era soprado na narina direita e nas meninas à esquerda. Após alguns dias essas crianças desenvolviam uma forma branda de varíola, recuperavam-se e ficavam depois protegidas durante o resto da vida contra a doença. Os árabes também utilizavam outra técnica de mesmo princípio da inoculação. Faziam pequenas incisões no braço de pessoas sadias e se inoculava o pus variólico. Este procedimento foi chamado de “variolização”, em alusão ao nome latino da doença varíola⁶³.

A inoculação ocorreu, embora sem grande difusão, em diversas partes do mundo. Na Europa há indícios que no Principado de Gales, por volta do século XV, havia a prática de "enxerto de varíola". O procedimento era feito esfregando a matéria da varíola sobre arranhões na mão ou no braço, sendo supostamente popular entre os estudantes. Esta prática tinha o nome de "comprar bexiga", pois as pessoas que forneciam a doença para o procedimento recebiam duas ou três moedas. Também há indícios de que, na Dinamarca, havia um costume semelhante no século XV. Porém, como a medicina erudita ignorava estas práticas, e havia poucos registros das mesmas, estas passaram à história como superstição ou folclore⁶⁴.

Já no século XVII a técnica chinesa de inalação das cascas da varíola foi levada para a Europa através de missionários jesuítas que estavam na China, mas essa prática não atraiu muito o interesse da população. Porém, ainda neste século, o método de inoculação indiano teve maiores repercussões, tendo sido adotado na Grécia, no Egito e depois na Turquia, e se espalhado por toda a Europa. Esta prática já estaria bastante difundida no século XVIII em países como França, Inglaterra e Alemanha. Na Inglaterra, em 1725, o método foi estudado através de experimentos feitos em

⁶²MARTINS, Roberto de Andrade. *op. cit.*, p. 126.

⁶³ MONTEIRO, Denise Brito. *op. cit.*, p.23.

⁶⁴ MARTINS, Roberto de Andrade. *op. cit.*, p.128.

criminosos condenados que estavam na prisão de Newgate⁶⁵. Estes prisioneiros se voluntariaram e, como prêmio, caso não morressem em meio aos experimentos, receberiam o perdão real. Sete prisioneiros foram inoculados pelo método chinês e seis pelo método turco. Nos experimentos pelo método chinês foi lesionado o cérebro de um dos prisioneiros, o que fez com que a prática não fosse mais usada, sendo utilizado somente o método árabe⁶⁶.

Porém, a prática não era uma unanimidade na Europa ocidental, de forma que Voltaire chegou a discorrer que na Europa os ingleses eram conhecidos como loucos e raivosos: loucos porque passavam a varíola a seus filhos e “raivosos por que lhes transmitem essa doença certa e terrível, visando previni-los contra um mal incerto”⁶⁷. Os ingleses, em contrapartida, respondiam que os outros europeus eram covardes por não quererem fazer um pequeno mal a seus filhos, e desnaturados, pois os expunham com isso à possibilidade de morrer um dia de varíola. Voltaire era um entusiasta da prática, e segundo seus dados de cada cem pessoas no mundo, pelo menos sessenta, contraíam a varíola, e destas vinte morriam em seus “anos mais favoráveis” e vinte conservariam seus rostos desagradáveis. De modo que na Inglaterra e na Turquia, onde eram praticadas a inoculação, nenhuma pessoa morria de varíola, ficava marcada ou contraía a varíola pela segunda vez. Em 1723, 1.000 pessoas teriam morrido de varíola em Paris, o que provocou o questionamento do filósofo: “Então os franceses não amam a vida? As mulheres não amam suas belezas?”⁶⁸.

Os questionamentos dos europeus não eram tão simples quanto Voltaire insinuava, pois apesar da utilidade, a prática de inoculação trazia o risco de provocar nas pessoas inoculadas, diferentes manifestações da moléstia, chegando muitas vezes a ocorrer a forma mais grave da varíola, que levava o indivíduo até mesmo à morte. Devido a este fator, a “variolização” ao longo do tempo foi objeto de grandes controvérsias quanto à sua segurança e eficácia, pois acreditava-se que sua prática, em meio a uma epidemia, poderia agravá-la seriamente⁶⁹.

⁶⁵ A inoculação na Inglaterra foi alvo de várias resistências, as quais foram rompidas não por intermédio de um médico, mas sim por Lady Mary Wortley Montagu, que era uma aristocrata inglesa que conheceu a prática na Turquia, onde seu marido era embaixador. Ela não só vacinou seus filhos, como influenciou a princesa Caroline de Gales a vacinar os delas, conferindo assim grande credibilidade à prática. Porém, foi somente após uma série de experimentos, como a dos prisioneiros de NewGate, que a variolização alcançaria uma maior disseminação. Ver: PEREIRA, Sóstenes. *op. cit.*, p.100.

⁶⁶ MARTINS, Roberto de Andrade. *op. cit.*, p.129.

⁶⁷ VOLTAIRE. Cartas Inglesas. *In Coleção os Pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1973. pp.16-18.

⁶⁸ *Idem. Ibidem.*

⁶⁹ CHALHOUB, Sidney. *op. cit.*, p.104.

Na Índia, a taxa de mortalidade era muito baixa de modo que somente uma pessoa, em cada 500 inoculadas, morria. Porém, quando a prática foi introduzida na Europa, a mortalidade estava chegando em torno de 12% dos inoculados, os quais ainda tinham a possibilidade de transmitir a doença para as pessoas de seu convívio, fazendo com que o método fosse até mesmo proscrito por lei em algumas cidades⁷⁰.

Segundo Roberto Martins, além da possível morte que o método de inoculação poderia causar, as dúvidas e resistências quanto ao método eram bastante plausíveis para a época, pois pouco era conhecido sobre a inoculação. Do ponto de vista da própria operação, para algumas pessoas, poderia ser repugnante fazer uma ferida no braço e passar sobre ela o pus tirado de uma pessoa doente. Numa visão do senso comum, seria de difícil entendimento entender como o vírus da varíola produzido artificialmente se tornava mais fraco do que quando era recebido naturalmente pelo contágio em quantidade muito menor. Sob o ponto de vista teórico, o conceito de imunidade ainda não existia e, dessa forma, a dúvida girava em torno do motivo pelo qual uma pessoa que já havia adquirido a varíola, mesmo que em sua forma branda, ficaria protegida contra ela e porque o mesmo não ocorreria com outras doenças, que infectavam várias vezes a mesma pessoa⁷¹.

Apesar das incertezas, a prática da inoculação continuou a ser disseminada, de modo que as colônias inglesas, na América, também aderiram ao processo de “variolização”. Sidney Chalhoub menciona o caso do reverendo Gotton, no século XVIII, que soube da existência do método de “variolização” da África ocidental, através da narração de seu escravo que havia dito que não era afetado pela varíola, pois já havia sido inoculado, e que a “variolização” era uma prática comum em todo continente africano. A partir de então, este reverendo se tornaria um grande incentivador da prática da “variolização”⁷².

No Brasil um dos primeiros registros da prática de inoculação teria ocorrido no Rio de Janeiro em 1798. O cirurgião Francisco Ribeiro de Vasconcelos ao viajar por alguns países da Europa teria presenciado a inoculação de bexigas, e ao retornar ao Brasil começou a adotar a sobredita operação “nas partes do sul” em grande número de escravos e familiares, os quais teriam escapado “isentos de defeitos e aleijões que causam as bexigas naturais”. Segundo o cirurgião as pessoas inoculadas tiveram

⁷⁰ PEREIRA, Sóstenes. *op. cit.*, p. 101.

⁷¹ MARTINS, Roberto de Andrade. *op. cit.*, p.130.

⁷² CHALHOUB, Sidney. *op.cit.*, p.104.

sintomas tão brandos que podiam sair de casa mesmo nos períodos epidêmicos. Deste modo relata que:

Esta útil e proveitosa inoculação se deve ao nosso parecer estender-se ao restante desta América, assim como está introduzida em quase toda a Europa para benefício do público e aumento do Estado, sendo este o único meio por onde se pode livrar as criaturas do cruel açoite que experimentam nesta cidade, do grande número dos estropiados causado pelas bexigas naturais, de muito maior aumento nas lavouras dos senhores de engenho e outras fábricas⁷³.

Em 1803, foi publicada na *Gazeta de Lisboa*, a carta de um médico de Moçambique dirigida a um amigo de mesma profissão no Rio de Janeiro. Na carta, o médico moçambicano relatou que a falta de doenças em Moçambique fazia com que ele não tivesse nada a fazer, pois segundo suas palavras “a morte anda ausente deste paiz”. Desta maneira a varíola, que na concepção do médico era sempre mais fatal em climas mais quentes, não seria um problema devido à inoculação de bexigas, quando “foram inoculados pessoas de todos os gêneros, idades e constituições tudo ocorrendo normalmente”⁷⁴. A naturalidade da prática da “variolização” também entusiasmou o governador de Moçambique que, em 1800, enviou ao Rei de Portugal um relato sobre a prática:

[...] há tanto conhecimento da inoculação e da sua utilidade, que esta prática é muito usual, e que estão os seus habitantes tão familiarizados com ela, que uns aos outros logo se inoculam, depois do que principiam a sentir as bexigas, mesmo trabalhando sem experimentarem mau efeito, pois que de cem inoculados apenas morre um, e que ultimamente se observou que o capitão de um navio francês inoculou com a vacina duzentos e cinquenta e seis negros, de que constava a cargação, e que só lhe morrera um, e que finalmente todos os carregadores ali inoculam as suas escravaturas, do que tem tirado muita vantagem [...]⁷⁵.

Como podemos perceber enquanto o governador de Moçambique se espantava com os avanços da inoculação, o capitão de um navio francês já a adotara a vacina jenneriana, uma outra prática profilática contra a varíola. A vacina jenneriana surgiu em 1798, a partir das observações do inglês Edward Jenner que notou que certos fazendeiros adquiriam o fenômeno de “proteção” contra a varíola, após terem entrado em contato com uma doença similar que acometia os bovinos, conhecida como *cow-pox*

⁷³ Este cirurgião teria continuado regularmente com a prática de inoculação, e posteriormente a vacinação nos primeiros anos no século XIX. Ver: LOPES, Myriam Bahia; POLITO, Ronald. *op. cit.*, p.601.

⁷⁴ Provimientos Militares. *Gazeta de Lisboa*. Lisboa, n.22, 31 de maio de 1803. (s/p)

⁷⁵ *Correspondência do Vice-rei. Regimento para os governadores do Brasil*. Caixa774. pct. 01. Código do Fundo. D9, AN.

(pústula da vaca). A observação desse fato em um grupo de ordenhadores incitou-o a desenvolver uma série de testes em pessoas saudáveis com a finalidade de reproduzir esse fenômeno, e assim seria criada a vacina antivariólica⁷⁶.

A partir da pústula desenvolvida na vaca, Jenner obteve um produto que passou a denominar vacina ('da vaca') que, ao ser inoculado no homem, fazia surgir, no local das inoculações, erupções semelhantes à varíola. Dessas erupções era retirada a "linfa" ou "pus variólico", utilizado para novas inoculações. Formava-se assim uma cadeia de imunização entre homens, funcionando o *cow-pox* da vaca como um primeiro agente imunizador, e o homem como produtor e difusor da vacina. Essa vacina ficou conhecida como "vacina Jenneriana" ou humanizada⁷⁷.

Tania Fernandes apontou que tanto a "variolização" quanto a vacinação ocorriam pela introdução de agentes virais semelhantes: o vírus da varíola e o do *cow-pox*, e produziam pústulas em locais parecidos e que podiam induzir a fabricação de anticorpos capazes de imunizar o organismo contra as duas doenças. A diferença básica entre as duas práticas era que a inoculação, com a aplicação do vírus da varíola, poderia causar tanto a doença branda quanto a letal, podendo imunizar o indivíduo, mas também ajudar a propagar a doença. A vacina antivariólica, em contrapartida, teria como base a aplicação do *cow-pox*, que produzia imunidade tanto para a doença do bovino quanto para a varíola. A varíola em contrapartida não se desenvolveria, e a vacina podia ser passada de pessoa a pessoa de forma subsequente⁷⁸.

Segundo Tania Fernandes, Edward Jenner não teria descoberto as propriedades do *cow-pox* se não tivesse procedido a inoculação, uma vez que não havia referenciais teóricos que possibilitassem a compreensão do processo imunitário ou que indicassem hipóteses a serem comprovadas empiricamente. Para a autora, o próprio Jenner em suas obras não tentou explicar como ocorria o fenômeno de "proteção" que incidia após a vacinação, contentando-se apenas em afirmar que a vacina funcionava e era segura⁷⁹. Cabe Ressaltar que na época em que a vacina Jenneriana foi criada, o conceito de imunidade ainda não existia, sendo assim a comprovação de seu método era dada através da reprodução de fatos observados em condições naturais, pela tentativa e erro,

⁷⁶FERNANDES, Tania Maria. Imunização antivariólica no século XIX no Brasil: inoculação, variolização, vacina e revacinação. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.10, supl.2, 2003, pp. 461-74.

⁷⁷FERNANDES, Tania Maria. *Vacina antivariólica: ciência, técnica e o poder dos homens (1808-1920)*. Rio de Janeiro; Fiocruz, 1999. pp.19-20

⁷⁸FERNANDES, Tania Maria. 2010. *op. cit.*, p.16

⁷⁹FERNANDES, Tania Maria. 2010. *op. cit.*, p.32.

ou seja, a experiência detinha-se numa tentativa de reprodução da natureza⁸⁰.

Cabe ressaltar, que Edward Jenner alcançou fama em sua própria época, sendo frequentemente chamado de “imortal”, por seus contemporâneos, devido à importância de sua descoberta e sua participação na difusão da vacina antivariólica⁸¹. Todavia, tão importante quanto ele, foram os médicos que difundiram seus estudos e fizeram experiências e observações para atestar a validade do método e com isso contribuíram na difusão e aceitação da vacina pelo mundo. Alguns destes anônimos foram: Aubert, Balhorn, Bertholini, Bretanneau, Bryce, Colombot, Decarro, Heim, Husson, Michel, Pearson, Sacco, Tanner, Woodeville, entre muitos outros⁸².

Sobre o descobrimento da vacina, foi publicada uma matéria na *Gazeta do Rio de Janeiro* de 1811, para mostrar, segundo o redator, que alguns povos “grosseiros e incultos conheciam e apreciavam a vacina, sem que por isso tenham sido ensinados por pessoas de profissão”⁸³. Tal fato estaria contido na obra do naturalista Humboldt, “Essai politique sur le roy a ume de la Nouvelle Espagne”, publicada em 1811. Humboldt teria descoberto, acidentalmente, no decurso de uma epidemia de bexigas, que o efeito da vacina era conhecido há muito tempo pela população dos Andes do Peru. Tal fato foi descoberto quando um escravo que tinha sofrido a prática da inoculação de varíola, na casa do Marques de Valleumbroso, não mostrou sintomas da inoculação e por isso foi convocado para se repetir a inoculação. O escravo afirmou que nunca havia tido bexigas por ter ordenhado as vacas nas cordilheiras e adquirido algumas erupções cutâneas pelo contado com certos tubérculos na teta das vacas. Segundo o escravo, aqueles que tinham tido a erupção nunca tinham a bexiga. Segundo Humboldt, os africanos e índios desenvolvem grande sagacidade em observar o habito das moléstias dos animais com os quais conviviam. Portanto, ao introduzir na América o gado, não seria de admirar que eles observassem o efeito da vacina⁸⁴.

A vacina jenneariana rapidamente lograria grande êxito pelo fato da

⁸⁰ FERNANDES, Tania Maria. 2003. *op. cit.*, pp. 463-464.

⁸¹ No periódico *Semanario da saúde pública* está descrito que existem dúvidas se a descoberta da prática da inoculação da vacina era mesmo devida a Jenner ou à Mr. Rabant-Pommier. Além disso, ainda foi ressaltado na matéria que muitos fatos provariam que a vacinação teria sido praticada desde tempos imemoriais na Índia e na Persia, onde um sábio já teria apontado provas irrecusáveis sobre a vacina no Sancteya Granham, obra que seria atribuída a Hauventori. Na matéria, todavia, o redator ressaltou que se Jenner não foi o inventor da vacina, pelo menos, sem dúvida, teria sido seu primeiro propagador. Ver: Parecer da comissão permanente de Vaccina da sociedade de Medicina do Rio de Janeiro. *Semanario da saúde pública*, Rio de Janeiro, n.49, 3 de dezembro de 1831, p.236.

⁸² *Ibidem*.

⁸³ [Redator]. *Gazeta do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, n.81,9 de outubro de 1811, p.3.

⁸⁴ *Idem. Ibidem*.

“variolização” conter maiores riscos de contágio, na medida em que as pessoas que adquiriam a varíola de vaca não adquiriam a varíola humana como no processo de inoculação. Jenner sabia que a doença das vacas, embora produzisse feridas nas pessoas, não era tão grave quanto à varíola e nunca era letal. Um problema era que o *cow-pox* não era doença muito frequente no gado o que levaria que as pessoas fossem vacinadas *braço a braço*⁸⁵, podendo, com isso, serem transmitidas outras doenças no processo de vacinação, como por exemplo, a sífilis⁸⁶.

Segundo Roberto Martins além do problema da transmissão de outras doenças pela vacinação *braço a braço*, os médicos do período também não conseguiam entender como o *cow-pox* poderia proteger contra a varíola humana, pois eram duas doenças diferentes. Para tentar responder à questão, Jenner cogitou a hipótese de que tanto a varíola humana quanto a das vacas tinham a mesma origem. Para Jenner a varíola humana, surgiria de uma doença que acometia o joelho dos cavalos, que seria transmitida à vaca através das pessoas que cuidavam dos dois animais. Ao passar de um hospedeiro para o outro o vírus sofreria alguma modificação que aumentaria sua força, e isso seria comprovado pelo fato de que as pessoas que tratavam dos cavalos infectados dificilmente adquiriam alguma ferida, em contrapartida quando tratavam das vacas com *cow-pox* certamente adquiriram alguma infecção. Ao ser transmitido da vaca aos humanos o vírus chegaria a sua forma mais contagiosa e letal. Esta hipótese da origem comum tornaria mais plausível compreender a proteção que uma gerava sobre a outra, já que seria uma mesma doença que sofreria algumas modificações. No entanto a hipótese de Jenner sobre a origem equina do *cow-pox* não logrou êxito na época⁸⁷.

Contra a prática de Jenner surgiram diversos opositores, incluindo médicos que não acreditavam na eficácia da prática e até teóricos que viam em sua descoberta uma ameaça ao equilíbrio social. Dentre eles, temos o famoso economista britânico Thomas Malthus(1766-1834), que considerava qualquer intervenção que contribuísse para aumentar o número de pobres uma ameaça ao “equilíbrio social”⁸⁸.

Desta maneira, se considerarmos a perspectiva de Thomas Malthus, a vacina teria sido um grande problema social, pois anos após a descoberta desta prática foram noticiados os aumentos demográficos em diversos países e cidades europeias. Neste

⁸⁵ A pós oito ou nove dias retirava-se o fluído vacínico da pústula de uma pessoa vacinada e aplicava-se diretamente no braço de outro individuo sadio.

⁸⁶ CHALHOUB, Sidney. *op. cit.*, p.107.

⁸⁷ MARTINS, Roberto de Andrade. *op. cit.*, p.141.

⁸⁸ PEREIRA, Sóstenes. *op. cit.*, pp.103-104.

sentido foi publicada pela Société Centrale de Vaccine, em 1812 em Paris, dados de mortandade em duas cidades que tiveram as mortes por varíola diminuída como consequência da vacina o:

Nantes: 1807- 284; 1809-233; 1811-14; 1812-49.

Estrasburgo: 1803-518; 1807-284; 1811-14; 1812-1⁸⁹.

A Société Centrale de Vaccine estava bastante otimista e acreditava que a doença seria erradicada na França, considerando o crescimento do número de habitantes, em seis anos, de pelo menos 31.824 em um dos departamentos franceses:

[...] os grandes contágios de bexigas tem desaparecido, e que a mortandade geral tem diminuído, e que a popula o tem consideravelmente augmentado nos Departamentos, em propor o ao maior uso que se tem feito do grande preservativo. A commissão se lizongea com a esperança, que se vem rapidamente aproximando o período em que ella vera realizado aquelle objecto por que tanto tem trabalhado estes quatorze annos, e cujo prospecto tem invariavelmente estimulado os seos esforços; isto he a total extin o das bexigas em França. M Husson, Medico do Hotel Dieu, l o huma exposi o do progresso da vaccina o no anno de 1812. Esta Exposi o mostrou que a mortandade tem constantemente diminuído conforme a maior actividade, com que se tem propagado a Vaccina⁹⁰.

Mesmo com as diversas resistências que surgiram em rela o ao método, após sua descoberta a vacina se espalhou pelo mundo numa velocidade impressionante, tendo surgido institui es e prêmios para vacinadores dentro e fora da Europa. Neste sentido cabe ressaltar o esforço do governo espanhol que, em 1803, teria iniciado uma grande campanha de vacina o, sob o mecenato de Carlos IV, o qual havia demandado ao Conselho das  ndias a viabilidade de introduzir a vacina em suas possessões americanas e asiáticas. Surgiu com isso a primeira campanha de imuniza o global, encabeçada pela Royal Philanthropic Vaccine Expedition. Em 10 anos de serviço esta organiza o levou a vacina da Espanha para um vasto território, que incluía o Caribe, Nova Espanha, Guatemala, Venezuela, México, províncias Andinas, Filipinas e China, Col mbia, Equador, Peru, Bolívia, Chile e Patag nia⁹¹.

Todavia a introdu o da prática poderia encontrar uma série de percalços, e um exemplo interessante destas problemáticas foi a introdu o da vacina na  ndia inglesa. A

⁸⁹Fran a. *O Investigador Portuguez em Inglaterra ou jornal literário, político, &c.*, Londres, v.10, n. XXXIX, setembro de 1814, p.436.

⁹⁰*Ibidem*.

⁹¹MARK, Catherine; RIGAU-PÉREZ, José G. The World's First Immunization Campaign: The Spanish Smallpox Vaccine Expedition, 1803–1813. *Bulletin of the History of Medicine*, v.83, n. 1, Spring 2009, pp.63-94.

vacina teria sido introduzida em Bombay, em junho de 1802, devido à iniciativa particular do governador Jonathan Duncan, que enfrentava uma alta mortalidade de varíola na região, quando um terço das pessoas que haviam contraído a doença haviam morrido. Após uma grande dificuldade enfrentada para se chegar à matéria da vacina, devido a distância, ela teria chegado da cidade de Constantinopla e fora introduzida em Bombay, para então ser disseminada pela ilha de Ceylon, Bengal e províncias de Malabar⁹².

Segundo George Keir, havia uma dificuldade diária em procurar sujeitos para continuar a prática de vacinação, e isto seria em decorrência dos costumes ancestrais dos indianos, que viam com dificuldade qualquer inovação e não entendiam como uma doença tão fraca como a vacina poderia proteger contra a varíola. Outro motivo seria que os “nativos” passavam os “preconceitos” que tinham da vaca para seus filhos, que não aceitavam se vacinar. O governador supracitado proibiu a admissão de pacientes no Smallpox Hospital, destinando o estabelecimento para a propagação da vacina. O fato é que embora tivessem sido feitos diversos esforços para convencer os “nativos” a se vacinarem, sendo oferecido até mesmo dinheiro para quem aceitasse ser vacinado, pouquíssimas pessoas compareceram⁹³.

Uma singularidade teria ocorrido na ilha de Ceylon, onde existia um hospital para inoculação de bexigas, os nativos já estavam acostumados à prática da inoculação mas “preferiram sabiamente se vacinar”. O cirurgião atribui o sucesso em propagar a vacina, ao fato dos nativos terem se familiarizado com a inoculação e à “esperta medida do governo” de circular panfletos em língua nativa incentivando a vacina⁹⁴.

Cabe aqui lembrar, como afirmou Monica Saavedra, que a vacina mais do que uma “descoberta ou revolução científica” era no seu efeito profilático uma espécie de continuação da variolização⁹⁵. Desta maneira, é razoável entender a dificuldade de se introduzir uma prática nova que era similar a uma secularmente praticada como a inoculação e esperar sua rápida aceitação. Tal querela também ocorreria em algumas regiões da Europa não só entre os leigos, mas entre os próprios médicos que divergiam sobre a temática.

Ainda neste contexto o médico J. Fleming propôs diversas medidas para

⁹²KEIR, George. *Account of the Introduction of The CowPox Into India*. Bombay: Moroba Damotherjee, 1803.

⁹³*Idem. Ibidem.*

⁹⁴*Idem. Ibidem.*

⁹⁵SAAVEDRA, M. Percursos da vacina na Índia portuguesa séculos XIX e XX. *História, Ciências, Saúde- Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 11, suplemento 1, 2004, pp. 165-82.

convencer a população a se vacinar, como ensinar aos médicos hindus a fazer a operação, e publicar uma obra nas línguas persas, hindevy, bengalese e sânscrito, que possuísse basicamente dois tópicos: 1º) Uma história sucinta da vacina, que para o cirurgião, no caso dos Hindus seria de bastante importância explicar as circunstâncias na qual o preservativo foi procurado no corpo da vaca; 2º) uma explicação da importância e principais vantagens da vacina sobre a inoculação⁹⁶.

Na mesma velocidade em que se espalhava a vacina, foram disseminadas diversas obras e traduções sobre o assunto, ensinando os meios de se vacinar, conservar e discernir os estágios da doença ou mesmo sua possível variedade. A primeira obra sobre o tema, em português, foi feita pelo médico Manoel Henrique de Paiva por encomenda do próprio Príncipe-Regente D. João, intitulada “Preservativo das Bexigas e dos seus Terríveis Estragos ou Historia da Origem e Descobrimto da Vaccina”(1801). A obra de Edward Jenner foi traduzida apenas em 1803 sob o título “Indagação sobre as causas, e efeitos das bexigas de vacca, molestia descoberta em alguns dos condados occidentaes da Inglaterra, particularmente na comarca de Gloucester, e conhecida pelo nome de vaccina”⁹⁷.

Num primeiro momento as publicações pró vacinação visavam mostrar a eficácia da vacina em casos empíricos, e diversas foram as publicações de “sucesso da vaccina”, como, por exemplo, foi noticiado no *Investigador Portuguez em Inglaterra, ou Jornal Literario, político, &c em 1813*:

Le-se n'alguns Jornaes Estrangeiros, que os Doutores Aubon e Lafont, Médicos em Constantinopola, e Salonica, descobrirão, ou antes (tem verificado) que a Vaccina he hum preservativo da peste. De 6,000 adultos vaccinados nem hum só se contagiou. Crianças, que tinhaõ sido vaccinadas continuarão a mamar em suas Maes já atacadas da peste, sem ficarem infectadas. Hum Medico Italiano, que se acha na Turquia estudando os symptomas deste horrível flagelo, inoculou-se a si mesmo com a matéria tirada de huma pessoa que tinha morrido de peste (tendo-se elle antecipadamente vaccinado), e não foi infectado, apezar de se expor em todos os pontos possíveis ao contacto com pessoas infectadas.⁹⁸

Outro exemplo interessante foi uma matéria publicada em 1804 na *Gazeta de*

⁹⁶KEIR, George. *op. cit.*

⁹⁷PITA, João Rui. Manuel Joaquim Henriques de Paiva: Um Luso-Brasileiro Divulgador da Ciência. O Caso Particular da Vacinação Contra a Varíola. *Revista de Humanidades*. Publicação do Departamento de História e Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte Centro de Ensino Superior do Seridó – Campus de Caicó, v.10, n.26, jul./dez. 2009, pp. 91-102.

⁹⁸Vaccina. *O Investigador Portuguez em Inglaterra, ou Jornal Literario, político, &c.*, Londres, v.6,n. XXIV, junho de 1813, p.492.

Lisboa, que nas palavras do redator seria “a prova para a funcionalidade da vacina”:

Seis rapazes negros, os primeiros que se vacinarão na Ilha da Reunião, e cujo pús vaccino servio depois para se enxertar em mais de 50 pessoas, se embarcarão no navio a Jovem Carolina, infestando de bexigas confluentes, e forão conduzidas a huma das ilhas das seichelles, onde o navio devia fazer quarentena. Os ditos 6 rapazes estiverão 3 mezes a bordo do navio, metidos sempre no foco da infeccção; e até fizerão habitar, dormir e comer com os infeccionados do dito mal. Demais disso foram inoculados por duas vezes com o pus das bexigas confluentes durante a quarentena, fazendo-se-lhes grandes incisões nos braços. Do auto que se lavrou a esse respeito consta deos referidos 6 rapazes, apesar de taes provas, não forão de modo algum tocados pelo contágio e se conservarão em perfeita saúde.⁹⁹

Apesar dos sucessos citados, não devemos supor que a simples introdução da vacina apagaria as querelas entorno da eficácia do método ou mesmo que o aumento da sua propagação se daria de forma contínua em todas as regiões. A história da vacina em diversos países, como o próprio Brasil, ao longo do século XIX mostra como essa história é feita de altos e baixos¹⁰⁰. No caso da Rússia, por exemplo, foi noticiado em uma matéria na *Gazeta de Lisboa* que a vacina teria sido introduzida em 1801 pelo Collegio Imperial de Medicina e parece ter tido boa aceitabilidade da população, fato este que teria levado à queda do número de mortes por varíola, em 1802, para apenas 119 pessoas. Porém, segundo o redator, devido ao fato do povo ter ficado mais “frouxo” sobre o assunto, em 1804, o número de pessoas mortas por varíola teria subido para 379 pessoas. Neste quadro, o governo teria ordenado que os pais de família, quando levassem seus filhos para serem batizados, deveriam ser advertidos pelos ministros da religião que se alguma criança falecesse por bexiga, seriam eles os responsáveis pela sua morte, por um descuido indesculpável¹⁰¹.

Outro país que apresentou dificuldades em propagar a vacina foi a Alemanha, tendo em vista uma série de medida enérgicas adotadas para fazer a população se vacinar:

Em Ulm se publicou por ordem do eleitor Havaró Palatino um Edicto, que se reduz ao seguinte todo pai de família, assim que vir algum de seus filhos ou criadas com bexiga deverá dar parte disso ao magistrado: aliás terá de pagar uma multa de 10 thales (6400 réis com pouca diferença) todos os parocos sob pena d’incorrer na mesma multa, informarão o magistrado da morte de todo o individuo proveniente de bexigas se o individuo falecido for de menor de idade, no livro dos obitos da freguesia acrescentará o paroco que morreu

⁹⁹Paris 16 de outubro. *Gazeta de Lisboa*, Lisboa, n.44, 6 de novembro de 1804. (s/p)

¹⁰⁰Neste sentido ver: CHALHOUN, Sidney. *op. cit.*

¹⁰¹Russia. Petersburgo 30 de maio. *Gazeta de Lisboa*, Lisboa, n.31, 3 de agosto de 1805. (s/p)

vitima do descompasso de seus pais, por haverem negligenciado fazello vaccinar. Proibe-se positivamente todas as pessoas, que não houveram tido bexigas, que vão ao enterro das que morrerem deste mal, e determina-se que nos lugares de costume, e mui a vista do Público se afixem cartazes, em que se anunciem os nomes dos pais, que faltos de piedade recusarem aplicar a seus filhos o inestimável beneficio da vaccina[...]¹⁰².

Voltando para as publicações sobre a vacina, grande parte das obras mencionadas se dedicavam a tratar da maneira detalhada acerca dos modos de se aplicar a vacina e sobre os respectivos estágios da doença. Segundo Hercules Octaviano Muzzi(1782-1841), para se vacinar com eficácia o vacinador haveria de ter duas habilidades essenciais primeiro o conhecimento dos estágios da doença e segundo o verdadeiro modo de inocular, sendo impossível adquirir justa noção da vacina, sem o exercício considerável da prática e observação¹⁰³.

No Brasil, um dos primeiros panfletos que circularam tratando sobre a vacinação foi publicado na *Gazeta de Lisboa*, em 1806, que continha a tradução de uma carta que o físico-mor do Estado da Índia, S. Wanfort, escrevera em 1805 ao governador e capitão general daquele Estado. A veiculação desta matéria tinha como objetivo ajudar a propagar o método de vacinação por todo o domínio português¹⁰⁴. Exemplos da *Gazeta de Lisboa* foram enviados a várias regiões, chegando às mãos de Fernando José de Portugal e Castro, então vice-rei do Brasil, que depois a enviou a diversas províncias¹⁰⁵.

Segundo S. Wanfort, a vacina possuía um período de incubação bem definido. Os sintomas começariam a aparecer no quarto ou quinto dia após a vacinação, quando se começava a formar uma pequena bexiga, no local onde foi feita a aplicação, que já estaria completamente formada no oitavo dia. No décimo dia a pústula começaria a declinar, caindo apenas no décimo oitavo dia, deixando assim apenas um sinal no braço¹⁰⁶.

No nono dia a vesícula chegaria ao seu ápice e por isso este seria o melhor para

¹⁰² Augsburg 27 de junho. *Gazeta de Lisboa*, Lisboa, n.33,13 de agosto de 1805. (s/p)

¹⁰³ MUZZI, Hercules Octaviano. *Compendio sobre a Vacina, precedido de uma história abreviada da sua propagação neste Império*. Bahia: Typographia do Diario, 1835.

¹⁰⁴ Esta carta cópia chegou às mãos do vice-rei do Brasil juntamente a diversos exemplares da *Gazeta de Lisboa* em 1806, para ajudar a se propagar a vacina jenneriana. *Correspondência do Vice-rei. Regimento para os governadores do Brasil*. Caixa 744, pct. 01, Vice-Reinado, D9, AN

¹⁰⁵ Cópia da carta que o físico Mór do Estado da Índia escreveu em data de 27 de abril de 1805 ao Governador e Capitão General do mesmo Estado sobre a inoculação da Vaccina. *Gazeta de Lisboa*, Lisboa, Suplemento extraordinário. n. XI, 21 de março de 1806. (s/p). *Correspondência do Vice-rei. Regimento para os governadores do Brasil*. Caixa 774. pct. 01. Código do Fundo D9. AN.

¹⁰⁶ *Idem, Ibidem*.

se retirar a “matéria” da vacina. Além disso, segundo S. Wanfort seria muito difícil se obter a “matéria” depois do nono dia, por que ocorreriam mudanças e decomposições que faziam ficar opaca e branca semelhante ao pus variólico. O mesmo ocorreria se a “matéria” fosse extraída no sexto ou sétimo dia, por não estar ainda devidamente formada. A matéria retirada para vacinação deveria ser transparente e sem cor, pois se a “matéria” fosse corada, ou consistente não produziria a vacina¹⁰⁷.

Hercules Muzzi, acompanhando esta discussão, afirmou que o ideal de retirar a matéria no 8º e 9º dia seria que além de mais possibilidade de não falhar, fazia com que “a pessoa sinta maior satisfação de ter a matéria retirada de uma vesícula crescida e distinta” e também recomenda que os braços dos pretos fossem limpos¹⁰⁸ antes da vacinação¹⁰⁹.

Segundo S. Wanfort a vacina, além da pústula no braço, também poderia manifestar nos vacinados outros sintomas como dores nas glândulas axilares, tensão e dificuldade de movimentar os músculos dos ombros e do peito, sendo também comum a ocorrência de febres, sonolência e dores de cabeça nos primeiros dias após a vacinação. Esses sintomas seriam variáveis, sendo em alguns casos mais graves e em outros nem existindo, porém o mais comum seria ocorrer tensão e dores moderadas nas glândulas axilares¹¹⁰.

Fora esses sintomas, os vacinados deveriam ter alguns cuidados. As crianças, por exemplo, deveriam ser vigiadas para que não se coçassem e rasgassem a pústula, pois quando isto ocorria o braço ficava todo inflamado e podia surgir um grande número de feridas “de mau aspecto e difícil de curar”. Nos adultos o cuidado era com as febres altas que ocorreriam principalmente quando a pústula fosse picada e irritada e/ou a pele arrancada do décimo quarto até décimo oitavo dia. Em alguns casos mais graves, poderia ocorrer da ferida ficar semelhante a uma erisipela, a pústula deixava de existir e

¹⁰⁷ *Idem, Ibidem.*

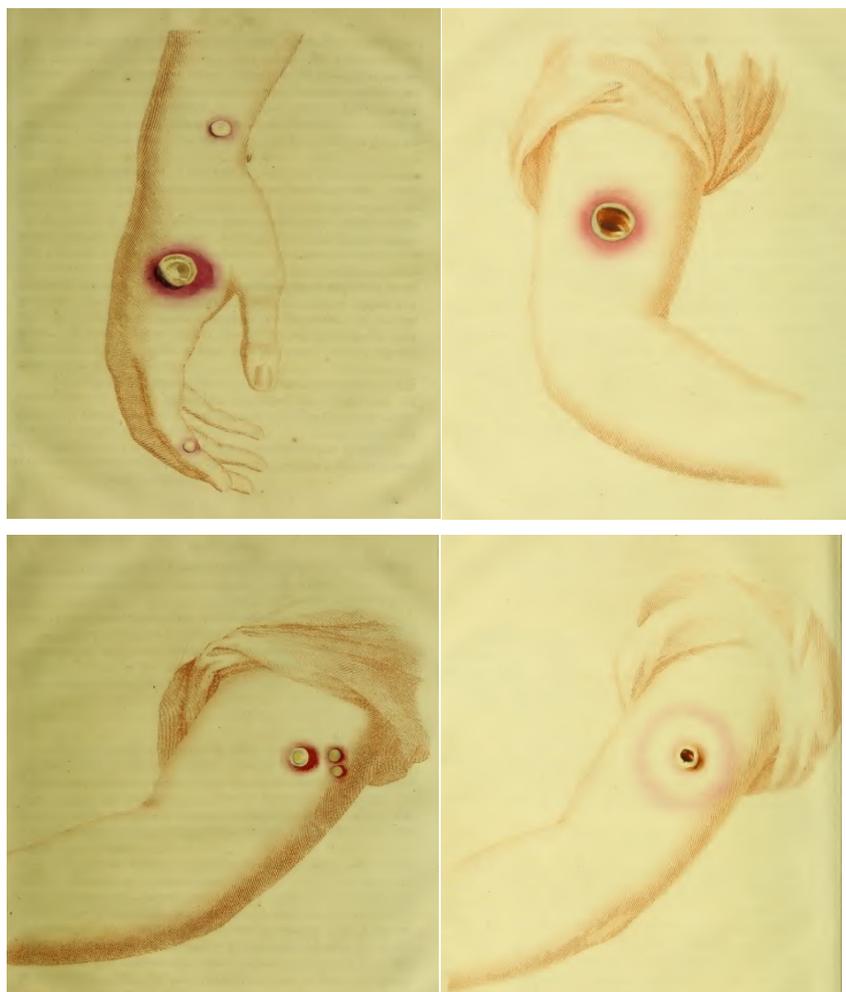
¹⁰⁸ A questão da limpeza seria importante na questão da vacina, principalmente pelo fato da operação ser feita braço a braço, e neste sentido o médico português Manuel Joaquim Henrique Paiva, havia recomendado em 1811 que se a vacina não pegasse deveria ser tomado dois ou três banhos mornos para depois repetir a inoculação e assim garantir o efeito. PAIVA, Manuel Joaquim Henriques. *Preservativo das Bexigas e dos seus Terríveis Estragos ou Historia da Origem e Descobrimto da Vaccina*. Lisboa. 1801. No caso indiano, o médico J. Fleming relatou que os indianos tinham o costume de deixar de tomar banho após serem vacinados, e por já possuírem uma série de outras doenças de pele que os acompanhavam desde cedo, acabavam por ter uma manifestação mais grave da vacina e algumas pessoas pegarem sarna. KEIR, George. *op. cit.*

¹⁰⁹ MUZZI, Hercules Octaviano. *op. cit.*

¹¹⁰ Mesmo com estes efeitos colaterais, não era receitado nenhum tratamento específico para a vacina, sendo apenas recomendado que se a febre ficasse muito alta, utilizar os meios comuns de se amortizar a febre. *Idem, Ibidem.*

se transformava em uma afecção que acometia todo o braço, muito difícil de curar¹¹¹.

O principal objetivo das obras tratando do tema de se detalhar os estágios da vacina decorria de ser a distinção função fundamental para se diferenciar a vacina verdadeira das vacinas “espúrias”¹¹². Neste sentido, é interessante ressaltar que na obra de Edward Jenner “Indagação sobre as causas, e efeitos das bexigas de vacca, molestia descoberta em alguns dos condados occidentaes da Inglaterra, particularmente na comarca de Gloucester, e conhecida pelo nome de vaccina” além da descrição minuciosa da vacina, ainda foram publicadas quatro estampas coloridas que serviriam para distinguir ainda melhor a verdadeira vacina:



Figural - Estampas da vacina na obra de Edward Jenner. Imagens encontradas na obra de Jenner representando a mão de uma pessoa que obteve o cow-pox diretamente da vaca e o braço de pessoas vacinadas. JENNER, Edward. *Indagação sobre as causas, e efeitos das bexigas de vacca, molestia descoberta em alguns dos condados occidentaes da Inglaterra, particularmente na comarca de Gloucester, e conhecida pelo nome de vaccina*. 2ª ed. Lisboa: Regia Officina Typographica, 1803. (s/p).

¹¹¹ *Idem. Ibidem.*

¹¹² As vacinas “espúrias” seriam variedades da vacina que ocorriam quando a vacina, em vez da doença normal, fazia surgir somente esponjas ou verrugas no lugar inoculado ou mesmo formas similares da vacina.

As vacinas “espúrias” seriam variedades da vacina que ocorriam quando a vacina em vez da doença normal fazia surgir somente esponjas ou verrugas no lugar inoculado ou mesmo formas similares da vacina, porém “não mudaria o sistema de maneira que resistisse ao contágio varioloso”¹¹³.

As vacinas “espúrias”, similares à vacina, tinham o período de incubação que duravam entre oito e nove dias. Suas pústulas eram diferentes da vacina verdadeira tanto na forma quanto no tamanho: seriam menores e menos achatadas, tendo a aparência semelhante à picada de um espinho. Além disso, os sintomas da vacina como febre e a intumescência das glândulas axilares não ocorreriam na vacina “espúria” e o líquido que saía da pústula quando picada, também seria diferente da pústula da vacina “verdadeira”, pois não possuía cor¹¹⁴.

Devido a essas diferenças, a atenção dos cirurgiões bastaria para se distinguir a doença “verdadeira” da “espúria”, sendo mais aconselhável nos casos duvidosos vacinar novamente o indivíduo. Neste caso a vacina se desenvolveria normalmente com todos seus sintomas gerais de maneira regular. Se depois da segunda dose da vacina, não ocorresse nenhuma manifestação, era porque o doente já estava bem inoculado da primeira vacinação¹¹⁵.

A vacina “espúria” foi tema de controvérsia durante grande parte do XIX, pois quando a vacina “falhava” era atribuído como causa a vacina “espúria”, de modo que em uma época em que a eficácia da vacina não estava consolidada os detratores do método atrelavam a “vacina espúria” a um argumento médico falacioso, que tiraria a culpa da ineficácia da vacina em proteger da varíola. Outra questão interessante presente entre os médicos era como a mesma vacina aplicada da mesma forma poderia produzir uma doença diferente¹¹⁶.

Edward Jenner, em sua obra discorreu sobre as causas que observou como causadoras da vacina “espúria”. Um dos motivos seria a retirada da matéria de uma doença que acometia as vacas, porém não continha o vírus específico. Sobre esta temática Jenner relatou que as tetas das vacas possuíam outras doenças que possuíam

¹¹³ Além da vacina “espúria” S. Wanfort relatou que algumas pessoas que foram vacinadas tiveram bexiga verdadeira, porém de forma muito mais branda. Atribuiu como possível causa deste problema o efeito do calor ou de sarna causada pela falta de lavagem dos indianos. *Idem. Ibidem.*

¹¹⁴ *Idem. Ibidem.*

¹¹⁵ *Idem. Ibidem.*

¹¹⁶ Essa discussão será melhor desenvolvida em nosso segundo capítulo. Ver, por exemplo: CARNEIRO, Heliodoro Jacinto de Araújo. *Reflexões e Observações Sobre a Prática da Vaccina, e as suas Funestas Consequências Feitas em Inglaterra*. Londres: Imprensa de Mr Cox, 1808.

manifestações eruptivas e poderiam contaminar os humanos, porém não seriam a verdadeira vacina. Para Jenner, esse era o principal motivo para os médicos relatarem que pessoas vacinadas haviam contraído a bexiga. Outra causa que poderia gerar a vacina “espúria” seria se uma matéria, que possuía originalmente o vírus da vacina, sofresse alguma decomposição que a tornava ineficaz, ou mesmo se a matéria da ulcera da vacina em período adiantado¹¹⁷.

Quanto à aplicação da vacina, S. Wanfort havia relatado na carta de 1805 publicada na *Gazeta de Lisboa*, que os cuidados que se deveria tomar com a vacinação, desde a forma de se aplicá-la, braço a braço, como a matéria retirada do algodão, além de alguns cuidados menores, como manter as lancetas limpas e secas e “picar” a pele de maneira que não saísse sangue, na aplicação da vacina. Também era aconselhado que a inoculação ocorresse em ambos os braços, por que deste modo a vacina produziria com mais certeza seus sintomas característicos. Essas medidas seriam importantes, pois o cirurgião atribui o grande número de casos em que a vacina falhava ao despreparo, ou pouca atenção que os cirurgiões tratavam dos cuidados mencionados. Também por descuido estes cirurgiões rasgariam ou inflamariam a pústula, perdendo com isso o vírus e por consequência inutilizando a operação¹¹⁸.

Como vimos, embora parecesse simples, a aplicação da vacina necessitava de um mínimo de cuidados e algumas habilidades, uma das maiores reclamações do diretor do instituto vacínico do Rio de Janeiro, Hércules Octaviano Muzzi, era o fato que os leigos no Brasil que faziam esta operação não tinham tais conhecimentos e, por conseguinte, inutilizavam a vacina¹¹⁹. Um exemplo mais específico pode ser visto na vacinação na Fazenda Real de Santa Cruz onde, após apenas um mês de vacinação, o diretor da fazenda tinha a intenção de demitir o cirurgião aplicador da vacina para cortar custos, afirmando que já sabia tudo que era necessário sobre a aplicação da vacina¹²⁰.

Outros cuidados que deveriam ser tomados quanto à vacinação seria em relação à conservação do vírus. A “matéria” deveria ser conservada, pois não era possível consegui-la sempre fresca, dado o fato de o “*cow-pox*” não ser uma doença muito frequente no gado. Com isso, era comum que fossem vacinadas algumas pessoas com a

¹¹⁷ Jenner ainda discorre que a vacina “espúria” poderia advir de uma matéria produzida na pele humana por uma “morbosa” particular gerada pelo cavalo. JENNER, Edward. *op. cit.*

¹¹⁸ *Idem, Ibidem.*

¹¹⁹ MUZZI, Hércules Octaviano. *op. cit.*

¹²⁰ Carta do Administrador da Fazenda de Santa Cruz ao Vice-rei. *Ministério do Império - Casa Imperial - Fazenda de Santa Cruz*. Caixa 507, pct. 02. Título do Fundo: Fazenda Nacional de Santa Cruz. Código do Fundo: EM. AN.

pústula da vaca e depois os vacinados seguintes receberiam a vacina da pústula do outro indivíduo e se guardava a “matéria” para futuras operações¹²¹. Devido a isso, a “matéria” poderia ser conservada em fios de algodão que depois de molhados na pústula deveriam ser guardados em vidros próprios, lacrados, mergulhando os algodões em “espírito de vinho”¹²² para evitar a sua evaporação, ou que o ar lhe produzisse alguma alteração. Com este método a vacina se conservaria por muito tempo com o mesmo efeito, porém se o algodão fosse umidecido antes de utilizado, poderia tirar a força do “vírus”¹²³.

S. Wanfort ainda afirmara, em sua carta, não haver contra indicações para a vacinação, nem quanto à questão de idade nem quanto à constituição física das pessoas. Sendo que quanto menor fosse a idade, mais amenos seriam os sintomas da vacina, não ocorrendo quase nunca nas crianças menores a afecção geral. Segundo o cirurgião, essa falta de contra-indicações da vacina foram constatadas em base na sua experiência de três anos no serviço de vacinação, quando teriam sido inoculadas pessoas de todas as idades, gordas, magras, saudáveis e “valetudinários”, cobertos de herpes, lepra e outras afecções de pele, sem que nenhuma destas diferenças tenha alterado o progresso e sintomas da vacina¹²⁴.

A matéria publicada na *Gazeta de Lisboa* terminava com as conclusões de S. Wanfort, o qual afirmara que após mais de três anos de vacinação, a vacina não teria ficado mais branda com o passar do tempo e nem deixou de “produzir a mudança constitucional no sistema que prevenia contra a varíola”. Assim podemos deduzir que nos primeiros anos de utilização da vacina, poderia haver algum temor entre os médicos de que com o uso e difusão a vacina pudesse perder a sua capacidade de prevenir contra a varíola. Porém, para o redator, a vacina só traria vantagens e seus benefícios já podiam ser sentidos e seriam inegáveis, e para tal citou, por exemplo, os literatos como o enciclopedista D’Alembert que, com seu cálculo das probabilidades, trazia a certeza do

¹²¹ CHALHOUB, Sidney. *op. cit.*, p.106.

¹²² A expressão remete a álcool.

¹²³ Segundo o redator quando a inoculação fosse realizada utilizando o algodão deveria se fazer pequeninas incisões no braço do indivíduo e introduzir em cada uma delas uma porção análoga de algodão enopado nos vírus, e cobrir todas com alguma coisa que as conservasse naqueles lugares. Cópia da carta que o físico Mór do Estado da Índia escreveu em data de 27 de abril de 1805 ao Governador e Capitão General do mesmo Estado sobre a inoculação da Vaccina. *Gazeta de Lisboa*, Lisboa, Suplemento extraordinário, n.XI, 21 de março de 1806. *Correspondência do Vice-rei. Regimento para os governadores do Brasil*. Caixa 744, pct. 01. Vice-Reinado Caixa 774. pct. 01. Código do Fundo D9. AN.

¹²⁴ *Idem. Ibidem.*

benefício “incomparável que a descoberta do doutor Jenner traria a Humanidade”¹²⁵.

Cabe ressaltar que em relação a todos esses testes, o redator não levantava questões relacionadas à transmissão de outras doenças pela vacinação, embora relatasse terem sido vacinadas pessoas com doenças de pele transmissíveis, como a lepra. Um debate que já seria sido travado nos primeiros anos de vacinação, e posteriormente depois comprovado, colocava que doenças como a sífilis logravam êxito em se disseminar junto com a vacinação *braço a braço*¹²⁶.

1.3- A introdução da Vacina no Império Luso-Brasileiro.

A Europa, a partir do século XVIII, sofreu grande influência do iluminismo, um movimento cultural amplo, envolto de uma postura intelectual que lutava contra o obscurecimento, à ignorância, buscando as respostas para as questões humanas à luz da razão. Em meio a esse contexto, a saúde pública começou a ser bastante debatida nos meios intelectuais e em muitos casos foi posta em prática por alguns governos. No caso germânico, por exemplo, surgiria o conceito de “polícia médica”, que resumidamente seriam práticas de saúde promovidas pelo governo, com uma alta regulamentação administrativa. Na Inglaterra, por sua vez, surgiriam questões relativas à saúde dos pobres e do bem estar da criança. Estas medidas, não mais seriam feitas por um viés de caridade e benevolência, mas como uma forma racional de tentar se controlar as doenças visando uma melhoria da qualidade de vida¹²⁷.

Ainda no contexto iluminista, segundo Dorothy Porter, foi neste período que os Estados modernos começaram a tentar mensurar a sua própria força e para tal começaram a fazer análises quantitativas sobre população, através de censos que computavam nascimentos, mortes e incidência de doenças. Neste cenário, a monarquia via seus súditos como propriedade sendo sua a força e saúde responsáveis por produzir riquezas e dar força ao Estado. Essa matemática social teria relação direta com o nascimento da medicina moderna, a qual, segundo a autora, foi utilizada para analisar quantitativamente as determinantes econômicas e sociais de distribuição de doenças,

¹²⁵ *Idem. Ibidem.*

¹²⁶ A crença de que a vacinação direta do *cow-pox* pudesse passar doenças do gado para o homem fez com que a vacinação *braço a braço* se torna mais recorrente, pois assim se evitaria a transmissão destas doenças para o homem, em contrapartida a suspeita mais tarde constatada pelos médicos de que a vacinação *braço a braço* era um método fácil para transmissão de outras doenças como a sífilis. CHALLHOUB, Sidney. *op. cit.*, p.116.

¹²⁷ ROSEN, George. *Uma História da Saúde Pública*. São Paulo: Ed. Unesp. 1994, pp. 109-112.

influenciando nas políticas dos Estados e nas próprias práticas de saúde pública¹²⁸.

Para autora, esses estudos representaram o que seria uma “biopolítica”, que teve proliferação no final do XVIII e início do XIX. Essas análises produziram avaliações que facilitaram o aumento das intervenções disciplinares no indivíduo e no corpo social como um todo. Tal conhecimento disciplinar foi focado no corpo em si mesmo, seu processo biológico e funções, propagação de doenças nascimento e mortalidade, níveis de saúde e morbidade, de expectativa de vida e longevidade¹²⁹. Neste contexto surgiu em diversos países europeus a Polícia Médica, com conotações específicas de acordo com a particularidade de cada país. Esta política influenciou em várias esferas do indivíduo e da sociedade com medidas que cerceariam desde o comportamento íntimo que poderia espalhar ou engendrar doenças, até casamento, gravidez e higiene pessoal e políticas públicas como o fornecimento de água limpa e redes de esgoto e quarentenas¹³⁰.

Segundo Dorothy Porter, ainda no século XVIII, o humanismo iluminista enfatizou o papel da filantropia nas práticas de saúde. Além disso, no meio social estava ocorrendo uma revisitação grande dos clássicos hipocráticos pela Europa, ao lado de um novo ambientalismo, que incorporaram preocupações com a regulação do meio ambiente, onde as questões voltadas para a compreensão do surgimento de epidemias voltavam-se para a demonstração de que as doenças surgiriam de emanações atmosféricas. Surge, assim, um movimento de melhoramento da cidade e do meio ambiente com reformas sanitárias que acabariam por melhorar a saúde dos pobres na Europa. Acreditava-se que os odores espalhariam doenças, e por isso incentivava-se a limpeza de ruas e das cidades. Na Inglaterra, as campanhas para evitar doenças eram baseadas em análises sociais e ambientais, porém somente esporadicamente se transformavam em práticas de saúde. Nesta sociedade de Estado mínimo, a saúde pública se transformou em empresas comerciais, que faziam a limpeza de ruas e outros serviços. Sendo o serviço de inoculação de varíola o que mais logrou sucesso à época¹³¹.

Dorothy Porter ainda relata que na França, em meio ao contexto revolucionário, o governo definiu como dever do Estado a proteção a saúde de seus cidadãos, surgindo

¹²⁸PORTER, Dorothy. *Health, Civilization and the State: A History of public health from ancient to modern times*. London: Routledge, 1999.pp.46-61.

¹²⁹*Idem. Ibidem.*

¹³⁰*Idem. Ibidem.*

¹³¹*Idem. Ibidem.*

com isso diversas problemáticas envolvendo a saúde pública. Dentre estas estava a tentativa de controlar ou minimizar as epidemias, como a da varíola. No plano de François- Alexandre-Frédéric de La Rochefoucauld-Liancourt (1747-1827), presidente do Comité de Mendicité, apresentado à Assembléia Constituinte em 1791, foi especificado que cada distrito rural deveria ter um clínico, ou um cirurgião, nomeado pelo departamento, para cuidar dos indigentes, supervisionar a saúde das crianças e desempenhar funções de um oficial de saúde. Sendo que estes médicos, em épocas determinadas, inoculariam crianças e adultos contra a varíola através da “variolização”¹³².

Em Portugal, a ilustração começou a ter força na segunda metade do século XVIII e de certa maneira defasada em relação aos outros países centrais europeus. Neste sentido a ilustração surge como uma tentativa rápida de fazer frente a esses países, principalmente no plano econômico¹³³. Com isso, o iluminismo português tem um caráter científico pragmático e utilitarista, ou seja, onde a razão, natureza e prática deveriam compor forças para o bem da sociedade promovendo algum progresso material para a condição de vida dos homens. Houve incentivo, por parte da Coroa portuguesa, para a formação de cientistas, cuja exploração, poderia viabilizar inúmeros benefícios para o comércio, a indústria, as artes e a própria medicina. Estes cientistas havidos pelas idéias e práticas européias, buscaram colocá-los a testabilidade da realidade em que viviam, ou seja, buscavam adaptar as receitas européias aos problemas portugueses tanto metropolitanos quanto coloniais¹³⁴.

A saúde pública em Portugal esteve calcada em dois paradigmas diferentes, durante o Antigo Regime, sendo o primeiro marcado pela doutrina corporativa e pelo modelo doméstico de governação, ou seja, cabia ao Príncipe cuidar da saúde de seus vassallos como se fossem filhos da sua família, tal modelo estava pautado pela lógica familiar e da pastoral cristã. No segundo período, a população seria vista como um bem precioso para formar uma nação rica e desenvolvida de modo que tudo passaria a mudar nas concepções práticas de saúde que passam a ter como objetivos preservar, tratar e

¹³² ROSEN, George. *op. cit.*, pp. 132-133.

¹³³ Uma das peculiaridades do Iluminismo em Portugal seria sua introdução feita por pensadores que faziam sua formação nestes países centrais, buscava levar as luzes a Portugal o que lhe dá um caráter de importação de idéias, adaptadas às peculiaridades e limitações da sociedade portuguesa da época. VARELA, Alex Gonçalves. “*Juro-lhe pela honra de bom vassallo e bom português*”: *Análise das Memórias Científicas de José Bonifácio de Andrada e Silva (1780-1819)*. São Paulo, Annablue, 2006, p.51-52.

¹³⁴ Dias, Maria Odila da Silva. Aspectos da ilustração brasileira. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 278, 1968, pp.105-69.

prevenir das doenças buscando conseguir um prolongamento da vida e aumento populacional¹³⁵.

No que tange ao combate à varíola, o governo português aumentou sua atuação no final do século XVIII, promovendo uma política voltada a diminuir a mortalidade e promover o aumento da população. Para tal, o governo adotou uma série de medidas concretas como estimular matrimônios e promover a natalidade, prevenção e contenção de doenças venéreas, e também controlara varíola através do método de inoculação e posteriormente de vacinação. Nesta conjuntura, segundo o historiador Bruno Barreiros, foi criado na metrópole na década de 1790 um Hospital de inoculação das Bexigas, financiado pelo Erário Público, que seria uma instituição com o objetivo de inocular principalmente as crianças, além de acompanhar o andamento da doença, popularizar o método, tirar dúvidas sobre a inoculação e testar sua eficácia¹³⁶.

Os relatos sobre este hospital são escassos, e ainda segundo Bruno Barreiros, sabe-se que, em 1796, o Hospital foi instalado na quinta do Alcipestre nas mediações de Arroio e que a prática de variolização ocorreu regularmente, sendo supervisionada pelo Físico-Mor-do-Reino, Francisco Tavares. A variolização foi realizada principalmente nas crianças enjeitadas, que não deveriam ter menos de 4 anos e mais de 7 anos. Bruno Barreiros apontou que a prática de inoculação sofria resistência dos poderes locais, o que podia ser visto na hostilidade com a qual os visitantes da Junta do Proto-Medicato, responsáveis pelos serviços de inoculação, eram recebidos. Desta maneira por diferentes razões e vários impedimentos o Hospital findaria suas atividades no ano de 1804¹³⁷.

De acordo com o supracitado autor, a importância deste Hospital residia no esforço estatal de promover uma política de assistência à infância e por estar na gênese do movimento de implantação da inoculação e da vacinação que seguiram os anos posteriores nos domínios portugueses. Ainda neste cenário, por exemplo, em 1799 foi enviada uma carta régia a todos os governadores dos domínios ultramarinos visando a introdução da inoculação de bexigas em todos seus domínios, especialmente entre os

¹³⁵SUBTIL, José. O Antigo Regime da Saúde Pública entre o Reino e o Brasil. *Revista Ultramares Dossiê Antigo Regime Português*, n. 8, v.1, ago-dez, 2015, pp. 39-66.

¹³⁶BARREIROS, Bruno Paulo Fernandes. *Concepções do Corpo no Portugal do Século XVIII: Sensibilidade, Higiene e Saúde Pública*. Tese (Doutorado em História, Filosofia e Patrimônio da Ciência e Tecnologia), Universidade nova de Lisboa. Lisboa, 2014.

¹³⁷ O autor Barreiros não explora quais teriam sido os obstáculos encontrados pelo Hospital de Inoculação mostra apenas uma querela com o Provedor-Mor da misericórdia de Santarém que Gonçalo Barba Alardo que estaria sendo acusado de difamar os funcionários pelo modo inadequado e bruto que os funcionários agiam no trato com os expostos. Ver: BARREIROS, *op. cit.*, pp. 217-218.

meninos negros e índios¹³⁸, por entender ser está prática “o único meio eficaz contra as bexigas naturais” que vinham causando grandes prejuízos ao reino¹³⁹. Já em 1802 outras cartas régias foram enviadas, incentivando o combate a varíola, porém, não mais através da variolização, mas sim que se disseminasse a vacina jenneariana por todas capitânicas do Império¹⁴⁰.

Índícios da prática de variolização são encontrados na Metrópole e na Colônia, embora nos dois tornou-se um problema historiográfico delimitar de fato quando a vacina foi introduzida nos domínios portugueses, pois é difícil especificar se o vocábulo está tratando de vacinação ou variolização e também por divergência entre outras fontes. Segundo Jose Silva a vacinação em Portugal teria começado como uma prática localizada e privada, e aplicada por médicos e cirurgiões de modo não sistemático, neste sentido à duas referências sobre o início da vacinação, uma tratando sobre inoculação de vacina no Hospital de inoculação de Lisboa ainda em 1799 e outra matéria na *Gazeta de Lisboa* que apresentou que o método teria sido introduzido em 1800¹⁴¹.

Na matéria da *Gazeta de Lisboa* o redator afirmou que, em 1800, havia chegado o pus da Inglaterra, sendo a inoculação adotada no Hospital da Inoculação, e que em 1805 já estaria “muito vulgar nesta corte” e também sendo utilizada nas províncias de Minho, Beira e em maior número nas vizinhanças de Coimbra¹⁴². Vieira Fazenda discorreu que após Jenner ter descoberto a vacina, o vice-reitor da Universidade de Coimbra conseguiu um pequeno vidro de pus remetido de Londres, apresentados a congregação médica da Universidade de Coimbra e daí tentou-se espalhar por todo reino de Portugal¹⁴³.

O médico Antonio de Almeida narrou em uma *Memória* que na Universidade de Coimbra o Vice-Reitor Dr. José Monteiro da Rocha havia ordenado, em 1804, que se fizesse no Hospital da Universidade um estabelecimento próprio para vacinação. Para

¹³⁸ Como já foi mostrada, a varíola causava maior mortandade entre as crianças. No Brasil os negros e os índios foram os mais atingidos pela varíola, e talvez por isso a preocupação em vacinar prioritariamente estes grupos. Importava vaciná-los pois os índios já estavam sendo catequizados e contribuíam para uma maior defesa do território, e os negros, se falecessem causariam prejuízos aos senhores de escravos.

¹³⁹ *Correspondência do Vice-rei. Regimento para os governadores do Brasil*. Caixa 744, pct. 01. Vice-Reinado. Caixa 744, pct. 01, Vice-Reinado, D9, AN.

¹⁴⁰ *Idem, Ibidem*.

¹⁴¹ A data de 1799 foi referida em uma carta do médico António José de Almeida, na qual afirmou que “em 1799 inoculou-se de Vaccina no Hospital de inoculação de Lisboa. *Apud*. SILVA, José. Alberto Teixeira Rebelo da. *A Academia Real das Ciências de Lisboa (1779-1834): ciências e hibridismo numa periferia europeia*. Tese (Doutorado em História e Filosofia das Ciências), Lisboa, Universidade de Lisboa, 2015, p 269.

¹⁴² Provimientos Militares. *Gazeta de Lisboa*, Lisboa, n.32, 9 de agosto de 1805. (s/p).

¹⁴³ FAZENDA, José Vieira. *op. cit.*

isto havia conseguido a matéria vacínica diretamente de Londres, e de Lisboa. O médico Bento Joaquim de Lemos foi incumbido de “aprontar camas”, e fazer os diários das pessoas que fossem vacinadas. Segundo Antonio de Almeida, pelas controvérsias que existiam em torno da vacina, a decisão e atuação da universidade seriam muito importantes para a sua difusão. Todavia o vice-reitor deixou a faculdade e com isso a prática de vacinação acabou por ser interrompida. Antonio de Almeida discorreu que houveram outras tentativas de vacinação na universidade, que cessaram com a invasão das tropas francesas em Portugal, fazendo com que as observações feitas por Bento Joaquim de Lemos se extraviassem com outros papeis¹⁴⁴.

O fato é que a querela sobre a vacina estava posta nos domínios portugueses no começo do século, tendo sido encomendada a produção de uma obra sobre o tema ao médico Manoel Henriques de Paiva, pelo próprio D. João. Assim, em 1801 foi publicada a obra “Preservativo das Bexigas e dos seus Terríveis Estragos ou Historia da Origem e Descobrimto da Vaccina”. Segundo o estudioso da história da farmácia em Portugal, João Rui Pita, assim como ocorrera em outras obras de divulgação de Henriques de Paiva, a intenção seria alertar a população para um grande problema de saúde que era a varíola e buscar sensibilizá-la para aderir a um processo “garantido e inovador” que era a vacina¹⁴⁵.

Henriques de Paiva discorreu como sendo os principais objetivos de seu trabalho a divulgação da descoberta da varíola das vacas e dos seus sintomas e efeitos no organismo humano e a apresentação das vantagens da doença no organismo humano contra a varíola humana. Desta maneira o autor salientava que em diversos países europeus, como Inglaterra, Suíça, França, Itália e Espanha, as vantagens da vacinação já haviam sido comprovadas e difundidas, e que em Portugal já haviam sido iniciados os trabalhos¹⁴⁶.

No último capítulo de sua obra, Henriques de Paiva se posicionou amplamente favorável à vacina argumentando que ela não seria nem mais arriscada nem daria mais trabalho do que a variolização e ainda seria mais eficaz. Também respondeu a os três principais questionamentos contra a vacina que seriam: que haviam poucos estudos sobre o caso; que não se devia introduzir no gênero humano uma doença nova trazida

¹⁴⁴ALMEIDA, Antonio de. *Annaes vaccinicos de Portugal, Ou Memoria Chronologica da Vaccinação em Portugal, desde a sua introdução até o estabelecimento da Instituição Vaccinica da Academia Real das Sciencias de Lisboa*. Por Antonio de Almeida. *Historia e Memorias da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, Lisboa, Tomo IV parte II, 1816, pp.40-64.

¹⁴⁵PITA, João Rui. *op. cit.*, pp. 91-102.

¹⁴⁶PAIVA, Manuel Joaquim Henriques de. *op. cit.*

pelos animais; e que um dos vacinados morreu¹⁴⁷.

Como resposta a estes questionamentos, Henriques de Paiva argumentou que a prática da vacinação estava amplamente disseminada por toda a Europa, de maneira que o método estava devidamente testado e que não haveria problema em introduzir uma “doença inocente”, que livraria de outra tão funesta quanto a varíola. Em relação ao terceiro questionamento, o médico afirmou que teria havido somente um caso de morte, o que era muito pouco em comparação ao número de pessoas vacinadas e livres da varíola. Desta maneira Henriques de Paiva recomendava que os médicos publicassem suas observações e incentivava que a população deixasse de lado seus “prejuízos” contra a vacina¹⁴⁸.

João Rui Pita resume bem outros argumentos em prol da vacina que Henriques Paiva utiliza:

Henriques de Paiva salienta na obra as condições de segurança de aplicação da vacinação apontando quatro grandes razões: em primeiro lugar refere que a vacinação não exigia cuidados especiais de preparação, ‘não requer preparação alguma, nem cuidado muito particular, ou remédio algum, antes, depois, ou durante seu curso’; em segundo lugar diz que o processo se podia aplicar em qualquer idade, mesmo desde os dois meses; em terceiro lugar, sublinha que a vacinação não era propagável a outras pessoas enquanto doença; finalmente, menciona que a vacinação não é um processo doloroso; em quinto lugar diz que qualquer pessoa pode aplicar a vacina: pais, mães e amas de leite, devendo haver apenas atenção especial ‘ao modo de fazer as picaduras para a vacinação’; por último, faz salientar que o processo da vacinação é muito seguro não sendo acompanhada de qualquer ‘dano’ ou acidente grave¹⁴⁹.

A tradução da obra de Jenner, “Indagação sobre as causas, e efeitos das bexigas de vacca, molestia descoberta em alguns dos condados occidentaes da Inglaterra, particularmente na comarca de Gloucester, e conhecida pelo nome de vacina”, publicada em 1803, foi importante pois difundiu diversas notícias sobre a vacina ao redor do mundo, assim como continha um quadro feito pela Royal Jennerian Society for the Extermination of Small Pox. Neste quadro apresentava de forma comparativa a variolização, vacinação e varíola, sendo discriminado um breve histórico das 3 doenças, o perigo dentre elas, como eram as erupções, a forma de tratamento, deformidade, precaução e doenças subsequentes. Em todos os quesitos a vacina se mostrava mais

¹⁴⁷*Idem. Ibidem.*

¹⁴⁸*Idem. Ibidem.*

¹⁴⁹ PITA, João Rui. *op. cit.*, p. 99.

branda, sendo considerada como a melhor medida profilática a ser utilizada¹⁵⁰.

Segundo o relato do médico Antonio de Almeida, o médico inglês Domeier havia feito uma tradução de uma memória, publicada em 1801 em alemão, sobre a vacina, intitulada “Memoria sobre a utilidade da inoculação das bexigas vaccinicas, traduzida do Alemão, e offerecida a todos os Professores de Medicina e Cirurgia, Pais de familias, e Chefes de Corporações, por um amigo da humanidade; com um Addiantamento de várias noticias tiradas dos papeis públicos de París, e huma exposição dos siganes da verdadeira Vaccina”. Antonio de Almeida discorreu que em tal obra Domeier dava a entender que até aquele momento não havia vacinação em Portugal, e que ele teria sido o introdutor do método em Lisboa. Para Antonio de Almeida, no mesmo ano em que Henriques de Paiva havia publicado sua obra, embora outros médicos também tenham ido estudar a vacina a mando do governo, só foram encontrados os registros do médico João Antonio Monteiro que, a mando do Conde de Linhares, Rodrigo de Souza Coutinho Barbosa (1755-1812), trouxe a vacina de Cadix em lâminas e tentou aplicá-las em alguns expostos. Todavia a vacina não funcionou¹⁵¹.

Ainda sobre a vacina em Portugal, o historiador Bruno Barreiros relatou que um praticante membro do Royal College of Surgeons of London, e correspondente da instituição vacínica inglesa, entrou em contato, no ano de 1803, com a Junta do Proto-Medicato, apresentando um requerimento para introduzir a inoculação da vacina em Portugal. A Junta atendeu a seu pedido, estipulando um ordenado para o praticante e para o cirurgião-mor das armadas, que estariam encarregados de praticar a vacina mensalmente em todas as paróquias de Lisboa¹⁵².

No ano seguinte, ainda relata Barreiros, o médico Ignácio Tamagine buscou introduzir a vacina na Vila de Abrantes e foi impedido pelo Juiz de Fora, que argumentou que as autoridades tinham diferente posição perante aquele método que ainda era considerado novo. A querela chegou nas mãos do Intendente Geral da Polícia, que não soube que medida tomar, por possuir duas publicações com distintas posições, uma contra e outra a favor da vacina. Assim, remeteu o caso para que fosse avaliado pelo corpo acadêmico da Faculdade Médica da Universidade de Coimbra, ao qual caberia dar seu parecer por escrito. Caberia igualmente uma avaliação do Proto-Medicato, a qual foi proferida ainda em 1804, com um parecer favorável à vacinação, o

¹⁵⁰ JENNER, Edward, *op. cit.*

¹⁵¹ A obra não possuía o nome do tradutor, mas Antonio de Almeida afirmou que sem dúvidas se tratava do Dr. Domeier. ALMEIDA, Antonio de. *op. cit.*

¹⁵² BARREIROS, Bruno Paulo Fernandes. *op. cit.*, pp.218-219.

que liberou a prática ao sobredito Ignácio Tamagine, bem como a outros médicos que queriam usar o método¹⁵³.

Ainda no ano de 1803, a Junta do Proto-Medicato ficou responsável pela nomeação de dois cirurgiões para fazerem mensalmente a vacinação nas paróquias de Lisboa e para promover a distribuição da tradução da obra de Edward Jenner, publicada em 1798, porém segundo Bruno Rebelo da Silva esta iniciativa não logrou êxito por problemas administrativos¹⁵⁴.

Já em 1804 aconteceu um fato importante a favor da vacinação, quando o Príncipe-Regente D. João, “convencido da utilidade da vaccina”, mandou vacinar os infantes D. Miguel de 4 anos e D. Izabel de 2 anos e oito meses. Tal fato foi noticiado na *Gazeta de Lisboa*, relatando todo o decorrer da doença nas crianças, assim como a informação de que teria vacinado também dois filhos de Salvador Correia de Sá e Benevides Velasco, o Visconde de Asseca. O exemplo seria importante, pois a própria vacinação dos filhos do monarca visava influenciar na aceitabilidade da vacina, e marcava derradeiramente o que seria uma política absolutista em favor da vacinação. Neste sentido diversos cirurgiões do período utilizaram este exemplo na tentativa de persuadir os pais de família¹⁵⁵. A persuasão era sempre voltada a figuras como “Pais, Padres e desembargadores Tutores, Curadores, Amos e Senhores”, ou seja, os depositários das prerrogativas senhoriais que deviam fazer com que seus dependentes fossem vacinados¹⁵⁶.

Nos primeiros anos de vacinação em Portugal esta foi difundida a partir de uma base individual, voluntarista e não sistemática. No grupo de vacinadores estavam pessoas de diversos tipos, desde médicos e cirurgiões, até pessoas não especializadas, como padres, sangradores e pessoas movidas por ideais filantrópicos ou humanitários. Para Teixeira da Silva a distribuição da vacina ficou restrita a poucas áreas de Portugal, e se formou uma “malha bastante rarefeita e pouco eficaz em termos de cobertura do território”¹⁵⁷.

No Brasil, os primeiros historiadores preocupados com o tema teriam sido Joaquim Noberto de Souza Silva e Joaquim Manoel de Macedo, autores de um manuscrito datado do ano de 1859 intitulado “Por uma história da vacina no Brasil”.

¹⁵³ *Idem. Ibidem.*

¹⁵⁴ SILVA, José Alberto Teixeira Rebelo da. *op. cit.*, pp.274

¹⁵⁵ Provimentos Militares. *Gazeta de Lisboa*, Suplemento, n.32, 9 de agosto de 1805, (s/p).

¹⁵⁶ Sobre este fato ver CHALHOUB, Sidney. *op. cit.*, pp.173-174.

¹⁵⁷ SILVA, José. Alberto Teixeira Rebelo da. *op. cit.*, pp.272-273.

Este estudo dos autores teria surgido a partir do requerimento apresentado pela Viscondessa de Santo Amaro ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 1859, para que fosse construído um busto de seu pai, o Marques de Barbacena, o qual segundo esta teria introduzido a vacina no Brasil no ano de 1804 ao custo de 180 Réis¹⁵⁸.

A correspondência do Marques de Barbacena, Felisberto Caldeira Brant Pontes de Oliveira Horta, demonstrava como fora seu plano para fazer a vacina chegar ao Brasil. O Marques de Barbacena teria entrado em contato, por correspondência, com o cirurgião-mor do Reino, Teodoro Ferreira de Aguiar, e solicitado que fosse remetida a vacina ao Brasil. No navio que transportou a referida carta, também estavam sete crianças e o cirurgião Manoel Vieira da Rosa, responsável por aprender a técnica da vacinação. Na viagem de retorno ao país, caberia ao cirurgião a conservação e aplicação da vacina nas sete crianças embarcadas. Como a viagem de Portugal ao Brasil durava em média de 30 a 45 dias, o Marques de Barbacena sugeriu que o cirurgião trouxesse enfeitados, e que fosse vacinando também a tripulação do navio, de modo a se conservar a vacina¹⁵⁹.

Em outra carta para seu genro, em 1805, o Marquês de Barbacena demonstrou bastante entusiasmo e satisfação com relação à vacina:

Amaro Velho da Silva, então residente nesta Corte, e datada da Bahia a 14 de março de 1805. Teve por portador ao cirurgião ajudante de seu regimento, que vinha munido de uma remessa de pus vacínico. Pode vncês., dizia o ilustre marquês, e todos os seus aproveitarem-se dele, que vacina com muita perfeição. Aqui o número dos vacinados já excede a três mil e nunca me pareceu que pudesse em minha vida e com minhas fracas forças fazer tão grande benefício à humanidade como foi introduzir a vacina na Bahia. O nosso governador quis ser quinhoeiro desta glória e por isso vai adiantando a introdução nos outros pontos do Brasil. Agora manda para o Rio, e fica outra expedição para Pernambuco¹⁶⁰.

Chalhoub destacou a importância desta iniciativa do Marquês de Barbacena:

A vacina jenneriana tenha chegado pela primeira vez ao Brasil em 1804, quando Felisberto Caldeia Brant futuro Marquês de Barbacena, mandou a Lisboa, como cobaias sete crianças de sua propriedade; um médico acompanhou os escravos, aprendeu a técnica da vacinação braço a braço, e voltou aplicando o metido sucessivamente aos cativos

¹⁵⁸ De acordo com Myriam Bahia Lopes e Ronald Polito, o senhor Antônio Mendes Ribeiro teria remetido os ofícios com documentos atestando que seu pai, o cirurgião Mor Francisco Mendes Ribeiro de Vasconcelos, teria introduzido a vacina no Brasil em 1798. Porém, tais documentos tratavam sobre a inoculação de bexigas e não da vacina. Ver: LOPES, Myriam Bahia e POLITO, Ronald. *op. cit.*, pp.595-605.

¹⁵⁹ O Marques de Barbacena havia lido que os espanhóis teriam tido sucesso ao introduzir a vacina em suas colônias deste mesmo modo. LOPES, Myriam Bahia e POLITO, Ronald. *op. cit.*, pp. 599-600.

¹⁶⁰ LOPES, Myriam Bahia e POLITO, Ronald. *op. cit.*, p.600.

durante a viagem¹⁶¹.

Em seguida Chalhoub se remeteu ao estudo de Hercules Octavianno Muzzi, na obra “Compêndio”, no qual este havia afirmado que aquela vacina transportada havia chegado ao Rio de Janeiro ainda em 1804, com condições de utilização. Em sua narração Hercules Muzzi relatou, ainda, que o governo português, em outra ocasião, havia definida a vinda de índios, de Lisboa, utilizando o mesmo processo, ou seja, de vacinação *braço a braço* durante a viagem até o Rio de Janeiro, o que permitiu que a vacina conseguisse chegar ativa, em maio do mesmo ano¹⁶².

Porém, ao analisarmos a correspondência do vice-rei, Fernando José de Portugal e Castro, observamos algumas diferenças em relação ao relato de Hercules Muzzi: os escravos teriam sido remetidos à Lisboa por mercadores baianos e não pelo Marquês de Barbacena. Além disso, a vacina não teria chegado ao Rio de Janeiro em 1804, mais somente no ano seguinte, pois a correspondência do vice-rei requerendo a vacina da Bahia para a introdução da prática no Rio de Janeiro datava de 1805¹⁶³.

Seguindo esta correspondência, o vice-rei, ao saber que a vacina havia chegado à Bahia, mandou uma carta ao governador desta capitania para saber qual era a situação do “humor vacínico” que havia chegado de Lisboa. Ao saber que o “humor” estava em “pleno vigor”, requereu do administrador da Fazenda de Santa Cruz¹⁶⁴ que este lhe enviasse 8 “mulatinhos”, que não houvessem tido bexigas para irem sendo vacinados. Como não foram encontrados os 8 “mulatinhos” nestas condições, foi completado o número com “negrinhos”¹⁶⁵, que foram enviados à Bahia para que a vacina pudesse chegar ao Rio de Janeiro *braço a braço*, da mesma maneira que veio de Portugal¹⁶⁶.

O governador da Bahia logo, que recebeu a carta, mandou o “humor vacínico”,

¹⁶¹CHALHOUB, Sidney.*op. cit.*, p.107.

¹⁶²Correspondência do Vice-rei com o governador da Bahia. *Registro da correspondência do vice-reinado com diversas autoridades*. Códice 70, vol. 22. Secretaria de Estado do Brasil. Código do Fundo: 86. AN.

¹⁶³Correspondência do Vice-rei com o governador da Bahia. *Registro da correspondência do Vice-reinado com diversas autoridades*. Códice 70, vol. 22. Secretaria de Estado do Brasil. Código do Fundo: 86. AN

¹⁶⁴A Fazenda de Santa Cruz era uma fazenda jesuítica de grandes proporções, que após a expulsão dos jesuítas passou a ser propriedade da Família Real.

¹⁶⁵A título de curiosidade dos 430 escravos vacinados posteriormente na Fazenda de Santa Cruz somente 17 eram mulatos. Além disso, o administrador da fazenda manda a conta do vestuário, que mandou vestir os meninos, devido à viagem ser longa e inviável para as crianças fazerem sem vestimentas adequadas, as crianças tinham idade entre sete e 10 anos e na época uma viagem de barco até a Bahia duraria em torno de um mês. Carta enviada pelo administrador da Fazenda de Santa Cruz ao Vice-rei. Ver: *Ministério do Império - Casa Imperial - Fazenda de Santa Cruz*. Caixa 507, pct. 02. Fazenda Nacional de Santa Cruz. EM. AN.

¹⁶⁶Carta do Administrador da Fazenda de Santa Cruz ao Vice-rei. *Ministério do Império - Casa Imperial - Fazenda de Santa Cruz*. Caixa 507, pct. 02. Título do Fundo: Fazenda Nacional de Santa Cruz. Código do Fundo: EM. AN

guardado em vidros, para o Rio de Janeiro, mas como esta “matéria” não conseguiria produzir a vacina, o dito governador mandou quatro escravos junto com o cirurgião José Francisco Machado, para que fossem vacinados durante a viagem. Desta forma, a vacina foi trazida com condições de uso ao Rio de Janeiro em 1805¹⁶⁷. Com a introdução da vacina, o vice-rei, os cirurgiões e seus ajudantes, se reuniram no Palácio do Governo e deram início à vacinação na capital. Para tal foram nomeados o cirurgião-mor Luiz Caetano da Costa e o médico Estácio Gularte para inspecionarem os trabalhos de vacinação, os quais iriam ocorrer às quintas feiras e domingos pela manhã¹⁶⁸.

Segundo Hercules Octaviano Muzzi, após a vacina ter chegado ao Rio de Janeiro, o serviço de vacinação passou a funcionar com regularidade, principalmente em algumas épocas do ano, como nos meses de agosto e de setembro, quando dois cirurgiões de outra comarca vinham ajudar no serviço, juntamente com o chefe de polícia da cidade. Na ausência do chefe de polícia, participava o então Marechal Miguel Nunes Vidigal¹⁶⁹, um dos policiais mais truculentos do período¹⁷⁰. Como no período de outubro a dezembro é que ocorriam as epidemias mais violentas de varíola, a aplicação da vacina aumentava nos meses anteriores, agosto e setembro, poderia diminuir o impacto desta doença¹⁷¹.

Segundo o vice-rei, com a introdução da vacina, em um período de apenas um mês, foram vacinadas aproximadamente quinhentas pessoas. Relatou, ainda, que pretendia introduzir a vacina nas capitâncias vizinhas, e já teria a enviado em vidros, e também por soldados, para irem *braço a braço*, até Minas Gerais, no caso da “matéria” nos vidros falhar¹⁷². Segundo Hercules Muzzi, a vacina, embora tenha sido rapidamente estabelecida na cidade do Rio de Janeiro, nas vilas de Ilha Grande e Parati, durou pouco

¹⁶⁷Correspondência do Vice-rei com o governador da Bahia. *Registro da correspondência do vice-reinado com diversas autoridades*. Códice 70, vol. 22. Secretaria de Estado do Brasil. Código do Fundo: 86. AN.

¹⁶⁸Carta de Hercules Octaviano Muzzi, concorrendo ao cargo de diretor do Instituto Vacínico. *Instituto Vacínico (Rio de Janeiro)*. IS4 42. Série Saúde. BF. AN.

¹⁶⁹Esse talvez seja, depois de Paulo Fernandez Viana, o membro mais famoso da polícia do Rio de Janeiro, isto devido a sua “celebres ceias de camarão”, como eram apelidadas as surras dadas aos escravos e vadios na cidade, a famosa obra de Manuel Antônio de Almeida, “Memória de um Sargento de Milícias” foi inspirada neste policial. Ver: HOLLOWAY, Thomas. *Polícia no Rio de Janeiro: repressão e resistência numa cidade do século XIX*. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

¹⁷⁰Carta de Hercules Octaviano Muzzi, concorrendo ao cargo de diretor do Instituto Vacínico. *Instituto Vacínico (Rio de Janeiro)*. IS4 42. Série Saúde. BF. AN.

¹⁷¹Mapa de vacinação de 1820, onde Hercules Octaviano Muzzi relata os sucessos que a vacinação trouxe desde sua introdução. *Instituto Vacínico (Rio de Janeiro)*. IS4 42. Série Saúde. Código do Fundo: BF. AN.

¹⁷²Correspondência do Vice-rei com o governador da Bahia. *Registro da correspondência do vice-reinado com diversas autoridades*. Códice 70, vol. 22. Secretaria de Estado do Brasil. Código do Fundo: 86. AN

tempo devido à falta de ordenados dos cirurgiões¹⁷³.

Luiz Soares de Camargo, em seu artigo “As bexigas e a introdução da vacina antivariólica em São Paulo”, apresenta uma visão diferenciada em relação ao pioneirismo da Bahia e Rio de Janeiro, ao afirmar que o processo de vacinação já estaria ocorrendo desde 1803 na capitania de São Paulo, como demonstrava a correspondência travada entre o físico-mor da capitania, Mariano José do Amaral, e o Governador Francisco Horta¹⁷⁴. Nesta correspondência, o cirurgião havia prestado contas ao governador sobre o andamento das inoculações da vacina antivariólica que estava fazendo, em razão de uma grave epidemia de varíola que estava ocorrendo em São Paulo. Segundo Luiz Soares de Camargo, como a vacina havia chegado a São Paulo em 1803, poderia também já ter alcançado na mesma época a Bahia e o Rio de Janeiro¹⁷⁵.

De fato, de acordo com a documentação utilizada por este autor, o pus vacínico chegou sem dúvidas a São Paulo na data de 1803, sendo a vacina aplicada pelo cirurgião em 10 escravos menores de idade no hospital dos bexigentos na chácara do Bexiga. Porém, segundo este cirurgião, em nenhum dos vacinados:

[...] apareceu o menor sintoma, a exceção de dois, nos quais passado o quarto dia, entrou a inflamar-se o braço, com febre tosse e dores de cabeça, estado em que permaneceram até o sexto para o sétimo dia, quando todo aquele aparato desapareceu, caindo-lhes a escara do braço sem sinal de matéria¹⁷⁶.

Desta maneira, foi requerida, em setembro de 1804, uma nova dose da vacina, a qual havia sido recolhida na Bahia nos meses de abril, maio, junho e julho do mesmo ano, ou seja, antes do período referido na documentação anterior. Entretanto, esta vacina também não produziu efeito em nenhum dos escravos vacinados, o que segundo Luiz de Camargo demonstrava que ou o remédio já estava enfraquecido nos seus efeitos, ou mesmo corrompido pela dificuldade e demora no transporte¹⁷⁷.

O caso da introdução e disseminação da vacina em São Paulo também foi analisado pelo historiador Claudio Bertolli Filho. Segundo Claudio Bertolli Filho a vacina após estas primeiras iniciativas infrutíferas, conseguiu a matéria para realizar a vacinação do Rio de Janeiro da cidade de Parati no ano de 1805. Assim, em meio a

¹⁷³Mapa de vacinação de 1820, onde Hercules Octaviano Muzzi relata os sucessos que a vacinação trouxe desde sua introdução. *Instituto Vacínico (Rio de Janeiro)*. IS4 42. Série Saúde. Código do Fundo: BF. AN.

¹⁷⁴CAMARGO, Luís Soares de. *op. cit.*, pp.1-11.

¹⁷⁵*Idem. Ibidem.*

¹⁷⁶Documentos Interessantes, vol. 95, p. 202. *Apud.* CAMARGO, Luís Soares de. *op. cit.*, p.6.

¹⁷⁷CAMARGO, Luís Soares de. *op. cit.*, pp.1-11.

trajetória da vacina até São Paulo, a vacina foi sendo aplicada em diversas vilas no caminho de volta do Rio para São Paulo. Como estratégia de persuasão, o agente oficial buscou esclarecer as pessoas de liderança e cultas da comunidade, utilizando um folheto distribuído pela administração metropolitana, que Bertolli Filho acredita ter sido baseado na obra de Manuel Henrique de Paiva. Nas vilas, procedia a vacinação em algumas pessoas, todavia a maior parte dos habitantes da vila fugia para se proteger da intervenção oficial. Segundo Bertolli Filho, em cada vila que a vacina chegava sempre ocorria a seguinte cena: “inicialmente a surpresa da novidade, depois o medo, as lágrimas e a fuga para as matas”. Em seguida, sempre que possível, procedia-se ao aprisionamento dos recalcitrantes e, finalmente, a inoculação forçada¹⁷⁸.

O caso paulista é bem interessante, pois foi em São Paulo onde ocorreu pela primeira vez a vacinação obrigatória nos domínios portugueses. Em 1805, o governador Antonio José da Franca e Horta ordenou que os capitães-mores das vilas reunissem, no edifício da Câmara ou na Igreja Matriz, os chefes de família, com todos parentes agregados e escravos para que fossem vacinados. Aqueles que descumprissem tais ordens seriam multados e presos, somente sendo livre após a inoculação ser feita na cadeia¹⁷⁹.

Segundo o médico português Justiano de Mello e Franco, o médico Manoel José Maria da Costa e Sá enviou para a Instituição Vaccinica da Academia Real das Sciencias de Lisboa uma memória sobre a prática de vacinação no Brasil, referente aos anos de 1803 a 1806, quando teriam sido vacinados 11.640 indivíduos na capitania de São Paulo. Ainda nesta memória, Costa e Sá afirmou que além dos casos de vacinação mencionados, era incalculável o número de pessoas de todas as idades que estavam sendo vacinadas tanto na cidade de São Paulo quanto em suas vilas. Desta maneira, já em 1806 o governador da capitania, Antonio José da Franca e Horta, afirmou que a vacina finalmente se encontrava estabelecida naquela capitania, e que o número de vacinados já chegava a 1.300. Nas palavras do governador “as bexigas fizeram huma pausa notavel, e apenas apparece huma, ou outra victima da incredulidade, e ignorancia. He de espera, que em poucos annos nos vejamos livres deste horrível flagello da Humanidade”¹⁸⁰.

¹⁷⁸BERTOLLI FILHO, Claudio. *op. cit.*, pp.85-111.

¹⁷⁹SANTOS FILHO, Lycurgo de Castro. *História Geral da Medicina Brasileira*. v.1 e 2. São Paulo: HUCITEC/EDUSP, 1991.

¹⁸⁰Conta dos trabalhos Vaccinicos feita pelo secretário Justiniano de Mello Franco em 24 de Junho de 1816. *Historia e Memorias da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, Lisboa, Tomo V, parte I, 1817,

Voltando para a introdução da vacina, como vimos as fontes nos trouxeram algumas questões que são: teria a vacina sido introduzida no Rio de Janeiro em 1804 ou em 1805? Teria sido introduzida no Brasil por iniciativa de mercadores baianos ou pelo Marquês de Barbacena? A carta que o cirurgião José Avelino Barbosa enviou para Theodoro Ferreira Aguiar, em 1805, nos ajuda a decifrar estas questões na medida em que narra o processo de introdução da vacina na Bahia. Assim narra José Avelino Barbosa:

Na tarde do dia 30 de Dezembro próximo passado, chegou aqui o navio Bom despacho, em que vinhão os rapazes vaccinados. Sendo eu logo chamado pelo governador, que tinha recebido ordem de S.A.R para promover a vaccinação nesses Estados, achei o último rapaz com sete pústulas, muito bem formadas, humas no braço direito e outras no braço esquerdo; e estas já estiveram no sétimo dia, logo nos dois seguintes procedemos a vaccinação, que foi feita em Palácio publicamente, e em presença do mesmo governador anunciava a operação e convocava o povo a participar de hum tão grande beneficio. O número de pessoas vacinadas até agora passa de setenta; e algumas das enxertias já anuncião bom efeito. Havendo notícias de existir a vaccina nos certões do Brazil, expedio o Governador da Bahia dous proprios para verificallla, e a ordem ao Ouvidor da Jacobina a fim de informar sobre este importante objecto, mui principalmente por asseverar o vigário da Jacobina ter visto os vaqueiros contrahir a vaccina e padecer por isso alguns incômodos¹⁸¹.

Em outra carta ainda em 1805 o mesmo cirurgião relatou como estava ocorrendo os serviços de vacinação da Bahia. O número de vacinados passava de 700, tendo somente ele vacinado em torno de 100 pessoas, sendo feitas no Palácio do Governador. O governador mesmo em mal estado de saúde teria tomando as “medidas necessárias” para propagar vacinação, tais medidas seria recrutar os órfãos, expostos e presos para serem vacinados. Ainda nesta correspondência, o cirurgião relatou que havia enviado a vacina para o Rio de Janeiro e cuidava para fazer o mesmo para Angola. Em relação à aceitabilidade da vacina, o cirurgião relatou que não havia oposição do povo, e nem por parte dos médicos, à vacina, devido ao fato de o governo estar “protegendo a prática”. Mesmo com tal proteção, o cirurgião resolveu realizar uma contra prova da vacina, escolhendo uma das pessoas vacinadas, que haviam vindo de Lisboa, e o “mandando-o servir a hum bexiguento, dormir nos seus lençoes, e enxertando-o com o virus varioloso”. Como nada fez que aquela pessoa contraísse a varíola, estaria demonstrada a

pp.28-29.

¹⁸¹LISBOA 29 de março. *Gazeta de Lisboa*, Lisboa, Suplemento, n.13, 29 de março de 1805, (s/p).

eficácia da prática¹⁸².

Todas estas correspondências são importantes, pois nos revelam que de fato a vacina, em condições de uso, teria chegado ao Rio de Janeiro em 1805 e na Bahia no final de 1804. Talvez por Hercules Octaviano Muzzi ter feito sua memória com base em suas lembranças tenha errado a data. A questão do Marques de Barbacena como introdutor do método é interessante, pois como vimos o teor de sua correspondência, ele foi um grande divulgador da vacina inclusive se vangloriava “por ter sido a primeira pessoa de cor branca a ter sido vacinada em todo o Brasil”¹⁸³. Talvez os primeiros alvos da vacinação na Bahia sendo os “recrutar, os órfãos, os expostos, e prezos”, classes que de certo não interessariam muito ao lucro de mercadores, pode nos ajudar a dar credibilidade a sua figura como introdutor do método.

Todavia importa ressaltar que os mercadores de escravos também tinham interesse na vacina, de modo que nos anos posteriores a vacina entraria na “economia” do tráfico, fazendo com que os escravos vacinados fossem mais caros. O próprio Hercules Octaviano Muzzi, que atribuiu a vacina ao Marquês de Barbacena na narrativa acima, em outro documento, datado de 1828, tratando sobre a introdução da vacina relacionou a introdução da vacina à iniciativa de negociantes da Bahia e ainda fez uma crítica ao governo português devido à demora em introduzir a vacina no Brasil:

Havia já muito tempo que a Europa desfrutava os benefícios da vacina e arrancava à morte milhares de inocentes, condenados a ser vítimas do terrível flagelo das bexigas, e o governo de Portugal nunca se lembrara de transmitir ao Brasil a mais útil das descobertas humanas, quando aliás nenhum país mais do que ele carecia deste salutar invento ou se atendesse às vantagens da população ou ao perdimento de imensas somas na mortandade contínua de escravos, que este flagelo devorava. O certo é que mais ocupado de seu ouro que de seus habitantes, Portugal, como em outros muitos casos, esperou que o Brasil por seu próprio impulso remediasse a este mal. Foi preciso que alguns negociantes da Bahia, aterrados com a horrorosa ceifa de vidas que este contágio anualmente fazia na sua província, e dirigidos por uma filantropia que infinitamente os honra, mandassem à sua custa buscar a Portugal o pus vacínico, enviando alguns meninos para o transportar e o senhor doutor José Avelino Barbosa para examinar e observar o método prático de sua operação. A Providência abençoou os esforços generosos destes honrados brasileiros, e a Bahia, tendo a honra de ser o berço da instituição vacínica no Brasil, teve a boa fortuna de a ver prosperar rapidamente e de achar nesta prosperidade a

¹⁸² Extracto de huma Carta escrita na Bahia em data de 16 de janeiro do presente anno pelo Doutor José Avelino Barbosa a Theodoro Ferreira de Aguiar, Cirurgião Mór da Armada Real, e ds Exércitos. *Gazeta de Lisboa*, Lisboa, Suplemento, n.16,19 de abril de 1805. (s/p)

¹⁸³“Variola”. In FAZENDA, José Vieira. Antiquilhas e memórias do Rio de Janeiro. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, tomo 93, v. 147, 1923, pp. 20-24.

base principal do aumento da sua população¹⁸⁴.

1.4-Considerações finais.

Acrítica feita por Hercules Muzzi à negligência do governo português com a introdução da vacina é uma questão a ser relativizada. Primeiramente porque a vacina chegou ao Brasil apenas um ano depois que passou a ser sancionada pela Junta do Proto-Medicato em 1803, lembrando que em 1802 haviam cartas régias incentivando que se procedesse o método pelos domínios portugueses. Segundo, pelo fato de que a introdução da vacina em Portugal ocorreu por iniciativas particulares, e que somente depois passou a ser responsabilidade do poder estatal, principalmente da Junta do Proto-Medicato, o que, como assinalamos, não teria sido suficiente para difundir a vacina de maneira profícua pelo país.

No caso brasileiro o diferencial foi que a iniciativa se deu vinculada a altos escalões do governo, fossem eles os governadores de províncias ou mesmo o vice-rei. Como Lycurgo de Castro Santos Filho¹⁸⁵ aponta, tais membros do governo foram fundamentais na estruturação dos serviços de saúde no país naquele período, e que no caso da vacina, fez com que os serviços passassem a ocorrer de forma corrente sob a supervisão de tais autoridades e em espaços públicos do governo. Isto teria, pelo menos a princípio, possibilitado a introdução, difusão e continuidade do serviço de vacinação por algum tempo. Desta maneira a vacina teria chegado em 1805 a São Paulo, Bahia e Rio de Janeiro, como também a Pernambuco, Paraíba e Minas Gerais, e muito provavelmente a outras capitanias¹⁸⁶.

Por fim como podemos perceber o combate varíola tomou novos contornos nos domínios portugueses nessa primeira década do século XIX graças ao advento da vacina. Como buscamos demonstrar, a intenção do governo português era de que a vacina chegasse a todos os domínios, mesmo que não tenha feito esforços sistemáticos para isso, como no exemplo da comissão filantrópica espanhola. Todavia, a introdução da vacina nos domínios portugueses não seria de fato uma tarefa simples, na medida em que existiam muitas controvérsias sobre sua adoção entre os médicos na Metrópole. A

¹⁸⁴LOPES, Myriam Bahia e POLITO, Ronald. *op.cit.*, p.604.

¹⁸⁵SANTOS FILHO, Lycurgo de Castro. *op. cit.*

¹⁸⁶ Como demonstra a correspondência desses governadores sobre a introdução da vacina naquelas capitanias publicadas na *Gazeta de Lisboa*. Provimentos Militares. *Gazeta de Lisboa*, Lisboa, n.39, 28 de setembro de 1805(s/p); Provimentos Militares. *Gazeta de Lisboa*, Lisboa, n.40, 1º de outubro de 1805. (s/p).

aceitabilidade da vacinação também foi uma questão, tendo surgido diversas matérias e relatos de cirurgiões, tanto em Portugal quanto no Brasil, nas quais atribuíam a dificuldade de se proceder a vacinação à resistência da população, que como no caso paulista, haviam chegado a fugir para não se submeterem ao método. Porém mesmo com todas estas controvérsias, a vacina continuou a ser disseminada e se tornou uma das principais ações governamentais de saúde do período, levando inclusive à criação de institutos responsáveis pela disseminação da prática de vacinação.

Capítulo 2. Os discursos médicos e a institucionalização da vacina antivariólica em Portugal no início do século XIX.

2.1-“A prática da inoculação da vaccina, e as suas funestas consequências” (Heliodoro Jacinto de Araújo Carneiro): Uma obra contra a vacina antivariólica no Império Português no Início do XIX.

Esta obra he tal que o seu Author parece ter tido em a fazer o mesmo intuito de Horostrato quando queimou o templo de Diana em Epheso; isto he quis fazer-se celebre por huma singularidade, pela qual merecia soffrer realmente a mesma pena, que se impôz ao seu prototypo¹⁸⁷.

Se a população leiga tinha receio da vacina, entre os médicos também não havia consenso quanto a sua prática. Em 1808 foi publicada uma das obras mais contundentes contra a vacina, intitulada “Reflexões e observações sobre a prática da inoculação da vaccina, e as suas funestas consequências feitas em Inglaterra”, de autoria do médico português Heliodoro Jacinto de Araujo Carneiro (1776-1849)¹⁸⁸, que a havia escrito de Londres após visitar, a pedido do Príncipe Regente, os hospitais e escolas de medicina mais importantes na Europa. O médico Bernardino Antonio Gomes (1768-1823) em seu relato¹⁸⁹ descreveu como os médicos que eram defensores da vacina haviam repudiado a obra de Heliodoro Carneiro, o qual seria criticado por gerações e chamado pela alcunha de *doutor bexigas*, como se ao detratar a vacina acabasse por favorecer as bexigas.

Como a vacina antivariólica passou a ser cada vez mais aceita pela comunidade médica, dada sua eficácia consolidada pelos exemplos de aplicação com sucesso, a obra de Heliodoro Carneiro foi considerada como um erro científico e como tal desacreditada. Todavia, enfatizamos que no campo da história das ciências, devemos analisar a obra pelo princípio da simetria, como sugerem os autores Bloor e Barnes, ou

¹⁸⁷GOMES, Bernardino Antonio. *Collecção de Opusculos sobre a vaccina feitos pelos socios da Academia Real das Sciencias que compoem a instituição vaccinica: e publicado por ordem da mesma academia*. Lisboa: Na typographia da Academia Real das Sciencias de Lisboa, 1812-1814. p.23. Ao comentar sobre a obra de Heliodoro Jacinto de Araújo Carneiro, Bernardino Antonio Gomes apresenta uma analogia com a trajetória de Horostrato, no Templo de Diana, considerado uma das sete maravilhas do mundo antigo. Horostrato era um habitante desconhecido da cidade de Efeso que havia procurado tornar-se célebre queimando o sobredito templo, e por este incêndio fora condenado à morte e seu nome proibido de ser pronunciado sob pena de morte.

¹⁸⁸Heliodoro Jacinto de Araujo Carneiro formou-se em medicina, em 1798, na Universidade de Coimbra, e passou a maior parte de sua vida fora de Portugal, empregado primeiramente em comissões científicas e posteriormente diplomáticas. Recebeu o título de Visconde de Condeixa por serviços prestados. Ver: SILVA, Francisco Inocencio da. Ver: Heliodoro Jacinto de Araujo Carneiro. *In Diccionario Bibliographico Portuguez*. Tomo IV, Imprensa Nacional, 1840. pp.176-177.

¹⁸⁹*Idem. Ibidem.*

seja, erros e acertos devem ser estudados com os mesmos critérios¹⁹⁰. Neste sentido a obra de Heliodoro Carneiro, embora identificada como um erro, apresentava muitos argumentos plausíveis para a época, e compartilhados pelos médicos ingleses W. Goldson, William Woodville, Benjamin Mosely, George Lipscombe, William Rowley, Robert Squirrell, e John Birch, que haviam proposto diversas críticas empíricas e teóricas à prática da vacinação na Inglaterra¹⁹¹.

Para construir a sua obra, Heliodoro Carneiro não praticou efetivamente a vacinação, mas se baseou nas obras de Jenner e de outros autores, além de ter visitado os práticos e os hospitais particulares na Inglaterra. Desta maneira, argumentou ter entrado em contato com todos os fenômenos em relação à vacina e suas “funestas consequências”, as quais, em sua concepção, seriam ainda mais alarmantes nas regiões de climas quentes¹⁹².

A obra de Heliodoro Carneiro foi toda pautada na argumentação contra a vacina e para isso utilizou argumentos que circundavam os campos médico, social, cultural, teórico, histórico e científico. Para o autor, a vacina seria até mesmo uma ofensa às vacas, um animal que fornecia alguns dos principais alimentos do ser humano como bifês, leite, manteiga, queijo e, que, em troca “estava sendo paga com indignidade e degradação de sua espécie”¹⁹³.

Para Heliodoro Carneiro, a difusão da vacina teria causado entusiasmo na época pelas novidades às quais estava associada, como a uma ideia “extravagante” que seria conseguir livrar a humanidade da varíola através da vacina, que a seu ver, era causada e produzida por variações da atmosfera, através de uma “matéria morbosa” originada na vaca, um animal de uma natureza muito diferente da do homem. Essa era a principal crítica do autor contra a vacina, pois essa ideia ia de encontro ao paradigma médico vigente, segundo o qual não se poderia passar uma doença da “economia animal” para a humana sem trazer com isso uma série de consequências, principalmente novas doenças para o homem¹⁹⁴.

Uma das críticas que o autor teceu referia-se ao caso inglês, que tentara proibir a inoculação de bexigas para substituir a prática pela vacinação, com o agravante de que a

¹⁹⁰BLOOR, David. *Conhecimento e imaginário social*. São Paulo: Editora UNESP, 1976.

¹⁹¹Estes são alguns dos autores que Heliodoro utilizou para fundamentar sua obra. CARNEIRO, Heliodoro Jacinto de Araújo. *Reflexões sobre a Prática da Inoculação da Vaccina e suas funestas consequências feitas em Inglaterra*. Lisboa: Impressão de Mr Cox, 1808.

¹⁹²*Idem. Ibidem.*

¹⁹³*Idem. Ibidem.*

¹⁹⁴*Idem. Ibidem.*

prática médica estava sendo misturada com os deveres eclesiásticos, ao ordenarem que bispos e dioceses pregassem e intimassem seus pupilos a se vacinar. Com isso, na visão do autor, a vacina “gerou o zelo e crime” de muitos padres e médicos que estavam fazendo com que “um veneno que atacava e flagelava a raça humana se fazia por familiarizar com a economia animal em lugar de expulsá-lo e destruir”¹⁹⁵.

Para Heliodoro Jacinto de Araújo Carneiro, a vacina era um empreendimento fanático que em lugar de expelir uma moléstia, acabava acarretando mais uma doença ao homem. Devido a isso, o objetivo de sua obra estava circunscrito em demonstrar como a vacina estava fazendo vítimas cotidianamente devido à “ignorância de uns e obscenidades de outros”. A ideia de se ver livre de uma doença, ainda que por outra, porém, nascida e originada em um animal, segundo Heliodoro Carneiro teria surgido e sido propagada pelo desejo de “novidade e extravagância ídolo do século”. Ademais, para Heliodoro Carneiro a cultura inglesa havia favorecido a vacina, pois havia uma grande afinidade com relação ao animal (vaca), além do fato que em sua concepção os ingleses constituíam um povo “insalubre e circunscrito”, ou seja, além do fato de negligenciarem as práticas de saúde, levavam em consideração apenas as coisas que aconteciam no próprio país. Dessa maneira, de acordo com o autor, a Inglaterra teria sido um terreno propício para que Jenner fizesse da vacina uma moléstia comum aos dois animais¹⁹⁶.

Especificamente sobre a estrutura da obra de Heliodoro Carneiro, observamos que, num primeiro momento, o autor demonstrou o caráter histórico das práticas de inoculação de bexigas e como estas foram bem sucedidas na Europa do século XVIII. Em sua opinião, seria mais racional evitar a varíola por meio de mais pesquisas e melhoramento da prática da inoculação, como já vinha sendo feito há mais de um século na Europa, do que tentar evitar uma doença da “raça humana” por outra tão diferente como a dos quadrúpedes¹⁹⁷.

Como estratégia de argumentação, Heliodoro Carneiro fez ataques pontuais à obra de Jenner com referência direta a trechos de suas publicações. Desta forma, o autor pontuou o que considerou erros e incoerências afim de desmobilizar Jenner, como no seguinte trecho:

¹⁹⁵*Idem. Ibidem.*

¹⁹⁶Para Heliodoro Carneiro o sucesso da obra de Jenner na Inglaterra teria ocorrido devido ao fato dos ingleses venerarem as vacas e quererem se assemelhar aos seus primeiros antepassados, como Jhon Bull: “um homem indômito, forte e bravo com um touro”. CARNEIRO, Heliodoro Jacinto de Araújo. *op. cit.*, p.50.

¹⁹⁷CARNEIRO, Heliodoro Jacinto de Araújo. *op. cit.*

Na página 57 confessa que não obteve os felizes efeitos da inoculação esta não poucas vezes produz deformidades da pelle e muitas vezes, debaixo mesmo da melhor direção é fatal.¹⁹⁸

Se Jenner tentava amenizar os sintomas da vacina, Heliodoro Carneiro, em sua obra, buscava realçá-los, e discorrer sobre os sintomas da vacina, como os calafrios, dores de cabeça, e dores nos lombos e nos membros. Para Heliodoro Carneiro, como Jenner não podia negar a gravidade destes sintomas, teria argumentado que procediam da irritação da úlcera e não do vírus da vacina sobre a constituição do ser humano, argumento este que a seu ver era um “subterfúgio pouco ou nada feliz”. Outros aspectos questionados por Heliodoro Carneiro, foram os casos usados por Jenner como comprobatórios da vacina, os quais estariam fundados na “tradição e conto” de alguns paisanos de Gloucestershire, e que portanto não seriam válidos como evidência científica. Além disso, a seu ver a obra de Jenner seria inconsistente, e que nos casos em que se vacinou, mais de uma vez, a vacina não teria surtido efeito¹⁹⁹.

Heliodoro Carneiro também criticou o rigor científico da obra de Jenner por não seguir os métodos científicos de indagação da natureza; um que se chama a posteriori, que é através dos fatos e efeitos decidir as causas, outro a priori que e por analogia e indução raciocinar e conjecturar. Para Heliodoro as razões de analogia e conjectura são “risonhas e pueris” na obra de Jenner enquanto as de fato além de serem precárias são de uma tradição popular e ignorante. O autor também criticou Jenner por este não utilizar corretamente os métodos científicos de dedução e indução, de maneira que os erros em sua análise seriam visíveis por toda a obra²⁰⁰.

Cabe ressaltar que um dos fatos apontados por Heliodoro Carneiro como questionáveis na obra de Jenner, acabaria sendo constatado posteriormente como verdadeiro. Heliodoro Carneiro não aceitava que a origem da vacina estaria, como Jenner defendia, em uma doença que teria surgido nos cavalos e mudado sua constituição ao passar para as vacas e depois para o homem. Para Heliodoro Carneiro além de implausível, faltava a esta teoria o teste empírico para comprová-la, pois Jenner

¹⁹⁸CARNEIRO, Heliodoro Jacinto de Araújo. *op. cit.*, p. 26.

¹⁹⁹Heliodoro discorre que “O Dr Jenner deduzio a affirmativa da tradição popular, e na crítica de huns poucos cazos, e histórias referidas por alguns dos paizanos de Gloucestershire, dos quais huns erão pessoas, que segundo o que lhe tinham dito, tinham sido affectadas da vaccina 10, 20,30 , e mais annos antecedentes; e por tanto poderem a este tempo ter tido bexigas, que muitas vezes são com pouca, ou nenhuma erupção, e só febre, ec. Como podião os paizanos de Gloucestershire conhecer, e decidir se as pustulas originadas nas vaccas livrarão, ou não das bexigas?”. CARNEIRO, Heliodoro Jacinto de Araújo. *op. cit.*, p. 23.

²⁰⁰CARNEIRO, Heliodoro Jacinto de Araújo, *op. cit.*

não teria se baseado em experiência direta, mas sim em “alguns contos populares”. Esta pretensa falta de cientificidade e de rigor da obra de Jenner, foi apontada diversas vezes por Heliodoro Carneiro em sua obra²⁰¹.

Heliodoro argumentou que doenças com pústulas parecidas com as bexigas eram recorrentes em outros animais, e que tal fato comprovaria uma relação que “guarda e conserva a natureza” na organização dos seres vivos. Dessa maneira, cada reino, o mineral, o vegetal e o animal, possuiria suas próprias “eflorescências e excrecências morbosas”, cada qual com leis gerais e comuns, mas também com leis particulares e próprias a cada classe, ordem e espécie. Como exemplo de sua explanação Heliodoro Carneiro dizia que o homem africano, por sua “textura particular de pelle”, seria mais suscetível à “bexiga de mal caráter”. Assim, de acordo com Heliodoro Carneiro, existiriam diversos tipos de “bexigas” de acordo com as espécies, como por exemplo, de porco, ovelha, e vacas, entre outras²⁰².

Para Heliodoro Carneiro, a introdução do pus da vaca não faria alterações no sistema orgânico do homem por ser um pus bestial, e com isso as bexigas voltariam a se suceder com o passar do tempo. Para o autor, o que causava a defesa do corpo contra a varíola no ato da vacinação, ocorria em todos os casos em que o sistema fosse atacado por uma moléstia, e desta forma não ficava susceptível a outra, como nos casos em que as pessoas com sarna não pegavam lepra²⁰³.

Assim, Heliodoro Carneiro argumentava que além das doenças que poderiam advir ao ser introduzido um vírus bestial no corpo humano, a vacina só livraria o corpo livre das bexigas por pouco tempo. Segundo o autor, esse aspecto não era inédito na espécie humana, e para exemplificar fez menção ao povo de Malbar, que para evitar uma espécie de tifo, epidêmico nos fins de outono, adquiria úlcera por “meio de hum vacinatório” e, em consequência, ficava livre do tifo ou o tinha de maneira mais benigna²⁰⁴.

Nessa perspectiva, Heliodoro Carneiro reforçava seu argumento citando o médico Benjamim Mosely (1742-1819), que em sua obra “*Treatise on the Lues Bovilla, or Cow-Pox*”, publicada em 1805, teria afirmado que algumas doenças, principalmente as do gênero cutâneo, tenderiam a “tirar a susceptibilidade ao sistema de contrair bexigas”. Como exemplo, nas Índias Ocidentais, onde um médico francês teria

²⁰¹ *Idem. Ibidem.*

²⁰² *Idem. Ibidem.*

²⁰³ *Idem. Ibidem.*

²⁰⁴ *Idem. Ibidem.*

observado que um negro que tivesse elefantíase jamais pegava bexigas, ainda que vivesse no meio de bexigosos. Com estes exemplos, Heliodoro Carneiro buscava ratificar que a capacidade da vacina de proteger seria uma qualidade comum a outras moléstias, e que as consequências da vacina seriam demasiado graves para serem utilizadas como um preservativo²⁰⁵.

Dando bases a seu argumento, o autor mencionou exemplos das transfusões de sangue do animal para o homem feitas no século XVII. Tal procedimento consistia em abrir a artéria de um animal e, por meio de um instrumento, transferir o sangue deste animal para as veias do homem. Segundo Heliodoro Carneiro, este procedimento estava baseado na crença de que pela transfusão de sangue poderiam ser transmitidas características dos animais para o homem e assim curar seus caracteres viciosos, como por exemplo, o sangue do Leão curaria a “poltroneria” e o da ovelha a ferocidade²⁰⁶.

Segundo Heliodoro Carneiro, na época de sua criação, a técnica teria logrado êxito e se disseminado a ideia de seria capaz de livrar o homem de todas as doenças, tendo sido publicadas muitas observações que incentivavam a prática. Entretanto, as pessoas que aderiam à novidade, logo que recebiam a transfusão se tornavam inválidas, doentes, loucas e depois sucumbiam à morte²⁰⁷. Podemos perceber aqui que Heliodoro Carneiro fazia uma alusão de que o mesmo estava ocorrendo com a vacina, embora ressaltasse em sua obra a clara diferença entre os dois procedimentos. Para o homem do séc. XVII o objetivo do procedimento era transfusão para curar as moléstias, ao passo que no XVIII, buscava-se evitá-las ao introduzir um veneno e uma nova moléstia na economia humana²⁰⁸.

Em uma citação ao dr. Benjamin Mosely, Heliodoro Carneiro resumiu os principais argumentos médicos contra a vacina:

Por que diz elle, pelos principios de pathologia e boa analogia, das leys da economia animal, e da falta de semelhança entre as duas molestias he impossível crer sem uma inteira alienação da razão, que qualquer dellas possa tornar a constituição insuscetível da outra. As bexigas não tem afinidade alguma com a vacina mas com outra qualquer molestia, e as bexigas somente podem ser mencionadas com a vaccina para significar a sua mutua dissimilhança²⁰⁹.

Os argumentos de Benjamin Mosely eram plausíveis, pois como Tania

²⁰⁵*Idem. Ibidem.*

²⁰⁶*Idem. Ibidem.*

²⁰⁷Segundo Heliodoro Carneiro a prática de transfusão de sangue animal para o homem foi proibida no parlamento inglês em 1670. *Idem. Ibidem.*

²⁰⁸*Idem. Ibidem.*

²⁰⁹CARNEIRO, Heliodoro Jacinto de Araújo. *op. cit.*, p. 60.

Fernandes aponta, na época de Jenner não havia referenciais teóricos que possibilitassem a compreensão do processo imunitário ou que indicassem hipóteses a serem comprovadas empiricamente. Para a autora, o próprio Jenner, em suas obras, não tentou explicar como ocorria o fenômeno de “proteção” que incidia após a vacinação, contentando-se apenas em afirmar que a vacina funcionava e era segura. Cabe ressaltar que na época em que a vacina Jenneriana foi criada, o conceito de imunidade ainda não existia, sendo assim a comprovação de seu método se dava por meio da reprodução de fatos observados em condições naturais, pela tentativa e erro, ou seja, a experiência detinha-se numa tentativa de reprodução da natureza²¹⁰.

Voltando para a obra de Heliodoro Carneiro, é interessante ressaltar a referência à associação entre os efeitos da vacina e o clima, segundo a qual, nos climas quentes e temperados, a vacina desenvolveria mais erupções que nos climas “frios e irregulares” e isto ocorreria em razão da maior e mais regular transpiração nos climas quentes. A estes climas seriam somadas as “mudanças da atmosfera” e/ou incidentes devido ao “regime e vida do vacinado”, que gerariam uma maior “disposição bestial” da vacina, onde haveria uma maior ocorrência de febres e desordens do pior caráter. Nas regiões de clima frio, os efeitos seriam mais amenos, sendo comum aparecer tumores parciais e úlceras nos vacinados.

Como exemplo emblemático desta relação, o autor citou um caso que presenciou no ano de 1806, em Belém, uma região de clima quente, no qual um rapaz, que fora vacinado havia 3 meses, conservou sempre alguma vermelhidão e inflamação na parte que tinha sido inoculada, e que um dia, por acaso, tendo recebido uma pancada na dita parte, a percebeu inflamada e lhe sobreveio uma febre. Com isso, o rapaz morreu em convulsões. De mesma maneira, para o autor, nas colônias, os negros vacinados teriam maior propensão à forma mais grave da vacina e talvez muitos estivessem morrendo da vacina, assim como ocorrera na Inglaterra, mas estas mortes seriam atribuídas às “más constituições e irregularidades das estações das colônias”²¹¹.

Passando do campo teórico para os casos empíricos, Heliodoro Carneiro constatou que em pessoas vacinadas seria possível observar desordens e moléstias difíceis de curar, haja visto que algumas adquiriam doenças que atacavam a maior parte do gado, como a sarna, a lepra dos cavalos, além de todas as moléstias morbosas que acometiam as vacas, ovelhas, porcos e outros animais. Nestes animais existiria, segundo

²¹⁰FERNANDES, Tania Maria. 2010. *op. cit.*

²¹¹CARNEIRO, Heliodoro Jacinto de Araújo. *op. cit.*

Heliodoro Carneiro uma espécie de “constituição pituitosa” que geraria tumores, que eram análogos aos observados em pessoas depois de vacinadas. Assim diversas doenças poderiam suceder a inoculação da vacina²¹². Novamente Heliodoro Carneiro recorria à obra de Benjamin Moseley, que havia discorrido ter conhecido um filósofo que afirmara que o vírus da vacina “hebeta o systema” e que teria observado que as crianças vacinadas apresentavam “uma diminuição da viveza de espírito”. De mesmo modo citou o médico inglês Smyth Stuart que se referiu ao caso de uma criança, a qual, depois de ter sido inoculada com a vacina, “perdera a fisionomia humana”²¹³.

Cabe ressaltar um fato curioso em meio a todas as críticas, quando o autor entrou em contradição ao admitir que a vacina havia diminuído a susceptibilidade as bexigas, por períodos de 2 a 6 meses, 1 e 2 anos. Porém, Heliodoro Carneiro argumentou que não havia tempo para saber se estes efeitos iriam perdurar em longo prazo em períodos acima dos observados. Este questionamento não circundava apenas Heliodoro Carneiro, mas também outros médicos, dentre eles, os próprios apoiadores da vacina²¹⁴.

Na visão de Heliodoro Carneiro, a vacina era um empreendimento fadado ao fim, pois quanto mais os vacinadores fossem ativos em propagar o “bestial projeto”, mais depressa a humanidade seria convencida de seus malefícios. Todavia, os malefícios da vacina seriam imprevisíveis como o autor questionava:

Poderá alguém predizer que poderão ser as consequências de introduzir um humor bestial na constituição humana passados muitos anos?(...). Quem sabe igualmente o quanto o caráter humano poderá sofrer de estranhas mudanças de symphatia quadrupede²¹⁵.

Quanto aos efeitos práticos da vacina, Heliodoro Carneiro citou como problemas os casos em que pessoas vacinadas que contraíam bexigas e morriam, e outros em que as pessoas adquiriram “molestias bestiais, as quais nunca antes a espécie humana havia experimentado”. Estas moléstias seriam tumores e inchaços escrofulosos, vacino-abscessos, vacino-úlceras, vacino gangrenas e uma espécie de erupção cutânea semelhante à sarna. Estas erupções seriam mais confluentes e com uma irritação muito mais grave ao ponto que as crianças que fossem acometidas não conseguiriam dormir, e a sua cura seria muito mais difícil e rebelde²¹⁶.

De acordo com Heliodoro Carneiro todos estes sintomas, como erupções,

²¹²*Idem. Ibidem.*

²¹³*Idem. Ibidem.*

²¹⁴*Idem. Ibidem.*

²¹⁵CARNEIRO, Heliodoro Jacinto de Araújo. *op. cit.*p. 94.

²¹⁶CARNEIRO, Heliodoro Jacinto de Araújo. *op. cit.*

tumores, úlceras vacinais, além de serem difíceis de curar e cicatrizar, aconteceriam muitas vezes, de maneira que, mesmo após cicatrizados poderiam voltar depois de um ano. Desse modo, o vírus da vacina imprimiria e deixaria na constituição humana uma disposição e susceptibilidade que se desenvolveria e apareceria de acordo com certos estímulos e circunstâncias²¹⁷.

Assim, Heliodoro Carneiro citou o médico Benjamin Mosely que havia dito que a vacina além de não proteger das bexigas, fazia surgir diversos casos de crianças “com moléstias de olhos, erupções inveteradas, ulcerações corrosivas e várias espécies de sarna”. Suas correspondências estavam cheias de funestas consequências da vacina como ulcerações e gangrena nos braços, tendo até mesmo morrido uma pessoa. Muitas crianças vacinadas também teriam morrido de moléstias consecutivas, em que não teriam aparecido ulcerações, outras perderam os narizes e extremidades dos dedos, isto teria ocorrido muitos meses depois da inoculação²¹⁸.

Heliodoro Carneiro afirmou que, no ano de 1806, a vacina já havia mostrado, em Portugal, seus efeitos funestos análogos aos ocorridos na Inglaterra. Segundo o autor, muitas crianças em Lisboa que tinham sido vacinadas haviam sofrido, principalmente no outono e primavera, com uma erupção com febre que poderia se repetir por várias vezes na mesma criança. Alguns médicos lhe davam o nome de “sarampão”, embora não tivesse nenhum sintoma próprio ao sarampo, como a pequenez da erupção; sendo que algumas crianças chegaram a ter mais de 10 vezes o sarampo²¹⁹.

Outra parte importante da obra de Heliodoro Carneiro foi quando o mesmo elencou oito questionamentos contra a vacina e, também as respostas dos médicos defensores desta prática. Como exemplo, ao se questionar se alguma criança tinha tido bexiga ou mesmo morrido depois de ter sido vacinada, a resposta era de que a vacina utilizada não teria sido a verdadeira, mas sim a “espúria”. Quando se seguia gangrena ou mortificação nos braços e em outras partes do corpo, os médicos defensores da vacina respondiam que a gangrena e outras moléstias decorriam dos maus hábitos e de suas constituições. Quando morria um grande número de pessoas em decorrência da inoculação da vacina, dizia-se que a matéria da vacina havia sido tirada muito tarde da pústula, quando já havia uma infecção pútrida. Em último caso, quando os defensores da vacina não podiam negar que as crianças vacinadas haviam adquirido bexigas,

²¹⁷*Idem. Ibidem.*

²¹⁸*Idem. Ibidem.*

²¹⁹*Idem. Ibidem.*

diziam que estas seriam “bexigas volantes ou doidas”, ou seja, uma forma branda da bexiga que deveria ter sido ocasionada pelo fato dos vacinadores terem levado por descuido o vírus varioloso na ponta da lanceta²²⁰.

Outro questionamento do autor foi que se os médicos não pudessem negar que a vacina tinha ocorrido de forma verdadeira e a pessoa pegasse bexiga a resposta, diriam que seria por que a “indentação não tinha tido lugar”. Quando apareciam depois da vacina erupções muito graves, pústulas na face, ou outras partes do corpo, respondiam que a espécie humana estava sujeita a tais erupções. Quando o número de vacinas que falhavam era muito alto, de modo que a pessoa vacinada tinha bexigas, afirmavam que haviam exemplos de muitas pessoas que tiveram bexigas mais de uma vez.”²²¹.

Para o autor, as “funestas consequências” da vacina estariam ocorrendo diariamente em Lisboa, por causa da inoculação da vacina, e tais fatos não se tornavam públicos, pois as pessoas que viam isso ocorrer eram justamente aquelas que haviam recomendado a vacina. Além disso, muitos destes efeitos da vacina demoravam a aparecer e podiam ser associados a outros fatores. Na visão do autor

Por isso seria preciso que todas as crianças que se inoculassem morressem imediatamente para se fazer crer que a Vaccina era um mal; Ainda que para alguns não fosse bastante; como aconteceu com a morte do Duque de Miranda e da Baroneza de Quintella²²².

Outra estratégia persuasiva contra a vacina, que também foi relatada na obra de Heliodoro Carneiro, foi a publicação de quatro imagens de pessoas que teriam sinais em suas faces de que teriam adquirido doenças de animais por causa da vacinação. Tais imagens conferiam maior amplitude a seus argumentos, e faziam com que sua obra atingisse até mesmo as pessoas que não sabiam ler. Curiosamente, anos mais tarde, Bernardino Antonio Gomes, na função de diretor da Instituição Vaccinica da Academia Real das Sciencias de Lisboa, sugeriu uma estratégia, parecida com a de Heliodoro Carneiro, para persuadir o povo a se vacinar, ao recomendar que fossem publicadas estampas de mulheres com o rosto perfeito, e outras já com os rostos desfigurados após a varíola²²³.

²²⁰ *Idem. Ibidem.*

²²¹ *Idem. Ibidem.*

²²² CARNEIRO, Heliodoro Jacinto de Araújo. *op. cit.*, p.135.

²²³ GOMES, Bernardino Antonio. *op.cit.*



Figura 2: Estampas de pessoas vacinadas na obra de Heliodoro Jacinto de Araújo Carneiro. A primeira estampa representa a Pustula Maligna ulcerada; a segunda representa as úlceras que a vacina produzia e que ocorreria principalmente em crianças; a terceira representa um “tumor mormoso” que ocorria em animais como os porcos e vacas; a quarta representa um tumor análogo ao da terceira estampa e que estaria acometendo crianças vacinadas. Fonte: CARNEIRO, Heliodoro. *op.cit.*, pp.138-141.

Manifestações contrárias às figuras veiculadas por Heliodoro Carneiro apareceram em algumas narrativas médicas portuguesas, como a de Manoel Albano de Moraes, médico e cirurgião dos Partidos da Câmara da Villa da Torre de Moncorvo. Ao prestar conta dos trabalhos em sua vila, no ano de 1817, Moraes relatou que a vacinação era conhecida, porém detestada e temida entre o povo, e que por isso sua difusão era muito difícil:

[...] nesta época chegou as mãos de uma Mãe de família a obra de Heliodoro, a qual depois de a ler passou a outras mãos, e assim correndo até pessoas que não sabiam ler, mas que viam as 4 estampas da publicação e ficavam horrorizadas e assim fez a dita obra a sepultura de um ente tão útil, e tão proveitoso a humanidade! Sepultura coberta, carregada e seguramente fechada com as 4

estampas, que traz no fim do seu grande livro²²⁴.

Manoel Albano de Moraes reclamava, ainda, que os pais de família eram surdos e cegos perante a demonstração da utilidade da vacina, como “pessoas idiotas com seus impostores, e falsos discursos”, que utilizavam falsos argumentos, e repreensíveis imposturas, e que por causa disso os habitantes não buscavam se vacinar²²⁵.

A título de curiosidade as estampas publicadas por Heliodoro Carneiro eram similares a outras que circularam na Europa do período, como na obra “La Vaccine combattue dans le pays ou elle a pris naissance, ou traduction de trois ouvrages anglais”²²⁶ que continha duas figuras como as publicadas por Heliodoro, porém com efeitos mais agravantes da vacina.



Fig. 3 - Estampas contidas na obra “La Vaccine combattue dans le pays ou elle a pris naissance, ou traduction de trois ouvrages anglais”.

²²⁴ Carta de Manoel Albano de Moraes e Antonio Manoel Garcia, Médico, e cirurgião dos Partidos da Camara da Villa da Torre de Moncorvo, pertencentes aos mezes de Janeiro e fevereiro de 1817. *Jornal de Coimbra*, Lisboa, vol.XII, parte I, n.LXI, 1818.p.30.

²²⁵ *Idem. Ibidem.*

²²⁶ Esta obra continha a tradução de três obras em inglês uma do médico Willam Rowley “De L’inefficace et des dangers de La Vaccine”; Benjamin Mosely “Discussion Historique et Critique sur la Vaccine” e Robert Squirrel “Observations sur L’innoculation variolique”, todos citados por Heliodoro. *La Vaccine combattue dans le pays ou elle a pris naissance, ou traduction de trois ouvrages anglais*. Paris: Chez Giguet et Michaud, Imprim.-Libraries, 1807.

liberdade de imprensa em Portugal, pois as matérias contra a vacina eram censuradas, e somente eram publicadas obras com “asserções e provas fictícias dos impostores e entusiastas”. Na sua concepção, os médicos e boticários tinham interesse em propagara vacina, pois ganhavam dinheiro com a prática da vacinação e depois ainda mais por tratar dos doentes²²⁷.

Neste sentido, cabe ressaltarmos que alguns dos importantes periódicos da época, como a *Gazeta de Lisboa* e o *Jornal de Coimbra*, possuíam em seus quadros, como donos e editores, médicos defensores da vacina, e assim poderiam censurar as matérias que eram contrárias a esta prática. Em relação à possibilidade obter vantagens econômicas com a prática da vacina, esta pode ser relativizada na medida em que a maioria dos propagadores da vacina eram filantropos e os próprios vacinadores da Instituição Vaccinica da Academia Real das Sciencias de Lisboa, que seria inaugurada no ano de 1812, não recebiam remuneração alguma pelos serviços prestados²²⁸.

No final de sua obra, Heliodoro Carneiro fez um comentário interessante sobre os resultados da prática da vacina na América:

Na América aonde se tem praticado a inoculação da vacina principalmente em negros, quem lhe importa examinar a morte de muitos centos destes, ou incomodos que esta desgraçada gente sofre-se o preto vive incomodado depois da vacina a quem importa isto? Quem examina a causa primaria de tudo será o que o inoculou? Que é o mesmo que o vê se o mal é externo. Jamais ele dirá mal do seu estabelecimento e antes usará das expressões do Egoista. Ruant montes- Terra que ruat- Moriantur homines - Sed ego salvus sim...²²⁹

De fato, os escravizados não tinham voz e portanto não podiam reclamar da prática da vacina, porém, inúmeras foram a forma de os escravos resistirem a escravidão e, não é difícil conjecturamos que a população escravizada tenha sido em alguma medida refratária à vacina, por ela ir de encontro com à prática de variolização que era bastante difundida em diversas partes da África, além de interferir no culto do Orixá Omolu, divindade africana tida como responsável tanto por causar quanto por curar a varíola²³⁰.

²²⁷ CARNEIRO, Heliodoro Jacinto de Araújo. *op. cit.*

²²⁸ FREITAS, Ricardo Cabral de. *Os sentidos e as ideias: trajetória e concepções médicas de Francisco de Mello Franco na Ilustração Luso-Brasileira (1774-1823)*. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde), Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde, Casa de Oswaldo Cruz, Fiocruz, 2017.

²²⁹ “Desmoronem os montes e a terra - Morram os homens e seja eu salvo”. Tradução livre de: Ruant montes- Terraque ruat- Moriantur homines- Sed ego salvus sim. CARNEIRO, Heliodoro. *op. cit.*, pp.135-136.

²³⁰ Segundo Sidney Chalhoub, para os daomeanos, iroubanos e bakongo uma epidemia de varíola era um

2.2 -Respostas às objeções de Heliodoro Carneiro.

Segundo o diretor da Junta da Instituição Vaccinica do Rio de Janeiro, Hercules Octaviano Muzzi (1782-1841), Heliodoro Carneiro teria se rendido, ainda em vida, à eficácia da vacina:

[...] o Dr. Heliodoro Jacinto de Araujo Carneiro chegou a publicar em Londres, em 1808, huma memoria sobre a prática da vaccina e suas funestas consequencias: porêm convencido da força da verdade, esse, mesmo medico, bem como todos os outros que tinham abraçado sua opinião, tornou-se hum dos mais zelozos sectarios da vaccina, e eu mesmo o vi depois vaccinando aqui na casa da Instituição. Este pequeno triumpho da vaccina não foi todavia sem importancia, porque, derramando-se entre o povo aquelle prejuizo, elle difficilmente sera desarraigado²³¹.

Com Hercules Muzzi salientou a obra causou grande impacto entre a população de maneira que para enfrentar os “prejuízos” causados pela obra foi publicada três anos depois, pelos editores do jornal *O Investigador Português em Inglaterra ou Jornal literario, político, &c* a matéria intitulada “Sobre as observaçoens, e reflexoens relativas à prática da inoculação da Vaccina, e suas funnestas cconsequencias feitas em Inglaterra pelo Dr. Heliodoro Jacinto de Araujo Carneiro” onde eram refutados os argumentos de Heliodoro Carneiro por meio de diversas correspondências com médicos importantes da época e dados sobre a vacinação em diversos institutos vacínicos pelo mundo, visando demonstrar o quanto a prática era eficaz e quanto os preconceitos do autor seriam infundados²³².

Esta matéria, publicada no *O Investigador Português em Inglaterra ou Jornal literario, político, &c* foi bastante interessante por ter sido feita com base em relatos de diversos médicos portugueses que eram favoráveis à prática da vacina. Para os redatores da matéria, o médico Bernardo José de Abrantes e Castro(1771-1834), o político e jornalista José Liberato Freire de Carvalho(1772-1855) e o escritor Vicente Pedro Nolasco Pereira da Cunha(1773-1834), a vacina era o tema mais discutido no campo da medicina naquela época²³³. Deste modo, para estes redatores se a opinião de Heliodoro

castigo que funcionava como purificação dos males de uma comunidade, de modo que a tentativa de parar o caminho natural das bexigas poderia causar ainda mais devastação e morte. CHALHOUB, Sidney. *op.cit.*, p.145.

²³¹ Carta de Hercules Muzzi ao governo Imperial. Revaccinação. *Revista Médica Fluminense*, Rio de Janeiro, n.2, maio de 1839, p.45.

²³² Todos os editores deste jornal eram médicos e defensores da vacina: Miguel Caetano de Castro, Vicente Pedro Nolasco e Bernardo José de Abrantes e Castro. *Apud* FREITAS, Ricardo Cabral de. *op.cit.*, pp.179-180.

²³³ Sobre as observaçoens, e reflexoens relativas à prática da inoculação da Vaccina, e suas funnestas cconsequencias feitas em Inglaterra pelo Dr. Heliodoro Jacinto de Araujo Caneiro. *O Investigador*

Carneiro fosse verdadeira, estaria espalhando o maior bem sobre a humanidade, todavia se fosse falsa ele estaria fazendo o maior mal, mas não seria culpado, pois estaria buscando a verdade científica. Afirmavam, ainda, que os argumentos levantados por Heliodoro Carneiro nada provavam e que aquela matéria se justificava não pela qualidade das objeções da obra de Heliodoro Carneiro, mas sim pela repercussão negativa que aquela obra causava à difusão da vacina em Portugal. Um exemplo desta repercursão negativa pode ser vista em uma correspondência para os redatores do ano de 1810, publicada na referida matéria, do médico italiano Lazaro Doglioni (1778-1858), que atuava na cidade do Faro, em Portugal:

[...]Ja principiava a vaccina pela terceira vez a introduzir-se em Faro e no Algarve, quando infelizmente appareceo hum certo opusculo, que hum Medico Portuguez mandou imprimir em Londres, no qual o seu A. condena a prática da vaccina, mostrando ou antes pretendendo mostrar com observaçoens (que nada provaõ) que ella he inutil para preservar das bexigas, e que he perigoz em razão dos malles de nova indole nas quaes ela expoem os que são vaccinados; este opusculo digo tem desanimado de tal modo a muitos Pais de familia, e tem feito tal impressão no seu animo, que esquecendo se da luminoso experiencia, e dos factos felizes, que tñhã observado com seos mesmos olhos, principiarão a duvidar da vaccina, e a naõ permitirem que seos filhos se vaccinassem. Tal he o poder que tem as mentiras quando ellas são bem arranjadas, sobre o animo dos fracos... Concluo... a vaccinação não he perigoza, e que ella não origina depois aquellas novas, monstruozas e diabolicas molestias, que o imaginario, e preocupado Author do folheto acima mencionado tanto se esforça, e procura fazer crer ao publico, fazendo ate rediculamente imprimir estampas de creanças disformes com molestias causadas pela vaccina, para mais aterrar o povo, e os poucos acautelados: e como eu no decurso de seis anos nunca vi nos que foraõ por mim vaccinados, (que passãõ de 400), semelhantes doenças; por isso não posso deixar de duvidar dos observaçoens de hum tal Author²³⁴.

Na primeira parte da matéria foram elencados diversos pontos relativos à obra de Heliodoro Carneiro, e apresentada sua contra argumentação. Primeiramente os redatores culpam Heliodoro Carneiro por sua falta de imparcialidade ao tratar da vacina, pois este teria assumido logo no início da obra que não poderia aceitar a “ideia extravagante de que se livraria de uma moléstia humana introduzindo uma matéria animal”²³⁵. Para os redatores da matéria, esta falta de imparcialidade certamente teria atrapalhado a visão do autor sobre a vacina²³⁶.

Português em Inglaterra ou Jornal literario, político &c, Londres, v. II, n. VI, dezembro de 1811, pp.173-189.

²³⁴*Ibidem*, p. 181.

²³⁵*Ibidem*, pp.173-189.

²³⁶ Um erro pontual do autor foi logo ressaltado pelos redatores no início da matéria, pois em sua obra

Bernardo José de Abrantes e Castro, José Liberato Freire de Carvalho e Vicente Pedro Nolasco Pereira da Cunha argumentaram, ainda, que Heliodoro Carneiro ao tratar de temas como a crítica à teoria da origem da vacina²³⁷ apresentada por Jenner e de temáticas como o histórico da varíola e as práticas da inoculação da Europa etc, teria fugido da questão principal de sua obra que seria “determinar por factos bem verificados, por observações exactas, feitas em prevenção, nem espírito ou partido, ou celebridade, se a vaccina he ou não um preservativo das bexigas”²³⁸. Obviamente demonstrar a falha na teoria de Jenner quanto à origem comum teria sido extremamente importante para Heliodoro, pois isso tornaria sem sentido a proteção contra a varíola que a vacina iria conferir.

Em relação às críticas feitas por Heliodoro ao fato de Jenner ter tomado suas deduções de populares, os redatores da matéria de *O Investigador Português em Inglaterra ou Jornal literario, político, &c* entendiam que a visão dos populares teria mais validade que a de Heliodoro Carneiro, justamente por terem sido feitas de maneira imparcial “visto o pouco escrupulo, e exame com que atribui a vaccina funestos efeitos, e o desejo com que diz vira, o que realmente não vio”²³⁹. Para os autores, as considerações dos habitantes do Condado de Gloucestershire (Inglaterra) eram válidas tendo em vista o longo tempo de convívio que haviam tido com a bexiga e com a vacina. Quanto à afirmação feita por Heliodoro Carneiro de que estes habitantes poderiam ter sido afetados por bexigas com poucas ou nenhuma erupções, para Bernardo José de Abrantes e Castro, José Liberato Freire de Carvalho e Vicente Pedro Nolasco Pereira da Cunha, esta afirmação seria sem fundamento pois não haveriam casos de bexigas sem erupção, o que seria o mesmo que dizer que “ha bexigas sem bexigas”²⁴⁰.

Para os autores, nem a visão de Heliodoro Carneiro nem a de Jenner podiam ser comprovadas pelos conhecimentos médicos teóricos da época. Desta maneira, conferiam maior credibilidade à teoria de Jenner, pois por ele ser inglês deveria ter mais conhecimentos sobre seu país do que Heliodoro. Além disso, ironizaram o fato de Heliodoro ter mencionado lugares na Inglaterra nos quais haviam vacas e não haviam

Heliodoro Carneiro citou haver próximo de 2 milhões de habitantes em Londres, sendo que 5 anos depois em Londres só haveria acerca de metade desse número. *Ibidem*.

²³⁷*Idem. Ibidem.*

²³⁸*Idem. Ibidem.*

²³⁹*Idem. Ibidem.*

²⁴⁰ Segundo os autores da matéria, Heliodoro Carneiro poderia estar tentando levantar a questão de que muitas vezes as febres com caracteres de uma febre variolosa se desvaneceriam sem aparecer erupção alguma. Mas estes casos seriam raríssimos e os médicos que fossem esclarecidos e tivessem tido uma longa prática de medicina, principalmente em hospitais, não poderiam duvidar disto. *Idem. Ibidem.*

cavalos, o que foi questionado da seguinte maneira:

Perguntamos pois se nessas partes em Inglaterra onde ha imensas vaccas com esta erupção nas tetas. sem haver ali hum só cavallo:, não ha cultura das terras, ou com que animais se faz? Como se viaja por essas partes? Como se fazem as conduçoens, e carretos, Etc?²⁴¹.

Quanto à crítica central feita por Heliodoro Carneiro a Jenner, em relação às consequências de se inserir uma matéria bestial na constituição humana, os redatores do *O Investigador Português em Inglaterra ou Jornal literario, político, &c* argumentaram que Heliodoro Carneiro levantou estas hipóteses, mas não as provou. Segundo Castro, Carvalho e Cunha, Jenner conhecia tão bem quanto qualquer outro médico, por mais inculto que fosse, a teoria de que “nem todos os vírus produzem imediatamente a sua malignidade”. Todavia, no caso da vacina, esta não seria nada tendo em vista os benefícios que ela apresentaria, fato este que seria ratificado pelo testemunho e observação constante dos habitantes de Gloucestershire²⁴².

Além disso, é interessante salientar, que alguns médicos portugueses justificaram a prática da vacina comparando-a com outras práticas da medicina, e assim a vacina não seria mais perigosa do que qualquer uma das práticas do período. Este argumento foi bem sintetizado por João Guilherme Christiano Muller(1752-1814), secretário da Instituição Vaccinica da Academia Real das Sciencias de Lisboa no ano de 1812:

Nós nos sugeitamos a tomar hum vomitorio com o fim de curar a propensão de vomitar que tem hum estomago estragado; a huma sangria as hemorragias; a uma fonte causadora de inflamação contínua evitar uma supuração interna; á amputação d’um membro para prevenir o augmento da gangrena; e até a conduzir ao leito nupcial nossas filhas, lume dos nossos olhos, a pezar de sabermos de certo, que antes de passado hum anno, podem ser expostas a perigo de morte mais proximo do que ao que a vaccina pode expor ao vaccinado²⁴³.

Retomando para a matéria publicada em *O Investigador Português em Inglaterra ou Jornal literario político, &c* os redatores também ponderaram que se não fossem feitas experiências, como a da vacina, a “medicina estaria na sua infância”. Para Castro, Carvalho e Cunha, Heliodoro Carneiro sabia que “são dos grandes venenos que os médicos esclarecidos tirão as maiores vantagens, e que sem elles não se pode ser

²⁴¹ *Ibidem*, p.176.

²⁴² Deste modo, para Castro, Carvalho e Cunha, Jenner não era “temerário e atrevido” como Heliodoro Carneiro o acusava, mas sim teria sido “um médico indagador que buscava de beneficiar a espécie humana. *Ibidem*, pp.173-189.

²⁴³ Discurso Histórico pronunciado na Sessão Publica da ARCL de 24 de junho de 1812 por João Guilherme Christiano Muller, secretario da academia. *Historia e Memorias da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, Lisboa, Tomo III, parte I, 1812, p.46.

Medico”. Para ratificarem esta afirmação utilizaram, como exemplo, o caso do uso do ópio, que embora também tivesse levado temor aos primeiros que aplicaram o veneno à economia animal, sua utilização teria evitado a morte de milhares de pessoas e mitigado o sofrimento de muitos outros. De mesmo modo, os autores citaram o licor Arsenical e a Oxide de Arsenico, que introduzidos na economia animal teriam curado, na África, diversas febres que não possuíam nenhum remédio conhecido e que levavam à morte. Por isso tudo, para os autores a vacina estaria passando por algo semelhante ao que ocorrera com o mercúrio, que teve seu uso sendo repudiado em muitas obras, inclusive em relação ao tratamento de molestias venereas, para a qual até então seria seu maior remédio²⁴⁴.

Sobre a distinção entre vacina verdadeira e falsa, que Heliodoro Carneiro afirmava ser um subterfúgio que tornava a vacina infalível os autores dizem que ela é real e “só poderia ser negada por quem nunca vacinou uma criança” como no caso de Heliodoro Carneiro. Segundo os autores, há mais de 12 anos que médicos como Heliodoro Carneiro reclamavam contra a vacina, desprezando o único meio de resolver a questão que seria vacinar. Castro, Carvalho e Cunha recorreram várias vezes ao argumento de que Heliodoro Carneiro nunca havia praticado a vacinação para desacreditá-lo: “não aparece huma só passagem em que elle diga - eu vaccinei, eu prezenciei a marcha, e symptommas da vaccina, em todo o tempo da sua duração, etc”²⁴⁵. Em uma parte mais enfática:

He coiza bem digna de rizo, ou antes bem lamentavel que hum homem que nunca vacinou huma só pessoa, e que não faz mais do que jurar nas palavras de outrem, se propozesse a escrever contra a vaccina! He coiza bem lastimoza que em vez de provas reaes contra a vaccina, só produza sarcasmos contra todos os Professores que defendem a pratica da vaccina os quaes estão para os que a reprovão como 100 para 1²⁴⁶.

Outro questionamento importante, levantado por Heliodoro Carneiro, referia-se ao fato de que as bexigas não impediam que a constituição fosse atacada pela vacina, e

²⁴⁴ Segundo os autores as diferentes preparações de mercúrio também foram questionadas a serem introduzidas na economia animal por serem alguns venenos muito violentos, porém que na mão de médicos hábeis levaria a cura. Os autores lembram que um dos professores mais reconhecidos de Medicina na Universidade de Coimbra Caetano Joze Pinto era contra o remédio. Sobre as observações, e reflexões relativas à prática da inoculação da Vaccina, e suas funestas consequências feitas em Inglaterra pelo Dr. Heliodoro Jacinto de Araujo Caneiro. *O Investigador Portuguez em Inglaterra ou Jornal literario, politico, &c.*, Londres, v. II, n. VI, dezembro de 1811, pp.173-189.

²⁴⁵ *Ibidem*, p. 180.

²⁴⁶ *Ibidem*, p. 181.

isto demonstrava que as doenças teriam pouca ou nenhuma relação²⁴⁷. Castro, Carvalho e Cunha admitiam que a bexiga em alguns casos não livrava contra a vacina, porém esses casos seriam raros. Todavia, para os autores, a inferência da falta de relação entre os vírus e as doenças seguindo estes parâmetros seria uma conclusão precipitada, considerando que a mesma pessoa poderia contrair bexigas mais de uma vez. Deste modo, para os autores a vacina seria um verdadeiro preservativo das bexigas porque ela produzia uma maior “mudança na constituição do sistema” do que as próprias bexigas. Com isso a vacina seria capaz de extirpar a predisposição para receber o vírus varioloso, o que as próprias bexigas não conseguiriam²⁴⁸.

Para os autores, embora a vacina fosse muito mais branda do que a bexiga, seria equivocado concluir que ela não pudesse livrar o sistema e deixá-lo seguro contra as bexigas. Haja visto que:

Seria necessário hum conhecimento muito exacto das leis da economia animal; hum conhecimento perfeito da acção dos diferentes virus sobre a mesma economia e da mudança, ou modificação que nela produzem, para poder tirar tal consequencia: seria mesmo necessário conhecer, determinar em que consiste a predisposição, ou susceptibilidade de receber a acção deste, ou daquele virus. Ora o A. he mui esclrecido e ingenuo para deixar de se confessar que tudo isto se ignora, e talvez será eternamente ignorado²⁴⁹

Como os autores apontavam, muitos questionamentos teóricos sobre a etiologia da vacina e da varíola estavam em aberto e não eram acessíveis ao conhecimento da medicina da época. Desta maneira, a única forma de se validar a prática e os efeitos da vacinação seria por meio dos testes empíricos e observações da vacina em todos seus estágios, como o próprio Jenner fazia²⁵⁰. Sobre a comparação, feita por Heliodoro Carneiro, da vacina com as práticas de transfusão de sangue dado o sucesso da prática, os autores argumentavam que a transfusão tinha sido uma prática circunscrita à França e à Inglaterra e que tinha tido diversos opositores, já a vacina havia alcançado proporções incomparáveis se espalhando por diversos continentes, e os médicos de todo o mundo haviam feito observações e experimentações. Assim, não seria possível comparar as

²⁴⁷ Desta forma, para Heliodoro a ideia de Jenner de que as bexigas fossem a vacina, porém, “mais exaltada e forte” entraria em descrédito, já que não fazia sentido que a bexiga que era mais forte não podia evitar que uma pessoa adquirisse a vacina, não haveria sentido que ela conseguisse proteger o “sistema” contra as bexigas. *Ibidem*, pp. 173-189.

²⁴⁸ *Ibidem*.

²⁴⁹ *Ibidem*, p.183.

²⁵⁰ Observações imparciais que para os autores não era o que Heliodoro fazia já que era persuadido que a vacina era uma ideia extravagante. *Ibidem*.

duas práticas²⁵¹.

Em relação às moléstias que poderiam ser causadas pela vacina, Castro, Carvalho e Cunha, autores da matéria publicada no *O Investigador Português em Inglaterra ou Jornal literario político, &c*, afirmaram que não seriam fatos verificados, mas apenas especulações do autor, e que, pelo contrário, a vacina estaria curando “molestias constitucionais”. Segundo os autores, Heliodoro Carneiro, por não poder negar a virtude da vacina, colocava em dúvida se a proteção era contínua e se depois de passado um longo período a vacina poderia causar doenças e morte. Nesta questão, os autores reforçaram com o argumento das observações e dos testes empíricos²⁵².

Em relação aos questionamentos apresentados por Heliodoro Carneiro sobre os casos em que vacina causava outras moléstias, e até mesmo a morte, os autores retrucavam que muitas vezes as respostas médicas não eram exatas, devido a divergências sobre o tema. Embora estes autores terem afirmado que era falso o caso da morte do Duque de Miranda, citado por Heliodoro Carneiro como prova contra a vacina, não buscaram refutar tais argumentos pois “semel mendax, semper presumitur mendax”²⁵³.

Castro, Carvalho e Cunha trataram como rídiculas as preocupações de que com o curso do tempo pudesse serem transmitidas “estranhas mudanças de sympathya quadrupedes” para os humanos, como haviam sugerido Heliodoro Carneiro e Moseley. O fato de ocorrer resistência ao método da vacina por parte de diversas famílias, como Heliodoro Carneiro havia referido, para os autores acima referidos não provava nada pois estas poderiam ser persuadidas por meio de obras contra a vacina, da mesma forma que muitas pessoas em Portugal o tinham sido a partir de sua obra²⁵⁴.

Estes redatores do *O Investigador Português em Inglaterra ou Jornal literario, político, &c*. ainda declaravam que, apesar de serem totalmente favoráveis à vacina, esta ainda não era um “preservativo infalível das bexigas”, do mesmo jeito que as bexigas muitas vezes também não o eram. Finalizaram a primeira parte da matéria fazendo novamente uma crítica ao fato de o autor nunca ter vacinado:

[...]em vez de se fiar somente no que outros Medicos, ou Cirurgioens dizem com verdade, ou com mentira, com critica, ou sem ella, vaccine elle mesmo, escolhendo a verdadeira materia vaccinica: observe

²⁵¹ *Ibidem*.

²⁵² *Ibidem*.

²⁵³ “Uma vez mentiroso sempre mentiroso”. Tradução livre de: “semel mendax, semper presumitur mendax”. *Idem. Ibidem*.

²⁵⁴ *Ibidem*, p.189.

escrupulosamente o principio, progresso, estado, declinação e fim da vaccina, e as consequencias que sobrevierem; e elle fara hum serviço real ao Estado, á Medicina, e á Humanidade²⁵⁵.

Na segunda parte da matéria, o objetivo foi ressaltar a eficácia da vacina e constatar se ela realmente poderia originar novas doenças. Primeiramente, os autores utilizaram o argumento de autoridade, ao listar o nome de um grande número de médicos portugueses, muitos do alto escalão do governo, que teriam passado a praticar a vacina logo após a publicação da obra de Jenner, e que eram amplamente favoráveis ao método²⁵⁶.

É importante salientar que, segundo o pesquisador Carlos Subtil, Heliodoro Carneiro integrava a classe de médicos conhecidos como os “médicos velhos”, que se apoiavam nos ensinamentos de Hipócrates, Galeano e Boerhaave e, com isso, desconfiavam das diversas inovações científicas advindas, por exemplo, da vacina e da utilização da química na medicina. De outro lado estavam os “médicos novos”, baseados em novas teorias como Cullen, Brown, Pinel ou Brousaais. A questão da vacina mostrava como era a tensão entre essas duas classes de médicos em Portugal²⁵⁷.

Retomando à matéria em *O Investigador Português em Inglaterra ou Jornal literario, político, &c* seus redatores ainda argumentaram que os médicos portugueses só haviam aconselhado D. João a vacinar seus filhos após terem tido 6 anos de experiência com a vacinação, em uma centena de crianças. O ato de vacinar membros da Família Real teria sido tomado não só para protegê-los, mas também para incentivar que o povo se vacinasse²⁵⁸.

Sobre a vacina, Castro, Carvalho e Cunha mandaram uma carta com perguntas sobre o assunto para o médico da Real Câmara, Dr. Francisco José d' Almeida, que já estaria praticando a vacinação em Portugal há pelo menos 12 anos. Na carta deste

²⁵⁵ *Ibidem*.

²⁵⁶ Médicos da Real Câmara como Francisco Tavares, José Correa Picanço (1745-1823), Manoel de Carvalho, Francisco de Mello Franco (1757-1823), o físico-mor do Reino Manoel Vieira da Silva (1753-1826), e Francisco José de Almeida. Entre os cirurgiões da Real Câmara foram listados Noberto Antonio, Antonio de Almeida, Theodoro Ferreira de Aguiar (1769-1827) e o cirurgião-mor do Exército e da Marinha Francisco Custódio de Campos. *In* Continuação do Exame Sobre as observaçoens, e reflexoens relativas à prática da inoculação da Vaccina, e suas funnestas consequencias feitas em Inglaterra pelo Dr. Heliodoro Jacinto de Araujo Caneiro. *O Investigador Português em Inglaterra ou Jornal literario, político, &c.*, Londres, v. 2, n. VIII, janeiro de 1812, pp.352-377.

²⁵⁷ SUBTIL, Carlos Louzada. *Bernadino Antonio Gomes: ilustre médico iluminista nascido em Paredes de Coura*. Câmara Municipal de Paredes de Coura, 2017. pp.54-57.

²⁵⁸ “Continuação do Exame Sobre as observaçoens, e reflexoens relativas à prática da inoculação da Vaccina, e suas funnestas cconsequencias feitas em Inglaterra pelo Dr. Heliodoro Jacinto de Araujo Caneiro. *O Investigador Português em Inglaterra ou Jornal literario, político, &c*, Londres, v. 2, n. VIII, janeiro de 1812, pp.352-377.

médico, publicada quase na íntegra, este afirmara que nenhuma pessoa que tivesse sido por ele vacinada havia adquirido a bexiga, ou outra doença qualquer, e que em alguns casos a vacina chegou a melhorar a constituição dos vacinados. Relatou, ainda, que em toda sua experiência com a vacina, somente em dois casos teriam ocorrido sintomas mais graves, como ocorrera com a Viscondessa de Fonte e seu filho, que teriam tido febres que quase causaram convulsões, e que no caso da Viscondessa a doença chegou a durar 7 semanas²⁵⁹.

Ainda nesta carta, Francisco José d'Almeida mencionou casos em que a vacina, além de proteger contra a varíola, havia trazido uma melhoria geral na constituição das pessoas como:

Era o Viscondinho de Fonte-Arcada de mui debil entranhas, e tão sujeito a afecçoens de peito, que dava muito que temer a sua juventude. Vizivelmente depois da Vaccina perdeu aquella dizposição catarroza e hoje sadio passou mui bem pela escarlatina, e sarampo, o bofe parece são, e hum jovem mui outro, do que foram em Menino, he este amavel Fidalgo[...]Sua May que soffria debilidade de tubbo intestinal, e todos os synthomas de Hypochondriasis começada, melhorou sem outra Medicina[...]Emilia Cambiaço [...] era huma enfante raquitica, de huma existencia molesta, e que mal promettia sahir da puericia; vaccinada, he hoje a mais vigorosa, e encorpada de sua familia²⁶⁰.

Francisco José d'Almeida afirmou, ainda, que teria vacinado crianças “caqueticas e leucophlegmaticas”, as quais após a vacina teriam melhorado sua constituição, o que levava a compreender que a modificação provocada pela vacina na constituição humana nunca era “maléfica”, mas sempre “salutifera”. Quanto à validade da proteção da vacina, o médico afirmou ter sido constatada, pois durante três graves epidemias de varíola que haviam ocorrido em Lisboa, naquele período, nenhum de seus vacinados havia adquirido a doença²⁶¹.

Outro relato interessante sobre curas devido a vacina, se encontra na carta do médico, que atuava na cidade de Lagos, José Francisco de Carvalho publicada no *Jornal de Coimbra* em junho de 1814:

[...]agora se-me-communicou um facto, que prova aquilo que muitas vezes tenho asseverado, e serve de um argumento mais contra os Anti-Vaccinadores, por isso não o -quero deixar em silencio. N'esta Cidade rezidio uma senhora casada com um Coronel de Engenharia, (Joaquim Jose Ferreira) a qual, depois de muitos abortos quasi todos de sete, e oito mezes, teve por fim um filho. Pouco tempo depois de nascido

²⁵⁹ *Ibidem*.

²⁶⁰ *Ibidem*, p.355.

²⁶¹ *Ibidem*, pp. 352-377.

descobrio-se-lhe uma deslocação em ambos os braços, do humerus com o omoplata, ora desaparecia, ora apparecia; além d'isso notou-se na criança algum vicio rachitico; o qual foi combatido pelos meios apropriados. Foi este Coronel despachado para Fáro, e eu nunca mais tive noticias de sua familia. Agora vindo a uma diligencia a esta Cidade, lembrou-me perguntar-lhe como estava o seu filho, respondeo-me, que padecera a mesma molestia até a idade de dois annos, porém que sendo então vaccinado, depois d'isso principara a passar optimamente desaparecendo não só as deslocações, mas também o vicio rachitico, e que ao presente gozava de uma saude vigorosa. Os Anti-Vaccinadores terão muitas razões para explicar este phenomeno, e por certo negarao que a Vaccina concorresse para ele nem venalmente; tudo se espera d'elles, até mesmo o negarem o facto, não he a primeira vez, que eu o tenho presenciado, e ouvido; porem eu estou intimamente convencido não só da verdade do facto, por me ser referido por um homem de toda a probidade, mas também que a Vaccina foi quem, senão exclusivamente, ao menos em grande parte concorreo para a cura de semelhantes enfermidades²⁶².

Voltando a matéria em *O Investigador Português em Inglaterra ou Jornal literario, político, &c* outro médico referido por Castro, Carvalho e Cunha na matéria foi Bernardino Antonio Gomes (1768-1823). Na opinião de Bernardino as crianças vacinadas tinham sintomas muito benignos, sendo inverossímil, então, que adquirissem outras enfermidades por causa da vacina. Mesmo nos casos que decorressem de um “virus brutal”, este não produziria mais “degeneração na espécie humana” do que era causado pelos alimentos e por outros remédios retirados do reino animal. Ademais, para Bernardino por ocasião da última epidemia ocorrida em Lisboa, as pessoas variolizadas não haviam ficado protegidas contra a varíola, ao passo que as vacinadas sim. Ainda na mesma matéria, este fato citado por Bernardino Gomes foi ratificado pelo relato do José Pinheiro de Freitas, médico que atuou por muitos anos na região de Aveiro, que teria afirmado que um “curioso” havia praticado a vacinação em Aveiro de forma filantrópica, em meio a uma epidemia de bexigas, e que no outro ano quando a epidemia retornou nenhum dos vacinados teriam adquirido a bexiga. Relatou, ainda, que o mesmo havia ocorrido com as pessoas por ele vacinadas em Lisboa, e que nenhum dos seus vacinados teria adquirido nenhuma outra doença²⁶³.

Os redatores também apresentaram na matéria outra parte da correspondência com o médico Lazaro Doglioni(1778-1858), que além de ter referido sobre a repercussão negativa da obra de Heliodoro Carneiro, ainda afirmou que os maiores

²⁶²Carta de José Francisco de Carvalho, Medico na cidade de Lagos, pertencentes aos mezes de Fevereiro, Março, Abril, Maio, Junho, Julho de 1814. *Jornal de Coimbra*, Lisboa, n.XXX, parte I. junho de 1814, p.325.

²⁶³*Ibidem*.

antagonistas da vacina teriam sido os professores de cirurgia que proferiam notícias falsas como:

[...] O filho de fulano, que tinha sido vacinado, estava com bexigas, e estas de máo character. Immediatamente procurava verificar pessoalmente o facto; e achava constantemente huma das tres coisas seguintes -1. ou que o bexigozo não tinha sido vacinado, que se dizia: 2. ou que era falso que o vacinado, que se dizia estivesse com bexigas: 3. ou que aquelle que se supunha vacinado, e que estava com bexigas era hum dos que lhe não tinha pegado a vaccina; ou tinha tido os signaes de huma falsa, e suspeitoz a vaccina[...]²⁶⁴.

Mais um médico referido na matéria foi Antonio de Almeida, cirurgião da Real Câmara, que afirmou ter iniciado a prática da vacinação em Portugal logo que Jenner fez sua descoberta. Para este médico a vacina só protegia contra a bexiga e não causava qualquer outro problema além dos já causados pela própria bexiga, todavia era muito menos perigosa que as disposições mórbidas como as escrofulosas e incapacitantes. Quanto à questão da possibilidade da vacina transmitir doenças cutâneas e levar até mesmo à morte, Antonio de Almeida também negou que isso tenha acontecido com as pessoas que havia vacinado. Nas palavras do médico só teria havido um caso no qual a morte poderia ser atribuída à vacina, que seria o caso conhecido como “a catástrofe do duquezinho de Miranda”, um caso controverso, e que, portanto narraria para que os autores julgassem se a culpa era ou não da vacina²⁶⁵.

Segundo Antonio de Almeida, tal “catástrofe” teria ocorrido com a irmã do Duque de Miranda que embora tivesse contraído bexigas, sua mãe, apesar da recomendação, não a havia separado do irmão e a manteve convivendo com todos. Seu pai resolveu vacinar o filho, mas os médicos o recomendaram que não o fizesse, pois havia a possibilidade dele já ter contraído a bexiga por contato com a irmã, e neste caso o preservativo seria inútil. Contrariando as indicações médicas, o pai escolheu vacinar seu filho, mas na primeira tentativa a vacina falhou e o menino foi inoculado uma segunda vez após 5 dias. Após esta segunda inoculação, o menino teve febre, seguida de vômitos, delírio e convulsões, e faleceu. Narrou, ainda, que antes do falecimento o menino apresentou botões em sua face semelhantes à erupção variolosa e não da vacina que não havia funcionado. Para o cirurgião, os sintomas que o “Duquezinho” havia tido não eram da vacina, como poderia atestar qualquer vacinador treinado²⁶⁶.

Na mesma matéria, outro médico, João Lauriano Nunes Leger, assistente da

²⁶⁴*Ibidem*, p.363.

²⁶⁵*Ibidem*, pp.352-377.

²⁶⁶*Ibidem*.

Casa de Lafoens, afirmou que a morte do Duquezinho não desacreditava a vacina, “porque esta não pegou, provavelmente por que a maquina estava ja infeccionada”²⁶⁷.

Além destes relatos dos médicos, a matéria apresentou também os diversos casos de sucesso da vacinação em diversas partes do mundo, citando especialmente os casos da Inglaterra, país que seria emblemático dada a quantidade de dados que possuíam sobre a vacinação. Cabe destacar que os redatores também relataram casos de vacinação na América Portuguesa, onde a Secretaria de Estado dos Negócios Ultramarinos teria expedido diversas ordens a diferentes capitães gerais, antes de 1807, para introduzir e propagar a vacina naqueles domínios. Citaram ainda o estabelecimento da Junta da Instituição Vaccinica do Rio de Janeiro, criada sob o comando do cirurgião Theodoro Ferreira de Aguiar, que já havia tido experiências com a vacinação em Portugal e que estava então tratando dos serviços de vacinação no Rio de Janeiro.

Para os redatores, a vacina seria evitada somente por aqueles que seguissem orientações erradas de alguns professores, como as do próprio Heliodoro Carneiro. Para dirimir quaisquer dúvidas que ainda restassem, os redatores recomendaram a leitura de algumas obras sobre a vacina como: “Observaçõens” (1803), do Dr. H. Fraser, sobre a inoculação da vacina e que refutava a obra de Rowley; “A inoculação da vacina” (1806) por Mr. Rowland Hill; “Réplica de James Moore aos ante- vaccinistas” (1806); “A vacinação vingada contra falsas representaçõens e calumnias”(1806), de Edward Jones; “Resposta de Ring a Moseley” (1805), em defesa da vacinação; “Factos decisivos em favor da Vaccina”(1805); “Resposta de Charles Murray a MrHyghmore,vol.II”²⁶⁸.

Por fim, a matéria finalizava com a constatação dos autores de que continuavam a surgir instituições vacínicas pelo mundo, e que isto não seria alterado pelos “torridos interesses” pontificados por Heliodoro Carneiro. Para Castro, Carvalho e Cunha os vacinadores seriam movidos pela “mais pura filantropia e credito da arte de curar”. Citaram, ainda, algumas considerações e dados das instituições vacínicas das cidades de Notingham, Dublin, Edimburgo; Gasglow e Glocestershire. A partir dos resultados que estas instituições apresentavam, ou seja, a diminuição do número de mortes por varíola naquelas cidades, os redatores buscavam demonstrar que a vacina era efetiva e que não estava transmitindo novas e perigosas doenças como Heliodoro Carneiro havia afirmado²⁶⁹.

²⁶⁷ *Ibidem.*

²⁶⁸ *Ibidem.*

²⁶⁹ *Ibidem.*

2.3 - Os debates continuam: “Efeitos da Vacinação; e o Exame das objeções propostas em diferentes tempos contra ella” (Claude-Louis Berthollet, Jean-Noël Hallé, Pierre Percy)

Outra matéria extensa e importante sobre as objeções contra a vacina antivariólica foi publicada no periódico *O Investigador Português em Inglaterra ou Jornal literario, político, &c* no ano de 1814. Foi publicada a memória intitulada “Factos ate agora colligidos respectivos aos Efeitos da Vacinação; e o Exame das objeções propostas em diferentes tempos contra ella”, que fora lida nas classes das ciências físicas e matemáticas, no Institut de France, pelos médicos Claude-Louis Berthollet(1748-1822), Jean-Noël Hallé (1754-1822) e Pierre Percy(1754-1825) em 17 de agosto de 1812²⁷⁰.

Segundo estes médicos, embora o sucesso que a vacina havia obtido “em todas as partes do mundo civilizado”, ela ainda possuía seus antagonistas, o que seria saudável para o desenvolvimento científico, como “um espirito de opposição e independencia e uma qualidade apreciável nas sciencias da observação”. Para os redatores mesmo que os opositores da vacina estivessem seguindo a estrada do erro o intuito deles seria descobrir a verdade e de se evitar seguir precipitadamente uma opinião²⁷¹.

Berthollet, Hallé e Percy trataram nesta memória da teoria médica corrente na época, a qual a maioria dos médicos enquadrariam os fenômenos da vacina e da varíola:

A theoria segundo a qual se conjectura que em hum grande numero de doenças agudas e chronicas ha no sistema um movimento destinado a produzir evacuaçoens mais ou menos consideraveis e por este meio expellir do corpo huma substancia estranha que motivou a molestia, tem sido suggerida, a fim de explanar certos phenomenos, que apparecem consecutivamente durante o decurso de algumas doenças agudas, e a ordem regular, com que estes phenomenos succedem huns aos outros, e terminão com a cura da doença. O progresso de várias molestias he bem adaptado a esta theoria; nem se pode negar, que os symptomas das bexigas, sejam ou naturaes ou occasionadas pela inoculação, conformão-se bellamente com os principios que sobre ella tem sido fundada²⁷².

A título de curiosidade, um exemplo de como esta teoria era utilizada como embasamento para explicar a varíola, está na concepção dos médicos portugueses da época de D. João V, pois como o historiador Vieira Fazenda aponta, o médico Francisco

²⁷⁰Memória. *O Investigador Português em Inglaterra ou Jornal literario, político, &c*, Londres, v. 9, n. XXXIII, março de 1814. pp.41-51.

²⁷¹*Ibidem*.

²⁷²*Ibidem*, pp. 43-44.

da Fonseca Henriques, o Mirandella, e os seus contemporâneos eram da opinião que:

[...]a varíola procedia de haver no sangue um certo vicio, infecção e inquinamento contrahido no utero materno e reservado na massa do sangue até suscitar por causas que com elle tenham tal proporção e analogia que o excitem e commovam para se expulsar ao ambito do corpo por meio de uma insigne ebulição e fermentação do sangue²⁷³.

Retomando a matéria, segundo Berthollet, Hallé e Percy havia um debate em torno dos efeitos da inoculação de bexigas e da vacinação, que comparava o efeito das duas doenças, e afirmava que a primeira, depois de uma febre, terminava com a erupção de diversas bexigas e assim se diferenciava da vacina que só causava uma pústula. Entendia-se com isso que a vacina produzia uma “revolução incompleta no sistema” e que não poderia ser assim tão proveitosa quanto a variolização, ou pior, poderia deixar um “fermento pernicioso no corpo” que poderia não ser expurgado com a única pústula que a vacina deixava²⁷⁴.

Para estes autores, as duas doenças seriam diferentes de modo que a teoria de uma não podia ser usada para explicar a outra. A única coisa em comum entre as duas doenças seria a proteção que geravam contra a varíola. Segundo os mesmos, como era desconhecida a teoria que explicasse a diferença das duas formas de proteção decorrentes da vacina e da varíola, a experiência e observação seriam a “única prova da realidade”. Portanto, não seria por meio da teoria, mas sim da prática que se conseguiria provar que a vacina, além de proteger o sistema, também deixava um vírus que poderia ocasionar diversas doenças²⁷⁵.

Com isso os autores criticavam os opositores da vacina por utilizarem fatos isolados para explicarem uma teoria geral, quando devia ser feita uma grande análise de fatos análogos aos que alegavam os adversários, para assim produzir uma probabilidade. E somente se eles possuissem uma grande número de ocorrências, e que fossem invariáveis, é que se poderia conjecturar certo grau de certeza de que a vacina seria responsável pelas moléstias a ela atribuída. Neste caso os autores sugeriam que os fatos apreciados contra a vacinação deviam ser comparados em relação aos estabelecidos e favoráveis à vacina²⁷⁶.

Assim, Berthollet, Hallé e Percy passaram a analisar fatos contrários à vacina,

²⁷³FAZENDA, José Vieira. *op. cit.*, p. 593.

²⁷⁴Memória. *O Investigador Português em Inglaterra ou Jornal literario, político, &c*, Londres, v. 9, n. XXXIII, março de 1814, pp. 41-51.

²⁷⁵*Ibidem*.

²⁷⁶*Ibidem*.

que teriam sido apresentados em obras na época, como “Reports of a Series of Inoculations for the Variolæ Vaccinæ or Cow-pox; with Remarks and Observations on this Disease considered as a Substitute for the Smallpox”, de Willian Woodville (1752-1805), publicada em 1799, e “Traité Historique des Dangers de la Vaccine” do médico Pierre Chappon(1788-1849), de 1803. Berthollet, Hallé e Percy afirmaram que os fatos apontados nestas obras foram analisados em publicações da “Bibliothèque Britannique ou Recueil extrait des ouvrages Anglais périodiques & autres, des Mémoires & Transactions des Sociétés, & Académies de la Grande-Bretagne, d’Asie, d’Afrique & d’Amérique”, criada em 1796. Como muitos fatos contidos nestas obras seriam destituídos de verdade e de exatidão, enquanto que os fatos concretos seriam pouco relevantes e com consequências equivocadas, os médicos citados afirmavam que as ideias sobre origem das doenças apontadas nas obras acima referidas não demonstravam haver relação com a vacina²⁷⁷.

A segunda questão levantada pelos autores nesta memória foi em torno de situações nas quais a matéria vacínica ao ser introduzida no sistema teria a propriedade de ocasionar erupções, ou doenças, sintomas estes que deveriam ser atribuídos à dificuldade, imperfeição ou falta de erupções da vacina. Para os autores este questionamento teria surgido por ocasião da introdução da vacinação em diversos países, quando foram observados casos nos quais teria surgido diversas erupções, além de doenças graves, e às vezes fatais, juntamente com a vacina, em diferentes indivíduos. Segundo os autores estas variações seriam rarefeitas, sendo sempre “irregulares ou incompletas”, e tendo mais ligação com a constituição individual do que com a própria vacina. Todavia alguns opositores da vacina argumentavam que este fato poderia estar ocorrendo, baseados na teoria segundo a qual o vírus em lugar de ser expelido por meio da pele, “segundo a intenção da natureza”, permanecia no sistema e isso causava várias “mudanças perniciosas a constituição”²⁷⁸.

Berthollet, Hallé e Percy, analisaram novamente a obra de Woodville, que havia relatado que os efeitos que presenciara após a vacinação geravam erupções precedidas ou acompanhadas de febres, ansiedade, dor no ventre, vômito, diarreia, síncope, oftalmia, tosse e convulsões, e também o caso de uma erupção acompanhada por espasmo, que ocasionara a morte de uma criança. Estes mesmos sintomas, ainda dizia Woodville, teria presenciado em indivíduos que não tinham erupções. Woodville atribuía

²⁷⁷ *Ibidem.*

²⁷⁸ *Ibidem.*

à falta de energia no sistema para expelir o vírus através das erupções que purgariam a doença²⁷⁹.

Contrariando tais observações, os autores da Memória ressaltaram alguns fatos. Primeiramente, Woodville fora o primeiro médico do St. Pancras Smallpox Hospital, em Londres, criado para recepção dos doentes que tinham bexigas e dos indivíduos que seriam inoculados com a matéria vacínica. Sua obra, “Reports of a Series of Inoculations for the Variolæ Vaccinæ or Cow-pox; with Remarks and Observations on this Disease considered as a Substitute for the Smallpox”, foi publicada em 1799, logo depois da descoberta da vacina. Woodville teria vacinado 510 pessoas, entre as quais 274 teriam tido erupções abundantes e 147 uma febre mais ou menos severa. Jenner havia anunciado que a inoculação não causava erupções, posição esta que foi ratificada por outros médicos da Inglaterra na época. Ao fazer uma experiência, Jenner trocou material vacínico com Woodville, e este material vacínico não produziu erupções, mas em contrapartida, o material enviado por Jenner ao dr. Woodville revelou novamente erupções. Considerando esta experiência, para os autores da memória estas doenças só teriam ocorrido com Woodville, e que não teria decorrido do vírus nem de coisa alguma particular. Depois Woodville fez novas observações e teria constatado que as erupções começaram a desaparecer no hospital em que atuava. Os doentes inoculados de varíola perderam a permissão de permanecer naquele hospital, e Woodville confessou não ter visto erupções em pessoas vacinadas fora do hospital²⁸⁰.

Berthollet, Hallé e Percy utilizaram mais dados empíricos para ratificarem seu ponto de vista, e para tal narraram a exposição que fora realizada no Royal College of Physicians of London, em 1807, segundo a qual de 164.381 vacinações somente 66 foram seguidas de erupções, o que dava uma proporção de 1 para 2.490. Ainda segundo a Memória, tais números estavam em acordo com o que ocorrera em outros países, como a Dinamarca, onde após ter sido introduzida a vacina, apareceram erupções que com o tempo desapareceram, e o mesmo teria ocorrido em Hanover e Genebra. De mesma maneira, em 1806, por ocasião de uma epidemia de bexiga na cidade de Lucca (Itália), se observou erupções em vacinados, que depois não voltaram a ocorrer. Na França, a sociedade de vacinação parisiense vacinou aproximadamente 2 milhões e 671 mil pessoas, e apareceram somente algumas erupções esporádicas e em número limitado²⁸¹.

²⁷⁹*Ibidem.*

²⁸⁰*Ibidem.*

²⁸¹*Ibidem.*

Berthollet, Hallé e Percy relataram, ainda, que os casos em que haviam ocorrido erupções ou febres após a vacinação seriam raros, de sorte que não deveriam ser atribuídos ao vírus vacínico, ou como consequência de suas propriedades. Estes deveriam ser imputados a circunstâncias, gerais ou individuais, mesmo que a natureza destas fossem algumas vezes desconhecidas. Entretanto, na maioria dos casos decorriam das bexigas, que infeccionavam os lugares onde se praticam a vacinação. Assim, era destituída de certeza a visão de que a vacina introduzia um “fermento pernicioso” no sistema humano, que deveria ser expelido por erupções ou febre. Por outro lado, eram inúmeros os casos em que a vacinação não havia ocasionado febre nem erupções, exceto na pústula²⁸².

Outro questionamento respondido pelos autores nesta Memória, teria sido em relação à algumas indisposições e doenças que apareceriam quando o indivíduo estava vacinado, e que fazia com que alguns médicos acreditassem que o vírus vacínico poderia produzir doenças perigosas e fatais. Além disso, pouco tempo após a vacinação os indivíduos teriam sido incomodados com enfermidades, o que levava à conclusão de que mesmo depois de um sucesso aparente a vacinação poderia ser a origem de doenças crônicas mais ou menos violentas, ou mesmo deixar a semente para que no futuro outras doenças se desenvolvessem²⁸³.

Para responder a tal questão, Berthollet, Hallé e Percy elencaram diversos casos que haviam sido referidos em obras contrárias à vacina, e os analisaram. Entre estes citaram o caso referido pelos médicos Monroe e Pierre Chappon, que apresentava os perigos da vacina:

No oitavo dia depois de uma operação uma criança de três anos de idade, que até esse tempo gozava perfeita saúde, foi afligida de uma tosse, no dia 12 perdeu a voz. No dia 14 sentiu uma suffocação que aumentou no dia 15. No dia seguinte a respiração tornou-se muito difícil, rápida e estrondosa, e o som indicava proceder de trachea: nesse mesmo dia faleceu a criança²⁸⁴.

Segundo Berthollet, Percy e Hallé os sintomas descritos acima seriam facilmente distinguíveis como tendo sido uma “cynanche trachelis”, uma doença que atacaria crianças de boa saúde e que não poderia ser atribuído a vacina, pois todos os médicos saberiam que esta doença procederia de diferentes causas. Para Berthollet, Percy e Hallé

²⁸² *Ibidem*.

²⁸³ Memória. *O Investigador Portuguez na Inglaterra*, ou jornal literario, politico, &c, v.9, n. XXXIV, abril de 1814, pp. 202-219.

²⁸⁴ *Ibidem*, p.202.

o caso acima referido assim como outros casos que levaram até mesmo a morte não poderiam ser atribuídos à vacina e para ratificarem esta posição se remeteram a diversos acontecimentos apresentados em correspondências da Société pour la extermination de la Petite-Verolee e do periódico científico francês *Bibliothèque Britannique*²⁸⁵.

Na correspondência da Société pour la extermination de la Petite-Verolee, foram apresentados 11 casos de mortes envolvendo a vacina, entre estes havíamos de quatro crianças que haviam morrido por ter tido bexigas depois da vacinação, mas que poderiam já estar infectadas antes da vacina ou terem se infectado antes que a vacina tivesse surtido efeito. Duas crianças morreram de convulsões, mas já teriam tido convulsões antes da vacinação. Das outras cinco mortes que ocorreram após a vacinação, duas eram de pessoas que já possuíam “mal venéreo” e três que tinham marasmo. Estes foram os únicos casos na instituição francesa, a qual teria feito a vacinação em mais de 2 milhões e 600 mil pessoas, de forma que, na visão dos autores, nenhum daqueles casos de morte poderiam ser atribuídos diretamente à vacina, mas sim a outras doenças²⁸⁶.

A penúltima questão levantada na Memória foi se o vírus vacínico poderia produzir alterações em doenças já corrente se ser até mesmo fatal. Em relação a esta questão, os autores afirmaram que só a observação poderia demonstrar que o vírus estava fazendo alterações ou influenciando em outras moléstias. Entretanto, os casos ressaltados pelos autores eram de sucesso da vacinação, pois ela além de não ser perigosa poderia estar trazendo melhorias à constituição das crianças. Como exemplo apresentavam o caso citado pelo médico Luigi Sacco(1769-1836), na obra “*Tratado Della Vaccinazione*”, onde teria afirmado que quando vacinou crianças que tinham paralisia nos braços ou nas extremidades inferiores, doenças crônicas de glândulas, entre outras doenças. O médico teria feito grande número de punções com a vacina, em torno de 30 a 40, em alguns casos as crianças teriam se curado perfeitamente, enquanto em outros teriam obtido melhoras importantes²⁸⁷.

Outros casos analisados pelos autores haviam sido relatados na correspondência da Société pour la extermination de la Petite-Verolee e demonstravam que a vacina seria um bom remédio principalmente nas doenças que acometiam os órgãos e as funções

²⁸⁵ *Ibidem*, pp.202-219.

²⁸⁶ Nos casos examinados nas publicações da *Bibliothèque Britannique* também possuíam exemplos de mortes relacionadas à vacinação, mas estes casos teriam ocorrido por ocasião da epidemia de bexiga, o que levou os autores a atribuírem a morte às próprias bexigas. *Ibidem*.

²⁸⁷ *Ibidem*.

pertencentes ao sistema linfático. Nesta correspondência foram relatados casos onde a vacina teria produzido efeitos benéficos nas mais diversas doenças, como as escrófulas, as oftalmias crônicas, caso de doenças convulsivas, a epilepsia, as tosses violentas, as febres, as diarreias, e até mesmo a surdez. Além disso, casos de rachitis não teriam sido absolutamente curados, mas muito amenizados de modo que alguns doentes haviam recuperado a capacidade de andar e a firmeza do corpo, graças a punções vacínicas feitas na espinha dorsal²⁸⁸.

Berthollet, Hallè e Percy, destacaram que embora nas correspondências acima referidas, os médicos tenham citado casos fundamentados a partir da devida observação, suas considerações não fornecem subsídios para se afirmar que tais curas seriam atribuídas à vacina:

[...]olhando elles separadamente, não vemos nelles mais do que uma certa coincidência entre o tempo da cura e da vaccinação; porém coletivamente tomados, parece nos que o número dos fatos e das circunstâncias ,inundantemente relatadas, dão afinal um certo pezo em favor da vaccinação e na verdade mais que suficiente para contrabalancear os outros fatos, que se tem alegado em favor das bexigas naturaes²⁸⁹.

A última questão levantada pelos autores seria se o poder curativo da vacina equivaleria ao das bexigas, sejam naturais ou inoculadas? Esta questão para os autores teria se tornado irrelevante tendo em vista que já era um fato reconhecido a proteção que a vacina conferia contra a varíola²⁹⁰.

Por fim como buscamos demonstrar Heliodoro Carneiro não era um pensador isolado, pois o mesmo se baseava em vários outros autores da época, demonstrando assim que compartilhava do anseio de outros médicos do período. Neste sentido, obras contrárias à vacinação continuaram a serem publicadas ao longo do século XIX, e a análise dos argumentos presentes nestas obras são importantes, pois demonstram o quanto a prática da vacinação foi de encontro a alguns paradigmas médicos vigentes. Desta maneira, cabia aos defensores do método, como demonstrado nas matérias publicadas em *O Investigador Português em Inglaterra ou Jornal literario, político, &c* atestar a validade e efetividade da vacina através da empiria e da demonstração de como seus efeitos eram benéficos e rapidamente sentidos. Assim a vacina ganhou cada vez mais aceitação e difusão, como ocorreu em Portugal onde houve o esforço de um grupo

²⁸⁸ *Ibidem*.

²⁸⁹ *Ibidem*, p.218.

²⁹⁰ Conclusão da memoria sobre a vaccina. *O Investigador Português em Inglaterra ou Jornal literario, político, &c*, Londres, v. 9, n.XXXV, maio de 1814, pp. 411- 422.

de médicos, associados à Academia Real das Ciências de Lisboa, que procuraram institucionalizar esta prática para melhor difundi-la como veremos a seguir.

2.4 - A institucionalização da vacina antivariólica em Portugal: criação da Instituição Vaccinica da Academia Real das Ciências de Lisboa.

Como ressaltamos anteriormente, a introdução da prática de vacinação em Portugal se realizou a partir de uma pequena estrutura de pessoas, que atuaram com seus ideais filantrópicos em algumas regiões do país. Segundo o estudo do historiador José Alberto Teixeira Rebelo da Silva, até 1807 a prática de vacinação em Portugal foi bastante rarefeito, se concentrando na parte norte do país, por meio de “uma malha bastante rarefeita e pouco eficaz em termos de cobertura do território”²⁹¹, como demonstra o mapa de distribuição de vacinadores, em 1807, que elaborou em sua tese:



Fig.6 - Distribuição de vacinadores em Portugal no ano de 1807. Distribuição de vacinadores, 1807. Baseado em Francisco Inácio Rubião, *Memoria sobre a Vaccina*, ms. 985, série azul, Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa. *Apud*. SILVA, José Alberto Teixeira Rebelo da. *op. cit.*, p.273.

As dificuldades dos procedimentos para a vacinação foram diversas, desde a utilização da vacina realmente efetiva para se iniciar o processo efetivo, até a questão da

²⁹¹SILVA, José Alberto Teixeira Rebelo da. *A Academia Real das Ciências de Lisboa (1779-1834): ciências e hibridismo numa periferia europeia*. Tese (Doutorado em História e Filosofia das Ciências), Universidade de Lisboa, Faculdade de Ciências, Secção Autónoma de História e Filosofia das Ciências, 2015. p.273.

conservação da vacina em bom estado para transmissão do vírus. Um exemplo desse quadro de dificuldades pode ser observado na carta enviada pelo médico italiano Lazaro Doglioni(1778-1858) aos editores do periódico *O Investigador Português em Inglaterra, ou Jornal literario, político, &c*, na qual narrou ter introduzido a vacina na Região de Algarves, e que após alguns meses já se tinha perdido a matéria por falta de uma pessoa que unicamente cuidasse disso e pela falta de apoio por parte do Governo²⁹². Neste mesmo sentido, Manoel Albano de Moraes, médico e cirurgião dos Partidos da Câmara da Villa da Torre de Moncorvo, relatou, em uma carta publicada em 1818, que seria comum aos médicos em diversas povoações tentarem aplicar a vacina e ela “não pegar”, e que isso fazia propagar a “opinião geral n’este paiz, que a Vaccina não só não é de utilidade alguma, mas antes devem-se recear os seus maos effeitos”²⁹³.

Além das dificuldades que eram inerentes à vacinação, esta prática teria praticamente cessado entre 1807 e 1811, por ocasião da invasão das tropas napoleônicas a Portugal. Assim, o serviço que já era deficitário se tornou muito mais problemático após a invasão napoleônica, pois foram acrescentados outros elementos como: movimentos migratórios, guerra, fome, carência de gêneros e com se proliferem epidemias diversas e, com isso, se diminuiu os fracos e contingentes serviços de vacinação²⁹⁴. A invasão napoleônica também fez com que a Família Real e sua corte fugissem para o Rio de Janeiro, fazendo que Portugal deixasse de ser o centro político do Império Português.

O médico português Bernardino Antonio Gomes(1768-1823), em carta encaminhada em 1812 aos redatores do *Invetigador Portuguez em Inglaterra, ou jornal literario, politico, &c* afirmou que naquele momento as práticas de vacinação teriam voltado a ocorrer principalmente na capital portuguesa:

Eu não sei precisamente a epoca em que se começou a vaccinar em Lisboa; sei porem que ha mais de 8 anos. Desde aquella epoca ate agora tem-se continuado aqui a praticar a vaccinação, ainda que durante o intruso Governo Francez foi mui pouco, ou nada. Todavia o numero dos vaccinados nesta Capital no decurso de 8 annos prezumo que chega a milhares. Neste mesmo período tem havido aqui, por diversas vezes, bexigas as quaes no anno proximo passado forao mui

²⁹² Continuação do Exame Sobre as observaçoens, e reflexoens relativas à prática da inoculação da Vaccina, e suas funnestas cconsequencias feitas em Inglaterra pelo Dr. Heliodoro Jacinto de Araujo Caneiro. *O Investigador Portuguez em Inglaterra, ou jornal literario, politico, &c*, Londres, vol. 2, n. VIII, janeiro de 1812, p.362.

²⁹³ Carta de Manoel Albano de Moraes e Antonio Manoel Garcia, Médico, e cirurgião dos Partidos da Camara da Villa da Torre de Moncorvo, pertencentes aos mezes de Janeiro e fevereiro de 1817. *Jornal de Coimbra*, Lisboa, n.LXI, 1818, p.30.

²⁹⁴ SILVA, José Alberto Teixeira Rebelo da. *op. cit.*, pp.272-276.

epidemicas²⁹⁵.

A iniciativa para a criação de um instituto de vacinação em Portugal surgiu no interior da Academia Real das Sciencias de Lisboa²⁹⁶, em 1812, por intermédio do supracitado médico Bernardino Antonio Gomes, membro efetivo desta sociedade. Bernardino Antonio Gomes defendeu a necessidade da criação de uma instituição para difundir a vacina tendo em vista o grande número de óbitos e deformidades que as epidemias de varíola causavam em Portugal. Afirmou, ainda, que a criação do instituto estava em conformidade com a política Joanina, a qual era favorável à vacina, haja visto que além de terem sido vacinados as crianças da Família Real, havia sido criada em 1811 a Junta da Instituição Vaccinica da Corte do Rio de Janeiro. Além disso, a criação do instituto colocaria Portugal em conformidade com outras nações européias que já possuíam órgãos específicos para propagar a vacinação²⁹⁷.

Segundo Bernardino Antonio Gomes, o objetivo central da instituição seria transmitir o antídoto contra as bexigas de maneira fácil e gratuita a todos habitantes de Portugal que quisessem se precaver da varíola, incluindo os menos instruídos e aqueles que viviam em locais mais remotos. Ao mesmo tempo a instituição serviria “para fazer as experiências e observações que pudessem servir aperfeiçoar o seu uso e que se ilustrassem todas as questões concernentes a vacina”²⁹⁸. Em outubro de 1812 foi convocada uma sessão extraordinária, com a participação dos quatro médicos que iriam posteriormente compor a Instituição Vaccinica da Academia Real das Sciencias de Lisboa, sendo eles: Francisco Soares Franco, José Martins da Cunha, Francisco de Mello Franco e Bernardino Antonio Gomes. O projeto foi aprovado e, no parecer de Bernardino Antonio Gomes, as atribuições da instituição deveriam ir além da vacinação

²⁹⁵Na mesma matéria em que se encontra esta afirmação de Bernardino, os redatores do jornal também afirmam que a invasão napoleônica também teria feito com que a vacinação na Espanha fosse extremamente prejudicada, se restringindo a cidade de Cadix. *In* Continuação do Exame Sobre as observações, e reflexões relativas à prática da inoculação da Vaccina, e suas funnestas consequências feitas em Inglaterra pelo Dr. Heliodoro Jacinto de Araujo Caneiro. *O Investigador Portuguez em Inglaterra, ou jornal literario, politico, &c*, Londres, vol. 2, n. VIII, janeiro de 1812, p.357.

²⁹⁶A Academia Real das Sciencias de Lisboa é uma instituição científica que existe até hoje, tendo sido criada em 1779 no contexto iluminista. Ainda no período de sua criação a instituição se tornou o cerne da assimilação e difusão das “luzes” em Portugal. Entre seus principais trabalhos estavam a elaboração de uma densa História Natural das colônias portuguesas, conseguidas através do patrocínio de viagens científicas, principalmente pelo Brasil. Estes trabalhos e outros da academia seguiam um projeto pragmático de reformas que visavam melhorar a economia do Reino. VARELA, Alex Gonçalves. *op. cit.* p.65.

²⁹⁷GOMES, Bernardino Antonio. *Colleção de Opusculos sobre a vaccina feitos pelos socios da Academia Real das Sciencias que compoem a instituição vaccinica: e publicado por ordem da mesma academia*. Lisboa: Na typographia da Academia Real das Sciencias de Lisboa, 1812-1814.

²⁹⁸*Idem. Ibidem.*

gratuita, pois deveria também generalizar a prática da vacina em todo o Reino, e realizar as experiências e observações que pudessem servir para ilustrar as propriedades da mesma²⁹⁹.

Após a formação da comissão, foi aprovada a regulamentação das atividades da Instituição Vaccinica da Academia Real das Sciencias de Lisboa, que iniciaria suas atividades no mês de junho de 1812. A partir de então, a vacinação passou a ser praticada no Palácio da Academia Real das Sciencias de Lisboa, aos domingos e quartas-feiras. O regulamento da instituição estabelecia que médicos sócios da academia se tornariam membros da instituição, todavia a inscrição no trabalho de vacinação seria voluntária. Cada um dos membros seria diretor por um mês, sendo responsável por fazer a operação vacínica, recolher a matéria e as observações sobre a vacina. Foi recomendado ter sempre ao menos duas pessoas no serviço, uma para vacinar e outra para fazer as anotações. Os médicos, enquanto funcionários da academia, não receberiam remuneração alguma dos vacinados ou de seus condutores, e nem deveriam vacinar “mercenariamente” fora da academia. O caráter filantrópico da vacinação foi destacado à época, de modo que Bernardino Gomes chegou a afirmar que a vacina inclusive o fazia perder dinheiro, já que a bexiga era quase infalível em todas as pessoas³⁰⁰.

Como a intenção daquela instituição recém-criada era além de difundir a vacina, fazer pesquisas sobre as problemáticas da vacina, em meio a sua aplicação seria feita o recolhimento de dados das pessoas vacinadas, especialmente sua idade, ocupação e enfermidades a que estavam sujeitas, e observações sobre o estado de saúde antes, durante e depois da vacinação. Neste recolhimento de dados seria vista uma série de aspectos do indivíduo: se ele teria “aspecto sadio ou débil”³⁰¹, o estado de sua dentição, se tinha ou costumava ter alguma enfermidade de pele ou qualquer outra, se os pais ou parentes já tinham tido bexigas, principalmente se haviam tido mais de uma vez, se havia bexiga na sua vizinhança, “ou em casa das pessoas de sua amizade”³⁰², se a vacina havia sido feita braço a braço, se era matéria fresca ou matéria em vidro e em qual dia havia sido colhida a matéria, entre outras observações.

Além das observações, os médicos do instituto traçaram estratégias para promover a vacinação, dentre elas, lembrar constantemente a todos das mortes, das

²⁹⁹*Idem. Ibidem.*

³⁰⁰*Idem. Ibidem.*

³⁰¹*Idem. Ibidem.*

³⁰²*Idem. Ibidem.*

deformidades e dos incômodos da varíola. Deveriam, também, divulgar a “benignidade da vacina e seu poder antivarioloso”. Para isso, seria fundamental utilizar o exemplo das outras nações europeias que já tinham maior experiência com a prática. Dentre os exemplos citados por Bernardino Antonio Gomes, estava o caso da Imperatriz russa que teria dado o nome de seu filho de Vacinof³⁰³, em homenagem à vacina. Na Alemanha a bexiga não existia mais, porque todos os pais haviam sido obrigados a vacinar os filhos sob penas estabelecidas, bem como na França, Itália e Inglaterra, onde a vacina já era amplamente praticada. O exemplo escocês seria, segundo Bernardino Gomes, o mais bem recomendado, pois cada pároco, após batizar uma criança, poderia intimar a seus pais dizendo-lhes:

Se esta criança morrer de bexigas naturais, vos somente sois culpado de sua morte, por que tendes não um prompto e eficaz meio de a livrar deste fatal enfermidade, e heste meio é a vacina dadiva do céu para alívio da fragilidade humana³⁰⁴.

A estratégia mais importante de difusão da Instituição Vaccinica da Academia Real das Ciências de Lisboa (ARSL) foi a criação de uma rede de associados em torno da instituição. A instituição se prontificou a distribuir o material vacínico bem como instituiu prêmios para os membros que se associassem voluntariamente para o serviço de vacinação, os quais seriam tratados como correspondentes da ARSL. Em troca estes deveriam praticar a vacinação gratuitamente e remeter os quantitativos de seus trabalhos bem como suas observações. Assim, a instituição visava atrair uma rede de pessoas que praticassem a vacinação de forma voluntária. Esta rede era composta não só por médicos, mas também por padres, sangradores, e mulheres. Muitas vezes a chamada para a participação neste empreendimento científico e filantrópico era publicada na *Gazeta de Lisboa*³⁰⁵.

Segundo o historiador José Alberto Teixeira Rebelo da Silva, o número de correspondentes que se associaram à instituição foi bastante significativo, de modo que no ano de 1813 esta já contava com mais de 68 correspondentes, dentre eles 42 médicos e 26 cirurgiões. Em 1814, por sua vez, o número subiria para cerca de 100 correspondentes, todavia à de ressaltar que sendo em Portugal a média da população de

³⁰³ Porém, de acordo com Ari Ben-Menaken, em 1796, Catarina, a Grande, Imperatriz da Rússia, teria conferido o nome de “Vaccinov” à primeira criança a receber a vacina da varíola na Rússia, a qual foi mantida posteriormente com uma pensão do Estado. Ver: BEN-MENAKEN, Ari. *Historical Encyclopedia of Natural and Mathematical Sciences*. v.I. New York: Springer, 2009. p.1497.

³⁰⁴ GOMES, Bernardino Antonio. *op. cit.*

³⁰⁵ Tais prêmios seriam medalha de ouro e prata e em situação financeira desfavorável, o que era comum na Academia Real das Ciências de Lisboa, eram substituídas por publicações da academia. SILVA, José Alberto Teixeira Rebelo da. *op. cit.*, pp. 280.

2.900.000 habitantes, essa rede demonstra o quanto o serviço ainda era rarefeito³⁰⁶.

Cabe ressaltar que havia mulheres entre os correspondentes da ARSL. Segundo Rebelo da Silva, o papel das mulheres no processo de vacinação “é ainda uma zona obscura na história da vacinação em Portugal”, porém o autor nos traz uma pequena luz sobre esse aspecto histórico. Para o autor, as mulheres participaram ativamente da vacinação em vários países europeus, sendo um dos motivos o fato de muitos vacinados serem crianças, e em função disso eram acompanhados pelas respectivas mães que os conduziam para serem vacinados. Por outro lado, ocorreu a prática de vacinação por iniciativa própria de mulheres, seguindo os ideais filantrópicos³⁰⁷.

Um exemplo de destaque, em Portugal, foi o caso de Maria Isabel van Zeller, uma negociante de vinhos que teria conseguido vacinar, entre os anos de 1805 e 1819, pelo menos 13.408 pessoas. Zeller se tornou sócia da ARSL, a qual lhe concedeu, em 1813, a medalha de ouro por seus méritos. Se comparado o número de vacinações feitas por Maria Isabel, com o total de 72.800 vacinações da Instituição Vaccinica da ARSL até 1820, constata-se a importância de sua participação no quadro geral de vacinações no país³⁰⁸.

Corroborando com as considerações de José Silva, encontramos no relato de ajudantes anônimos no processo de vacinação, publicado no *Jornal de Coimbra*, o caso da mulher do médico Francisco Manoel de Barros Silva que contribuiu para que fosse introduzida a vacinação nas terras de Conselho Filgueiras, em 1805. Em seu relato, Francisco Manoel afirmou que após “vencer as primeiras dificuldades nascidas da repugnância do Povo”, o número de pessoas que foram se vacinar foi tão grande que foi preciso que sua mulher, junto a muitas outras da vila, o auxiliassem nos serviços. Esta vacinação só foi interrompida com a invasão do exército francês, que fez com que a matéria vacínica fosse perdida³⁰⁹.

³⁰⁶De acordo com José Alberto Teixeira Rebelo da Silva, alguns vacinadores não se correspondiam com a Instituição Vaccinica, o que torna difícil perscrutar o número dos correspondentes. Isto leva a outra dificuldade que é a de determinar com exatidão o número de vacinados. Algumas vezes as contas dos correspondentes não eram suficientemente elucidativas quanto ao número de vacinados e quanto ao número daqueles que haviam tido a vacina verdadeira. SILVA, José Alberto Teixeira Rebelo da. *op. cit.*, pp. 283-286.

³⁰⁷SILVA, José Alberto Teixeira Rebelo da. *op. cit.*, pp. 286-289.

³⁰⁸Silva ressalta que este particularismo feminino teve a particularidade de ter ocorrido em meio a Academia Real das Ciências de Lisboa, onde somente seriam admitidas mulheres no século XX, deste modo mulheres citadas e elogiadas pelo seu papel na difusão da vacina como Amália Vaz de Carvalho e Michaelis de Vasconcelos não foram admitidas como sócias da academia. Outras mulheres que participaram do processo imunitário foram Luisa de Adelaide Magalhães Coutinho, Ana Raquel Cid de Madureira, Ângela Tamagnini. *Idem. Ibidem.*

³⁰⁹Exanthemas febris. *Jornal de Coimbra*, n.XV, março de 1813, p.227-228.

Para o médico Francisco Elias Rodrigues da Silveira, membro da Instituição Vaccinica da Academia Real das Sciencias de Lisboa, as mulheres teriam uma “amabilidade natural”, inerentes ao seu sexo, e seriam por isso ser essenciais na propagação da vacina em Portugal³¹⁰.

2.5 - “Mendigando entranhas”: o declínio da Instituição Vaccinica da Academia Real das Sciencias de Lisboa.

Analisando a trajetória da Instituição de Vaccinica da Academia Real das Sciencias de Lisboa é interessante notar o entusiasmo que os membros da instituição demonstraram nos primeiros anos de funcionamento dos serviços, especialmente em relação ao rápido crescimento do número de vacinações. Este cenário inicial favorável foi logo substituído pelo relato de diversos problemas que iam desde o baixo número de pessoas que voltavam para verificar e transmitir a vacina, a falta de prestação de contas dos serviços dos correspondentes da instituição, a baixa adesão à vacina, e principalmente a busca de recursos financeiros.

Esta conjuntura desfavorável fez com que o médico Francisco Elias Rodrigues da Silveira(1778-1864), em 1821, em seu discurso como secretário da instituição, afirmasse que precisava “mendigar entranhas” para conseguir fazer um balanço dos trabalhos da instituição³¹¹.

A atividade de vacinação na Academia Real das Sciencias de Lisboa começou em 1812³¹², e esta buscou manter a prática de vacinação ativa solicitando ao Intendente Geral da Polícia que os órfãos da Casa Pia fossem vacinados na instituição de modo que eram encaminhadas de 4 a 6 crianças por semana à instituição vacínica, tanto para serem observadas sobre o estado da vacinação quanto para fornecerem a matéria vacínica³¹³.

No início dos trabalhos da instituição os números de vacinação, como os

³¹⁰Discurso Historico Acerca dos trabalhos da Instituição vaccinica recitado na sessão publica de 24 de junho de 1821 por Francisco Elias Rodrigues da Silveira. *Historia e Memorias da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, Lisboa, Tomo VIII, Parte I, 1823, p.28.

³¹¹Discurso Histórico Acerca dos trabalhos da Instituição Vacínica recitado na sessão publica de 24 de junho de 1821 por Francisco Elias Rodrigues da Silveira. *Historia e Memorias da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, Lisboa, Tomo VIII. Parte I, 1823, p.19.

³¹²A “matéria seca” inicial com que foi fornecida para ARSL praticar a vacinação foi a de Angela Tamagini, importante figura da nobresa Lombarda que residia em Portugal, no que tange a difusão da vacinação em Portugal ela foi peça importante se tornando sócia correspondente da ARSL ainda no ano de 1812. SILVA, José Alberto Teixeira Rebelo da. *op. cit.*, pp.282-283.

³¹³SILVA, José Alberto Teixeira Rebelo da. *op. cit.*, p. 282

referidos no gráfico³¹⁴ abaixo, eram realmente prósperos, porém depois entraram em um declínio constante, a partir de 1818:

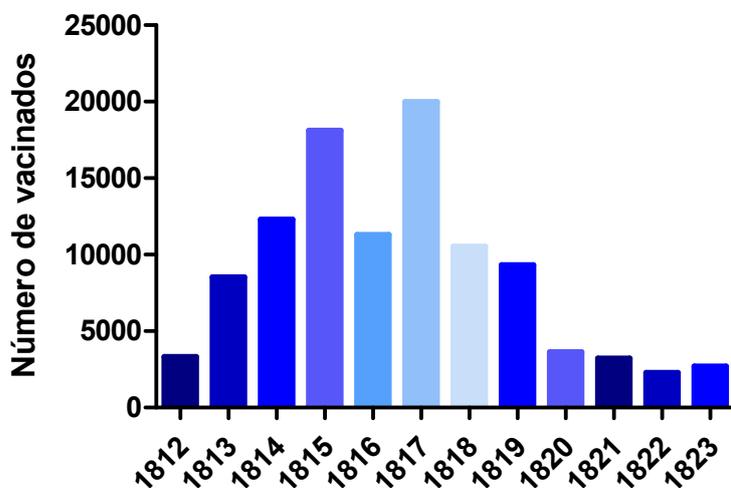


Gráfico 1 - Número de vacinados com vacina verdadeira reportados pela Instituição Vaccinica da Academia Real das Ciências de Lisboa entre 1812 e 1823.

Nos primeiros anos de funcionamento da Instituição Vaccinica da Academia Real das Ciências de Lisboa os números da vacinação subiram abruptamente, tendo no primeiro ano passado de 3.223 pessoas vacinadas, progredindo rapidamente para 11.305 pessoas no ano de 1815. Embora este resultado fosse positivo, havia uma conjuntura amplamente desfavorável aos serviços da instituição, como podemos perceber através do relatório do médico Bernardino Antonio Gomes, então secretário da instituição, no ano de 1815.

Bernardino Gomes relatou que a vacina em Portugal só estava sendo disseminada em 59 povoações, o que era um número bastante baixo considerando-se que, à época, Portugal teria por volta de 4 mil povoações. Isto indicava que os progressos da vacinação estavam sendo mais intensos do que extensos; sendo sua generalidade ainda muito baixa, pois ainda em 1815 muitas das maiores povoações de Portugal, como Coimbra, Braga, Portalegre, Beja, Evora, Faro, não tinham serviços de vacinação³¹⁵. Outra questão que, segundo Bernardino Gomes, estava dificultando os serviços do instituto foi o fato de que poucos correspondentes serem permanentes e

³¹⁴Número de vacinados com vacina verdadeira reportados pela Instituição Vaccinica da Academia Real das Ciências de Lisboa entre 1812 e 1823. Os dados do gráfico foram recolhidos dos relatórios produzidos pelos diretores e secretários da Instituição Vaccinica, apresentados publicamente nas sessões da Academia Real das Ciências de Lisboa. *Apud* SILVA, José Alberto Teixeira Rebelo da. *op. cit.*, p.290.

³¹⁵Conta anual da Instituição Vaccinica da Academia Real das Ciências de Lisboa, pronunciada na sessão pública de 1815 por Bernardino Antonio Gomes. *Historia e Memorias da Academia Real das Ciências de Lisboa*, Lisboa, Tomo IV, parte II, 1816, pp.30-55.

regulares no serviço. Salientou, ainda, que por ser a vacina administrada de forma gratuita, ela não ia de encontro aos interesses clínicos dos médicos e cirurgiões, necessitando, então, de um forte patriotismo para manter os vacinadores dos serviços³¹⁶.

Segundo Bernardino Antonio Gomes até mesmo em Lisboa, cidade privilegiada por sede da Instituição Vaccinica da Academia Real das Sciencias de Lisboa, o número de vacinados era muito baixo, pois corriqueiramente vacinava-se muito pouco, o que dificultava a manutenção da “vacina ativa”. Fora isso, ainda havia o problema de que muitos vacinados, embora fosse recomendado, não retornavam, fazendo com que as observações sobre a vacina fossem imperfeitas. Mesmo os órfãos e expostos, que segundo ordens governamentais deveriam estar sendo vacinados na instituição, também não compareciam. Neste relato de Bernardino Gomes, podemos perceber o quanto o serviço de vacinação, embora ainda em expansão, já apresentava uma série de problemas. Ainda assim, Bernardino apresentava uma visão otimista de que todos esses problemas poderiam ser remediados facilmente através de uma medida que considerava simples. Neste sentido, sugeriu que alguns estabelecimentos com rendas governamentais, como os Hospitais de Lázaros, que seriam “quasi de nenhuma utilidade para o Publico” se convertessem em “hospícios Vaccinicos” como existiam em Paris³¹⁷.

Para Bernardino Antonio Gomes, a criação de lazaretos era fundamentada em uma falsa teoria, pois acreditavam que a morfea era contagiosa e assim procuravam separar os lázaros das pessoas sãs. Para Bernardino Gomes, devido ao horror que as enfermidades de pele causavam, vários escritores sem fazer a observação devida, reproduziram tal ideia. Para este médico, os médicos “modernos” como Heberdem e Adams (Med. Transact. of the London Coll. Obs. on morbid poisons), eram de opinião contrária, cuja opinião o médico também adere. Em suas observações Bernardino afirmava ter visto muitos lázaros, ou doentes de morfea (Elephantiasis de Batman) em Portugal e no Brasil, onde nunca tinha observado algum caso em que se pudesse suspeitar de ter havido contágio³¹⁸.

Nas observações do médico a morfea seria “frequentemente hereditaria, algumas vezes adventicia, e nunca contagiosa”. As Gafarias ou Hospitais de lázaros, por conseguinte, seriam inúteis como meio de prevenir o contágio. Em seu relato para corroborar suas idéias informou ter visto:

³¹⁶Cabe ressaltar que Bernardino Antonio Gomes fez menção ao mérito dos poucos correspondentes que permaneceram regulares no serviço, os isentando de culpa. *Idem. Ibidem.*

³¹⁷*Idem. Ibidem.*

³¹⁸*Idem. Ibidem.*

[...]na Bairrada em casa do Comendador de Malta, o Senhor Luis de Castro, hum lazaro, cuja mae era lazara, e cujo pai, que presente estava, nada tinha de Morfêa. Ha nesta cidade em Arroios huma mulher sã e robusta, cujo marido morreo lazaro, e do qual teve dois filhos são antes de elle ter Morfêa, e dois depois, hum dos quaes morreo lazaro (era huma menina) o outro vive, e he são. O Carreiro da Fundição, que he lazaro[...]³¹⁹

Outro aspecto que, segundo Bernardino Antonio Gomes, poderia favorecer a prática de vacinação teria sido a criação de uma loteria³²⁰ no valor de 50 mil réis oferecida pelo governo para generalizar e manter a vacinação no ano de 1815 em Portugal. Bernardino relatou, ainda, que a loteria concedida estava em conformidade com outros investimentos feitos na área da saúde como o restabelecimento da Casa da Pia, o estabelecimento do Colégio Militar da Luz, a Criação de uma Junta da Saúde, a edificação de um Lazareto, o melhoramento da Navegação do Tejo, o aumento da reedificação e melhoramento de Lisboa, a investigação sobre os expostos, e a redução e uniformidade dos pesos e medidas, entre outros³²¹. Para administrar esta loteria foi constituída uma comissão composta pelos médicos Francisco Manoel Trigozo de Aragão Morato, Alexandre Antonio das Neves, Francisco de Mello, e o próprio Bernardino Antonio Gomes³²².

Os médicos responsáveis pela loteria criaram um plano baseado na percepção de que seria impraticável estabelecer a vacina por todo o Reino rapidamente, e por isso decidiram aplicá-la em 8 Comarcas de Portugal: Castello Branco, Braga, Vianna, Villa Real, Santarem, Evora, Beja, Tavira e Guimarães. A princípio, o plano consistia em estabelecer uma instituição vacínica em cada uma das cidades e vilas principais. Em tais instituições atuariam dois facultativos, onde fosse possível um médico e cirurgião, bem

³¹⁹*Idem. Ibidem*, p.53.

³²⁰ As loterias foram criadas em Portugal no final do século XVII pelo monarca português D. Pedro II, embora já existissem em outros países europeus. Também conhecida como jogo de azar, eram bilhetes numerados ou frações destes que as pessoas compravam com o fim de se obterem prêmios pecuniários, que eram indicados por sorteios. As loterias foram feitas com o objetivo de arrecadar dinheiro para operações financeiras, reformar a moeda e fazer circular o dinheiro existente. Ao Estado cabia a prerrogativa de autorizar a realização de loterias, que em geral eram concedidas a instituições beneficentes e científicas. A Real Academia das Ciências de Lisboa. A Academia Real e a Loteria. In Arquivo Nacional e a História Luso-Brasileira. Disponível em: <http://www.historiacolonial.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=1422&sid=127>. Acesso em 15 de outubro de 2016.

³²¹ Conta anual da Instituição Vaccinica da Academia Real das Sciencias de Lisboa, pronunciada na sessão pública de 1815 por Bernardino Antonio Gomes. *Historia e Memorias da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, Lisboa, Tomo IV, parte II, 1816, pp.30-55.

³²² Conta dos trabalhos Vaccinicos lida na sessão pública da Academia Real das Sciencias de Lisboa feita pelo secretário Justiniano de Mello Franco em 24 de Junho de 1816. *Historia e Memorias da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, Lisboa, Tomo V, parte I, 1817, pp.30-42.

como o pároco, que devia assistir os dias de vacinação, recebendo gratificação para isso. Ao Corregedor da Comarca estava incumbida a direção destes institutos, sendo sua função espalhar a vacina por toda a Comarca, além de fazê-la chegar aos lugares mais distantes por meio de “vacinadores ambulantes” que seriam por ele nomeados. Ademais, o corregedor ficaria responsável por remeter as contas dos serviços prestados à Instituição Vaccinica da Academia Real das Sciencias de Lisboa³²³.

Os institutos não foram estabelecidos nestes locais, porém foram constituídas comissões compostas por um pároco, um médico e um cirurgião, que receberiam a gratificação de 1.200\$000 por cada dia de vacinação, e ainda foram prometidos prêmios aos vacinadores que fizessem os maiores serviços³²⁴. Desta maneira o número de vacinações se ampliou, e tendo em vista os resultados profícuos os médicos da instituição entraram com um novo requerimento para o dobro de loterias em 1817, para que assim fosse possível estender a vacina gradualmente por outras nove comarcas do Reino de Portugal³²⁵.

As loterias realmente trouxeram um ânimo aos serviços de vacinação que pode ser percebido pelo relato do secretário da instituição, Wenceslao Anselmo Soares, médico e autor de “Ensaio histórico sobre a vacina”, que em 1817 discorreu que em algumas regiões restariam apenas poucas pessoas, recém-nascidas, para serem vacinadas graças ao trabalho dos correspondentes da Instituição Vaccinica da ARSL³²⁶.

Outro fato importante suscitado pelas loterias foi em relação ao apoio financeiro que seria essencial para manter o funcionamento efetivo da instituição e ampliar e difundir a vacinação. A partir da concessão destas loterias, os médicos da instituição buscaram cada vez mais apoio financeiro do governo nos anos que se seguiram ao funcionamento da instituição. Neste sentido, para além de loterias esporádicas, em 1818 foi enviada uma solicitação a D. João para que fosse concedida uma renda fixa à instituição, mas esta não foi atendida. José Bonifácio de Andrada e Silva(1763-1838), então secretário da instituição, atribuiu o fato do não atendimento àquela demanda devido à distância da Corte e à dificuldade com os serviços do correio. Em decorrência

³²³*Idem. Ibidem.*

³²⁴SUBTIL, Carlos Lousada e VIEIRA, Margarida. Os primórdios da organização do Programa Nacional de Vacinação em Portugal. *Revista de Enfermagem Referência*, III série, n.4, jul.2011, p.167-174.

³²⁵*Secretaria de Estado do Ministério do Reino*. Caixa 703, pct.01. Negócios de Portugal. Código de fundo: 59. AN.

³²⁶Discurso Histórico sobre os trabalhos da Instituição Vaccinica, lido na Sessão pública da Academia Real das Sciencias de Lisboa m 24 de Junho de 1817 pelo doutor Wenceslao Anselmo Soares. *Historia e Memorias da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, Lisboa, Tomo V, parte I, 1817, pp.38-55.

destas dificuldades, os membros da instituição passaram a encaminhar seus pedidos e demandas aos governantes locais³²⁷.

Ao buscar apoio financeiro do governo, os médicos da instituição passaram a ressaltar em seus discursos a efetividade da vacinação em Portugal de forma empírica. Uma destas análises foi feita em 1818 por José Bonifacio de Andrada e Silva, o qual, dando conta dos trabalhos vacínicos, relatou que até aquela data a vacina só havia chegado a nove comarcas, todavia, para ele, a difusão da vacina havia evitado a morte de pelo menos 200.000 indivíduos nos últimos 6 anos em Portugal³²⁸.

Neste mesmo ano, o médico Ignacio Antonio da Fonseca Benevides(1788-1857), como secretário da instituição, tratou em seu discurso da importância da vacina como objeto político para aumentar a população portuguesa. Segundo seus cálculos, a população portuguesa era, em 1801, de 2.929.000, pessoas ou 930 indivíduos por légua quadrada. Em 1818 a população teria diminuído para 2.800.000 pessoas. Para explicar esta diminuição da população, o médico atribuiu como causas principais a guerra, que foi seguida de três invasões e, sobretudo, a emigração de indivíduos para o Brasil devido à mudança da Corte. Com isso, para Benevides, havia um déficit de pelo menos 129.000 pessoas em Portugal, mas o número de mortes e perdas seriam muito superiores às 129.000 pessoas, pois a varíola seria responsável por 1 décimo de todas as mortes portuguesas. Com isso, a única explicação para este equilíbrio nos números teria sido o estabelecimento da Instituição Vaccinica da Academia Real das Sciencias de Lisboa em 1812. Por fim, Benevides ainda ressaltava que, certamente, o efeito da vacina deveria ser similar em outras partes do Reino, como no Brasil, e que, acreditava que a população dobraria em pouco mais de um século simplesmente pelo uso da vacina³²⁹.

Ignacio Benevides, que em seu parecer indicava que o número de vacinações teria diminuído no ano de 1818, afirmou, ainda, que o número de vacinados devia diminuir nas comarcas com o passar dos anos, nos locais aonde a vacina teria se difundido em maior extensão. Todavia ressaltou que os prêmios não puderam ser distribuídos por falta de verbas, e que isto era um problema, pois os prêmios visavam

³²⁷Discurso histórico sobre a Instituição Vaccinica recitado na Sessão publica da Academia Real das Sciencias de Lisboa em 24 de junho de 1818 pelo secretário José Bonifacio de Andrada e Silva. *Historia e Memorias da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, Lisboa, Tomo VI, Parte I, 1819, pp.1-25.

³²⁸*Idem. Ibidem.*

³²⁹Discurso Histórico sobre os trabalhos da Instituição Vaccinica, recitado na Sessão publica da Academia Real das Sciencias de Lisboa, em 24 de Junho de 1818, por Ignacio Antonio da Fonseca Benevides. *Historia e Memorias da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, Lisboa, TomoVI, parte I, 1819, pp.36-45.

incentivar os associados da instituição a continuar com os seus serviços. Desta forma, para Benevides seria fundamental um fundo permanente para poder manter e continuar os serviços da instituição³³⁰.

O subsídio anual de um conto de réis foi concedido pelo Governo, em 1818, e depois confirmado por decreto das Cortes Extraordinárias. Segundo o pesquisador José Teixeira da Silva, com este subsidio a instituição só conseguia desenvolver a sua ação na capital, de modo que outros pedidos de apoio financeiro foram feitos pela instituição como também propostas para a criação de uma nova loteria, ou da obrigatoriedade de se apresentar um certificado de vacinação a todos os que se candidatassem à aprendizagem de um ofício mecânico ou ainda para a admissão nos colégios de instrução e educação públicas, medidas que porém não tiveram muito sucesso³³¹.

Os médicos da ARSL reclamaram que o subsídio oferecido em 1818 não era ofertado efetivamente com regularidade, de maneira que os serviços de vacinação passaram a declinarem uma velocidade elevada, assim realçaram os problemas que já haviam sido narrados no parecer de Bernardino Antonio Gomes sobre os serviços da instituição no ano de 1815. Desta maneira o discurso proferido pelo médico e secretário da instituição, Francisco Elias Rodrigues da Silveira, no ano de 1821 teve um tom fúnebre, pois a instituição que já havia sido celebre estaria “mendigando entranhas” para conseguir manter suas atividades:

Hoje me vejo despido de forças e de talentos, falta de tudo porque tudo se tornou pêco e estéril, e até porque a vacinação em algumas províncias está quase moribunda, e em outras de todo extintas, enchome de receio, e de susto na certeza de que não poderei desempenhar ainda rasteiramente o objecto que tenho de tratar, e sobretudo quando tem sido tão grandemente satisfeito por outros muitos, que me precederão nos annos anteriores; vendo-me por isso necessitado de mendigar entranhas e alheas côres, unico meio que me resta para com ellas poder formar o tosco quadro, que vos devo apresentar, e que passo a descrever³³².

Francisco Elias Rodrigues da Silveira afirmava que a causa dos baixos serviços da instituição decorria do fato de que a “filantropia dos vacinadores” fora diminuindo com o tempo, e como solução acreditava que os prêmios honoríficos e pecuniários dados pela academia seriam essenciais para renovar o ânimo dos vacinadores. Todavia a

³³⁰ *Idem. Ibidem.*

³³¹ SILVA, José Alberto Teixeira Rebelo da. *op. cit.*, pp.291- 296.

³³² Discurso Histórico Acerca dos trabalhos da Instituição Vaccinica recitado na sessão publica da Academia Real das Sciencias de Lisboa 24 de junho de 1821. Francisco Elias Rodrigues da Silveira. *Historia e Memorias da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, Lisboa, Tomo VIII, Parte I, 1823, p.19.

Academia não conseguia arcar com tais custos, além disso, a quantia de 1 conto de réis anuais deixou de ser recebida com regularidade, fazendo com que fosse alterado o funcionamento dos serviços, que já se encontrava em forte declínio³³³.

Para Francisco Silveira, os serviços da instituição já haviam passado por altos e baixos, mas nunca haviam chegado ao ponto de sua total aniquilação, como se encontrava naquele momento. A falta de recursos fazia com que o serviço estivesse restrito à filantropia dos correspondentes mais zelosos e aos trabalhos dos membros da instituição com o amparo da academia. A decadência da instituição pode ser constatada nos números de vacinas aplicadas no ano de 1821, quando se somaram apenas 3.215 vacinados³³⁴.

Nesta conjuntura, o parecer do médico José Maria Soares, secretário da instituição em 1820, também ressaltava o quanto os serviços de vacinação estavam declinando desde 1817. Buscando entender os motivos que estavam levando à diminuição da vacina, o médico levantou algumas hipóteses e descartou que essa diminuição fosse devido à falta de convicção ou repugnância que o povo tinha da vacina. Embora este problema de resistência da vacinação ainda fosse relatado às vezes pelos correspondentes, fora maior quando do início das práticas de vacinação, e não após 20 anos de sua prática³³⁵.

Segundo José Soares, um fato preocupante teria sido as matérias divulgadas naquela época, as quais se “se fossem lidas por pessoas de fora da Faculdade poderia levar suspeitas sobre a validade preservativa da Vaccina”. Essas matérias tratavam da temática da revacinação, a qual alguns médicos ingleses buscariam evitar o ataque de bexigas em vacinados através de uma dose de reforço da vacina. O médico português era contra, pois esta prática levaria mais incômodo aos vacinados, e em sua percepção não haveria motivos para revacinação³³⁶.

Todavia para Soares os dois principais motivos que causavam o declínio das vacinações na instituição seriam o descuido que fazia parte da própria natureza humana, ou seja, “só procurar o remédio quando o mal está iminente”, e atendência que as pessoas tinham de relaxar em qualquer empreendimento “depois de ter empregado um

³³³ *Ibidem*, pp.19-34.

³³⁴ *Ibidem*.

³³⁵ Discurso Histórico sobre os trabalhos da Instituição Vaccinica da Academia Real das Sciencias de Lisboa, lido na sessão pública de Lisboa 24 de junho de 1820 por José Maria Soares. *Historia e Memorias da Academia Real das Sciencias de Lisboa*. Lisboa, Tomo VII, 1821, pp.28-42.

³³⁶ Discurso Histórico sobre os trabalhos da Instituição Vaccinica da Academia Real das Sciencias de Lisboa, lido na sessão pública de Lisboa 24 de junho de 1820 por José Maria Soares. *Historia e Memorias da Academia Real das Sciencias de Lisboa*. Lisboa, Tomo VII, 1821, pp.28-42.

certo grau de energia e atividade”. Destes dois obstáculos à difusão da vacina, o médico atribuiu ser o primeiro por culpa dos vacinados e o segundo dos vacinadores. Assim reforçou a ideia para que se continuassem as estratégias de convencimento dos pais de família, e deu o exemplo do caso de D. João VI que mandara vacinar sua neta, a princesa da Beira, em 13 de setembro de 1819. Para o segundo obstáculo, achava necessário aumentar o número de prêmios dados pela Academia aos vacinadores³³⁷.

Ainda tratando do declínio do número de vacinados, o médico José Correia da Serra, secretário da instituição em 1822, discorreu que a soma de vacinados daquele ano havia alcançado apenas 1.645 indivíduos. Destes, 550 tiveram a vacina verdadeira, 30 a duvidosa e o restante 1.065 não voltaram para conferir o estado da vacina. Nas províncias restantes, pelos mapas recebidos dos correspondentes da instituição, só foram contabilizados 645 indivíduos. Embora esse número fosse extremamente baixo, José Correia da Serra relatava que devido às epidemias de varíola as requisições de pus vacínico estariam sendo ainda em grande número em diversas províncias, embora os vacinadores não estivessem dando conta regularmente de seus serviços. O médico lamentou o desleixo e abandono em que se achava a vacina em muitas partes do Reino e relatou que a instituição fazia constantes requerimentos financeiros ao governo e aguardava as providências que não vinham³³⁸.

Na época em que vacina começava a fracassar, o discurso dos médicos propondo medidas coercitivas para levar o povo a se vacinar começam a aparecer com mais recorrência. Como o médico Francisco Silveira criticava que, embora o governo, favorável à vacinação, não propunha ordens coercitivas e não impunham nenhuma responsabilidade para seus executores, apenas formalidades. Devido à falência dos serviços, os médicos da instituição fizeram uma representação ao governo em 1821 na qual relatavam a situação de decadência em que se encontrava a vacinação em Portugal. Devido a esta representação, foi mandado executar uma resolução que determinava que fosse entregue 1 conto de reis anuais à instituição, determinação esta que já havia sido feita em 1818 mas que não vinha sendo cumprida. Todavia desta vez estava explícito que os trabalhos da instituição deveriam se limitar à cidade Lisboa, sendo adiada a confecção de um plano de vacinação que abrangesse todo o Reino³³⁹.

³³⁷*Idem. Ibidem.*

³³⁸Discurso Histórico recitado na Sessão Publicada Academia Real das Sciencias de Lisboa de 24 de junho de 1822 pelo secretário José Corrêa da Serra. *Historia e Memorias da Academia Real das Sciencias de Lisboa*. Lisboa, Tomo VIII, Parte I, 1823, pp.4-14.

³³⁹Discurso Histórico Acerca dos trabalhos da Instituição Vaccinica recitado na sessão publica da

É interessante perceber que limitar o funcionamento da instituição vacínica à cidade de Lisboa ia claramente contra o objetivo da instituição em sua fundação, que era o de fazer chegar a vacina a todos os habitantes portugueses mesmo nos locais mais remotos. Todavia nesta conjuntura de crise institucional seria a possibilidade de fazer com que os trabalhos de vacinação continuassem pelo menos numa das principais cidades portuguesas. Entretanto a determinação governamental não surtiu muito efeito no que tange ao aumento do número de vacinados, pois em 1823, ao dar conta dos serviços vacínicos, o médico José Maria Dantas Pereira (1772-1836), então secretário da instituição, afirmou que a vacinação estava praticamente parada nas províncias por faltarem vacinadores que a propagassem, e que o número de vacinados naquele ano fora apenas 2.697. O médico não sabia explicar o motivo do baixo número de vacinados, pois ainda remetia matéria vacínica para diferentes locais e, em sua concepção não havia motivo na época para que a vacina fosse desacreditada³⁴⁰.

Ainda nesta conjuntura desfavorável, uma das poucas medidas tomadas tentando estender os serviços foram feitas em 1823, quando a Instituição Vaccinica da Academia Real das Sciencias de Lisboa passou a contar, além do estabelecimento vacínico que funcionava na própria academia, com mais dois espaços para aplicar a vacinação, um no tesouro velho e outro no Hospital da Marinha, ambos na cidade de Lisboa. Com isso o médico José Maria Dantas Pereira esperava que além de aumentar o número de vacinados na capital, também diminuiria o incômodo para que os vacinados voltassem ao 8º dia, o que era fundamental para os serviços de vacinação³⁴¹.

Cabe ressaltar, que em meio aos problemas enfrentados pela instituição, também surgiram planos para a vacinação em Portugal que não necessariamente passavam pela Instituição Vaccinica da Academia Real das Sciencias de Lisboa. Segundo os historiadores Subtil e Vieira, o projeto de Regulamentação Geral de Saúde Pública, apresentado a Câmara no ano de 1821, continha um plano de vacinação geral para Portugal. Neste projeto, a difusão da vacina seria efetuada pelos médicos e cirurgiões de cada partido as pessoas de sua vila. Tal vacinação deveria ser feita de forma persuasiva e não coercitiva, e os facultativos deveriam fazer os respectivos registros e também

Academia Real das Sciencias de Lisboa em 24 de junho de 1821 por Francisco Elias Rodrigues da Silveira. *Historia e Memorias da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, Lisboa, Tomo VIII, Parte I, 1823, pp.19-34.

³⁴⁰ Discurso recitado na sessão pública da Academia Real das Sciencias de Lisboa em 27 de junho de 1823 pelo secretário José Maria Dantas Pereira. *Historia e Memorias da Academia Real das Sciencias de Lisboa*. Lisboa, Tomo IX, 1825, pp.3-10.

³⁴¹ *Idem. Ibidem.*

relatórios trimestrais sobre a vacinação. Outro exemplo, foi o médico Feliciano Castilho que propôs que fossem feitas campanhas de vacinação como meio eficaz para se vacinar todas as pessoas³⁴².

Embora não tenhamos obtido dados dos serviços da academia nos anos seguidos a 1823, não acreditamos que os seus serviços tenham conseguido melhorar, pois a Academia Real das Ciências de Lisboa passou por um processo de reorganização de suas atividades, em 1834, o que fez com que a Instituição Vaccinica fosse, em 1835, oficialmente retirada da Academia Real das Ciências de Lisboa e passasse para a administração da província de Estremadura, sob a dependência do Prefeito da Província³⁴³. É importante salientar que a portaria 24 de fevereiro que separou a Instituição Vaccinica da Academia Real de Ciências de Lisboa, considerava que o trabalho realizado tinha sido positivo, pois devido a sua atuação a vacina já estaria “tão bem acreditada que não carecia do seu patrocínio científico”³⁴⁴. Todavia a temática da vacina continuaria a ser um objeto polêmico, e na década de 1830 as questões de revacinação e da durabilidade da vacina ainda eram temas relevantes, sobre os quais os médicos da Academia Real das Ciências de Lisboa seriam, sem dúvidas, personagens importantes nestes debates.

2.6 - Uma “Dádiva do céu para alívio da flagelada humanidade”³⁴⁵: Concepções populares e estratégias de disseminação da vacina em Portugal.

A Instituição Vaccinica da Academia Real das Ciências de Lisboa possibilitou uma maior sistematização dos serviços de vacinação, embora, diversas autoridades portuguesas tratassem a vacina como uma “dádiva do céu” por muito tempo boa população tinha sido refratária ao método quanto à utilidade e eficácia. A questão da população ter sido resistente a esta profilaxia nos leva a pensar diferentes problemáticas com as mais variadas causas. Diversos casos foram citados pelos médicos como: o de facultativos opositores da vacina embasados na obra de Heliodoro Carneiro; a pouca credibilidade do efeito protetor da vacina³⁴⁶; o surgimento de doenças e epidemias

³⁴²SUBTIL, Carlos Lousada; VIEIRA, Margarida. *op. cit.*

³⁴³SILVA, José Alberto Teixeira da. *op. cit.*, pp.294-295.

³⁴⁴SUBTIL, Carlos Lousada; VIEIRA, Margarida. *op. cit.*

³⁴⁵Annuncio da Instituição Vaccinica. *Gazeta de Lisboa*, Lisboa, n.209, 5 de setembro de 1814. (s/p)

³⁴⁶Bernardino Antônio Gomes, por exemplo, ao tratar da vacina no ano de 1812 acreditava que pelo menos metade das vacinas aplicadas fossem duvidosas e ressaltava o grande número de pessoas que não voltavam para se vacinar e verificar se a vacina tinha ocorrido de forma correta. GOMES, Bernardino. *op. cit.*

atreladas a vacinação, entre outros. Em uma matéria da *Gazeta de Lisboa*, em 1814, foi narrado que “o povo clamava que a vacinação não é só um acto irreligioso, antecipando a vontade do Altissimo, mas também que he uma moléstia de animaes irracionaes, que não pode ser sem peccado transmittida a especie humana”³⁴⁷.

É importante salientar, como o historiador Bruno Barreiros afirmou, que na primeira metade do século XIX os cuidados médicos na saúde pública em geral foram ampliados, assim como também ocorreu um esforço para uniformizar e fiscalizar as práticas de saúde de maneira a reprimir as práticas diversas da medicina popular, que possuíam concepções diversas sobre saúde e doença, então amplamente difundidas por todo Portugal³⁴⁸. Neste sentido, em 1815 o médico português José Feliciano de Castilho, lente da Universidade de Coimbra, em uma matéria publicada no *Jornal de Coimbra*, relatou o que uma das suas pacientes pensava sobre a vacina:

[...]Dizia-me ésta pobre mulher, que a Vaccina he a maior das desgraças, que tem vindo ao mundo; que pela sua Terra toda a gente se vaccina, mas he porque o seu Parocho os ameaça com prisão e Portagem se não o fizerem. Acrescentou que ter filhos he o maior mal que pode succederá gente pobre, que com a criação d’elles não pode cuidar na sua vida, ir á lenha, a herva, etc.; que para bexigas he que os pobres apellavão para se verem livres dos filhos; e que agora nem esse recurso lhes-resta; que ninguem morre de bexigas, nem já as-ha, nem se-tornão a esperar na sua Terra³⁴⁹.

Para o médico José Feliciano de Castilho, o relato desta paciente na verdade era um grande elogio à vacinação, pois mostrava a efetividade da prática. Todavia, podemos perceber uma postura de imposição e coercitividade da vacina, mesmo que sua obrigatoriedade não fosse imposta pelo governo. A participação dos padres e da Igreja no processo de vacinação foram indissociáveis das tentativas de convencer a população portuguesa a se vacinar neste período. Neste sentido os próprios membros da Igreja poderiam ser coagidos, como podemos perceber na pastoral em prol da vacinação feita pelo Bispo d’Elvas, D. Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho, em 1814, na qual determinou que o corpo eclesiástico “que se empenhe em promover este bem, e aos

³⁴⁷ Contra isto foi publicada na mesma gazeta a informação sobre uma Ordem Papal para o Proto-Medicato de Roma, para que continuasse a propagar a vacina “descobrimto precioso, que será para os povos mais hum motivo de gratidão, e reconhecimento a hum DEOS sumariamente bom”. Annuncio da Instituição Vaccinica. *Gazeta de Lisboa*, Lisboa, n.209,5 de setembro de 1814. (s/p).

³⁴⁸ BARREIROS, Bruno. As complexas teias da medicina popular: Projecto político e resistências populares em Portugal no século XIX. *CEM Cultura, Espaço & Memória: Revista do CITCEM*, v.5, 2014, pp.77-88.

³⁴⁹Diário Vaccinico de Jose Feliciano de Castilho em Coimbra, nos meses de abril, maio, e junho de 1815. *Jornal de Coimbra*, Lisboa, n. 38, 1815, p.73.

omissos, ou rebeldes faz lembrar o poder da sua jurisdição”³⁵⁰. Esta relação também estava bastante clara no ofício expedido pelo Intendente Geral da Polícia, João Antonio Salter de Mendonça, para todos os prelados diocesano do Reino em 1813:

[...] Como apesar de tantos desvelos e notórias utilidades, ainda há bastante negligência ao cumprimento da dita obrigação por falta de conhecimento e persuasão. E é servido recomendar a V. Ex.a. 1º. Que V. Ex.a. promova a vacinação por todos os meios possíveis, especialmente pelo exemplo, sempre mais poderoso, que o conselho, procurando não só fazer vacinar todas as pessoas de sua família, que não tiverem tido bexigas, os empregados e alunos dos seminários, e outras corporações, que estiverem de baixo da sua inspeção, mas também persuadir as pessoas principais a que imitem tão louvável procedimento, pois a prática deste saudável invento depende inteiramente da opinião pública, para se introduzir em todas as famílias e classes da sociedade. 2º. Que V. Ex.a. ordene aos párocos, seus súditos, que não cessem de persuadir aos fregueses por todos os modos, especialmente na citação da missa em alguns domingos as utilidades da vacinação, exortando a que se pratique por todos que dela necessitarem³⁵¹.

Para além da Igreja, o “exemplo do alto escalão”, ou seja, de membros das altas hierarquias e autoridades governamentais, também citado, fez parte da estratégia recorrente utilizada para difundir a vacina. O fato de D. João ter vacinado seus filhos foi um argumento sempre lembrado pelos vacinadores. Diversos cirurgiões atestaram terem utilizado tal estratégia para conseguir difundir a vacina, como por exemplo na carta do médico Francisco Gomes da Motra endereçada, em 1814, à Instituição Vaccinica da Academia Real das Sciencias de Lisboa, na qual afirmava ter tentado introduzir a vacina na vila da Macejana usando a estratégia de conseguir a presença de dois ministros e do Corregedor da Comarca no primeiro ato de vacinação afim “de animar, atrair e encher o povo de confiança”³⁵². Todavia os planos do médico foram frustrados, pois das 40 pessoas que foram vacinadas em nenhuma delas a vacina teria funcionado³⁵³.

Outro exemplo interessante foi do médico Antonio de Almeida, secretário da instituição vacínica, que relatou que em meio a uma epidemia de coqueluche estavam aparecendo “bexigas muito discretas e benignas”, que não teriam tido progresso graças a vacinação. Todavia começou a se espalhar pela freguesia de Travança, que a mortandade de crianças naquele território pela coqueluche era devida à vacinação que

³⁵⁰Lisboa 19 de Novembro. *Gazeta de Lisboa*, Lisboa, n.274,19 de novembro de 1814. (s/p).

³⁵¹Portugal. Carta circular do Governo para os prelados diocesanos do Reino. *Correio Braziliense: Ou Armazem Literario*, Londres, n.63, agosto de 1813, pp.242-243.

³⁵²Extracto de uma carta de Francisco Gomes da Motra a José Feliciano de Castilho, sobre vaccina, febres intermitentes, etc. *Jornal de Coimbra*, Lisboa, n. XXXII, 1814, pp.96-97.

³⁵³ O médico não desistiu de introduzir a prática na região, e por isso requisitou mais material vacínico ao instituto. *Ibidem*.

havia sido introduzida há pouco tempo. O médico relatou que conseguiu deter os boatos com ajuda do padre e o capitão-mor da freguesia, demonstrando o fato que a coqueluche estava se espalhando por outras regiões em que não havia vacinação. Antonio de Almeida afirmava que para se pudesse atribuir à vacina o surgimento de qualquer doença, seria preciso que ela fosse inteiramente nova ou que atacasse com mais regularidade antes da vacinação³⁵⁴.

Um exemplo que une a situação de resistência do povo e o exemplo das autoridades está presente no relato do médico da Real Câmara, Bernardo José de Abrantes e Castro, que em uma matéria, no periódico *O Investigador Português em Inglaterra ou Jornal literario, político, &c* afirmou ter tentado em 1806 introduzir e propagar a vacina com suas próprias despesas em várias cidades de Algarves. Segundo Abrantes, o médico Lazaro Doglioni já havia introduzido a vacina em alguns locais desta região, todavia o “prejuizos das populações” eram muito grandes devido ao efeito “das miseráveis declamações de Cirurgioens ignorantes, que gritaraõ contra a vaccina sem ter della a mais remota idea”³⁵⁵. Segundo Bernardo José de Abrantes Castro o que possibilitou a profusão da vacina em 1806 foi o auxílio dos Ministros, do Governador da região e do Capitão General, Conde de Castro-Marim, que permitiu que vacinasse seu filho, o que serviu de exemplo para convencer o povo de Algarves a deixar-se vacinar-se. Ademais, o Governador ainda anuiu para que se vacinassem todos os membros dos 3 regimentos de Algarves que não possuíssem sinal de terem tido bexigas. Bernardo José de Abrantes e Castro, ao prestar contas deste serviço relatou:

[...]os soldados tinhaõ tal horror a deixarem-se vaccinar, que alguns desmaiaraõ, e foi precizo que o primeiro Major, homem de sessenta annos ou mais, se deixasse vaccinar primeiro para rezolver os soldados; sendo de notar que a vaccina pegou e foi regular neste velho official[...]³⁵⁶

Além do alto escalão, pessoas “respeitáveis” também poderiam servir de exemplo para o resto da população, mesmo assim, esta medida não garantia que o povo não continuasse refratário ao método. Este fato é bem exemplificado na narrativa extensa do médico português da cidade de Lagos José Francisco de Carvalho, publicada

³⁵⁴Seis Contas mensais de Antonio de Almeida, médico em Penafiel, sócio da Acad. R. das Scienc. de Lisb. e correspondente da Inst. Vaccin., as quaes pertencentes ao 1º semestre do anno corrente 1817. *Jornal de Coimbra*, Lisboa, n.LV, parte I, 1817, pp. 8-9.

³⁵⁵Continuação do Exame Sobre as observaçoens, e reflexoens relativas à prática da inoculação da Vaccina, e suas funnestas cconsequencias feitas em Inglaterra pelo Dr. Heliodoro Jacinto de Araujo Caneiro. *O Investigador Português em Inglaterra ou Jornal literario, político, &c*, Londres, v. 2, n. VIII, janeiro de 1812, p. 359.

³⁵⁶*Ibidem*, p. 360.

no *Jornal de Coimbra* em 1814, que acreditava que a obrigatoriedade da vacina seria a melhor solução para vencer a resistência do povo.

Custa a crer que, sendo tão grande o número de vacinados n'esta Cidade, e tão palpaveis e visiveis os maravilhosos effeitos da Vaccina, pois que até agora nem um só individuo legitimamente vacinado adquiriu a variola, não sei porque tamanho beneficio tenha encontrado tantos obstáculos em nosso paiz? Porque razão tantos, e tantos médicos já com o seu exemplo, já com as suas persuasões, e doutrinas se tem constituído cheios de uma opinião contrária aos seus interesses e aos da Sociedade? Qual razão porque altamente se declaram contra a introdução de um semelhante preservativo, pregão a sua insuficiência, e incapacidade e até os seus terriveis effeitos? Quanto pode o amor da celebridade! Talvez, talvez que semelhantes discursos acabassem de uma vez, e que um denso véo se-coresse sobre taes opiniões, e que o seu procedimento fosse mais conforme à razão, e à humanidade, se acaso elles vissem que se-lhes marcava um premio, uma recompensa aos seus desvellos, e trabalhos: fallo d'esta maneira, porque semelhantes expressões tem muitas vezes chegado aos meus ouvidos.

He com bastante pezar, que eu me- vejo precisado a referir aqui um facto, que prova de sobejo, o que tenho dito. Estive este anno em Bêja, e, querendo ser util de algum modo à minha Patria, em quanto ali me-demorava, intentei vaccinar todas as pessoas que quizessem utilizar-se d'este interessate beneficio; há público a toda a Cidade os dias em que vaccinava, andei solicitando a um outro chefe de família, para que deixassem vaccinar seus filhos, obrigando-me a ir-lhos vaccinar a suas próprias casas, como infinitas vezes tenho feito: porém apezar d'isto, e de verem o exemplo de uma senhora(D. Maria Augusta Xavier Lobo) respeitável pelas suas qualidades, superiores a todo o elogio, a qual foi a primeira a rogar-me para lhe- vaccinar sete filhos, e de mais alguns Pais de família, a todos os outros ficarão surdos ás minhas vozes, e instancias. Sacrificando por este modo milhares de crianças, que d'aqui a pouco serão talvez vitimas do mais terrível dos flagellos. Isto nunca eu encontrei nos moradores de Lagos. He bem sabido por todos, que a persuasão he um meio efficaz, mas tão somente para quem pensa, e reflecte; porém ha uma classe para quem ella he nulla, e de nenhum effeito; se o povo não quer attender aos interesses da Sociedade, e imbuído em prejuizos próprios da sua educação e luzes despreza, e menoscaba as insinuações que se praticão com elle? Porque razão se não ha de usar da coacção? Por que motivo não hão -de todos os Pais de familias ser obrigados a apresentar seus filhos vacinados até uma certa idade? He isto por ventura novo ? Não por certo, antes pelo contrário he o que se pratica em quase todos os Governos³⁵⁷.

O médico atribui a resistência do povo a vacina à falta de capacidade de refletir, porém ele mesmo citou diversos médicos que supostamente poderiam pensar e refletir e mesmo assim eram opositores ao método. É importante salientar que a estratégia de

³⁵⁷Carta de José Francisco de Carvalho, Medico na cidade de Lagos, pertencentes aos mezes de Fevereiro, Março, Abril, Maio, Junho, Julho, junho de 1814. *Jornal de Coimbra*, Lisboa, n.XXX, parte I, junho de 1814, p.321-322.

utilizar exemplos para disseminar a vacinação mais do que direcionados à população em geral, eram destinados aos os chefes de família. Desta forma, quanto mais legitimada a efetividade da vacina, maior se tornava o discurso médico de culpabilização destes indivíduos pela ocorrência de casos variola, seja por sua negligência, letargia ou incredibilidade que trariam como resultado direto a perda de entes queridos. Neste sentido a narrativa de Bernardino Antonio Gomes, feita em 1815, é interessante, pois ao ressaltar que em Lisboa o número de vacinados era muito baixo, relacionou um pequeno aumento nos números de vacinados a uma tragédia onde as bexigas haviam ceifado uma família, atacando dois meninos e uma menina de 18 anos “formosa, mui prendada, e de excelente indole”. Fato este que teria aumentado o medo das pessoas de tal forma que “o severo castigo, que derão ao incredulo e infeliz Pai daquelles tres irmaos, que despertaram muitos negligentes, e converterão alguns incredulos”³⁵⁸.

Outro exemplo interessante foi o fragmento de uma Memória sobre a utilidade da vacina que foi publicada no *Jornal de Coimbra* em 1815:

Os pais hão-de chegar a persuadir-se que não são menos obrigados a innocular(vaccinar) os seus filhos do que a alimentallos e vestillos...? Que diferença ha entre assacinar um filho e abandonallo a disposição da peste e ds bexigas?... Haverá por ventura Mães que se atrevão a supportar a voz de um filho, morto de bexigas, que lhe grita da sepultura,, Mãe insensivel e dsesumana? por que me deixaste morrer? que desculpa tens para dar, de haveres suffocado o brado da razão, que poz nas tuas mãos o meio mais seguro e infallivel de me salvar? Com que direito deste ouvidos as preocupações que me sacrificarão? ³⁵⁹.

Além dos argumentos de culpabilização, medidas mais enérgicas para difundir a vacina foram encontradas de forma esparsa ao longo de nossa análise. Primeiramente como mostramos, em 1813 foi expedida uma ordem pelo Intendente Geral da Polícia para que os párocos prestassem uma ampla ajuda nos serviços de vacinação. Esta ordem também foi expedida para os corregedores das comarcas portuguesas. Estes deveriam contabilizar o número de vacinadores de sua jurisdição e além disso criar planos para suprir os lugares em que os vacinadores estivessem em falta³⁶⁰.

Seria de atribuição dos corregedores publicar por edital os nomes e as residências destes vacinadores para persuadir a opinião pública, porém João Antonio

³⁵⁸Conta anual da Instituição Vaccinica da Academia Real das Sciencias de Lisboa, pronunciada na sessão pública de 1815 por Bernardino Antonio Gomes. *Historia e Memorias da Academia Real das Sciencias de Lisboa*. Lisboa, Tomo IV, parte II, 1816, p.52.

³⁵⁹Memória sobre a utilidade da innoculação das Bexigas Vaccinas, traduzida do Alemão por um amigo da Humanidade. Noticia. *Jornal de Coimbra*, Lisboa, n.XL, 1815, pp.195-196.

³⁶⁰Para os Corregedores das Comarcas. *Correio Braziliense: Ou Armazem Literário*, Londres, n.63, agosto de 1813, pp.243-245.

Salter de Mendonça advertia que eles deveriam utilizar sempre a persuasão e o exemplo, mas nunca a autoridade, pois “em semelhantes assuntos, em vez de aproveitar, só pode servir de impecer o fim pretendido”. Todavia apesar da precaução do intendente, a prática da vacinação não ocorria desta forma, pois havia uma ordem explícita para que os corregedores vacinassem todos os indivíduos à eles subordinados, isto incluía: os órfãos, as pessoas empregadas nos hospitais ou os convalescentes que deles saíssem, os presos nas cadeias públicas, os expostos, os alunos das casas de educação que lhe fossem sujeitos, ou qualquer outra pessoa sob sua jurisdição³⁶¹.

Vários médicos da Instituição Vaccinica da ARSL cobravam uma maior obrigatoriedade e empenho do governo para auxiliar a difusão da vacinação. Além disso, quanto mais os números de vacinação declinavam maiores eram as críticas neste sentido. Por exemplo, para Ignácio Benevides, membro da Instituição Vaccinica da ARSL, embora o serviço de vacinação fosse filantrópico, seria necessário algum incentivo, principalmente pelo fato de os “prejuízos dos povos ainda persiste”. Benevides acreditava que seria muito difícil persuadir o povo da necessidade da vacinação, pois as medidas tomadas pelo governo eram pouco enérgicas, e entendia que este deveria seguir o exemplo de outros povos, como o sueco, que admitia a denúncia daqueles que não vacinavam seus filhos, e de outras nações onde esta obrigação era incluída no Catecismo doutrinal e incorporadas nas práticas dos párocos e nas missas conventuais³⁶².

Em 1820 a vacinação se tornou obrigatória aos membros do Exército por ordem expedida pelo General Willam Beresford. Nesta ordem constava que deveriam ser vacinados todos os membros de oficial para baixo, nos corpos do exército e depósitos de recrutas. Os membros da capital iriam se dirigir diretamente à Instituição Vaccinica da Academia Real das Sciencias de Lisboa, nos dias pertinentes, para se vacinar, e para os regimentos fora da capital os médicos dos hospitais regimentais deveriam requisitar o pus vacínico para praticarem a vacinação, além de remeterem trimestralmente o resultado da vacinação³⁶³.

Na verdade, as ordens que trouxeram obrigatoriedade de vacinação do Exército foram concomitantes a um conjunto de ordens expedidas pelo Governo para difundir a

³⁶¹*Ibidem*.

³⁶²Discurso Histórico sobre os trabalhos da Instituição Vaccinica, recitado na Sessão publica da Academia Real das Sciencias de Lisboa, em 24 de Junho de 1818 por Ignacio Antonio da Fonseca Benevides. *Historia e Memorias da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, Lisboa, Tomo VI, parte I, 1819, pp.40-41.

³⁶³Lisboa 22 de Fevereiro. *Gazeta de Lisboa*, Lisboa, n.46,23 de fevereiro de 1820. (s/p).

vacinação. Estas ordens também englobavam as autoridades civis e eclesiásticas. Estas autoridades ficaram imbuídas na promoção da vacinação e na prestação de conta dos seus progressos enviada trimestralmente à Instituição Vaccinica da Academia Real das Sciencias de Lisboa. Nestes avisos estava determinado que os provedores fossem encarregados de promover a vacinação nas suas comarcas, de receber dos vacinadores as relações de vacinados, e de as remeter à instituição no fim de cada trimestre, cabendo o mesmo ao Chefe da Repartição de Saúde do Exército. As contas trimestrais seriam entregues diretamente ao Rei, com as informações sobre as pessoas que a promoviam e aquelas que dificultavam sua prática³⁶⁴.

Para além da questão da obrigatoriedade, para muitos médicos e autoridades governamentais um dos fatos que mais prejudicava a vacinação eram os boatos e rumores em torno da vacina, sendo o principal deles o de que vacinados contraíam bexigas. Sobre isto, o intendente de polícia português, João Antonio Salter de Mendonça, discorreu que os médicos davam o nome de bexigas a diferentes moléstias e com isso “podem illudir o povo, e destruir a confiança, que todo este reino vai tendo na eficácia da vacina, ao atestarem que vacinados tiveram bexigas”³⁶⁵. Devido a isso o intendente expediu uma ordem, em 1819, para que os médicos que atestassem que algum vacinado tivesse adquirido bexiga, deveriam emitir este parecer por escrito para que o fato fosse examinado por médicos correspondentes da Instituição Vaccinica da Academia Real das Sciencias de Lisboa, que assim iriam emitir seu parecer sobre o caso e se esta pessoa havia tido realmente vacina verdadeira ou não³⁶⁶.

Os rumores e boatos sobre a vacina ressaltados pelo intendente não cessariam facilmente com a promulgação de um decreto e continuaram frequentes nas reclamações dos médicos da Instituição Vaccinica da Academia Real das Sciencias de Lisboa. Em nossa análise documental, um dos melhores exemplos que encontramos de boatos sobre a vacina foi uma carta, de autoria do “Anti-Impostor”, dirigida ao redator do *Correio Braziliense* e publicada neste mesmo jornal em 1813. Nesta carta o autor fez diversas críticas a um opúsculo publicado no mesmo jornal, que era favorável à vacinação, além referir-se a diversas reclamações sobre a vacinação, citando fatos como a interferência dos párocos no incentivo à vacinação, a obrigatoriedade velada da vacinação e até o fato

³⁶⁴Discurso Historico sobre os trabalhos da Instituição Vaccinica, lido na sessão pública de 24 de junho de 1820 por José Maria Soares. *Historia e Memorias da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, Lisboa, Tomo VII, 1821, pp.28-42.

³⁶⁵Lisboa 12 de Fevereiro. *Gazeta de Lisboa*, Lisboa, n.38, 13 de fevereiro de 1819. (s/p)

³⁶⁶*Idem. Ibidem.*

de se colocar “moléstias de Brutos na Economia animal”, o que gerava doenças cutâneas como sarnas e tinhas em Portugal³⁶⁷.

Um fato interessante debatido na carta foi relativo à aprovação de D. João ao método. Segundo o “Anti-Impostor” o fato de que D. João tivesse vacinado seus filhos, não levava à conclusão de que ele fosse favorável à vacina, pois tendo sete filhos apenas vacinou dois e somente tardiamente. Relatou, ainda, que D. João observara frequentemente no Brasil os “funestos e repetidos efeitos da vacina”, e que fora por este o motivo que não havia permitido que vacinassem seus outros filhos. Para o *Anti-Impostor* a vacinação dos filhos de D. João foi um fato que teria reforçado a oposição do Rei à vacina, pois os dois que foram vacinados possuíam uma saúde extremamente precária diferentemente do restante da Família Real, fato este que seria de conhecimento de todos os frequentadores do Paço imperial no Rio de Janeiro³⁶⁸.

Claramente o “Anti-Impostor” levantava alguns dados pouco críveis, na medida em que, no Brasil, o monarca português fora amplamente favorável à vacinação, tendo inclusive criado a Junta da Instituição Vaccinica da Corte no Rio de Janeiro em 1811. Porém, o boato de que D. João não era favorável à vacina era mais um exemplo de boatos espalhados na época, os quais poderiam diminuir a credibilidade da prática de vacinação. Como buscamos demonstrar, existiram uma série de entraves para a difusão da vacina, o que nos ajudou a compreender a trajetória e atuação da Instituição Vaccinica da Academia Real das Sciencias de Lisboa.

2.7-Considerações finais

A institucionalização da vacina na Instituição Vaccinica da Academia Real das Sciencias de Lisboa foi fundamental para maior difusão e disseminação da prática em Portugal, além de ter produzido e sistematizado conhecimentos sobre a vacina. Embora a carência de dados referentes aos anos posteriores a 1823, não parece que a instituição tenha resolvido seus problemas, que ocorriam mesmo nos anos com bons resultados de vacinação. O fato de contar com membros associados - embora pareça ter sido uma boa saída para angariar membros e difundir a vacina -, a longo prazo funcionou como um “calcanhar de Aquiles”, pois passada a euforia de novidade e o prestígio que significava ser sócio daquela academia, de modo geral, grande parte dos correspondentes passaram

³⁶⁷Carta ao Redactor sobre a Inoculação da Vaccina. *Correio Braziliense: Ou Armazem Literário*, Londres, n.66, novembro de 1813, p.824-827.

³⁶⁸*Idem. Ibidem.*

a ser irregulares em suas atividades, pois embora recebessem remessas vacínicas não prestavam contas dos números de vacinados, o que dificultava a ação dos membros do instituto.

O caminhar da instituição também demonstrou que a ideia de um projeto de vacinação sistemático, amplo e complexo, contando apenas com a filantropia sem uma verba regular, fizesse com que a academia “mendigasse entranhas” frequentemente para manter seu funcionamento. Acreditamos que este tenha sido um dos maiores entraves para a difusão de seus serviços, pois como os números mostraram, os recursos financeiros eram fatores diferenciais para o crescimento do número de vacinações, o que fez com que houvesse um grande esforço por parte dos médicos da instituição para angariar verbas junto ao governo.

A institucionalização dos serviços de vacinação também foi fundamental para criar um discurso médico alinhado entre os vacinadores sobre os benefícios da vacina, sem que, contudo, freasse os opositores do método que não se limitavam aos “velhos médicos” como Heliodoro Carneiro, pois existiram diversos outros personagens que também não aderiram à vacina, narrativas, boatos e querelas em torno da prática que circularam tanto entre a população quanto entre os médicos.

Como buscamos demonstrar a atuação da Igreja Católica, como auxiliar na difusão da prática da vacina, se tornou peça chave em Portugal, onde o poder persuasivo, e em algumas vezes até coercitivo, dos párocos ajudaram a influenciar o povo a receber esta “dádiva do céu”³⁶⁹.

³⁶⁹Annuncio da Instituição Vaccinica. *Gazeta de Lisboa*, Lisboa, n.209, 5 de setembro de 1814. (s/p)

Capítulo 3. A Junta da Instituição Vaccinica da Corte: Os debates sobre a sua criação, eficácia e a consolidação da prática da vacina antivariólica no Rio de Janeiro. (1805-1835)

3.1- A criação da Junta da Instituição Vaccinica da Corte do Rio de Janeiro.

Como vimos anteriormente, a implementação da vacina no Brasil esteve relacionada à atuação do governo português que adotou uma política pró-vacinação que visava introduzir e difundir a vacina não só na metrópole, mas em todas suas colônias, ainda nos primeiros anos da década de 1810. Nesta direção foram publicadas várias matérias sobre a vacinação, como as veiculadas na *Gazeta de Lisboa*, em 1806, cujos exemplares foram enviados ao Marques de Aguiar, Fernando José de Portugal e Castro, então vice-rei do Brasil. O objetivo era que o vice-rei as distribuísse de modo que ajudasse na propagação da vacina, na instrução e persuasão das pessoas que ainda não estavam convencidas dos benefícios da vacina. Alguns destes exemplares foram enviados para vilas e comarcas do interior do Rio de Janeiro, como São Gonçalo e Maricá, e também para outras para capitânicas como a do Espírito Santo e a de Minas Gerais³⁷⁰.

Após a introdução da vacina no Rio de Janeiro, no ano de 1805, um dos exemplos mais emblemáticos da vacinação foi quando o vice-rei determinou que o cirurgião Francisco Bonifácio da Fonseca, que havia trazido a vacina da Bahia para o Rio de Janeiro, fosse à Fazenda de Santa Cruz³⁷¹, na capitania do Rio de Janeiro, para que pudesse aplicar a vacina na sobredita fazenda e na aldeia dos índios de Itaguaí, e que ficasse ainda responsável por relatar tanto os sucessos quanto os problemas que ocorressem nestas ações. Neste período, foram vacinados os escravos e trabalhadores da

³⁷⁰ Cabe ressaltar que o fato de exemplares relativos à vacinação terem sido enviados a várias localidades não nos permite inferir que a prática de vacinação passasse a ocorrer nestes locais. De acordo com a correspondência do vice-rei, na capitania do Espírito Santo, por exemplo, a vacinação não estava ocorrendo, enquanto em outros locais, como na Ilha Grande, a vacinação parecia estar acontecendo regularmente principalmente entre os soldados. Ver: *Correspondência do Vice-rei. Regimento para os governadores do Brasil*. Caixa 744, pct. 03. Título do Fundo ou Coleção: Vice-reinado. Código do Fundo: D9. AN.

³⁷¹ Cabe ressaltar que neste período a fazenda de Santa Cruz passava por uma crise econômica, pois segundo o administrador os rendimentos da fazenda com os serviços da plantação e do engenho eram demasiado baixos, de modo que a subsistência da fazenda vinha em grande parte do jornal que os escravos conseguiam com seu trabalho na cidade, nas mais diversas profissões, dentre elas como sangradores. O administrador da fazenda propôs, ainda, que o Vice-Rei mandasse instruir, no Hospital Real, dois escravos na arte de cirurgia para que atuassem nesta função e substituíssem os outros dois quando viessem a falecer. *Carta do Administrador da Fazenda de Santa Cruz ao Vice-rei*. Ministério do Império - Casa Imperial - Fazenda de Santa Cruz. Caixa 507, pct. 02. Código do Fundo: EM. AN.

fazenda de Santa Cruz, os índios da aldeia de Itaguaí, além de alguns moradores circunvizinhos e seus escravos³⁷².

O administrador da fazenda, Manoel Martins do Couto Reis, ao dar satisfação sobre como estavam sendo realizados os serviços de vacinação na fazenda, relatou que a vacinação demorava a ocorrer, pois tal procedimento era realizado com precaução para que esta fosse sendo aplicada e se conservando de modo sucessivo. Para isso era levado em conta o número de crianças para que não faltasse a “matéria”. Outro motivo que ocasionava a demora de sua aplicação era porque esta era aplicada de forma que os escravos não viessem a desfalcargos os serviços na agricultura e em outros setores da fazenda, pois estes, segundo o administrador, quando estavam vacinados, não trabalhavam³⁷³.

Isto ocorreria devido ao fato de que a vacina poderia causar diversos incômodos e assim o descanso poderia ajudar na recuperação e manutenção da saúde dos escravos. Em anos posteriores, os cirurgiões reclamariam que as pessoas do campo estavam recusando a se vacinar para não desfalcarem seus serviços na agricultura. Esta recusa ocorreria principalmente na época das colheitas e das plantações, restando assim somente um período restrito do ano para que o cirurgião pudesse vacinar as pessoas e também impedir que a vacina em vidro perdesse seu efeito pela demora³⁷⁴.

Na fazenda de Santa Cruz, foram vacinadas em média de 10 a 20 pessoas por dia. Desta forma, em aproximadamente três meses e meio, foram vacinados 430 escravos da fazenda, 103 índios da aldeia de Itaguaí, 51 brancos moradores da fazenda e seus arredores, e 40 escravos de moradores circunvizinhos³⁷⁵. Somando-se um total de 624 vacinados, um número bastante expressivo, se compararmos, por exemplo, com dados de vacinações públicas da época, como na capitania da Bahia, que em todo ano de 1807 vacinou 954 pessoas³⁷⁶.

Pelos relatórios do cirurgião Francisco Bonifacio da Fonseca, que estava responsável pela vacina na fazenda, não parecem ter ocorrido grandes problemas durante a vacinação. Algumas pessoas tiveram “vacina espúria” e, em dois casos em que

³⁷² *Idem. Ibidem.*

³⁷³ *Idem. Ibidem.*

³⁷⁴ Este relato estava presente na carta de um cirurgião ao Instituto Vaccinico, que relatou, ainda, que era muito mais fácil vacinar as pessoas na Corte do que no campo, pelos motivos explicitados. *Instituto Vaccinico (Rio de Janeiro)*. IS4 42. Série Saúde. Código do Fundo: BF. AN.

³⁷⁵ A título de curiosidade, a idade das pessoas vacinadas fora da fazenda não era mencionada por que não havia como se comprovar a veracidade das idades afirmadas pelas pessoas.

³⁷⁶ SILVA, Maria Beatriz Nizza. *A Gazeta do Rio de Janeiro (1808-1820): Cultura e Sociedade*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007. p.75.

fora aplicada a vacina com a “matéria” armazenada em vidro, a mesma havia falhado, o que fez com que esses indivíduos fossem vacinados uma segunda vez, e nesta a vacina teria ocorrido normalmente. Além disso, em alguns indivíduos, as manifestações em decorrência da vacina teriam ocorrido de forma mais intensa que a normal, surgindo, além da bexiga no braço, diversas erupções de bexiga pelo rosto e por outras partes do corpo. Porém, de modo geral, a vacinação teria ocorrido de forma a apresentar os sintomas normais da doença³⁷⁷.

A introdução e manutenção da vacina não se dava de forma fácil, pois demandava além da boa conservação do vírus, de pessoas que pudessem ser inoculadas para assim manter a vacina ativa. Exemplos desta dificuldade foram diversos, de maneira que a própria vacina que havia sido introduzida no Rio de Janeiro, no ano de 1805, ainda no mesmo ano havia se extinguido. Tal situação ficou exposta quando o governador da capitania do Espírito Santo, em meio a uma grave epidemia de bexigas, requereu a vacina ao Vice-rei e recebeu como resposta que isto não seria possível pois a vacina havia se “extinguido” na capital³⁷⁸.

Alguns meses depois o vice-rei conseguiu a “matéria” na Ilha Grande e esta foi enviada em vidro e com instrumentos próprios para a aplicação, além de um exemplar de “Memória Sobre a Vacina”, com o modo de se aplicar e conservar a vacina. O vice-rei advertiu, porém, que se a vacina não funcionasse em vidro teria de se enviar rapazes para a Bahia para que se pudesse conseguir o “bom Humor” e levá-lo *braço a braço* até o Espírito Santo³⁷⁹.

Se a vacinação nesta época apresentava alguma dificuldade para sua propagação pela capitania do Rio de Janeiro, na Bahia o serviço já aparentava estar mais regularizado. Os dados sobre a vacinação na Bahia, entre dezembro de 1804 e dezembro de 1808, foram divulgados na *Gazeta do Rio de Janeiro* com os seguintes números:

- 1805: 2.510;
- 1806: 1.416;
- 1807: 954;

³⁷⁷Carta do Administrador da Fazenda de Santa Cruz ao Vice-rei. *Ministério do Império - Casa Imperial - Fazenda de Santa Cruz*. Caixa 507, pct. 02. Título do Fundo: Fazenda Nacional de Santa Cruz. Código do Fundo: EM. AN.

³⁷⁸*Correspondência do Vice-rei com o governador do Espírito Santo*. Registro da correspondência do vice-reinado com diversas autoridades. Códice 70, vol. 22. Secretaria de Estado do Brasil. Código do Fundo: 86. AN.

³⁷⁹*Correspondência do Vice-rei com o governador do Espírito Santo*. Registro da correspondência do vice-reinado com diversas autoridades. Códice 70, vol. 22. Secretaria de Estado do Brasil. Código do Fundo: 86. AN.

- 1808: 1.035³⁸⁰.

Comentando os dados, o redator da *Gazeta do Rio de Janeiro* afirmou que a Bahia seria um exemplo a ser seguido, de modo que:

A vacinação, que por sua muita utilidade, tem sido adotada por todos os povos civilizados salvando-lhes milhares de braços para todos os empregos úteis, não podia escapar a vigilância paternal do príncipe Regente Nosso Senhor, para com seus Vassallos, entre os quais S.A.R procura estabelecer todos aqueles meios, que mais possam concorrer sua conservação, e felicidade³⁸¹.

A prática da vacinação que ainda estava em vias de implementação no Brasil sofreu uma mudança brusca na realização dos seus serviços, devido a um dos momentos históricos mais importantes da história do Reino, seja ele, a invasão francesa de Portugal e a conseqüente fuga da Família Real para o Brasil. Como vimos anteriormente na cidade do Rio de Janeiro, capital da Colônia, ou seja, um dos espaços mais privilegiados para a prática, a vacina chegou a desaparecer no mesmo ano em que foi introduzida, fato este que parece não ter sido um incidente isolado, pois voltou a ocorrer no período em que a Corte joanina chegou ao Rio de Janeiro:

Aportando sua Alteza Real ao Rio de Janeiro achou extinta a vacina, e em seu lugar apenas uma matéria que não produzia os efeitos desejados. E tocado seu terno coração de tamanha desordem, sabendo que havia bom pus na Bahia, dali o mandou ultimamente vir, e organizou com despeza da Real Fazenda o útil estabelecimento desta prática³⁸².

É importante salientar tais fatos, pois o cirurgião Hercules Octaviano Muzzi³⁸³ havia afirmado que a vacinação, após sua introdução, teria ocorrido sem interrupção no Rio de Janeiro. Porém, como vimos o serviço teria passado por momentos de descontinuidade pela falta do vírus vacínico. Para além das questões da vacinação, a vinda da Família Real para o Brasil ocasionou uma série de mudanças que são importantes para entendermos a conjuntura na qual foram introduzidos os serviços de vacinação e ocorreu a institucionalização desta prática no Rio de Janeiro.

A vacina “extinta” não foi o único problema que o Príncipe-Regente D. João encontrou ao chegar ao Rio de Janeiro, em março de 1808. Embora a cidade fosse a capital da colônia portuguesa, apresentava muitos problemas estruturais. Para que a capital se transformasse na nova Corte do Império Português teria de passar por diversas

³⁸⁰[Redator]. *Gazeta do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, n.50, 4 de março de 1809,p.4.

³⁸¹*Idem. Ibidem.*

³⁸²[Redator]. *Gazeta do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, Appendix, n. 80, 5 de outubro de 1811. (s/p)

³⁸³Carta de Hercules Octaviano Muzzi, concorrendo ao cargo de diretor do Instituto Vacínico. *Instituto Vacínico (Rio de Janeiro)*. IS4 42. Série Saúde. Código do Fundo: BF. AN.

reformas, pelas quais se europeizaria a cidade do Rio de Janeiro, transformando-a não só fisicamente, mas em termos civilizacionais³⁸⁴.

Com a chegada da Família Real, o Rio de Janeiro sofreu um forte impacto nas esferas política, econômica e social. Sua população sofreu um acréscimo súbito de aproximadamente 15.000 pessoas, de um dia para o outro, agravando e acarretando diversos problemas em áreas como abastecimento, moradia e saúde³⁸⁵. Para sanar estes problemas, o governo português iniciou uma série de medidas que, a curto e médio prazo, pudessem garantir a sobrevivência da massa de pessoas concentrada na cidade, além de buscar fazer com que o Rio de Janeiro obtivesse condições minimamente condizentes com a presença da elite portuguesa que passava a viver na cidade. Devido a isso, o cotidiano da cidade foi rapidamente alterado, e questões como a preservação da ordem pública e do bem comum, o abastecimento de bens e serviços e a circulação de pessoas tornaram-se o cerne das ações governativas do período³⁸⁶.

Por conseguinte, havia a necessidade de medidas que garantissem a sobrevivência do governo português na América, que criasse as condições para o pleno exercício do governo português e de suas colônias. Com isso começou a ocorrer uma verdadeira duplicação dos órgãos governativos portugueses na cidade do Rio de Janeiro, que passava a ser uma Corte em miniatura³⁸⁷.

Além da criação de órgãos governativos, diversas instituições também foram rapidamente criadas: a Imprensa Régia, a Fábrica de Pólvoras, a Provedoria Mor da Saúde da Corte e do Estado do Brasil, o Teatro Real de Dom João, o Conselho Supremo Militar de Justiça entre outros. Estas e outras medidas demonstram o intenso processo de institucionalização pela qual a cidade do Rio de Janeiro passava para que pudesse ascender ao posto de nova Corte do Império Português. Seria a partir de todas estas medidas e transformações ocorridas no Rio de Janeiro que o Império Português se transformaria em um verdadeiro Império Luso-Brasileiro, não somente pelos órgãos administrativos sediados na nova Corte, mas também pelas possessões territoriais que se encontravam hierarquicamente ligadas à cidade do Rio de Janeiro³⁸⁸.

Além das melhorias físicas, a transferência da Corte trouxe uma maior vida

³⁸⁴ GOUVÊA, Maria de Fátima. “As bases institucionais da construção da unidade. Dos poderes do Rio de Janeiro joanino: administração e governabilidade no Império Luso-brasileiro”. In JANCSÓ, István(Org.). *Independência: história e historiografia*. São Paulo: Hucitec, 2005. pp.707-752.p. 708.

³⁸⁵SCHWARCZ, Lilia Moritz. *A Longa Viagem da Biblioteca dos Reis - Do terremoto de Lisboa à Independência do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras. 2002. pp. 236-239.

³⁸⁶ GOUVÊA, Maria de Fátima. *op. cit.*,p.708.

³⁸⁷ GOUVÊA, Maria de Fátima. *op. cit.*, pp.708-709.

³⁸⁸ GOUVÊA, Maria de Fátima. *op. cit.*, p. 718.

cultural, com maior acesso a livros e uma maior circulação de ideias. Entre essas mudanças temos o surgimento do primeiro jornal editado na colônia, a *Gazeta do Rio de Janeiro*, além de teatros, bibliotecas, academias literárias e científicas que atendiam assim aos requisitos da Corte e da população urbana. Porém, segundo Boris Fausto, não devemos exagerar sobre o alcance das mudanças do período, pois o absolutismo ainda seria a marca do governo Joanino, a exemplo da contínua censura que continuou a cercear a publicação de livros e periódicos que eram repreendidos para que “nada se imprimisse contra a religião, o governo e os bons costumes”³⁸⁹.

Além disso, Ciro Flamarion também alerta para o fato de que o Brasil em 1818, às vésperas de se separar de Portugal, apesar de todas as mudanças continuava sendo uma sociedade colonial: de seus 3.817.900 habitantes, 1.887.900 eram livres, sendo 1.043.000 brancos, 585.500 negros e mestiços, 259.400 índios e 1.930.000 escravos. A família brasileira patriarcal, tão abordada em diversos estudos, seria, na verdade, limitada às classes dominantes, como clérigos, grandes fazendeiros e altas patentes militares. Estes formavam uma extensa família que ia desde a família de sangue até os escravos e agregados. Em contrapartida, dentre os mais pobres teria sido comum uniões livres com alta incidência de casamentos ilegítimos, sendo os núcleos familiares muitas vezes formados pela mulher e seus filhos³⁹⁰.

Voltando às reformas estruturais, grande parte das medidas administrativas e reformas ocorridas na cidade, em geral, ficaram a cargo da Intendência Geral da Polícia da Corte e do Estado do Brasil, chefiada então pelo Intendente Geral da Polícia Paulo Fernandes Viana³⁹¹, que permaneceu neste cargo praticamente o mesmo tempo que o Príncipe-Regente D. João ficou no Brasil. Desta forma, cabia a esta Intendência a responsabilidade com a limpeza, segurança, saúde, punição dos “vadios”, implementação de prisões em capitanias mais distantes, e controle tanto da circulação de pessoas como de impressos na cidade³⁹².

A Intendência também atuou nas reformas que visavam “europeizar” a Corte,

³⁸⁹ FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp, 1994. p.127.

³⁹⁰ CARDOSO, Ciro Flamarion Santana. “A Crise do Colonialismo Luso na América Portuguesa 1750/1820”. In _____ . LINHARES, Maria Yeda (org.). *História Geral do Brasil*. 9. ed. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1990. pp.101-124. p.125.

³⁹¹ De fato o Intendente Geral da Polícia, Paulo Fernandes Viana, foi uma das figuras mais importantes do período, tornando-se difícil falar do período Joanino sem citar esta figura que produziu um acervo de cartas e documentos importantíssimos para entendermos o primeiro quartel do século XIX no Brasil. Além disto, este intendente era tão influente que se reunia a cada dois dias com o Rei, e sua dispensa do cargo ocorreu somente um ano após a saída de D. João do Brasil. In GOUVÊA, Maria de Fátima. *op. cit.*, p.724.

³⁹² GOUVÊA, Maria de Fátima. *op. cit.*, p. 723.

trabalhando na fiscalização da edificação e conservação dos prédios e das casas da cidade do Rio de Janeiro e até mesmo proibindo a prática de alguns costumes por seus moradores. Por exemplo, a Intendência não permitia que fossem construídas mais casas térreas no centro da cidade, que se despejasse “águas imundas” pela janela e que fossem criados porcos e outros animais, que “tanto prejudicaria a saúde na cidade”³⁹³. O Intendente da Polícia, Paulo Fernandes Viana, lançou em 1809, um edital que ilustrava muito bem esta nova forma de se pensar e conceber a cidade do Rio de Janeiro:

[...] havendo-se elevado esta cidade a alta hierarquia de ser hoje a Corte do Brasil, que goza a Honra e ventura de ter em si o seu legítimo soberano e toda a Sua Real Família não pode, nem deve continuar a conservar bisonhos e antigos costumes que apenas podiam tolerar-se, quando era reputada como uma colônia [...] o prospecto da cidade a faz menos decorosa as presentes felizes circunstancias, o terem as janelas das suas Propriedades rótulas ou gelosias de madeira, que nenhuma comodidade trazem e que estão mostrando a falta de civilização de seus moradores: Confiando[...] que estarão prontos a dar mais provas não equivocadas de seu contentamento e a arredar de si estes testemunhos da antiga condição de conquista e de colônia, concorrendo para enobrecer a sua corte e faze-la a mais notável aos olhos das nações Estrangeiras[...] Por tudo isso se declara, que desde já devem abolir ás rótulas das janelas dos sobrados³⁹⁴.

Além disso, outras reformas, como o alargamento das ruas e a construção de praças eram vistas como um duplo benefício, pois além de “embelezarem a cidade” trariam contribuições para a saúde da população. Cabe ressaltar, que grande parte dos problemas e transformações ocorridas na cidade do Rio de Janeiro, também podem ser encontradas em outras cidades europeias na segunda metade do século XVIII. Como George Rosen relatou, a cidade de Londres, por exemplo, passou por mudanças como derrubada de prédios deteriorados, alargamento de ruas, derrubada de cortiços, e proibição do abatimento de animais em locais públicos, entre outras³⁹⁵.

Os problemas referentes à saúde e às doenças na cidade sofreriam uma guinada neste período. Primeiro, em 1809, seria criado o cargo de Provedor-mor da Saúde da Corte e do Estado do Brasil, retirando-se assim a atribuição que era, até então, das Câmaras Municipais. A provedoria ficaria responsável por fazer exames e vistorias de matadouros e açougues públicos, visando melhorar as condições de salubridade da

³⁹³ Essas e outras medidas, como a regulamentação de cemitérios, a limpeza das ruas e canais, entre outras, podem ser encontradas nos registros da Polícia da Corte. *Registro de ordens e officios expedidos da Policia aos ministros criminaes dos bairros e comarcas da corte e ministros eclesiasticos Policia da Corte*. Códice: 329, volume 01. Título. Código do fundo: Ø E. AN.

³⁹⁴ GOUVÊA, Maria de Fátima. *op. cit.*, pp. 747-748.

³⁹⁵ ROSEN, George. *op. cit.*, p. 122.

Corte, porém a Polícia da Corte, ainda participaria nestas questões.

A saúde do Rio de Janeiro, assim como muitas das reformas brevemente mencionadas, também estaria relacionada ao processo civilizacional. Exemplo disso foi o fato de, ainda em 1808, terem sido criados dois estabelecimentos de ensino superior relacionados à medicina em território brasileiro, a Escola de Cirurgia da Bahia e a Escola Anatômica, Cirúrgica e Médica do Rio de Janeiro. Tais instituições foram os únicos centros de formação da medicina oficial ao longo de quase todo século XIX³⁹⁶.

Sendo uma cidade costeira, e dada a abertura dos portos ao comércio exterior, foram tomadas medidas para aumentar fiscalização dos portos, e para se evitar uma possível contaminação de um grande número de doenças endêmicas e epidêmicas que podiam chegar por diversos navios que aportavam na cidade do Rio de Janeiro. Estas doenças se somariam às doenças que já ocorriam naturalmente na cidade. Alguns médicos como Manoel Vieira da Silva, Provedor-mor da Saúde da Corte e Estados do Brasil, era responsável por tomar medidas visando a fiscalização das embarcações que chegavam ao porto da cidade e atribuía as causas das diversas doenças que acometiam o Rio de Janeiro a fatores topográficos e climáticos, levando em conta a localização de cemitérios, situação dos matadouros, falta de lazaretos, entre outros³⁹⁷.

Um dos projetos de fiscalização apresentado a D. João por Agostinho da Silva Hofman, Procurador-Geral da Real Junta de Comércio, era bem elucidativo e demonstrava a importância deste objeto para a saúde da cidade.

Uma das maiores calamidades, que podem acontecer aos povos é sem dúvida a peste, ou as enfermidades contagiosas: a desgraçada experiência deste mal fez armar a vigilância, e a providência de todos os governos, ainda mesmo de Nações Bárbaras para prevenirem, e acautelarem os horrorosos estragos de um contágio [...]Vindo Vossa Alteza Real para este Estado do Brasil, e estabelecendo-se nele a Sede do Governo, se franquearão todos os Portos deste vasto Continente ao Comércio, e a comunicação de todas as Nações. Então apareceu a maior necessidade de uma Instituição regular de Saúde, e, com efeito, se criou, e se lhe deu o Regimento de 22 de Janeiro de 1810[...] A visita da Saúde é feita a todas as Embarcações costeiras até ao porte de Sumacas, e Bergantins[...]É inquestionável, que por qualquer destas Embarcações se pode comunicar o contágio. Logo é de absoluta necessidade, que todas sejam visitadas, e inspecionadas pela Saúde até por que elas são as que conduzem os viveres da primeira precisão, e de cuja corrupção, ou alteração resultam males gravíssimos à Saúde

³⁹⁶ FONSECA, Maria Rachel Fróes da. A saúde pública no Rio de Janeiro Imperial. In PORTO, Ângela; SANGLARD, Gisele; FONSECA, Maria Rachel Fróes da; COSTA, Renato Gama-Rosa (orgs.). *História da saúde no Rio de Janeiro: instituições e patrimônio arquitetônico (1808-1958)*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008. pp.31-57.

³⁹⁷ FONSECA, Maria Rachel Fróes da. *op. cit.*, p.38.

dos Povos. Tanto este, como qualquer outro contágio dos portos Estrangeiros só pode ser comunicado aos nossos por meio das Embarcações, que neles entram, e não sendo geralmente sujeita a inspeção da Saúde deixa-se uma porta franca a infecção. [...] A segurança, e a polícia da Saúde e dos portos exige uma visita Geral em todas as Embarcações, que neles entram, como se pratica em todas as Nações, onde há Estabelecimentos regulares de Saúde pública. Sem esta visita se tornam fadadas todas as providências contra a comunicação de um contágio externo; por que se lhe deixam abertas tantas portas, quantas as Embarcações, que não são visitadas. [...] É, pois esta a primeira providência, que indispensavelmente se deve dar, e que não cabe na minha alçada dá-la ingenuamente declaro a Vossa Alteza Real que sem ela fica evidentemente exposta à preciosa vida de Vossa Alteza Real e a de todos os habitantes deste Estado, especialmente nos portos de mar, a ser vítima de uma epidemia comunicada, com a maior parte das vezes acontece, por Embarcações já infectadas [...] ³⁹⁸.

Os fatos supracitados mostram a importância que era atribuída ao controle das epidemias, e nesse sentido, como a varíola era uma doença altamente letal, que frequentemente assolava o Rio de Janeiro, tornou-se vital combatê-la. Sendo assim, controlar a varíola na cidade do Rio de Janeiro, naquele momento, significaria, sobretudo proteger os membros da Corte de uma doença que trazia grande pavor. Nesta época a doença era considerada como altamente mortal e asquerosa, e assim a melhor forma de combatê-la, seria, acima de tudo, através da vacinação ³⁹⁹.

O próprio Príncipe-Regente D. João há muito era um incentivador dessa prática, provavelmente devido às tragédias familiares, como o falecimento de dois de seus irmãos, de um filho e de um genro devido à varíola. Ainda em Portugal, havia mandado traduzir as obras de Jenner e incentivado a prática da vacinação entre a própria realeza vacinando seus dois filhos D. Pedro e D. Miguel, para servirem de exemplo à população. A varíola ainda voltaria a infortunar a Família Real quando a infanta Carlota Joaquina foi infectada, mas após ter sido vacinada conseguiu superar a doença e ainda serviu de exemplo para mostrar como a vacina era eficaz ⁴⁰⁰.

Nesta conjuntura, em 1809, o Príncipe-Regente D. João ordenou que o cirurgião da Casa Real, Theodoro Ferreira de Aguiar, fizesse experiências com a inoculação de “crustas vacínicas”, com os “expostos” da Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro. Em resposta ao Secretário de Estado da Marinha e Domínios Ultramarinos,

³⁹⁸O plano apresentado ao Rei pelo procurador-geral da Real Junta de Comércio. *Expediente*. IS4 2. Série Saúde. Código do Fundo: BF. AN.

³⁹⁹FERNANDES, Tania Maria. 2010. *op. cit.*, p. 44.

⁴⁰⁰*Avisos e portarias do governo do Brasil para várias autoridades de Portugal*. Negócios de Portugal. Códice 251, vol. 11. Código do fundo: 59. AN.

João Rodrigues de Sá e Mello de Menezes e Sottomayor (Visconde de Anadia), o cirurgião relatou ter se deparado com uma série de doentes acometidos por diversas moléstias, dentre elas a varíola, por isso acabou decidindo não fazer a operação. Mandou uma carta ao Visconde de Anadia, onde reclamou que os expostos eram “vítimas da barbaridade”, encontrados nas ruas e locais imundos. Solicitou que fosse montado um estabelecimento que pudesse prestar auxílio médico a qualquer hora aos expostos “como se praticava em Lisboa e nas outras cidades civilizadas”⁴⁰¹.

No Rio de Janeiro, como vimos, a vacina voltou a ser incentivada com a vinda da Família Real, tendo sido mandado trazer a “matéria” da Bahia. A partir de então a vacinação passou a ocorrer na Casa dos Expostos da Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro, sobre a supervisão do cirurgião Theodoro Ferreira de Aguiar. Desde a chegada da “matéria” que veio da Bahia, de janeiro de 1809 até maio de 1811 foram vacinadas 829 pessoas, sendo 143 brancos, 75 pardos, 3 índios e 628 negros⁴⁰². Neste conjunto de vacinados estavam os escravos da Fazenda de Santa Cruz, da Quinta da Boa Vista e de alguns regimentos do exército⁴⁰³.

Ao analisarmos estes números, podemos considerar que o serviço de vacinação não estava ocorrendo muito bem, pois o número de vacinados era muito pequeno. Ao longo de dois anos foram vacinados quase o mesmo número de pessoas que haviam sido anteriormente imunizadas no período de três meses e meio na Fazenda de Santa Cruz. Mesmo que a vacinação realizada por médicos particulares não estivesse sido contabilizada, o número de vacinações públicas era muito abaixo da média encontrada em outros anos ou mesmo em outras capitanias como a Bahia. Este insucesso na vacinação, aliado ao fato de que em outras cidades européias da França, da Inglaterra, e da Espanha já existissem instituições próprias para disseminarem a vacina, provocaram o interesse na criação de um órgão para disseminar a vacina na cidade do Rio de Janeiro⁴⁰⁴.

Desta forma, em 1811, foi criada a Junta da Instituição Vaccinica da Corte, com o objetivo de ser um “estabelecimento permanente para que, com mais extensão e

⁴⁰¹ Carta de Theodoro Ferreira de Aguiar ao Visconde de Anadia. *Instituto Vacínico (Rio de Janeiro)*. IS4 42. Série Saúde. Código do Fundo: BF. AN.

⁴⁰² SILVA, Maria Beatriz Nizza. *op. cit.*, p. 75.

⁴⁰³ Hercules Octaviano Muzzi relata que trabalhou na vacinação de 1810 à 1811 vacinando essas pessoas. *Instituto Vacínico (Rio de Janeiro)*. IS4 42. Série Saúde. Código do Fundo: BF. AN.

⁴⁰⁴ *Livro de registro de tudo que pertence à Instituição da Vacina*. Códice 368. Polícia da Corte. Código do fundo: ØE. AN.

regularidade, se propagasse e se conservasse o serviço de vacinação na Corte”⁴⁰⁵. Segundo Tania Fernandes, esta instituição marcou o início do processo de implementação da prática médica como ação estatal no Brasil⁴⁰⁶.

Ao ser criada, a Junta da Instituição Vaccinica da Corte ficou subordinada a dois outros órgãos do governo, à Fisicatura-Mor e à Polícia da Corte. A Fisicatura-Mor era o único órgão existente responsável por uma parte do setor de saúde, que tinha como atribuição a fiscalização, tanto das pessoas que exerciam as práticas curativas quanto de portos e boticas. Já a Polícia da Corte como mostramos, possuía várias atribuições, dentre elas a manutenção da saúde da cidade.

A instituição foi composta por 4 membros: o diretor Theodoro Ferreira de Aguiar, com renda de 400 mil réis; 3 vacinadores: Francisco Bonifacio da Fonseca Freitas; Hercules Octaviano Muzzi e Florencio Antonio Barreto e um oficial da polícia para a “escripturação da vaccina” que receberiam 200 mil réis anuais. Porém, segundo Hercules Octaviano Muzzi o diretor da instituição, a Fisicatura-Mor e a Polícia da Corte não teriam exercido nenhuma atividade na propagação da vacina⁴⁰⁷.

De fato, nos documentos da Fisicatura-Mor pesquisados, em relação à vacina só foram encontradas as informações de alguns cirurgiões, que entre os certificados e atestados apresentados à Fisicatura, atestaram terem praticado a vacinação como parte de seus serviços, muitos deles inclusive de forma gratuita⁴⁰⁸. Em contrapartida, o próprio Hercules Octaviano Muzzi teria entrado em contradição no que tange à atuação da polícia neste serviço, pois em uma carta ele afirmou que a Polícia da Corte tinha sempre o costume de, nos dias de vacinação, enviar um segurança da cavalaria da guarda da polícia, que tinha como função enviar uma ordenança para chamar os vacinados a retornarem no oitavo dia, para que se fizesse a vacinação *braço a braço*. Além disso, a Junta da Instituição Vaccinica da Corte tinha alguns problemas em seu funcionamento, dentre eles a falta de correio, que era sanada por este oficial da polícia. Este serviço prestado pela polícia teria acabado somente após a saída de Paulo Fernandes Viana da chefia da polícia, ou seja, funcionou assim durante todo o período

⁴⁰⁵ *Livro de registro de tudo que pertence à Instituição da Vacina*. Códice 368. Polícia da Corte. Código do fundo: ØE. AN.

⁴⁰⁶FERNANDES, Tania Maria.2010. *op. cit.*, p. 44.

⁴⁰⁷Hercules Muzzi criticou a atuação de Theodoro Ferreira Aguiar por só aparecer na instituição para colher os números e publicá-los, não tendo atuado efetivamente na propagação da vacina. *Ver: Instituto Vaccinico (Rio de Janeiro)*. IS4 42. Série Saúde. Código do Fundo: BF. AN.

⁴⁰⁸ Foram pesquisados dois conjuntos documentais bem extensos. *Fisicatura-mor*. Caixa 464, pct. 01. *Fisicatura-mor*: Código do fundo: 20. AN. e *Fisicatura-mor*. Caixa 464, pct. 02. *Fisicatura-mor* Código do fundo: 20. AN

joanino ⁴⁰⁹. Fora isto, o intendente da polícia também expediu algumas ordens com relação à regulamentação e propagação da vacinação na corte do Rio de Janeiro ⁴¹⁰.

Com a criação da instituição, a vacinação passou a ser feita na Casa da Câmara e foram expedidas ordens para que o juiz do crime do Bairro da Candelária mantivesse a Casa da Câmara sempre aberta nos dias de vacinação, que iriam ocorrer nos domingos, segundas, quintas e sextas, sendo feita a vacinação em dois dias consecutivos.

Segundo Hercules Octaviano Muzzi a escolha dos dias de vacinação - domingos e quintas – teria ocorrido devido ao fato de que aos domingos haver maior número de pessoas nas freguesias e capelas, ficando assim mais cômodo para elas irem se vacinar. Já a quinta-feira era o dia em que os pais e mães estariam livres do trabalho para “cultura e arranjo de suas causas”, tendo com isso tempo para levar as crianças para se vacinarem ⁴¹¹. Quanto aos dias consecutivos da vacinação isto decorria do fato de que a *linfa* ⁴¹² ficava em melhor estado para ser retirada no oitavo ou nono dia, após a vacinação. Sendo assim, se uma pessoa fosse vacinada no domingo, a linfa poderia ser extraída na segunda seguinte, de mesmo modo na quinta para a sexta.

Além disso, por meio de um ofício do Intendente da Polícia, Paulo Fernandes Viana, foi colocado que nas segundas e sextas, os mesmos cirurgiões que aplicavam a vacina seriam responsáveis pela prestação de um “socorro de medicina” aos pobres que não tivessem condições de ir ao hospital “cumprindo-se assim a vontade do rei” ⁴¹³. Para todos os efeitos, a intenção era que, além da vacinação, fosse prestado um serviço regular de assistência médica às classes mais pobres da cidade. Porém, não se sabe se este serviço começou de fato ou mesmo se continuou por muito tempo. Ainda de acordo com as cartas, registros e com a própria historiografia, a vacinação ocorria somente aos domingos e quintas-feiras, e não parecia ocorrer outro serviço de saúde que não fosse a vacinação.

Ainda em 1811 o Intendente enviou aos ministros criminais dos bairros do Rio de Janeiro exemplares contendo informações sobre a vacina visando ampliar sua difusão, pois “o interesse de salvar a vida de seus vassallos é de hum bem que importa

⁴⁰⁹ Instituto Vacínico (Rio de Janeiro). IS4 42. Série Saúde. Código do Fundo: BF. AN.

⁴¹⁰ Registro de ordens e ofícios expedidos da Polícia aos ministros criminais dos bairros e comarcas da corte e ministros eclesiásticos Polícia da Corte. Códice 329, volume 01. Código do fundo: Ø E.

⁴¹¹ Plano de vacinação para a capitania de Minas Gerais. Instituto Vacínico (Rio de Janeiro). IS4 43. Série Saúde. Código do Fundo: BF. AN.

⁴¹² Linfa é o líquido extraído da pústula vacinal, atualmente é empregado para designar o líquido que é produzido no organismo e circula pelos vasos linfáticos.

⁴¹³ *Idem. Ibidem.*

muito promover”⁴¹⁴. Caberia aos ministros criminais distribuir estes exemplares, visando persuadir e convencer os vacinados a retornarem nos dias indicados de modo que a “matéria” pudesse ser passada *braço a braço* de umas para outras, não se perdendo com isso a linfa vacínica. Segundo o Intendente, as pessoas que tivessem os sintomas mais graves da vacina deveriam ser as primeiras a se apresentarem para a retirada da *linfa*, servindo assim de exemplo as outras pessoas. Ademais, se alguém não quisesse se vacinar na presença dos ministros criminais deveria ser remetido imediatamente ao próprio Intendente da Polícia para que ele tomasse as “devidas providências”⁴¹⁵.

Há que se ressaltar uma particularidade sobre a Junta da Instituição Vaccinica da Corte. Os institutos europeus que propagavam a vacina eram órgãos sistemáticos sobre a vacinação com planos, pesquisas e metas amplas de propagação da vacina, ao passo que com a Junta criada no Rio de Janeiro o que ocorreu foi uma formalização e maior atenção para as atividades de vacinação que já vinham sendo realizadas. Entre as mudanças decorrentes da criação da Junta da Instituição Vaccinica da Corte, tem-se a mudança do local em que eram feitos os trabalhos de vacinação, a determinação de que os funcionários para aquele serviço passassem a receber ordenados próprios para o ofício, e a contabilidade do número de vacinas públicas.

Desta maneira a instituição no Rio de Janeiro não tinha como fim as atividades de pesquisa sobre a vacinação, embora os cirurgiões responsáveis pelo serviço fizessem estudos sobre o tema. Esta característica da instituição foi justificava por seu diretor, Theodoro Ferreira de Aguiar, que ao emitir um parecer sobre o plano de criação de um instituto vacínico na capitania de São Paulo, em 1820, comentou que o plano proposto pelo médico Francisco de Melo Franco (1757-1823) seria demasiado complexo:

O Plano proposto pelo Capitão General da Capitania de S.Paulo hé muito bem combinado, e he o que se acha praticado em muitos Estados da Europa com pequenas alterações, que procedem das diferentes formas de administração publica. Entendo porem, que hé por ora inadequado para o Brazil; pois hé preciso que em Estados nascentes os principios de todas as couzas sejam simples, para serem faceis na sua execução; aliasos pequenos obstaculos aniquilão os mais uteis designios⁴¹⁶

Assim a instituição criada no Rio de Janeiro apresentava uma visão pragmática

⁴¹⁴ *Registros de ordens e ofícios expedidos da Polícia aos ministros criminais dos bairros e comarcas da Corte e ministros eclesiásticos. Polícia da Corte. Códice: 329, Volume 03. Código do fundo: ØE.*

⁴¹⁵ *Idem. Ibidem.*

⁴¹⁶ Documentos Interessantes. *Apud.* BERTOLI FILHO, Claudio. *op. cit.*, p.100-101.

de forma a viabilizar a continuidade dos serviços de vacinação, sem grandes metas no campo prático. Apesar desta aparente simplicidade da Junta da Instituição Vaccinica da Corte, a institucionalização do serviço de vacinação promoveu uma maior notoriedade da vacina e a adoção de medidas relativas à vacinação por parte do governo. A criação da instituição foi frequentemente utilizada como um argumento tanto de eficácia da vacina quanto de civilidade que ela conferia. Como salienta Maria Rachel Fróes da Fonseca⁴¹⁷, a vacinação antivariólica foi um dos poucos recursos do Império que apresentavam certa eficiência, numa época em que as condições de higiene e saúde pública eram ainda precárias. Após a criação da instituição os números de vacinados aumentaram substancialmente, os mapas com os dados de vacinação passaram a ser emitidos e publicados regularmente na *Gazeta do Rio de Janeiro*, e o serviço de vacinação não foi mais interrompido por “sumiço da matéria”.

Ainda no ano de 1811, quando foi criada a Junta da Instituição Vaccinica da Corte, as vacinações públicas foram efetuadas em 349 brancos, 186 pardos, 4 índios e 1.120 pretos. Destes, 1.134 eram homens e apenas 525 mulheres. Soma-se assim um total de 1.659 vacinados, mas cabe salientar que deste total de somente 415 foram inoculados com a vacina verdadeira e 321 com a falsa. No caso da ocorrência de vacina falsa, era comum a realização de uma segunda vacinação. Todavia o número de pessoas que retornavam no 8º dia seja para conferir se a vacina era a verdadeira, ou para se passar o pús para outra pessoa, era muito baixo de modo que do total de 1.659 pessoas vacinadas 923 não comparecerão no 8º dia⁴¹⁸, e este foi um dos problemas práticos mais recorrentes na instituição que só foi sanado em meados da década de 1830.

3.2-Difusão da vacina no Rio de Janeiro Joanino (1808-1821).

Mesmo com a institucionalização e maior difusão da vacina na Corte Joanina, os serviços ainda não satisfaziam os médicos da instituição, pois continuava a ser baixa a adesão da população. Em matéria publicada na *Gazeta do Rio de Janeiro*, em 1813, Hercules Octaviano Muzzi, cirurgião da instituição vacínica no Rio de Janeiro, relacionou os vários insucessos da vacina à “ignorância, frouxidão e preguiça com que os pais e chefes de família, se descuidam de fazer vacinar os filhos, com a desculpa de

⁴¹⁷FONSECA, Maria Rachel de Gomensoro Fróes da. *op. cit.*, p. 38.

⁴¹⁸AGUIAR, Theodoro Ferreira de. Rio de Janeiro. Mappa das pessoas, que se tem vacinado na Caza da Camara, desde o 1º de Julho de 1811 até 1819, e não se faz menção do grande numero, que particularmente tem se vacinado em suas cazas. *Gazeta do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, n.59, 22 de julho de 1820, p.3.

que era incerto o efeito da vacina”⁴¹⁹.

Neste debate, Hercules Octaviano Muzzi, afirmou que os indivíduos vacinados que adquirissem a varíola, seria devido ao fato de não terem voltado no oitavo dia para saber se tinha ocorrido a vacina verdadeira ou a “vacina espúria” e, por isso, embora tivessem tomado a vacina, não estavam “protegidos” contra a varíola. Em relação a esta afirmação de Hercules Muzzi, podemos conjecturar que em certa medida tinha razão, pois era expressivo o número de pessoas que não voltavam no oitavo dia para saber se a vacina era verdadeira. Além disso, eram constantes os números altos de “vacinas espúrias” no período joanino, como demonstra os dados do quadro⁴²⁰ abaixo, com os números de vacinação da Junta da Instituição Vaccinica da Corte de 1811 a 1820:

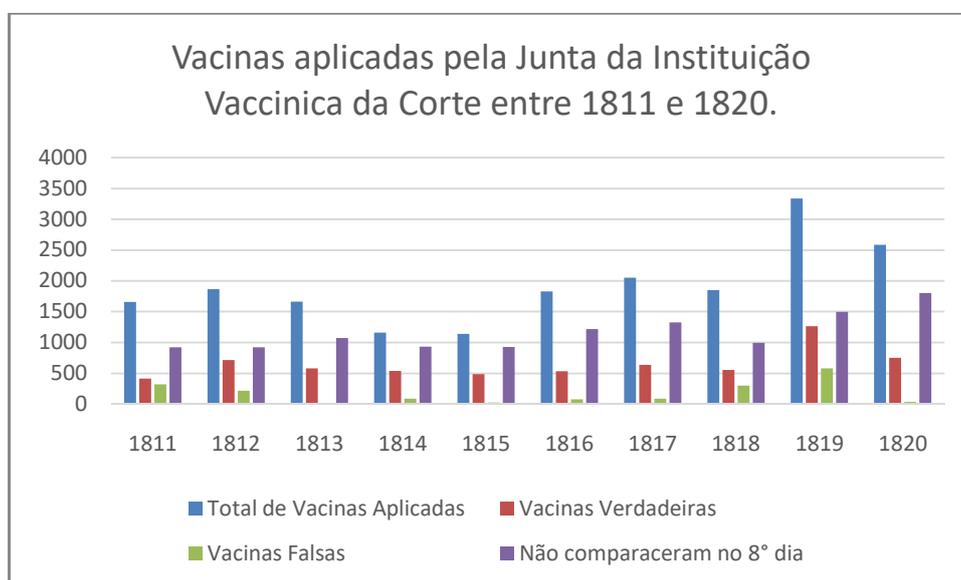


Gráfico 2 - Vacinas aplicadas pela Junta da Instituição Vaccinica da Corte entre 1811 e 1820.

Deste modo, os dados demonstravam que de 1811 até 1820 o total de vacinas falsas foi de 2.475 e que o número de pessoas que não haviam comparecido no oitavo dia fora 11.613. Então, de um total de 19.844 pessoas vacinadas, pelo menos 14.088 não teriam certeza da validade da vacina. Destaca-se, ainda, que o número de faltosos dificultaria a manutenção do vírus.

Para além dos dados empíricos a falta de adesão da população também estava

⁴¹⁹ *Apud.* SILVA, Maria Beatriz Nizza. *op. cit.*, p. 75.

⁴²⁰ Os dados de 1811 a 1819 foram extraídos do “Mappa das pessoas, que se tem vacinado na Caza da Camara, desde o 1º de Julho de 1811 até 1819, e não se faz menção do grande numero, que particularmente tem se vacinado em suas cazas”, publicado na *Gazeta do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, n.59, 22 de julho de 1820, p.3. Os números de 1820 foram extraídos do “Mappa das pessoas que se vaccinarão na Caza da Camara no anno de 1820”, publicado no periódico *Gazeta do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, n.32, 21 de abril de 1821, p.3.

marcada pelos debates e discussões em torno da eficácia da vacina Jenneriana, mostrando que a vacina era uma prática médica ainda não totalmente aceita na sociedade. Sua eficácia ainda era duvidosa e possuía o risco de transmissão de doenças como, por exemplo, a sífilis⁴²¹. Além disso, segundo Hercules Octaviano Muzzi obras, como a de Heliodoro Jacinto de Araújo Carneiro, “Reflexões e Observações sobre a Prática da Inoculação da Vaccina, e as suas funestas consequencias feitas em Inglaterra” (1808), tiveram grande repercussão contra a vacina não só em Portugal mas também no Brasil. Um dos principais argumentos de Heliodoro Carneiro, em sua obra, era que as pessoas vacinadas, além de poderem contrair as “bexigas naturais”, podiam contrair outras moléstias advindas das vacas. Com isso, Hercules Muzzi afirmava que “derramado aquele prejuízo dificilmente seria desarraigado”⁴²².

Por outro lado, a população rural também poderia resistir à vacinação por receio de prejudicar seus serviços, conforme o período das plantações e das colheitas. Além disso, foi evidenciado posteriormente que a vacinação produziria um tempo de imunidade aproximado de 10 anos, e que após esse período deveria ser feita uma dose de reforço na vacina, do contrário a “proteção” seria perdida. Com isso, podemos supor que muitas das pessoas que foram vacinadas no Rio de Janeiro nos anos de 1805, 1806 e 1807, podem ter contraído a varíola 10 anos depois e assim terem desacreditado do método ou mesmo depreciá-lo⁴²³.

Os boatos sobre a validade da vacina também poderiam atrapalhar os andamentos dos serviços. Um destes boatos gerou uma pequena polêmica nas páginas da *Gazeta do Rio de Janeiro*, quando o médico inglês João Jones, membro do Real Collegio de Cirurgiões de Londres, e residente no Rio de Janeiro, fez um comunicado, em 11 de outubro de 1815, na *Gazeta do Rio de Janeiro*, informando que após morar vários anos no Rio de Janeiro constatou que a vacina era encontrada pouquíssimas vezes e que estava em seu poder a “legítima Vaccina”, que buscava propagar o máximo possível vacinando gratuitamente duas vezes por semana em sua casa, e também oferecera linfa vacínica para os professores que a quisessem.

Segundo o médico inglês, a vacina estaria sendo disseminada no Rio de Janeiro,

⁴²¹ CHALHOUB, Sidney. *op. cit.*

⁴²² Parecer de Muzzi ao governo sobre a necessidade da revacinação que foi reproduzida na matéria intitulada: Revaccinação. *Revista Médica Fluminense*, Rio de Janeiro, n.2, maio de 1839, pp.44-49.

⁴²³ Sobre a temática da revacinação Chalhoub aponta que estava em jogo desde os argumentos que ela não era necessária, pois os vacinados que adquiriram varíola, teriam recebido a vacina por pessoas que não tinham sido formadas em medicina fora isto o povo era contrário a vacinação de modo que a revacinação poderia reforçar opositores do método colocando em xeque a efetividade da vacina. CHALHOUB, Sidney. *op. cit.*, pp.118-119.

por meio de enxerto, uma moléstia que “se denomina vulgarmente Vaccina”, seguida de grande febre e muitas erupções, e que era notório que a vacina causava pouca ou nenhuma febre e nenhuma erupção com exceção da “vesícula vacina” no lugar vacinado⁴²⁴.

Hercules Muzzi respondeu ao dito cirurgião inglês, em matéria na *Gazeta do Rio de Janeiro*, afirmando que além de existir a vacina no Rio de Janeiro, esta era reconhecida por médicos europeus. Em relação à ocorrência de febres e erupções, o cirurgião atribuía à influência do clima e às constituições individuais, no que era apoiado por muitos médicos, nacionais e estrangeiros. Para corroborar sua posição, Muzzi citou a obra “*Traité historique et pratique de lavaccine*”(1801), do médico francês Louis Jacques Moreau de la Sart (1771-1826), na qual o autor afirmara que após a vacinação poderiam haver erupções semelhantes às bexigas naturais, ao sarampo e também a outras muitas anomalias, e até mesmo convulsões, as quais, segundo Hercules Muzzi, não seriam tão passageiras como acreditava o médico Jones⁴²⁵.

Hercules Muzzi afirmou, ainda, que a vacina era verdadeira e ratificava esta sua afirmação dizendo que havia conferido que um dos vacinados do médico Jones, no 9º dia, havia tido febre, e no 12º erupções de pequenos botões no rosto, braços e pernas, o que não significava que a vacina deixava de ser verdadeira. Ademais, segundo Hercules Muzzi, a vacina de Jones não havia sido adquirida braço a braço desde a Inglaterra, mas sim em vidros como era recorrente nas vacinas adquiridas pela Junta, de modo que os argumentos do cirurgião seriam uma estratégia para dizer que seu pus era verdadeiro e genuíno, enquanto o resto seria “espúrio”⁴²⁶.

Voltando à difusão da vacina, sabemos que o governo joanino continuou procurando incentivar a vacina publicando os resultados obtidos com a vacinação na *Gazeta do Rio de Janeiro*. Em 1817 uma medida mais enérgica foi lançada e anunciada na *Gazeta do Rio de Janeiro* pelo Intendente Geral da Polícia:

Os administradores dos expostos da Misericórdia fazem saber as criadeiras dos mesmos expostos que forem maiores de quatro mezes e ainda não tenham tido bexigas, que deverão levar a vacina no Consistório da Igreja do Rozario nas quintas feiras e domingos pelas 10 horas da manhã, devendo ahi appresentar a guia para se mostrar que se fez a vacina, ficando as mesmas certas que se lhe não farão pagamentos de criações e vestidos, enquanto não mostrarem os expostos vacinados⁴²⁷.

⁴²⁴ Avisos. *Gazeta do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, n.81, 11 de outubro de 1815, p.8.

⁴²⁵ Avisos. *Gazeta do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, n.84, 21 de outubro de 1815, p.4.

⁴²⁶ *Idem. Ibidem.*

⁴²⁷ Avisos. *Gazeta do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, n°11, 5 de fevereiro de 1817, p.4.

Em relação à atuação da Junta da Instituição Vaccinica da Corte, podemos apresentar que seus números cresceram, e que em todo o período joanino(1811-1820) foram vacinados gratuitamente pelo governo: 4.791 brancos; 2.414 pardos; 37 índios e 12.705 pretos; dos quais 12.481 eram homens e 7.466 eram mulheres, como foram discriminados nos quadros abaixo⁴²⁸:

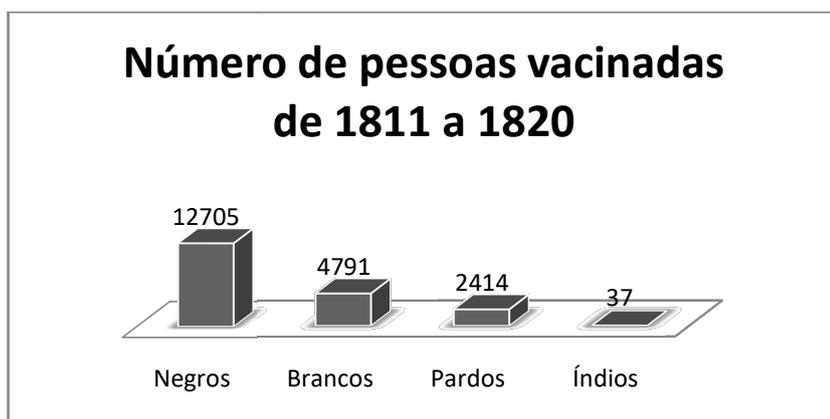


Gráfico 3 - Número de pessoas vacinadas pela Junta da Instituição Vaccinica da Corte, por etnias entre 1811-1820.

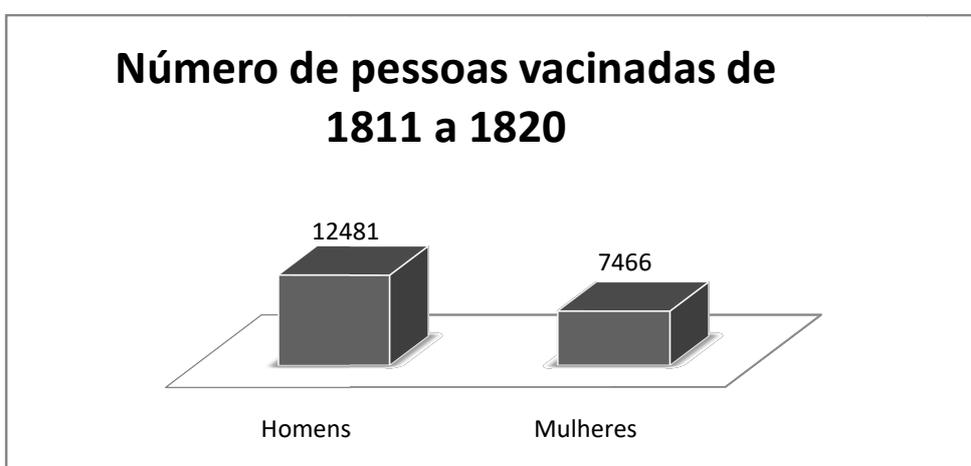


Gráfico 4 - Número de pessoas vacinadas pela Junta da Instituição Vaccinica da Corte, por sexo entre 1811-1820.

Estes números nos levam a perceber o quanto o trabalho da instituição vacínica, neste período, era voltado para a população escrava, o que também explica o fato do

⁴²⁸Os dados de 1811 a 1819 se encontram “Mappa das pessoas, que se tem vacinado na Caza da Camara, desde o 1º de Julho de 1811 até 1819, e não se faz menção do grande numero, que particularmente tem se vacinado em suas cazas”, publicado na *Gazeta do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, n.59, 22 de julho de 1820, p.3. Os números referentes a 1820 também foram publicados e foram extraídos do “Mappa das pessoas que se vaccinarão na Caza da Camara no anno de 1820”, publicado no periódico *Gazeta do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, n.32, 21 de abril de 1821 p.3.

número de mulheres ser muito menor que o de homens, tendo em vista que os escravos do sexo masculino eram a maioria em grande parte do país.

Ao pensarmos a relação entre a instituição e a escravidão, é interessante ressaltar que a vacina passou a aumentar o valor dos escravizados, dada a proteção que conferia contra a varíola. Também é interessante pensarmos que, de maneira indireta, podemos conjecturar que os próprios serviços da Junta da Instituição Vaccinica seriam financiados indiretamente pelo tráfico negreiro, na medida em que os pagamentos desses serviços eram custeados pelo governo, que possuía como parte importante de seus rendimentos os impostos sobre a compra e venda de escravos, bem como com a emissão de passaportes e outras questões relacionadas à escravidão.

Mesmo que a vacinação fosse aplicada em sua maioria em escravizados, a lógica que explica o financiamento estatal da vacinação ainda seria o de que quanto mais o estado fosse populoso mais lucro o país teria em diversos setores da economia e na própria defesa do território. Podemos perceber essa idéia de maneira sintetizada na fala na fala do médico Bernardino Antonio Gomes em seu discurso, pronunciado em 1815, em sessão na Academia Real das Sciencias de Lisboa:

[...] Os homens, nos seus desertos nem tem animo, nem industria. Onde não ha industria, não podem florescer as Artes, o Commercio, e a Agricultura; não pode por conseguinte haver riqueza; e onde não ha riqueza e falece o animo, he mui percaria a independencia e honra nacional. He pois essencialmente necessario para a prosperidade de hum paiz que elle não seja deserto, ou que seja sufficientemente povoado⁴²⁹.

Ainda neste discurso, Bernardino Antonio Gomes afirmou que as populações nas possessões ultramarinas estariam na razão inversa da extensão do país, fato este que ocorreria principalmente no Brasil, onde os viajantes se deparavam com florestas de tal magnitude, “que seriam impermeáveis não só aos homens, mas até mesmo aos raios do Sol”. Deste modo, Bernardino Gomes, discorreu que apesar da boa qualidade do solo nestas florestas, a falta de habitantes era o que as deixava crescer, e ressaltou a escassez da povoação no “vasto rico e fertilissimo paiz”⁴³⁰.

O médico português comentou, ainda, sobre a falta de habitantes no Brasil e deu o exemplo de que 401. 469 pessoas estariam localizadas nas capitanias de São Paulo, Goiás, Paraíba do Norte, Espírito Santo, e Ilha de S.Catarina, e destes pelo menos

⁴²⁹Conta annual da instituição vaccinica da Academia Real das Sciencias de Lisboa, pronunciada na sessão pública de 1815 por Bernardino Antonio Gomes. *Historia e Memorias da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, Tomo IV, parte II, 1816, pp.30-55.

⁴³⁰*Idem. Ibidem.*

97.700, ou seja ¼, seriam escravos. Segundo Bernardino Gomes esta seria uma média da proporção de escravos por todo o Brasil, todavia “essa sorte de habitantes” seria menos “proliferadora” por ser mais “celibatária”, de modo que a perda rotineira de suas vidas só seria reparada pelo comércio e importação da escravatura africana⁴³¹.

Sobre essa baixa taxa de reprodução, Bernardino Gomes acreditava que ela ocorria “por educação talvez, e por falta de liberdade”, o que também levaria os escravizados a serem menos “industriosos” que a casta branca. Curiosamente para Bernardino Gomes, os mestiços seriam a prova de que o “cruzamento de raças as melhora”, pois em sua concepção em geral “os mulatos excedem, em talento e sagacidade, as duas raças de que provém”. No fim de seu discurso Bernardino Gomes relatou que:

A parte porém, como vinha de dizer, da população Brasileira, que se compõe de Escravos, sendo pouco plorifera, menos industriosa, e quasi toda de importação, não só não he equivalente a hum igual número de habitantes brancos ou mestiços, mas ha de vir a ser nula, porque he notorio que Sua Alteza quer abolir o Commercio da Escravatura, o qual permite ainda nos seus Vastos dominios Ultramarinos, porque o estado da sua população e bem dos seus vassallos assim o exigem⁴³².

Bernardino Antonio Gomes parece ter subestimado a importância do tráfico de escravos para o Brasil e superestimado as pretensões de D. João quanto ao fim da escravidão. Todavia em sua fala podemos perceber o caráter político da prática de vacinação, a qual seria o meio mais eficaz de aumentar a população portuguesa e brasileira, trazendo com isso inúmeros benefícios. Deste modo, este seria um dos elementos fundamentais que explicava a criação e manutenção estatal da Junta da Instituição Vaccinica da Corte, no Rio de Janeiro.

3.3-A Junta da Instituição Vaccinica da Corte no período Imperial (1821-1834).

Em 1821, quando D. João voltou para Portugal, levou consigo o seu cirurgião e diretor da Junta da Instituição Vaccinica, Theodoro Ferreira de Aguiar, e com isso o comando da instituição passou para o cirurgião português Joaquim da Rocha Mazarem (1775-1849), que também ficaria por pouco tempo no cargo⁴³³. Joaquim da

⁴³¹ *Idem. Ibidem.*

⁴³² *Idem. Ibidem.*

⁴³³ Mazarem embarcou, em 26 de abril de 1821, junto com a comitiva de D. João VI, para Portugal, e assim novamente o cargo de diretor da instituição ficou vago. Sobre a biografia deste personagem ver: FERREIRA, Bernardo da Veiga; FONSECA, Maria Rachel Fróes da. Joaquim da Rocha Mazarem. *Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1932)*. Casa de Oswaldo Cruz /

Rocha Mazarem comentou sobre os trabalhos da instituição nos primeiros cinco meses de serviço no ano de 1821, que teria contabilizado apenas 140 vacinados (17 brancos, 22 pessoas de cor e 95 pretos). Deste total, 90 não haviam retornado no 8º dia para conferir a vacina e repassar o pús. Joaquim Mazarem afirmou que este grande número de faltosos seria recorrente nos serviços daquela instituição, e que isto prejudicava a continuidade da vacinação, e demonstrava um desleixo e falta de filantropia do povo quanto à vacina. Buscando dar solução a estas questões, Mazarem sugeriu 4 alternativas:

1-Dar um lugar mais decente a esta instituição, pois que se acha estabelecida no patim ou salleta da casa da Camara.

2-Como vão vacinar um grande número de pretos boçais, e muitas vezes conduzidos por hum, que não inteção pouco dista deles, não sabe dizer o nome do senhor a que pertencem, nem a moradia, resultando disto o inconveniente de se não poderem procurar quando deixam de comparecer no tempo determinado, parece me que deverião ser obrigados, tais individuos, a remeter um papel em que declaressem, os seus nomes, o da rua em que morão, e o número da porta.

3-acontece também por enviarem pretos para se vacinarem ainda por batizar, e por consequência sem nome, o que causa embaraço para legalizar os assentamentos.

4-Que se publique nas gazetas os nomes daqueles, que deixam de comparecer, assim como a sua morada, huma vez que tenham hido, ou mandado vacinar.⁴³⁴

Ainda em 1821, Joaquim da Rocha Mazarem publicou em periódicos, como o *Diario do Rio de Janeiro*, algumas recomendações que corroboravam com as suas propostas no mapa supracitado. Nestas recomendações sinalizou que as pessoas que enviassem escravizados recém chegados para se vacinarem, e que o condutor não soubesse explicar os requisitos pedidos pela Junta da Instituição Vaccinica, deveriam ter um papel no qual estivesse declarado o nome do chefe da família, o da rua, e o número da casa na qual habitava, sem o que não seria vacinado. Joaquim da Rocha Mazarem ressaltou, ainda, que quando os vacinados não pudessem comparecer na casa da vacinação “por algum acidente morboso ou por sintomas febris que poderiam se manifestar em meio ao desenvolvimento da vacina”, o chefe da família deveria se reportar a qualquer um dos professores empregados na instituição vacínica, que iriam observá-los e fazer os competentes assentamentos⁴³⁵.

Fiocruz. Disponível em <http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br>. Acessado em 04 de dezembro de 2017.

⁴³⁴Reflexões. *Diario do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, n.10, 12 de julho de 1821, p.75.

⁴³⁵[Redator]. *Diario do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, n.4, 5 de julho de 1821, p.28.

Neste mesmo aviso, Joaquim da Rocha Mazarem afirmou que não seriam vacinados pela Junta da Instituição Vaccinica os indivíduos que se apresentassem com sarnas, pois a vacina se daria sempre de forma irregular. Além disso, de uma maneira mais punitiva, o médico anunciou que todas as pessoas que conduzissem ou mandassem à casa da vacina indivíduos para se vacinarem, contraíam a obrigação de se apresentar na instituição depois de oito dias, e aqueles que negligenciassem esta obrigação ficariam sujeitos que seus nomes e moradias fossem publicados nas Gazetas como “transgressores de um tão útil estabelecimento público”⁴³⁶.

Joaquim Mazarém comentou, também, sobre os trabalhos vacínicos no mês de julho de 1821, e afirmou que o baixo número de vacinados ocorreu devido aos dias chuvosos, mas lembrou que quando isso ocorresse os vacinados deveriam voltar outro dia para que os médicos verificassem o estado da vacina⁴³⁷. Deste modo, em julho de 1821, dos 69 vacinados 23 não retornaram.

Embora com estas ordens expressas, o pouco retorno dos vacinados seria um problema que atrapalhou os trabalhos da instituição por toda década de 1820, como fica exemplificado nos números de faltosos, do segundo semestre de 1824 até o ano de 1827:

- Segundo Semestre de 1824- de 3.377 vacinados, faltaram 2.344⁴³⁸.
- Primeiro Semestre de 1825- de 2.018 vacinados, faltaram 1547⁴³⁹.
- Segundo Semestre de 1825- de 2.648 vacinados, faltaram 2251⁴⁴⁰.
- Primeiro Semestre de 1826- de 3.147 vacinados, faltaram 2722⁴⁴¹.
- Segundo Semestre de 1826- de 2.734 vacinados, faltaram 1955⁴⁴².
- Primeiro semestre de 1827- de 2.895 vacinados, faltaram 1987⁴⁴³.

⁴³⁶ *Idem. Ibidem.*

⁴³⁷ Neste mês foram contabilizados 20 brancos, 10 pessoas de cor e 39 pretos. Instituição Vaccinica. *Diario do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, n.21, 26 de julho de 1821, p.162.

⁴³⁸ Mappa das pessoas Vaccinadas na casa da Camara desta Corte desde Julho até o último de Dezembro de 1824. *Império do Brasil: Diario Fluminense*, Rio de Janeiro, vol. 5, n.27,5 de fevereiro de 1825, p.108

⁴³⁹ Mappa das pessoas Vaccinadas na casa da Camara desta Corte desde Janeiro até o último de Junho de 1825. *Império do Brasil: Diario Fluminense*, Rio de Janeiro, vol.6, n.27, 2 de agosto de 1825, p.107.

⁴⁴⁰ Mappa das pessoas Vaccinadas na casa da Camara desta Corte desde Julho até o último de Dezembro de 1825. *Império do Brasil: Diario Fluminense*, Rio de Janeiro, vol7. n.21, 27 de janeiro de 1826, p.84

⁴⁴¹ Mappa das pessoas Vaccinadas na casa da Camara desta Corte desde Janeiro até o último de Junho de 1826. *Império do Brasil: Diario Fluminense*, Rio de Janeiro, vol.8 n. 23, 28 de julho de 1826, p.94.

⁴⁴² Mappa das pessoas Vaccinadas na casa da Camara desta Corte desde Julho até o último de Dezembro de 1826. *Império do Brasil: Diario Fluminense*, Rio de Janeiro, vol.9, n.42,22 de fevereiro de 1827, p.168.

⁴⁴³ Mappa das pessoas Vaccinadas na casa da Camara desta Corte desde Janeiro até o último de Dezembro de 1827. *Império do Brasil: Diario Fluminense*, Rio de Janeiro, vol.11, n.55,6 de março de 1828, p.220.

-Segundo Semestre de 1827- de 3.253 vacinados faltaram 2327⁴⁴⁴.

Devido ao alto número de faltosos, em 1828, os cirurgiões da Junta da Instituição Vaccinica da Corte entraram com uma representação perante o Intendente Geral da Policia, José Clemente Pereira, na qual reclamavam do número de pessoas que não retornavam no 8º dia para fazer os devidos procedimentos. Devido a este requerimento, o intendente publicou uma *Ordem* composta de 4 artigos⁴⁴⁵.

No primeiro artigo determinava que as crianças que fossem enviadas à casa da vacina deveriam sempre levar um escrito em que estivesse declarado o seu nome, sua idade e filiação (no caso de ser escrava deveria constar o nome do senhor), o número da casa de sua moradia, e na falta deste escrito, deveria haver uma pessoa que soubesse dar todas estas declarações⁴⁴⁶.

No segundo artigo ressaltava que os senhores que enviavam seus escravos para serem vacinados, deveriam ter o cuidado de os mandar lavados, pois como fora observado pelos membros daquela instituição seria difícil que a vacina pegasse em negros “apresentados cobertos de imundice”. No terceiro artigo constava que todos vacinados deveriam retornar no 8º dia, para ali se verificar se a vacina era verdadeira, e que seriam enviados soldados, ou oficiais da polícia, para que fosse cumprida esta determinação. No quarto e último artigo discriminava que as ordens também compreendiam os escravos novos, os quais deveriam ser primeiro vacinados para depois serem vendidos fora da Corte, já como vacinados e que assim receberiam um valor mais alto⁴⁴⁷.

O Intendente alertou ainda aos donos destes escravos que os membros da Junta da Instituição Vaccinica da Corte não poderiam atestar que os mesmos escravos estavam vacinados, antes que passassem os 8 dias e fosse verificada a validade da vacina, pois caso contrário poderiam estar autorizando um engano, que poderia ser fatal aos compradores⁴⁴⁸.

A Junta da Instituição Vaccinica também havia feito uma representação no ano de 1827, na qual havia relatado ao Intendente Geral da Polícia que só haviam sido vacinados dois expostos da Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro e que devido a isto poderia ocorrer mortes devido às bexigas atingindo em grande parte os mesmos

⁴⁴⁴*Idem. Ibidem.*

⁴⁴⁵Edital. *Diario do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, n.6, 7 de março de 1828, p.21.

⁴⁴⁶*Idem. Ibidem.*

⁴⁴⁷*Idem. Ibidem.*

⁴⁴⁸*Idem. Ibidem.*

expostos.

Para o intendente seria uma “deshumanidade deixar de prestar esse serviço aos inocentes que por si o não podem procurar”, e por isso, em 1828, expediu ordens ao provedor da Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro para que tomasse as providencias adequadas para que os meninos que fossem levados à casa dos expostos fossem apresentados para receberem a vacina, dentro dos primeiros dois meses do seu recebimento⁴⁴⁹.

Sobre esta questão o provedor da Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro apresentou um officio, em 1830, ao Governo Imperial, no qual comentava sobre a ineficácia das providências adotadas para a vacinação dos expostos. Com isto José Joaquim Carneiro de Campos (1768-1836), Marques de Caravelas, determinou, em 10 de maio de 1830, que se estabelecesse como medida mais conveniente que a vacina fosse aplicada na própria casa dos expostos sob a supervisão do próprio Provedor, e com a inspeção do cirurgião-mor da mesma Santa Casa, conforme determinava o plano enviado. Tendo em vista este fato, o Governo Imperial ordenou por meio da Secretaria de Estado dos Negócios do Império, que a Junta da Instituição Vaccinica da Corte enviasse toda a vacina que aquele “pio estabelecimento” necessitasse, quando lhe fosse requisitado pelo cirurgião-mor da instituição⁴⁵⁰.

Retornando às ordens do Intendente da Polícia, estas não tiveram um efeito direto quanto aos faltosos em geral na vacinação da Junta da Instituição Vaccinica da Corte, pois embora contabilizasse um sensível aumento no número de vacinados, o número de faltosos permanecia alto. Neste sentido, o mapa de vacinação da junta do ano de 1828 demonstra que num total de 6.338 vacinados, 5.336 pessoas não haviam retornado no oitavo dia⁴⁵¹. Em 1829, novamente com um número expressivo de vacinação de 8.836 vacinados, 7.764 pessoas não retornaram no oitavo dia⁴⁵².

No ano de 1828, o quadro de vacinados fornecido pela instituição é interessante, pois discriminou as etnias dos faltosos, bem como se os vacinados eram adultos ou

⁴⁴⁹ Repartição da Intendencia Geral da Policia. *Império do Brasil: Diario Fluminense*, Rio de Janeiro, n.50,29 de fevereiro de 1828, p.197.

⁴⁵⁰ Repartição dos Negócios do Império. *Império do Brasil: Diario Fluminense*, Rio de Janeiro, v.15, n.114,24 de fevereiro de 1830, p.453.

⁴⁵¹ Mappa dos individuos que se vacinarão na caza da Vaccina, em todo o anno de 1828, com declaração de n°dos que tiverão vaccina verdadeira, falsa e os que não comparecerão no oitavo dia, para o exame de costume. *Império do Brasil: Diario Fluminense*, Rio de Janeiro, v.13, n.46, 27 de fevereiro de 1829, p.190.

⁴⁵² Mappa do estado da Vaccina, e seus progressos na Corte do Rio de Janeiro no anno de 1829. *Império do Brasil: Diario Fluminense*, Rio de Janeiro v.15, n.67, 26 de março de 1830, p.268.

crianças e seu correspondente sexo, como apresentamos na tabela⁴⁵³ abaixo:

	Total	Vacinas verdadeiras	Vacinas falsas	Não compareceram no 8º dia
Crianças Brancas – Homens	403	101	1	301
Crianças Brancas – Mulheres	405	95	2	308
Crianças Pardas - Homens	188	0	71	117
Crianças Pardas – Mulheres	227	0	51	176
Crianças pretas	809	198	7	611
Adultos brancos de ambos os sexos	217	103	1	113
Adultos Pardos de ambos os sexos	132	56	1	75
Adultos Pretos de ambos os sexos	3957	315	7	3635

Tabela 1- Número de vacinados pela Junta da Instituição Vaccinica da Corte no ano de 1828

Como os números apontavam, a quantidade de faltosos era regular em todas as classes de pessoas que frequentavam a instituição, fosse ela livre ou escrava, e talvez por isso a crítica dos vacinadores da instituição não eram remetidas a uma classe específica, mas aos “chefes de família” no geral. Por outro lado, podemos observar que o número de vacinações falsas, frequentes nos primeiros anos do serviço de funcionamento da Junta da Instituição Vaccinica, estavam praticamente sanados neste período. Todavia vale destacar que as crianças pardas vacinadas na instituição, que retornaram no oitavo dia, nenhuma delas recebeu a verdadeira vacina.

É importante ressaltarmos que em meio às mudanças políticas, que estavam ocorrendo no Brasil desde o processo de independência desencadeado em 1821, as práticas de saúde acabariam por serem reformuladas no período. Neste sentido, foram promulgadas a Constituição de 1824 e a Lei de 1828 no país, e estabeleciam as atribuições das Câmaras Municipais que passariam a existir em todas as cidades e vilas, que passariam a ser regidas por um código de posturas. Esses códigos foram formulados pelas próprias Câmaras e funcionavam como leis municipais, e constituíam preceitos escritos que obrigavam os municípios a cumprirem certos deveres para a manutenção da ordem pública. Segundo Tania Fernandes, essas mudanças não trouxeram transformações substanciais aos serviços, e atenderam, na realidade, à proposta de

⁴⁵³Mappa dos individuos que se vacinarão na caza da Vaccina, em todo o anno de 1828, com declaração de n.º dos que tiverão vaccina verdadeira, falsa e os que não comparecerão no oitavo dia, para o exame de costume. *Império do Brasil: Diario Fluminense*, v.13, Rio de Janeiro, n.46, 27 de fevereiro de 1829, p.190.

descentralização do poder estatal em função da consolidação das relações locais regidas pela ascendente classe senhorial⁴⁵⁴.

Passar a saúde para a incumbência das Câmaras Municipais geraram críticas e tensões no Governo Imperial, e um dos maiores críticos deste projeto político foi médico e professor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro José Martins da Cruz Jobim(1802-1878). Segundo José Jobim a lei que transferia a atenção à saúde para as Câmaras Municipais era inadequada por encarregar a inspeção da saúde pública às Câmaras Municipais, pois seus membros não estavam preparados para cuidar deste objeto. Deste modo José Jobim propôs uma medida legislativa no sentido de que fossem criados Conselhos de Saúde Pública nas cidades e vilas do Império, e assim existiriam nas Câmaras pessoas “inteligentes a este respeito”⁴⁵⁵.

Estes conselhos de saúde pública seriam compostos por médicos, ou cirurgiões que com suas observações ajudariam as Câmaras Municipais a executarem seu dever. Segundo José Jobim esta medida iria contribuir em demasia para a saúde do povo brasileiro e seria um prelúdio de sociedades científicas, que em suas palavras “miseravelmente ainda não temos nem mesmo na nossa capital”. Neste plano, os membros dos Conselhos de Saúde seriam de preferencia doutores em medicina, e em sua falta cirurgiões, que seriam distribuídos entre o número de cinco ou mais nas cidades, e de trez ou menos nas vilas. Estes médicos teriam que prestar contas anuais sobre diversos serviços relacionados à medicina, e entre estes o progresso da vacina⁴⁵⁶.

No plano proposto por José Jobim estava estipulado que nas cidades do Rio de Janeiro e da Bahia os membros dos Conselhos de Saúde seriam nomeados pelas academias de medicina, e nas demais cidades e vilas pelas próprias Câmaras Municipais. Entre os deveres do Conselho estava o de apresentar todos os anos, à Câmara Municipal, um relatório sobre os seguintes objetos: o estado sanitário das prisões, e as melhorias que elas necessitavam; um parecer sobre a educação na casa dos expostos, sobre a situação dos hospitais e cemitérios, bem como os progressos da vacina e tudo que dizia respeito à higiene pública do país, incluindo pareceres sobre as causas das doenças mais comuns no Brasil e os meios de se removê-las, quando fosse

⁴⁵⁴FERNANDES, Tania Maria.2010. *op.cit.*,p.46.

⁴⁵⁵ Addiantamento às observações sobre a organização das Academias do Rio de Janeiro e Bahia por José Martins da Cruz Jobim. Bacharel em Bellas Letras, em Sciencias pysicas, Doutor em Medicina pela Universidade de Paris &c. *Império do Brasil: Diario Fluminense*, Rio de Janeiro, v.13, n.103, 9 de maio de 1829, pp.416-417.

⁴⁵⁶ *Idem. Ibidem.*

possível⁴⁵⁷.

Pelo plano legislativo, os membros do Conselho também deveriam acompanhar a fiscalização das boticas, casas bebidas, entre outras; aconselhar sobre a aclimação, cultura e propagação de plantas medicinais, especialmente daquelas que só existiriam no Brasil, sem, contudo desprezarem as exóticas país. Caso nas povoações houvesse alguma contestação entre vizinhos sobre o incômodo ou insalubridade de qualquer estabelecimento, caberia aos Conselhos de Saúde decidir a questão. Se nos Conselhos das capitais provinciais tivessem mais de dois doutores e neles houvesse um hospital, eles poderiam conferir o título de cirurgião da província, mediante os mesmos exames que estes cirurgiões acadêmicos, o mesmo seria feito para os títulos de boticários e parteiras, todavia estes títulos necessitariam da confirmação de uma das academias de medicina existentes no Brasil⁴⁵⁸.

O plano, embora interessante, não vingou no Brasil Imperial, de modo que cada região do país e que cada Câmara apresentavam uma forma singular de tratar as questões de saúde pública. Como exemplo disto, o presidente da província de Pernambuco, Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque (1793-1880), ao discursar na Assembléia Provincial Legislativa, em 6 de abril de 1834, reclamou que as medidas legislativas, no que concernia à saúde pública, seriam “letra morta”, pois as Câmaras não possuíamos recursos necessários para os gastos que eram sua obrigação, como promover o estabelecimento de cemitérios, e matadouros, a propagação da vacina e sustento dos presos pobres, entre outros principalmente nas municipalidades e vilas do interior⁴⁵⁹.

Centrando-nos no Rio de Janeiro, a Câmara Municipal lançou, no ano de 1830, o Código de Posturas da cidade, no qual foram discriminadas quatro disposições com relação à vacina. A primeira estipulava uma multa de 6\$000 réis a todas as pessoas que tivessem em seus cuidados a educação de uma criança, não importando a cor que fosse, e não a mandasse vacinar na casa da vacina ou em casa até que ela fosse verdadeira. A disposição determinava que a vacina deveria ser feita dentro de três meses após o seu nascimento ou um mês depois que estivesse a seu encargo e em condições de saúde para

⁴⁵⁷ *Idem. Ibidem.*

⁴⁵⁸ O plano ainda estipulava que no final do relatório anual os conselhos declararariam quais foram os membros que mais se distinguiram nas pesquisas e trabalhos, e conforme a sua importância as Câmaras poderiam dar como prêmio, a dois ou três, uma medalha de ouro até o valor de mil réis. *Idem. Ibidem.*

⁴⁵⁹ Discurso com que o Exm. Snr. Presidente da Província abriu a Sessão ordinaria da Assembleia Legislativa Provincial no dia 6 docorrente. *Gazeta Universal*, Recife, v.1, n.52, 9 de abril de 1836, pp.1-3.

receber o remédio. Nesta disposição também estariam incluídas as criadeiras, encarregadas da criação dos expostos, que deveriam levar os mesmos para a Santa Casa para que fossem vacinados⁴⁶⁰.

A segunda disposição estipulava que os chefes de família, moradores “fora do termo da cidade”, agissem com filantropia e fizessem vacinar as crianças em casa, enquanto ainda não estavam organizados os estabelecimentos vacínicos nas freguesias de fora, como a Câmara pretendia organizar. Na terceira disposição, obrigava qualquer pessoa vacinada a retornar no dia que constava nos bilhetes que os vacinadores haviam entregue, e caso não comparecesse seria multada em 6.000 réis⁴⁶¹.

Os professores que serviam de escrivães deveriam remeter semanalmente ao Procurador da Câmara uma relação dos faltosos, na qual estaria declarado o nome do chefe de família, a rua, o número da casa, o nome e qualidade da pessoa vacinada, e com esta relação o Procurador requereria a efetividade da multa perante o juiz de Paz respectivo. A última disposição se referia aos casos em que as crianças morressem ou adoecessem, definido que os chefes das famílias deveriam relatar isto à comissão da vacina, no dia em que deveriam ser apresentados os vacinados, para que não fossem incluídos na relação⁴⁶².

É interessante observar que as posturas da Câmara do Rio de Janeiro atrelavam a vacina a uma preocupação com as crianças, de forma que os dispositivos de vacinação eram principalmente direcionados a elas. A preocupação com as crianças nestas posturas não se restringia à vacinação, pois no que tangia à proteção e fiscalização da lei quanto aos órfãos e expostos, por exemplo, indicava que se alguém não tratasse humanamente a criança a seu cargo e lhe infringisse castigo corporal ou ferimentos, seria multado em 30\$000 e 8 dias de cadeia, e poderia, nos casos mais agravantes, ser sujeito a penas mais severas pelas leis criminais. Com isso a multa poderia ser 5 vezes o valor da multa da vacinação e ainda render mais de uma semana na prisão⁴⁶³.

Embora o código acreditasse poder contar com a filantropia dos pais de família, que residiam “fora dos termos da cidade”, para irem se vacinar, depois de estabelecida a vacina de forma regular a fiscalização poderia cobrar as multas estipuladas no código, como observamos no aviso do fiscal da Ilha do Governador, Antonio Pereira da Motta.

⁴⁶⁰ Continuação das Posturas adoptadas pela Camara Municipal desta Cidade. Titulo VIII. Sobre Vacina, e Expostos. *Diario do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, n.22, 29 de janeiro de 1831, p.59.

⁴⁶¹ *Idem. Ibidem.*

⁴⁶² *Idem. Ibidem.*

⁴⁶³ *Idem. Ibidem.*

Este fiscal divulgou que na Capela de São Bento estava ocorrendo a vacinação gratuitamente para o público, e que estas deveriam comparecer no domingo dia 19 às 8 da manhã, e nos domingos seguintes no mesmo horário. Todas as pessoas que negligenciassem os serviços seriam consideradas em contravenção na forma das posturas municipais. Também seriam aplicadas a vacina em todas as pessoas da vizinhança da dita ilha que comparecessem⁴⁶⁴.

É interessante ressaltar que a Junta da Instituição Vaccinica da Corte, passou a se adequar às diretrizes estabelecidas no Código de Posturas. Deste modo, em um edital lançado pela Junta, em 1832, cobrava das pessoas que fossem se vacinar uma declaração por escrito do nome do chefe de família a quem pertencia, a rua, o número da casa em que habitava, bem como o nome e “qualidade” da dita pessoa, a fim de poder a Junta cumprir com o disposto nas posturas da Câmara. Alertava-se também, no edital, que quando as crianças morressem, ou adoecessem, os chefes das famílias deveriam comunicar à Junta na data em que os vacinados deveriam retornar, para que esta não incluisse seus nomes na relação⁴⁶⁵.

Mesmo que subordinada à Câmara Municipal, a Junta da Instituição Vaccinica ainda teria centralidade nos serviços de vacinação no Rio de Janeiro. Desta forma, no ano de 1831, a Junta da Instituição Vaccinica da Corte conseguiu uma autorização do Ministro do Império, José Lino Coutinho, para que a instituição pudesse exigir semestralmente de todas as Câmaras Municipais da província do Rio de Janeiro, uma relação circunstanciada sobre a vacinação em que fossem declarados os números das pessoas vacinadas, as que foram verdadeiras, bem como as convenientes reflexões sobre o avanço ou retrocesso da vacina⁴⁶⁶. Neste mesmo ano, um edital feito pela Câmara Municipal relatou a necessidade de mais quatro facultativos de cirurgia para os serviços de vacinação por toda a província do Rio de Janeiro. Estes funcionários passariam a trabalhar na Junta da Instituição Vaccinica da Corte que assim dobraria o número de funcionários de 4 para 8⁴⁶⁷.

Se a Junta aumentou o número de funcionários, materialmente a vacinação continuava a ser feita na Casa da Câmara e possuía poucos instrumentos de trabalho. Apontamos isto, pois em 1831, o Senado requereu à Junta da Instituição Vaccinica da

⁴⁶⁴Edital. *Diario do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, n.14,21 de junho de1831, p.57.

⁴⁶⁵Edital. *Diario do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, n.19, 24 de novembro de 1832, p.32.

⁴⁶⁶Ministerio do Imperio. *Império do Brasil: Diario Fluminense*, Rio de Janeiro, n.127, 1 de dezembro de1831, p.525.

⁴⁶⁷Editais. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, vol.5, n.42, 21 de outubro de1831, p.3.

Corte um inventário dos “trastes e utensílios” que a instituição possuía. Esta relação foi feita e enviada, em março do mesmo ano pelo secretário da Junta, Joaquim Fernandes Medellas, e afirmava que não havia na Junta instrumentos específicos para aplicação da vacina, de modo que as operações eram feitas com instrumentos que pertenceriam aos próprios cirurgiões empregados na instituição. Desta maneira, de acordo com a relação enviada por Joaquim Medellas ao Senado, a Junta contava com os seguintes objetos: 1-Meza; 12-Cadeiras; 1-Armário; 6-Bancos; 1-tamborete; 1-castiçal de Latão; 1-tesoura; 1-régua; 1-espanador; 4-toalhas; 1-Buria[?]; 1-copo com seu prato de vidro; 1-nalo; 1-canivete e 1-Pasta⁴⁶⁸.

É importante salientar que 1831 foi também o ano em que o Hercules Octaviano Muzzi, o cirurgião mais antigo da instituição, conseguiu ascender ao cargo de diretor da Junta da Instituição Vaccinica da Corte do Rio de Janeiro, cargo este que permaneceria até o ano de 1841. Sobre este fato, Hercules Octaviano Muzzi discorreu que quando Theodoro Ferreira Aguiar deixou o cargo de diretor no ano de 1821, ao voltar para Lisboa, quem assumiu o cargo foi Joaquim da Rocha Mazarém, que teria conseguido este cargo por suas ligações com o Ministro Quintella, que também havia retornado à Lisboa em 1822⁴⁶⁹.

Com a direção vaga, Hercules Muzzi e Florencio Antonio Barreto buscaram concorrer ao cargo e com isso encaminharam um requerimento ao Barão de Goiana, José Correia Picanço, que acabou por recomendar nesta ocasião o fim do cargo de direção da instituição por não achar que este fosse necessário. Os membros da Junta da Instituição Vaccinica entraram com um requerimento junto ao Governo Imperial para que o cargo fosse retomado, conforme o decreto que havia estabelecido a sua criação. No documento, feito pelos os membros da Junta da Instituição Vaccinica, a extinção do cargo de diretor teria sido feita por motivos econômicos, o que seria “huma miseravel economia, ou antes, por hum d’aquelles exemplos de mesquinhos que inutilizam a maior parte das vantagens”, e prejudicaria demasiadamente o serviço da instituição.

No requerimento foi descrito o quão essencial era a presença de um diretor na Junta da Instituição Vaccinica da Corte, o qual teria entre suas atribuições: se corresponder oficialmente com o governo; ordenar os serviços da Junta; resolver através de seus conhecimentos médicos a “congruência ou incongruência da vacinação”; observar nos casos em que houvesse complicação ou padecimento de alguma criança o

⁴⁶⁸ Códice. 50-3-52. AGCRJ.

⁴⁶⁹ CHALHOUB, Sidney. *op. cit.*, p.211.

andamento da vacina; observar os casos em que ocorresse outras doenças durante o percurso da vacina, principalmente se fosse “bexigas naturaes”, recolhendo por escrito suas observações para que pudesse servir de base para as teses médicas que poderiam auxiliar resoluções posteriores sobre a vacina; que imprimisse e divulgasse observações do verdadeiro modo de se vacinar, oferecendo planos de melhoramentos para os serviços tanto na Corte quanto nas outras províncias do Império, entre outros⁴⁷⁰.

Apesar destas diversas atribuições o cargo de diretor só foi retomado em 1831, por Hercules Octaviano Muzzi⁴⁷¹. Embora Hercules Muzzi tenha assumido a direção, fez um ofício em 1834 ao Ministro e Secretario de Estado, Antonio Pinto Chichorro, pois ainda que estivesse trabalhando como diretor da Junta da Instituição Vaccinica sua remuneração era de 300 mil réis, não estando de acordo com os valores de 400 mil réis anuais estipulados na época de criação da instituição, e que haviam sido recebidos por todos seus antecessores⁴⁷².

É interessante perceber que a reclamação de Hercules Muzzi surgiu apenas 3 anos depois de estar no cargo da instituição e não surgiu em um momento qualquer, mas sim quando a Junta da Instituição Vaccinica já teria vacinado mais de 100 mil pessoas, de maneira que os trabalhos da instituição foram elogiados em 1833 em sessão pública na Royal Jennerian Society for the Extermination of Smallpox, criada em 1803 em Londres, na qual foi conferido à Hercules Octaviano Muzzi o título de sócio honorário da instituição⁴⁷³. Este fato, que trouxe capital político para que Hercules Muzzi pudesse barganhar a sua devida remuneração e foi noticiado em vários periódicos da época, como no *Jornal dos Debates Politicos e Litterarios*, em 1837, onde encontramos parte da tradução dos elogios recebidos por Muzzi:

A sociedade julga do seo dever mencionar honrosamente o zelo, com que o Sr. Hercules Octaviano Muzzi do Rio de Janeiro, tem promovido a propagação da vaccina naquelle paiz este zelo, se fosse imitado por todos os médicos estrangeiros faria com que os beneficios da vaccinação se extendessem pela maior parte do universo. A sociedade recebeo do SR. Muzzi uma obra por elle escrita sobre o titulo de compendio da Vaccina, que mostra estar elle muito versado no objecto que se proprôz tratar⁴⁷⁴.

⁴⁷⁰ Ver: Instituto Vacínico (Rio de Janeiro). IS4 42. Série Saúde. Código do Fundo: BF. AN.

⁴⁷¹ *Idem. Ibidem.*

⁴⁷² Um ofício acompanhava o relatório da junta vacínica e foi publicado no *Jornal do Commercio*. Instituição Vaccinica. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, ano VIII, n.41, 20 de fevereiro de 1834, p.2.

⁴⁷³ *Idem. Ibidem.*

⁴⁷⁴ Exterior, Gram-Bretanha. *Jornal dos Debates Politicos e Litterarios*, Rio de Janeiro, n.44, 11 de novembro de 1837, p.3. A notícia de que Muzzi havia se tornado honorário da Royal Jennerian Society for the Extermination of Smallpox foi publicada, também, em outros periódicos da época como: Instituição Vaccinica. *Correio Official: In Medio Posita Virtus*, Rio de Janeiro, tomo I, n.22, 26 de julho

Em 1831 Hercules Octaviano Muzzi também candidatou-se⁴⁷⁵ a membro titular na Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro, e para isso escreveu uma carta a João Alves Carneiro, então presidente da entidade, acompanhada de uma memória sobre a história e os progressos da vacinação na Corte e de seu diploma de cirurgião. A memória foi submetida à apreciação de Jacintho Rodrigues Pereira Reis, membro daquela sociedade, que em seu relatório apresentado na 46ª sessão, em 12 de fevereiro de 1831, concluiu que tendo em vista “os serviços prestados á humanidade e á Nação pelo author da Memoria como hum dos indivíduos, que desde muitos anos tinha practicado com zelo a Vaccinação no Brasil fosse aclamado Membro Honorario”⁴⁷⁶.

Voltando aos trabalhos da instituição, a Junta da Instituição Vaccinica recebeu, em 1832, um officio da Câmara Municipal, no qual reclamava que a instituição não estava atendendo ao Código de Posturas, ao não remeter a relação dos vacinados que não retornavam no 8º dia, nem seus endereços⁴⁷⁷. Foi o próprio Hercules Octaviano Muzzi que respondeu ao officio, afirmando que a falta da exatidão nas declarações das listas dos vacinados remetidas ao Procurador não era uma falha da instituição, mas sim dos senhores e pais de família que deixavam de comparecer ou de dar um bilhete com os necessários esclarecimentos, para que estas informações pudessem ser remetidas à Câmara Municipal. Para sanar este problema Hercules Muzzi afirmou, ainda, que seria necessário que as advertências feitas pela Câmara Municipal fossem divulgadas por via de editais e anúncios diários nos periódicos, e disse em tom sarcástico:

[...]isto parece ser da competência da mesma camara, e então parece que deixaria de existir semelhante faltas que tão desagradaveis são a esta junta, que tem sempre tido o cuidado de recomendar o da mesma postura⁴⁷⁸.

Hercules Muzzi ressaltou, ainda, que em todos os países da Europa onde a vacina fazia progressos existiam papeis públicos e editais que demonstravam o interesse dos municípios para com as instituições, e que isto não era só feito por meio de editais, mas sim por juizes de paz e até mesmo por censuras paroquiais. Desta maneira, Hercules Muzzi afirmou que:

de 1833, p.3.

⁴⁷⁵Boletim da Sociedade (Extracto das actas). *Semanário de Saude Pública*, Rio de Janeiro, n.37, 10 de setembro de 1831, p.1.

⁴⁷⁶Boletim da Sociedade (Extracto das actas). *Semanario de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, n.38, 17 de setembro de 1831, p.1.

⁴⁷⁷Carta do diretor do Instituto Vacínico, Hercules Octaviano Muzzi, ao secretário da Camara Municipal do Rio de Janeiro Luiz Joaquim de Gouveia. Códice. 50-3-52. AGCRJ.

⁴⁷⁸*Idem. Ibidem.*

[...]Se esta junta se recusar a vacinar os indivíduos pela circunstancia de não darem todos os esclarecimentos exigidos, bem de pressa teria de ver-se em descrédito hum estabelecimento de tanta utilidade e interesse público bem conhecido nesta cidade desde 1804, ou pelo menos seriam taxados de inhumanos e bárbaros seus empregados, resultados estes que deprimirão sem dúvida a nação⁴⁷⁹.

Finalizando sua argumentação, Hercules Muzzi afirmou que o secretário da instituição havia enviado a relação dos faltosos ao Procurador da Câmara Municipal, que até então só havia cobrado uma multa⁴⁸⁰, por questões internas da própria procuradoria da Câmara⁴⁸¹. Os questionamentos de Hercules Muzzi à crítica da Câmara Municipal quanto aos trabalhos vacínicos, não se restringiram a esta carta, pois também comentou no documento “Conta dos trabalhos da Junta Vaccinica do segundo semestre de 1832”, ao receber a relação dos vacinados do município de Ilha Grande, que constava a vacinação de 126 crianças, número que o diretor afirmou ser muito pequeno e que as Câmaras Municipais deveriam ter mais alguma atividade como convidar a população por meio de editais, ou até mesmo os obrigar a se apresentarem na Câmara da instituição⁴⁸².

Em 1834, novamente Hercules Muzzi reafirmou essa posição ao receber a relação novamente baixa do número de vacinados na Ilha Grande, que apenas conseguira vacinar 65 pessoas, e mesmo assim à muito custo dos facultativos que teriam feito muito esforço, vacinando até mesmo os familiares. Este mal resultado se somava aos resultados registrados em um ofício enviado pela província de Santa Catarina, no qual relatava a falta de concorrência de vacinados mesmo com a ameaça de multas por parte da Câmara Municipal. Para Hercules Muzzi não seria possível conseguir expandir a prática da vacinação sem que o governo ressaltasse para as Câmaras Municipais que a vacina era de sua atribuição, para que estas então encarregassem os inspetores de quarteirões a fiel execução desta ordem⁴⁸³.

O código de posturas da Câmara Municipal do Rio de Janeiro foi publicizado em alguns periódicos da época, ressaltando principalmente as multas que poderiam ser aplicadas caso os indivíduos não retornassem após a vacinação. Embora as multas não

⁴⁷⁹*Idem. Ibidem.*

⁴⁸⁰ A multa foi aplicada à Joana Luiza Gomes de Almeida que vacinou sua escrava, que não havia retornado no oitavo dia, pois esta acabou tísica e faleceu. E com isso Joana de Almeida recorreu da multa. Carta ao procurador da Câmara Municipal em 16 de novembro de 1832. Códice. 50-3-52. AGCRJ.

⁴⁸¹*Idem. Ibidem.*

⁴⁸² Conta dos trabalhos da Junta Vaccinica do segundo semestre de 1832. Códice. 50-3-52. AGCRJ.

⁴⁸³ Instituição Vaccinica. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, ano VIII, n.41,20 de fevereiro de 1834, p.2.

fossem necessariamente cobradas, a divulgação pode ter sido efetiva em certo modo, pois o número de faltosos passou a diminuir consideravelmente nos mapas vacínicos produzidos pela Junta da Instituição Vaccínica. Neste sentido, os números relatados foram:

- 1º semestre de 1833: de 2.373 vacinados, não retornaram 144⁴⁸⁴.
- 2º semestre de 1833: de 1.577 vacinados, não retornaram 401⁴⁸⁵.
- 1º semestre de 1834: de 1.567 vacinados, não retornaram 311⁴⁸⁶.

Destes faltosos muitos comunicavam à Junta que haviam se retirado para fora da cidade, embora outros, em menor número, não davam parte alguma. Porém o baixo número de faltosos fez com que as reclamações, recorrentes nos anos anteriores, cessassem, demonstrando uma maior consolidação dos serviços da Junta e da própria aceitabilidade da vacina na Corte. Deste modo, Hercules Muzzi, em 1834, ao prestar conta dos trabalhos da Junta da Instituição Vaccínica da Corte, reafirmou que o número de faltosos não era mais um problema e que os serviços de vacinação estavam de tal maneira consolidados que afirmou:

Felizmente nesta capital pode se dizer que o flagelo das bexigas desapareceu, onde anualmente fazia estragos espantosos⁴⁸⁷.

3.4-As Bexigas ressurgem na Corte: Breves considerações sobre a epidemia de 1834 e os debates sobre a necessidade de revacinação.

A comemoração de Hercules Muzzi, em 1834, em relação ao bom andamento dos serviços de vacinação na Corte teria ocorrido cedo demais, pois em outubro do mesmo ano voltaria a ocorrer uma epidemia de varíola na Corte do Rio de Janeiro. Segundo Hercules Muzzi a epidemia de 1834 teria eclodido com a chegada dos recrutas de artilharia da Marinha, vindos de Pernambuco, que estavam contagiados pela varíola. A epidemia teria infundido um grande “susto” tanto nos habitantes que nunca haviam tido bexigas e nem sido vacinados, quanto naqueles que mesmo vacinados ainda acreditavam que poderiam adquirir a bexiga⁴⁸⁸.

⁴⁸⁴Instituição Vaccínica. *Correio Oficial: In Medio Posita Virtus*, Rio de Janeiro, tomo I, n.22, 26 de julho de 1833, p.3.

⁴⁸⁵Instituição Vaccínica. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, ano VIII, n.41, 20 de fevereiro de 1834, p.2.

⁴⁸⁶Conta dos trabalhos da Junta da Instituição Vaccínica da Corte no primeiro semestre de 1834. Códice 50-3-52. AGCRJ.

⁴⁸⁷Conta dos trabalhos da Junta da Instituição Vaccínica da Corte segundo semestre de 1833. Códice 50-53-52. AGCRJ

⁴⁸⁸Artigos não officiaes. *Correio Oficial: In Medio Posita Virtus*, Rio de Janeiro, tomo IV, n.65, 23 de março de 1835, p.4.

Devido ao evento epidêmico Hercules Octavianno Muzzi publicou um abaixo assinado para prevenir a população de que havia aproximadamente 40 mil pessoas que embora terem sido vacinadas, não tinham retornado no oitavo dia para conferir a veracidade da vacina, e com isso poderiam contrair as bexigas. Advertiu, ainda, que muitas pessoas que estavam indo se vacinar afirmavam haver casos de bexigas em sua vizinhança, mas segundo Hercules Muzzi a vacina só traria proteção contra a varíola depois de toda “marcha da doença” e que no caso de convívio com a bexiga, antes do término do processo da vacina, poderia ocorrer o aparecimento das bexigas. Hercules Muzzi ressaltou que ainda nenhum dos vacinados havia contraído a varíola⁴⁸⁹.

O evento epidêmico foi interessante, pois inverteu a ordem de vacinados na instituição, quando pela primeira vez o número de pessoas livres foi maior do que o de escravizadas. Deste modo, no segundo trimestre de 1834, foram vacinadas 4.636 pessoas, e destas 2.336 eram livres e 1.800 eram escravizadas. Além destes números, Hercules Muzzi ressaltou que um grande número de crianças havia sido vacinado por cirurgiões particulares, que haviam ido à instituição para requerer o fluido vacínico⁴⁹⁰.

Hercules Octavianno Muzzi, comentando o resultado dos serviços da Junta da Instituição Vaccinica da Corte, discorreu que bastou ser publicada a relação de mortos pelas epidemias das bexigas no Hospital da Marinha, na Ilha das Cobras, para que crescesse de forma expressiva a concorrência de pessoas à instituição, de modo que o número de vacinações feita pela instituição teria sido o dobro do 1º semestre. Em relação à epidemia, Hercules Muzzi observou que a bexiga teria se espalhado rapidamente por diversos pontos da cidade, mas teria “respeitado os vacinados”, que mesmo convivendo com pessoas “bexiguentas” não haviam adquirido a doença. Hercules Muzzi considerou, ainda, que alguns dos recém vacinados haviam adquirido simultaneamente a vacina e as bexigas, mas esta teria ocorrido de forma benigna. Observou, também, que alguns que haviam tido catapora foram indevidamente classificados como “bexiguentos”⁴⁹¹.

Para Hercules Octavianno Muzzi, a epidemia de bexigas trouxe a prova da validade da vacina para os que ainda duvidavam desta prática. E segundo ele isto teria ocorrido principalmente porque a epidemia tinha sido rara entre os habitantes do sítio de

⁴⁸⁹ Artigos não officiaes. *Correio Official: In Medio Posita Virtus*, Rio de Janeiro, tomo III, n.84, 9 de outubro de 1834, p.334.

⁴⁹⁰ Demonstração dos trabalhos da Instituição Vaccinica desta Corte em o 2º semestre de 1834. *Correio Official: In Medio Posita Virtus*, Rio de Janeiro, tomo IV, n.65, 23 de março de 1835, p.4.

⁴⁹¹ *Idem. Ibidem*

São Cristóvão, da Fazenda de Santa Cruz e da Imperial Quinta da Boa Vista, locais que mantinham relação direta com locais da cidade onde estava ocorrendo a epidemia. Deste modo, Hercules Muzzi destacou de forma positiva as ações da Câmara Municipal e do Governo Imperial, que haviam remetido o pus vacínico para os locais aonde não haviam pessoas vacinadas. Destacou, porém, que como a epidemia estava cessando rapidamente, o número de pessoas que ia à Junta da Instituição Vaccinica da Corte rapidamente diminuiu. Com isso, Hercules Muzzi considerou que seria conveniente que as autoridades municipais obrigassem a vacinar aquelas pessoas que não haviam tido bexigas, nem se vacinado anteriormente⁴⁹².

O evento epidêmico no Rio de Janeiro, em um primeiro momento não abalou a credibilidade da Junta da Instituição Vaccinica da Corte, mas pareceu ter potencializado seus trabalhos. Neste sentido, é interessante o parecer da Comissão Permanente de Vaccina, da Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro, elaborado em 29 de maio de 1830, e assinado pelos os médicos Fidelis Martins Bastos, Antonio Americo de Urzedo e Antonio Martins Pinheiro. Neste parecer os membros da Comissão destacaram que, em muitos países embora existissem instituições próprias para se propagar a vacina, estes não estavam livres das bexigas. Destacam, ainda, que embora houvesse no Brasil um instituto vacínico na capital e uma ou outra Câmara Municipal pagasse um cirurgião para vacinar a população, isto não deixava o Brasil livre da epidemia⁴⁹³.

Faltam estudos históricos sobre a atuação desta comissão no combate à varíola no Rio de Janeiro, porém o parecer de sua criação é bastante interessante e afirmava que esta iniciativa teria abrangência nacional, funcionando com a colaboração do Governo Imperial para conseguir o pus vacínico diretamente do estabelecimento vacínico de Londres. Afirmava, ainda, que a comissão deveria passar a ter correspondência direta com a instituição inglesa, e assim poder distribuir por todas as províncias do Império⁴⁹⁴.

No parecer da Comissão Permanente de Vaccina, está descrito que ela foi criada com a intenção de que os trabalhos da sociedade e dos filantropos nacionais pudessem se unir aos de todos os “institutos vacínicos do Globo”, e assim conseguir se

⁴⁹²*Idem. Ibidem.*

⁴⁹³Parecer da Comissão Permanente de Vaccina da Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro, apresentado a mesma Sociedade, e por esta aprovado. *Império do Brasil: Diario Fluminense*, Rio de Janeiro, v.15, n.137, 23 de junho de 1830, pp.545-546. O mesmo parecer também foi publicado no: Parecer da Comissão Permanente de Vaccina da Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro, apresentado a mesma sociedade, e por esta aprovado *Semanario de Saude Publica*, Rio de Janeiro, n.13, 26 de março de 1831, pp.69-70.

⁴⁹⁴*Idem. Ibidem.*

possível a extinção completa do vírus varioloso. A comissão sugeriu, ainda, ao Governo Imperial que seria muito vantajosa a implementação de uma medida legislativa para que não fossem admitidos nas escolas e em outros estabelecimentos, quaisquer indivíduos que não apresentassem um certificado autêntico de que teriam sido vacinados proveitosamente⁴⁹⁵.

Embora não saibamos dados mais concretos da atuação da Comissão quanto à vacinação, podemos entender que a Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro foi um importante espaço do debate sobre a necessidade de revacinação que começou a surgir entre os institutos e médicos europeus já na década de 1820.

Um bom panorama dos debates sobre a revacinação pode ser visto na matéria “Da Vaccina e Bexigas” publicada, em 1827, no periódico *O Propagador das Sciencias Medicas*. Em tal matéria foi ressaltado que na década de 1820 epidemias de bexigas de grandes proporções ocorreram em cidades onde a vacina era amplamente difundida em instituições criadas com este objetivo nas cidades de Londres, Paris, e Edimburgo. Segundo o redator da matéria, a ocorrência de bexiga em vacinados foi tão notória que os médicos não poderiam inferir como no princípio da vacinação que a varíola em vacinados era causada por vacinadores sem habilidade ou por vacinas “espúrias”⁴⁹⁶.

Deste modo a Comissão de Dublin publicou em seu relatório anual de 1820 que em muitos países haviam encontrado bexigas em pessoas vacinadas, e embora este resultado fosse incontestável, ainda assim os efeitos da vacina sobre a varíola eram significativos. Em Edimburgo, entre 1818 e 1819, o médico Thompsom teria feito um estudo sobre esta temática, no qual relatou que de 836 indivíduos 281 nunca haviam tido bexigas e nem haviam sido vacinados, e nestes a mortandade havia sido de 1 para quatro; 71 tiveram a bexiga pela segunda vez e morreram na proporção de 1/23, e nos 484 vacinados a varíola só havia causado uma morte⁴⁹⁷.

Thompson destacava que o resultado era positivo pois demonstraria a força que a vacina teria em deixar a varíola mais branda, mas ao analisar o andamento da doença nos vacinados percebeu que nada poderia indicar que o vírus da vacina ficasse mais branda, já que em indivíduos vacinados há mais de 10 anos os sintomas haviam sido

⁴⁹⁵ Caso o governo cooperasse a sociedade formaria um plano relativo a cada uma das províncias onde julgasse necessário, ministrando algumas instruções precisas, tanto para a vacinação, como para as observações de sua veracidade, e forneceria os mapas, em que se pudesse colher os resultados, para a mesma comissão fazer uma resenha estatística. *Idem. Ibidem.*

⁴⁹⁶Da Vaccina e Bexigas. *O Propagador das Sciencias Medicas ou Annaes de Medicina, Cirurgia e Pharmacia para o Imperio do Brasil*, Rio de Janeiro, tomo segundo, 1827, pp.43-53.

⁴⁹⁷*Idem. Ibidem.*

mais amenos. Deste modo Thompson teria relacionado a ocorrência da doença em vacinados ao rigor da epidemia e não ao enfraquecimento do poder protetivo que vacina teria ou a métodos de vacinar defeituosos⁴⁹⁸.

Na matéria também foi ressaltado o estudo do médico John Cross que publicou um relatório sobre as epidemias de bexigas na cidade de Norwich (Inglaterra), no ano de 1819, que teriam causado a morte de 630 indivíduos. Em suas conclusões John Cross teria confirmado o fato de que em uma epidemia intensa as pessoas vacinadas também estariam expostas à “moléstia reinante”, mas experimentaríamos um ataque mais brando da doença, quase sempre sem perigo⁴⁹⁹.

Em outra matéria, intitulada “Sobre a vacina”, publicada no mesmo periódico, foi mostrado o debate travado sobre o tema na Academia Real de Medicina de Paris, em sessão de 20 de setembro de 1825, quando foi ressaltada a opinião de que a vacina degeneraria estava ganhando consistência, pois haviam casos de pessoas vacinadas que foram afetadas pela varíola na Inglaterra, Holanda, Estados Unidos e na França. Na matéria foram citados os trabalhos dos médicos americanos Valentin e Pascalis, este presidente da Sociedade de Medicina de Nova York. Em seus trabalhos os dois também teriam encontrado resultados semelhantes aos dos médicos europeus supracitados⁵⁰⁰.

Como discutimos em nosso segundo capítulo, é importante percebermos que os médicos ao debaterem sobre as questões da vacina, não se fundamentavam especialmente em bases teóricas, mas se fixavam nos resultados empíricos para afirmar a validade do método. Todavia, mesmo com as pessoas vacinadas possuindo maior proteção em relação à varíola, a questão não se encerrava com os bons resultados que a vacina conferia, como podemos ver na matéria “Peste de Bexigas”, publicada no jornal *O Chronista*, em 1837, que publicou uma tradução de um artigo da *Revista Britannica*, de julho de 1834, intitulado “Revaccinação e seus efeitos”⁵⁰¹.

Neste artigo podemos perceber que naquele momento o debate sobre a revaccinação centrava-se em torno de duas questões principais: a primeira era se a vacina havia perdido parte de sua força e energia, e com isso não tinha mais a mesma eficácia para proteger contra as bexigas, e se esse fosse o caso se seria possível renovar a sua força através de algum procedimento. O redator descartou esta hipótese, pois os

⁴⁹⁸*Idem. Ibidem.*

⁴⁹⁹*Idem. Ibidem.*

⁵⁰⁰Sobre a vacina. *O Propagador das Sciencias Medicas, ou Annaes de Medicina, Cirurgia e Pharmacia para o Imperio do Brasil*, Rio de Janeiro, 1º anno, tomo primeiro, n.1,1827, pp.122-124.

⁵⁰¹Peste de Bexigas. *O Chronista*, Rio de Janeiro, 3º trimestre, n.96, 12 de setembro de 1837, pp.382-383.

fenômenos empíricos apresentados naqueles que haviam sido vacinados, desde o primeiro ano de sua invenção, nada divergiam dos resultados nos indivíduos vacinados naquele período⁵⁰².

A segunda seria se a vacina tivesse a mesma eficácia que existira antigamente, e que está eficácia estaria diminuindo em cada indivíduo à medida em que a idade avançava, de modo que aquele vacinado entre os 6 meses a 1 ano de idade ao alcançar a puberdade fosse perdendo parte da proteção da vacina. Isto ocorrendo seria preciso procurar um novo meio protetor para os adultos, e que deveria se avaliar se este novo meio seria a própria vacina reintroduzida nos próprios indivíduos, e se esta segunda vacina teria por efeito preservar o adulto da bexiga, como ocorrera na primeira infância⁵⁰³. Segundo o redator foi esta segunda hipótese que levaram os médicos a recorrer à prática da revacinação. Esta prática já estaria ocorrendo em países como Inglaterra, França e Alemanha. Na matéria foram mostrados os resultados do médico alemão Heim, que ficou responsável pela revacinação de um grande número de soldados de vários regimentos do exército alemão de Wurtemberg. Este médico teria começado sua experiência com a revacinação nos anos de 1829 e continuado até o ano de 1833, e seus resultados teriam sido eficazes pois teriam protegido os soldados em epidemias ocorridas em Stuttgart⁵⁰⁴.

Os resultados dos trabalhos de Heim foram apresentados ao Colégio dos Médicos de Londres. Alguns dados de seu trabalho sobre a revacinação foram: Revacinações com sucesso completo: 1.208; Revacinações com sucesso incompleto: 956; Revacinações com sucesso completo, mas sem recenseamentos positivos: 914; Sem Sucessos: 1724⁵⁰⁵.

Assim, segundo esta matéria, dos 4.802 soldados revacinados 30% teria tido o efeito completo, 24 %o efeito parcial e 46 % não teve efeito. Segundo o redator da matéria, estes resultados iam de encontro com a alegação dos médicos que afirmavam que após terem praticado uma ou duas revacinações, ela não teria efeito. Heim também teria feito as revacinações levando em conta as cicatrizes deixadas pela vacina ou bexigas, de modo que pelos seus resultados estas seriam indiferentes no efeito da revacinação, pois a revacinação teria sido efetiva em pessoas que possuíam cicatrizes de terem uma 1^o vacina. Deste modo Heim concluiu que não haveria correspondência entre

⁵⁰²*Idem. Ibidem.*

⁵⁰³*Idem. Ibidem.*

⁵⁰⁴*Idem. Ibidem.*

⁵⁰⁵*Idem. Ibidem.*

a cicatriz da vacina e a suscetibilidade do indivíduo a uma revacinação⁵⁰⁶.

Segundo o redator, o fato mais importante apresentado nos trabalhos de Heim foi a demonstração do efeito da revacinação, pois esta teria sido aplicada em todos os soldados das cidades de Louisburg e Ulm, e com isso teria feito acabar com a epidemia de bexigas nestes locais. Um dos dados interessantes das observações de Heim, foi de que o pús vacínico dos adultos seria melhor para praticar a revacinação, de maneira que em algumas vezes tentava-se revacinar uma pessoa com o pús retirado dos meninos e não se conseguia, e frequentemente teria se conseguido revacinar esta mesma pessoa com o pus retirado de um adulto⁵⁰⁷.

O evento epidêmico ocorrido no Brasil, em 1834, fez com que os médicos da Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro debatessem sobre a varíola nas sessões daquela sociedade. A princípio as discussões giraram em torno da origem das epidemias de varíola no Brasil, mas era igualmente discutido a ocorrência de varíola em vacinados. Neste último ponto, os médicos da sociedade corroboraram com a visão dos médicos europeus de que mesmo que as bexigas ocorressem em vacinados elas diminuiriam seus efeitos. Neste debate, o médico de origem italiana Luís Vicente de Simoni (1792-1881), chamou atenção para o debate sobre a revacinação, ressaltando as observações feitas pelos médicos alemães, principalmente pelos doutores Sacco e Flester, que teriam demonstrado que a vacina teria um efeito protetor apenas pelo tempo aproximado de 9 anos, sendo necessária a revacinação de 9 em 9 anos para garantir seus efeitos⁵⁰⁸.

Foi o mesmo Luís Vicente de Simoni que, na sessão de 6 de dezembro de 1834 na Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro, buscou retirar a centralidade dos debates sobre a origem da epidemia e afirmar o que considerava mais profícuo que seria o da eficácia da vacina. Para Luís Simoni, até aquele momento os fatos mais relevantes em relação à vacina seriam:

[...]1º que ella não he hum preservativo absoluto em todos os casos, e em todos os individuos, sem que contudo o deixe de ser na maior parte dos mesmos; 2º que não he maior preservativo contra a varíola do que a mesma varíola o seja contra si; havendo casos de aparição da varíola, tanto em vacinados, como em variolosos; 3º que ella não he um preservativo perpétuo mas temporário; havendo caso de varíola em vaccinados depois do lapso de certo tempo, e principalmente depois de 9 annos, 4º que a amplitude do período de preservação parece ir diminuindo à medida que se afasta da época de sua

⁵⁰⁶*Idem. Ibidem.*

⁵⁰⁷*Idem. Ibidem.*

⁵⁰⁸Sociedade de Medicina. 18ª sessão da Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro, de 6 de dezembro de 1834. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, anno IX, n. 79, 10 de abril de 1835, p.3.

descoberta; havendo lugar a suppor huma degenerescencia do vírus vaccinico na sua referida transplantação de individuo para individuo , segundo a opinião do DR. Rust; o qual também nota algumas diferenças entre as borbulhas vaccinicas antigas e modernas 5º que para o preservativo da vaccina ser mais certo e efficaz, necessário fora recorrer de tempos em tempos ao virus original tirado das vaccas; 6ºque para o effeito ser duradouro he necessário a revaccinação de tempos em tempos como o tinham provado as observações e experiências dos doutores Sacco, Sacchi, e Festler, na Itália e na Austria, as de Bauemgarer em Friburgo, e as de Lohueguer na Prussia; tendo-se observado que com esta medida praticada universalmente se cortaoimediatamente as epidemias que se vão manifestando[...]⁵⁰⁹

A fala de Luís Vicente de Simoni demonstrou que os médicos da Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro estavam em contato com os debates recentes sobre a necessidade da revaccinação presentes na Europa no período. Os debates sobre a revaccinação chamaram a atenção do Governo Imperial, que procurou apresentar um parecer sobre a questão por meio de um ofício, enviado em 1839 à Academia Imperial de Medicina e ao diretor da Junta da Instituição Vaccinica da Corte Hercules Octavianno Muzzi.

Hercules Muzzi em sua resposta ao Governo Imperial, também demonstrou estar inteirado sobre os debates em torno da temática, ocorridos tanto na Europa, quanto na Sociedade de Medicina. Todavia ele seria contrário à revaccinação, atestando para isso sua prática empírica na qual as tentativas de revaccinação nunca teriam sido proficuas em quem tivesse atestadamente possuído a vacina verdadeira. Como exemplo disto, Hercules Muzzi discorreu que na epidemia ocorrida na corte em 1834 muitos pais preocupados com a epidemia haviam levado crianças de 10 e 12 anos que já haviam sido vacinados na tenra idade e foram vacinados novamente sem produzir nenhum efeito e que do considerável número de vacinados na fazenda de Santa Cruz no ano de 1810, apenas 3 contraíram bexigas⁵¹⁰.

Com isso a questão principal para Hercules Muzzi era de que seria essencial que os vacinados retornassem ao local em que foram vacinados para conferir a validade da vacina. Dado o parecer de Hercules Muzzi, podemos inferir que os médicos da Junta da Instituição Vaccinica da Corte, neste período, não estariam praticando a revaccinação. Em relação aos trabalhos da instituição, em 1835, as informações conduziam à ideia de que após o surto epidêmico tudo teria voltado à normalidade, de modo que foram

⁵⁰⁹ 19ª Sessão da Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro de 18 de dezembro de 1834. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, ano IX, n.83, 1835, p.3.

⁵¹⁰ A resposta de Muzzi ao governo foi publicada na matéria: Revaccinação. *Revista Médica Fluminense*, Rio de Janeiro, n.2, 1839, pp.44-49.

vacinados no 1º semestre 1.525 indivíduos dos quais 560 não compareceram, e no segundo 1.705 dos quais não compareceram apenas 85, que compreendiam todos que tiveram a vacina verdadeira nos dois semestres ⁵¹¹.

Hercules Muzzi comentando os trabalhos da instituição discorreu que as bexigas continuavam a aparecer apesar das cautelas tomadas, de modo que a junta enviou por requisição das próprias Câmaras Municipais e ordens governamentais pús vacínicos para Maricá, São João do Príncipe, cidade de Niterói, Paraíba do Sul, Cantagalo, Iguaçu e para as Províncias de Pernambuco, Rio Grande, Minas Gerais, São Paulo e Santa Catarina⁵¹².

A continuidade das epidemias parece ter feito com que a Junta da Instituição Vaccinica recebesse críticas, pois Hercules Muzzi afirmou em seu relatório que “a instituição vai se sustentando desde 1804, e apesar dos declamadores, vai progredindo, e tem merecidos elogios da Real Sociedade Jenneriana de Londres”. A crítica da instituição deveria se centrar nos vacinados que adquiriam bexigas, pois Muzzi citou dados da Comissão Vacínica de Londres para demonstrar que mesmo com as bexigas atacando as pessoas vacinadas, estas ainda seriam seu maior remédio. Destacou, ainda, que desde 1811, até o final de 1835, foram vacinadas aproximadamente 113.632 pessoas na instituição ⁵¹³.

Na capital da Corte, mesmo com os serviços mais regulados, o flagelo das bexigas voltou a ocorrer. Em outras regiões do Império, onde ela ainda ocorria de forma esporádica, e as bexigas seriam muito mais problemáticas. Ao longo da década de 1820 a vacina se tornou uma questão da política imperial que envolveu diversos debates entre os políticos do Império. Estes debates envolveram questões como a municipalização dos serviços e a necessidade de que a Junta da Instituição Vaccinica da Corte tivesse um papel oficial na disseminação da vacina, não só na capital, mas por todo o Império do Brasil, como abordaremos a seguir.

3.5 - A vacina antivariólica para além da Corte: debates parlamentares e Relatórios Ministeriais.

⁵¹¹ Conta dos Trabalhos vacínicos da instituição. *Correio Oficial: In Medio Posita Virtus*, Rio de Janeiro, v. V, n.64, 17 de setembro de 1835, p.267; Instituição Vaccinica da Corte. *Correio Oficial: In Medio Posita Virtus*, Rio de Janeiro, v.6, n.71, 30 de março de 1836, p.283.

⁵¹² Instituição Vaccinica do Rio de Janeiro. *Correio Oficial: In Medio Posita Virtus*, Rio de Janeiro, v.V, n.64, 17 de setembro de 1835, p.267.

⁵¹³ Instituição Vaccinica da Corte. *Correio Oficial: In Medio Posita Virtus*, Rio de Janeiro, v. VI, n.71, 30 de março de 1836, p.283.

Para além da Corte, no Rio de Janeiro, a disseminação da prática da vacina no Brasil, nos primeiros anos do século XIX, não havia sido recorrente e apenas algumas regiões requeriam a “matéria” para fazer a vacinação quando ocorria alguma epidemia⁵¹⁴. Esse fato começou a mudar de figura em torno de 1820, quando começam a surgir planos e regulamentos para estabelecer a vacinação em diversas capitâneas como São Paulo, Minas Gerais, Maranhão e Rio Grande do Sul⁵¹⁵.

A iniciativa destes planos surgiu após Theodoro Ferreira Aguiar, ainda como diretor da Junta da Instituição Vaccinica, ter rejeitado o plano de Justiniano de Mello Franco⁵¹⁶ por considerá-lo demasiado complexo, com isso Thomas Antonio Villanova Portugal, Ministro e Secretário do Estado do Brasil criou um plano de institucionalização não só para São Paulo, mas também para Minas Gerais e Rio Grande do Sul⁵¹⁷.

Os planos foram elaborados tendo como base a Junta do Instituto Vaccinico, do Rio de Janeiro, e, de modo geral, estes planos previam a presença de um inspetor para dirigir e regular os serviços da vacinação, um escrivão para trabalhar sobre as ordens do inspetor e pelo menos dois cirurgiões para propagar a vacina. Também seriam agregados profissionais de outras áreas para o serviço, como por exemplo, os cirurgiões dos corpos de milícias que se tornariam delegados do inspetor e que receberiam suas ordens para propagar a vacina. Além disso, nos planos seriam estabelecidos dois dias para os serviços de vacinação e os salários dos funcionários do serviço⁵¹⁸.

O plano de criação de uma instituição vacínica no Maranhão se destacou por propor a obrigatoriedade da vacina a diversos setores da sociedade. Seriam obrigados a se vacinar todos os indivíduos dos corpos de linha de milícias e pedestres que não

⁵¹⁴ Algumas capitâneas requeriram o pus vacínico em épocas de epidemias: Espírito Santo, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, e Maranhão. A matéria foi requerida não só do Rio de Janeiro, mas também da Bahia. *Ministério do Reino da Bahia. Correspondência do presidente da província*. Códice: IJJ92. Série Interior. Código do Fundo: AA. AN. E *Instituto Vaccinico (Alagoas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Pará)*. IS4 51. Série Saúde. Código do fundo: BF. AN.

⁵¹⁵ O plano de vacinação do Rio Grande do Sul se encontra no documento. *Rio Grande do Sul. Ministério do Reino e Império. Registro de correspondência*. Códice: IJJ9 25. Série interior Código do fundo: AA. AN. Os outros se encontram no *Instituto Vaccinico (Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo, Sergipe)*. IS4 52. Série Saúde. Código do fundo: BF. AN.

⁵¹⁶ No plano de Justiniano de Mello Franco seriam recrutados para o serviço da instituição, soldados de diversos distritos, cirurgiões dos hospitais, esperando ainda que todos se prestassem o serviço de forma voluntária e gratuitamente, todavia o diretor da instituição proporia os salários que julgasse precisos para aqueles empregados que pelas suas circunstâncias não pudessem prescindir de auxílio assim como todas as mais despesas que julgasse indispensáveis. *Instituto Vaccinico (Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo, Sergipe)*. IS4 52. Série Saúde. Código do fundo: BF. AN.

⁵¹⁷ BERTOLI, Claudio Filho. *op. cit.*, pp.103-105.

⁵¹⁸ *Idem. Ibidem.*

tivessem tido bexigas, todos os escravos novos que existissem na cidade, e nos outros distritos, que não tivessem sinais visíveis de haverem contraído bexigas. Do mesmo modo, os escravos novos, dos navios que chegassem ao porto da cidade logo que fossem desimpedidos pela provedoria mor da saúde, deveriam ser vacinados. Em contrapartida os pais de família não seriam obrigados, mas convidados a mandarem vacinar os seus filhos, familiares e escravatura. Para ajudar neste processo seriam enviados pequenos destacamentos de soldados novos do regimento de linha aos diferentes distritos, para irem sendo vacinados *braço a braço* para evitar que faltasse a vacina, pois “neste clima ocorre freqüentemente alteração no pus vacínico”⁵¹⁹.

No caso de São Paulo, a instituição que começou a funcionar oficialmente em 1820, teve resultados bastante expressivos, sendo talvez o maior êxito na vacinação do Brasil em termos de número de vacinados por tempo de funcionamento. Foram vacinadas nos seis primeiros meses do ano 6.384 pessoas e nos seis últimos 10.819 pessoas, somando-se um total de 17.203 vacinados⁵²⁰. O Rio de Janeiro, por exemplo, chegaria pelo menos até a metade do XIX com seu número mais alto de vacinações no ano de 1829, quando foram vacinadas 8.836 pessoas⁵²¹.

Segundo Tania Fernandes, a partir da década de 1820 a questão da vacina antivariólica estava no contexto da construção de um novo Estado Nacional, onde as questões de saúde teriam ênfase e seriam articuladas com a organização do poder central e local⁵²². Nesta conjuntura a temática da vacinação entrou frequentemente nas discussões da Legislatura da Assembléia Geral Legislativa do Império do Brasil, que teve início no ano de 1826, no governo do Primeiro Reinado.

Os debates entre os políticos brasileiros demonstravam o quanto as epidemias de varíola no Brasil eram uma preocupação frequente e o quanto as ações para difundir a vacina, para além da capital, eram vistas como necessárias para o Brasil como um todo. Neste sentido uma das primeiras falas sobre o tema na câmara dos deputados adveio do deputado Luiz Pereira de Nobrega Souza Coutinho(1760-1826)que discursou na sessão da Câmara dos Deputados salientando que as epidemias de bexiga,que estavam

⁵¹⁹ *Instituto Vacínico (Alagoas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Pará)*. IS4 51. Série Saúde. Código do Fundo: BF. AN

⁵²⁰ Os dados se encontram em três documentos encaminhados pelo governador de São Paulo ao secretário de Estados dos Negócios do Reino, Tomás Antônio de Villa Nova Portugal. *Instituto Vacínico (Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo, Sergipe)*. IS4 52. Série Saúde. Código do fundo: BF. AN.

⁵²¹ Mappa do estado da Vaccina, e seus progressos na Corte do Rio de Janeiro no anno de 1829. *Império do Brasil: Diario Fluminense*, Rio de Janeiro, v.15, n.67, 26 de março de 1830, p.268.

⁵²²FERNANDES, Tania. 2010. *op.cit.*,p. 46.

ocorrendo nas províncias do sul e norte do Brasil, se estendiam até Monte Vídeio e causavam grande mortandade. O deputado exemplificava isso dizendo que havia morrido metade das pessoas no batalhão onde seu filho atuava em decorrência das bexigas⁵²³.

Segundo Luiz Pereira de Nobrega Souza Coutinho a província de Santa Catarina, que possuía mortandade média ao entorno de 240 a 250 pessoas anualmente devido às bexigas, teria aumentado o índice de mortos para mais de 2.000 pessoas. Em decorrência destes casos, Luiz Coutinho propôs que a Comissão de Saúde Pública fizesse uma resolução que autorizasse o governo a estender a prática de vacinação a todas as províncias do Império. Foi solicitado urgência no parecer do deputado que foi remetido à comissão de saúde pública da Câmara⁵²⁴.

A Comissão de Saúde pública, da qual participavam os deputados José Lino Coutinho(1784-1836), Antonio Ferreira França(1771-1848), José Avelino Barbosa, Francisco Gonçalves Martins, e Francisco Xavier Ferreira(1771-1838),elaborou um parecer que foi apoiado pela Câmara dos Deputados. No parecer elaborado por esta Comissão foi apresentada crítica aos governos provinciais e às Câmaras Municipais por terem tratado com negligência a questão da vacinação, e por não possuírem nenhum facultativo pago pelo governo e incumbido de vacinar. O plano traçado pela Comissão era aparentemente simples e visava resolver o problema estipulando que em cada província, e nas principais vilas, deveria haver um facultativo, médico ou cirurgião, que ficasse responsável pela vacinação. Estes facultativos seriam pagos pelos cofres das províncias, caso as Câmaras Municipais não conseguissem arcar com a despesa⁵²⁵.

No referido plano ficou estabelecido que os facultativos seriam obrigados a aplicara vacina duas vezes por semana, no Palácio do Governo ou na sala da Câmara Municipal, em todos os indivíduos que se apresentassem em circunstancias de serem vacinados, e ainda deveriam exigir que eles voltassem nos dias apropriados da vacinação para passarem o pús e reconhecerem a “índole da doença”. Além disso, quando a matéria faltasse, os mesmos médicos ficariam incumbidos de mandar buscar a vacina em qualquer facultativo vizinho, que também estivesse incumbido da vacinação. Estes vacinadores ficariam responsáveis por “toda e qualquer falta” que ocorressem nos

⁵²³Extracto da Câmara dos Deputados no dia 2 setembro de 1826. *Império do Brasil: Diario Fluminense*, Rio de Janeiro, n.56, v.8, 6 de setembro de 1826, p.225-226.

⁵²⁴*Idem. Ibidem.*

⁵²⁵ Sessão em 2 setembro de 1826. *Annaes do Parlamento Brasileiro*, 1826, p.338.

serviços seja por “malícia, descuido, ou imperícia”⁵²⁶. Estes facultativos ficariam sob inspeção direta dos presidentes da província até que se fosse melhor ordenado sobre a saúde pública nas Câmaras.

Por outro lado, o deputado Diogo Duarte e Silva (1774-1857) requereu à Comissão de Saúde Pública que indicasse uma resolução que autorizasse o governo a fazer as despesas urgentes e necessárias para propagação da vacina pelo Império. As resoluções da Comissão foram aprovadas pela Câmara e, deste modo, bastava que o projeto também fosse sancionado na Câmara dos Senadores⁵²⁷.

Na Câmara dos Senadores a temática da vacina foi recebida em caráter de urgência, tendo sido ressaltado nas falas as mortes causadas pela epidemia de varíola que atingia o Brasil de norte ao sul. O senador João Antonio Rodrigues de Carvalho(1770-1840) afirmou que os batalhões em Montevidéu tinham sido reduzidos à metade e nos campos “tem-se chegado a fechar casas por morrerem famílias inteiras”. Segundo este senador, as mortes em Santa Catarina ultrapassaram a 2 mil pessoas, e ele havia encontrado um cirurgião para propagar a vacina, mas que este não continuou os serviços por não ter recebido gratificação. Para Antonio de Carvalho a vacina antivariólica era essencial para aumentar a população brasileira⁵²⁸.

Outro senador, Antônio Gonçalves Gomides(1770-1835), narrou que o arraial da Passagem, na província de Minas Gerais, foi reduzido à metade devido às bexigas e ressaltou que a vacina deveria ser feita com as devidas inspeções da Câmara, para que fosse administrada pelos vacinadores de modo que a mesma se conservasse e não findasse como acontecera em Ouro Preto e em Santa Catarina. Ainda segundo este senador, no Ceará estaria ocorrendo uma certa resistência da população em relação à vacina, pois como o pus vacínico teria sumido, um determinado cirurgião havia começado a vacinar as pessoas com leite de mamão⁵²⁹.

O senador João Antônio Rodrigues de Carvalho(1770-1840) ratificou a narrativa feita pelo senador Antônio Gomides e discorreu que o referido cirurgião, no Ceará, se chamava João Lopes e além do leite de mamão também teria vacinado com bexigas naturais. Em decorrência disto as pessoas que acreditavam estarem livres da bexiga

⁵²⁶O plano foi assinado pelos membros da Comissão. José Lino Coutinho, Antonio Ferreira França, José Avelino Barbosa, Francisco Gonçalves Martins, Francisco Xavier Ferreira. *Idem. Ibidem.*

⁵²⁷*Idem. Ibidem.*

⁵²⁸Sessão em 3 de setembro de 1826. *Annaes do Senado do Império do Brasil*, Livro IV, 1826, pp.189-196.

⁵²⁹*Idem. Ibidem.*

acabaram morrendo em meio à epidemia de bexiga no Ceará. O Senador ressaltou, ainda, que a resistência da população cearense não era exclusividade, pois quando tinha incumbido um cirurgião para vacinar na cidade de Goiânia, no ano de 1811, uma mulher responsável por uma das crianças vacinadas, havia ido a sua porta “fazer um alariado insupportável”, porque a vacina não teria efeito. João Antonio Rodrigues de Carvalho, além de comentar da visão da população sobre a ineficácia da vacina, observou sobre o fato dos vacinadores, por incapacidade, não conseguirem distinguir quando a vacina era verdadeira ou falsa. Alertou, também, que a gratificação aos vacinadores deveria ser paga pelo Tesouro e não pelas Câmaras, porque estas não teriam dinheiro nem para cuidar da criação dos expostos⁵³⁰.

Em meio a esta discussão, ainda em 1826, o projeto também foi aprovado pela Câmara dos Senadores, todavia cabe ressaltar que a aprovação do projeto pelas câmaras legislativas não necessariamente fariam que as medidas fossem efetuadas na prática, como é demonstrado pelos próprios debates sobre o tema que giram em torno da vacina nos anos seguintes nas duas legislaturas⁵³¹.

Em meio aos debates na Câmara dos Deputados e Senadores sobre a vacina, a atuação da Junta da Instituição Vaccinica da Corte do Rio de Janeiro foi bastante mencionada como exemplo a ser seguido em outras partes do Império. Porém a instituição também recebeu críticas por sua atuação, principalmente por parte do médico, e também deputado, José dos Santos Lino Coutinho (1784-1836).

Lino Coutinho discursando, em 1826, fez críticas aos serviços da Junta da Instituição Vaccinica da Corte pelo fato de terem consumindo um pouco mais de 6 mil réis do orçamento da Provedoria de Saúde. Segundo Lino Coutinho, só na Corte havia quatro vacinadores com renda entre 200 e 300 réis, que trabalhavam apenas duas vezes na semana e mesmo assim não cumpriam com suas obrigações. Do mesmo, ressaltou que os vacinados também não cumpriam a sua obrigação por não voltarem no 8º dia, fazendo com que o Brasil tivesse ainda mais gastos com a vacina, pois teria que comprar o pus vacínico de fora. Lino Coutinho era enérgico e em sua fala afirmou que “ou este estabelecimento ha de ser augmentado, como deve ser, ou então acaba-se com esta vaccina”⁵³². Para o deputado competia ao Governo Imperial cuidar do assunto determinando a impressão de folhetos sobre a vacinação e incentivando a vacina, pois

⁵³⁰*Idem. Ibidem.*

⁵³¹Sessão em 5 de outubro de 1826. *Annaes do Parlamento Brasileiro*, 1826, p.197.

⁵³²Sessão em 11 de Agosto de 1827. *Annaes do Parlamento Brasileiro*, 1827, p.104.

não havia sentido sustentar um estabelecimento que não apresentava resultados e dava prejuízo, comprovado pelo fato de que há 3 anos boa parte da população brasileira estava padecendo de bexigas⁵³³.

O conselheiro do Estado e Senador José Feliciano Fernandes Pinheiro, visconde de São Leopoldo(1774-847), respondeu a Lino Coutinho, afirmando que embora concordando com o “mal sucesso” da prática da vacinação por aquela instituição, ainda acreditava na melhoria do serviço. Segundo o Visconde de São Leopoldo, ele sempre recomendava aos presidentes de província que cuidassem de tal objeto, e por sua própria conta mandou traduzir uma obra para divulgar por todo o Império como se vacinar, além de ter despachado a vacina para capitânicas de Minas Gerais e de Santa Catarina. Todavia concordou, ainda, com Lino Coutinho, pois afirmou que embora o Ministro de Estado estivesse expedindo ordens para propagar a vacina, estas não estavam sendo executadas nas províncias, e o exemplo disso era o caso de sua própria cidade, Ouro Preto, que tinha por volta de 6 mil habitantes e mais de 170 pessoas por ano morriam de bexigas, e assim afirmou que “não sei também para que sejam essas despesas com a vacina, só se o benefício desta consiste em matar”⁵³⁴.

É interessante ressaltar que nos debates legislativos neste período a Junta da Instituição Vaccinica da Corte foi cobrada por sua atuação não só na Corte, mas por todo o Império, mesmo que oficialmente seu raio de atuação ainda se restringisse à Corte do Rio de Janeiro. Tal abrangência da instituição era inviável visto que o número de trabalhadores no serviço continuava o mesmo. Neste sentido o já citado deputado Lino Coutinho criticou novamente a instituição, no ano de 1828, discursando não saber as utilidades daquela instituição, pois a Câmara não sabia quantos eram os seus empregados, nem quais eram os funcionários que andavam pelas províncias vacinando, E foi categórico ao observar que “tendo ocorrido epidemias no norte e em Santa Catharina e, no entanto temos uma junta de vaccina”⁵³⁵.

Em 1830 o deputado Lino Coutinho criticou novamente a quantidade de dinheiro enviado para o Rio de Janeiro, sem que a Junta da Instituição Vaccinica da Corte fizesse um trabalho condizente com as despesas efetuadas. O deputado ratificou sua fala apresentando o exemplo da capitania do Piauí onde estaria ocorrendo um grande número de mortes por causa da varíola, e onde a vacina não tinha chegado. Desta forma,

⁵³³ *Idem. Ibidem.*

⁵³⁴ *Idem. Ibidem*, p.106.

⁵³⁵ Sessão em 7 de Agosto. *Annaes do Parlamento Brasileiro*, tomo segundo, 1828, p.46.

questionou os vacinadores da Junta: “porém qual é o paiz do interior a que taes cirurgiões têm levado a vaccina?”⁵³⁶.

Porém, além das críticas a instituição também recebeu elogios, como os feitos pelo deputado José Clemente Pereira (1787-1854), que afirmou que a importância da instituição não era somente para o Rio de Janeiro, mas para as mais diversas províncias, pois ela remetia o pus vacínico para diversas partes do Império e custeava o serviço de correio⁵³⁷.

A questão de que a instituição vacínica não teria voltar-se só para a Corte, mas para todo o Império do Brasil, apareceu também nas críticas do próprio Governo Imperial às autoridades das províncias e das Câmaras Municipais por negligenciarem os serviços de vacinação e com isto obrigarem o Governo a tomar medidas para propagar a vacina, como o envio de pus vacínico diretamente da Inglaterra para as províncias. Neste contexto, em 1828, foi requerido que os médicos da Junta da Instituição Vaccinica da Corte fizessem um plano para uma regulamentação geral dos serviços de vacinação em todo o Brasil⁵³⁸.

Em 1829, o supracitado plano foi apresentado à Câmara dos Deputados pelo deputado José Clemente Pereira(1787-1854). O plano continha uma proposta ousada que visava estabelecer um sistema de vacinação regular e permanente por todo o Império, e o principal argumento que justificava este plano era que a vacina seria o meio mais produtivo e menos dispendioso de aumentar a população brasileira. Composto de 23 artigos o extenso projeto continha um plano que contemplava uma administração central que lidaria direto com subordinados provinciais em uma cadeia descendente e que chegaria até os funcionários das Câmaras Municipais⁵³⁹.

O plano estabelecia que na capital das províncias, que o Governo julgasse conveniente, seriam criadas juntas vacinicas que seriam constituídas por um inspetor do instituto vacinico de toda a provincia e por dois cirurgiões e um secretário. Nas capitais das províncias nas quais não houvessem uma instituição vacínica, haveria um inspetor do instituto vacinico para toda a provincia e um vacinador que seria ao mesmo tempo secretário da junta. Seguindo os moldes da Junta da Instituição Vaccinica da Corte do Rio de Janeiro, estas juntas vacínicas atuariam todas as quintas feiras e domingos pela manhã e o serviço atenderia qualquer pessoa, fosse ela livre ou escrava.

⁵³⁶ Sessão em 12 de Julho. *Annaes do Parlamento Brasileiro*, tomo segundo, 1830, p.102.

⁵³⁷ Sessão em 8 de Agosto. *Annaes do Parlamento Brasileiro*, tomo terceiro, 1828, p.52.

⁵³⁸ Sessão em 3 de Junho de 1828. *Annaes do Parlamento Brasileiro*, 1828, p.20.

⁵³⁹ Sessão em 6 de Julho 1829. *Annaes do Parlamento Brasileiro*, 1829, p.53-54.

Neste plano caberia aos vacinadores das instituições conferir sobre a boa ou má qualidade do pus vacínico recebido e decidir se a vacina seria “conveniente, prejudicial ou inútil”, manter armazenado o pus, não só para ser remetido aos lugares aonde fosse necessário, mas também para o utilizar quando não pudessem fazer a vacinação braço a braço. Também deveria ser feito um amplo registro de todos os vacinados, que constaria com: a declaração de seus nomes; filiação; idade; cor; estado: livre ou cativo; domicílio; se compareceu no oitavo dia além do resultado da vacinação⁵⁴⁰.

Nas cidades em que não existissem juntas vacínicas, o inspetor e o cirurgião vacinador deveriam praticar a vacina todos os domingos de manhã, e nas cidades vilas e freguesias do Império em que não houvesse juntas vacínicas, nem inspetor do instituto, a vacina seria aplicada uma vez por ano, na estação do ano que fosse mais conveniente, por cirurgiões nomeados privativamente para esta comissão pelos inspetores e por este trabalho ganhariam uma remuneração diária enquanto durasse o serviço⁵⁴¹.

Aos juízes de paz caberia afixar, 15 dias antes da vacinação, os editais declarando o local e hora em que ocorreria o serviço. E todos que recebessem a vacina estariam obrigados a comparecer no 8º dia no local onde haviam se vacinado, pelo que receberiam um recibo. Os que faltassem sem justificativa seriam punidos com uma multa, sendo que para os adultos foi estipulado uma multa de doze mil réis e para os menores ou escravos a mesma pena seria imputada aos administradores das pessoas vacinadas⁵⁴².

O plano estabelecia a vacinação obrigatória de maneira que os pais seriam obrigados a levar seus filhos, “os senhores seus escravos, os tutores, seus tutelados”, e os administradores das casas de expostos deveriam levar as crianças ainda no primeiro ano de nascimento e caso não o fizesse deveriam pagar uma multa de oito a 16 mil réis por cada indivíduo que não fosse vacinado⁵⁴³.

Para fiscalizar aquelas pessoas que não tinham ido se vacinar, o plano obrigava a todos os párocos e curas de almas das capelas filiais curadas a enviar, todos os anos e até o dia 15 de janeiro, às Câmaras Municipais, uma relação de todos os indivíduos que tivessem sido batizados desde o dia 1º de janeiro até o último dia de dezembro do ano antecedente. Nesta relação deveria constar a declaração expressa de sua filiação, idade e moradia. Para que os párocos cumprissem esta obrigação, foi determinado que as

⁵⁴⁰*Idem. Ibidem.*

⁵⁴¹*Idem. Ibidem.*

⁵⁴²*Idem. Ibidem.*

⁵⁴³*Idem. Ibidem.*

repartições de Fazenda Pública não efetuariam pagamentos aos párocos, sem que antes fosse apresentado os certificados das Câmaras, que constasse que o pároco teria apresentado anualmente as referidas relações⁵⁴⁴.

Nas localidades que tivessem estabelecida uma instituição vacínica, com serviço regular de vacinação, as pessoas que não apresentassem o certificado de vacinação, excetuando-se aquelas que mostrassem sinais de terem tido bexigas naturais ou já haverem sido vacinados antes, não seriam admitidas nas escolas de primeiras letras, colégios de educação ou mesmo como aprendizes de qualquer ofício. Esta determinação passaria a vigorar 6 meses após a publicação da lei. Os professores, mestres e qualquer outra pessoa, que fosse contra essa disposição, seriam punidos com uma multa de 8 a 16 mil réis por cada indivíduo que tivesse inapropriadamente sido admitido nas instituições de ensino⁵⁴⁵.

Não seria permitida na Corte, e em nenhum outro lugar, a concessão de passaportes para saída de escravos novos, sem que estes mostrassem certificados de vacinação. As Câmaras Municipais estariam incumbidas de fiscalizar que a vacina fosse administrada anualmente em todas as freguesias dos seus distritos, com a regularidade devida, e fazer verificar a aplicação das multas que haviam sido determinadas por seus fiscais perante o juiz de paz. As mesmas Câmaras eram obrigadas a fornecer às juntas vacínicas, aos inspetores do instituto das províncias e aos cirurgiões vacinadores, as casas suficientes para que realizassem seus trabalhos e quaisquer outros auxílios que coubessem dentro das suas atribuições⁵⁴⁶.

Nesta proposta, o diretor da Junta da Instituição Vaccinica da Corte do Rio de Janeiro seria encarregado também da inspeção geral dos institutos vacínicos em todo Império. Desta maneira, o inspetor geral seria obrigado a fornecer aos inspetores das províncias, e estes aos cirurgiões vacinadores, que fossem enviados pelo interior das províncias o pus vacínico de que precisassem⁵⁴⁷.

O mesmo inspetor geral deveria mandar vir, de fora do Império, o pus vacínico que fosse necessário; resolver as dúvidas que fossem apresentadas pelos inspetores de províncias; ordenar as instruções necessárias para que a vacina fosse estabelecida com regularidade em todo o Império, encaminhando-as primeiro ao conhecimento do Governo Imperial para que este as aprovasse se julgasse conveniente e mandasse

⁵⁴⁴*Idem. Ibidem.*

⁵⁴⁵*Idem. Ibidem.*

⁵⁴⁶*Idem. Ibidem.*

⁵⁴⁷*Idem. Ibidem.*

executar; apresentar semestralmente um relatório exato do estado em que se achava o instituto vacínico em todo o Império, acompanhado de um mapa geral dos indivíduos vacinados no semestre e das observações das dificuldades da execução da lei e das medidas que convinha adotar para o melhoramento do instituto⁵⁴⁸.

De mesmo modo, os inspetores do instituto das províncias seriam obrigados a mandar os dados de todos os indivíduos vacinados nas suas respectivas províncias, acompanhados dos problemas que tivessem experimentado na prática das observações que tiverem feito em relação à vacinação, e das medidas que fosse conveniente adotar para o melhoramento dos institutos.

Os responsáveis pela vacina remeteriam às Câmaras Municipais o nome das pessoas que não haviam comparecido no oitavo dia, para que pudessem adotar as medidas previstas nos termos do art.15. As despesas do instituto seriam pagas pela Fazenda Pública e o Governo Imperial ficaria autorizado a propor um prêmio em dinheiro a quem dentro de dois anos apresentasse a melhor memória sobre o método mais seguro, mais fácil e econômico de colher o pus vacínico, de conservá-lo e de transmiti-lo, além do meio mais eficaz de se estabelecer e fazer prosperar em todo império os institutos vacínicos⁵⁴⁹.

O plano elaborado sem dúvida traria outros contornos para a política de vacinação no Brasil Imperial, todavia não foi efetivado pelo governo. Talvez o maior empecilho para colocar o plano em prática tenha sido o dispêndio financeiro necessário para efetivar o plano, pois em grande parte dos debates ocorridos na Câmara com relação à difusão da vacina, eram relacionados à questão financeira.

Desta maneira, por exemplo, no ano de 1830, as capitâneas de Espírito Santo, Sergipe, Alagoas, Rio Grande do Norte, Piauí, Pará, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso ainda não tinham recursos financeiros alocados no orçamento do Governo Imperial para a propagação da vacina, de maneira que foi sugerido pelo deputado Bernardo Pereira de Vasconcelos (1795-1850) que fosse regularizado um orçamento para estas províncias no valor de 200 mil reis⁵⁵⁰.

A proposta acabou por ocasionar um debate na Câmara dos Deputados, que criticaram a centralidade do Rio de Janeiro nas políticas públicas do Governo Imperial, em detrimento de outras capitais. Esta crítica esteve presente principalmente em relação

⁵⁴⁸*Idem. Ibidem.*

⁵⁴⁹*Idem. Ibidem.*

⁵⁵⁰ Sessão em 12 de julho de 1830. *Annaes do Parlamento Brasileiro*, tomo segundo, 1830, p.102.

à questão orçamentária, como demonstrou a fala do deputado Antonio Franciso de Paula de Hollanda Cavalcanti de Albuquerque (1797-1863) que afirmou:

Felizes são os habitantes do Rio de Janeiro, que quando tem desgraça são socorridos, ao mesmo passo que o das outras províncias não são abandonados.⁵⁵¹

O deputado Bernardo Pereira de Vasconcelos afirmou que a comissão autora da proposta havia pretendido propor uma quantia só para a vacina em todo o Império, e que caso ocorresse alguma coisa extraordinária, o Governo estaria autorizado a fazer despesas em forma de crédito suplementar⁵⁵².

Todavia, deputados de outros estados reclamaram que a quantia de 200 réis era suficiente somente para capital da província, mas insuficiente para vacinar todos os locais das províncias. Neste sentido, o deputado do Ceará, José Martim de Alencar, justificou que os 200 réis na Capitania do Ceará seriam divididos entre vinte Câmaras Municipais, o que daria 10 réis para cada uma. Segundo o deputado, com esta quantia não se conseguiria manter um cirurgião para aplicar a vacina em nenhuma das Câmaras Municipais⁵⁵³.

O deputado sugeriu, como alternativa, que se usasse somente 200 réis nas capitais, o que a seu ver não seria um privilégio, mas sim uma medida que possibilitaria a continuidade da vacinação para um maior número de pessoas, já que nas capitais havia mais gente que no interior, e o cirurgião também poderia ficar responsável por distribuir a vacina por outros locais da província. Além do mais o deputado do Ceará ponderou que não se deveria acreditar que todas as Câmaras iriam cumprir com seus deveres, e assim ao se distribuir essa quantia por toda província, resultaria somente com que a vacina sumisse até mesmo da capital, pois não conseguiria arcar com os custos com o vacinador⁵⁵⁴.

Embora seu argumento apresentasse uma certa lógica, o deputado do Ceará foi amplamente criticado. Neste sentido, o deputado Bernardo Vasconcelos argumentou que o que ele estava sugerindo poderia ocasionar o retorno a uma política perpetuada no Brasil anteriormente, quando os governadores de províncias eram responsáveis pela vacinação e a maioria dos serviços de saúde era de atribuição da capital em detrimento de outros espaços. Para Bernardo Vasconcelos o certo seria que se a quantia de 200 réis

⁵⁵¹Sessão em 12 de julho de 1830. *Annaes do Parlamento Brasileiro*, tomo segundo, 1830, p.103.

⁵⁵²*Idem. Ibidem*, p.103.

⁵⁵³Sessão em 6 de Agosto de 1830. *Annaes do Parlamento Brasileiro*, tomo segundo, 1830, p.322.

⁵⁵⁴*Idem. Ibidem*.

fosse pequena para toda a província, deveria, então, ser aumentada a renda destinada à vacina, sem se distinguir a capital em detrimento de outras regiões⁵⁵⁵.

O debate na Câmara se estendeu e acabou significando críticas ao funcionamento dos serviços nas Câmaras Municipais, as quais muitas vezes negligenciavam os serviços de vacinação, e justificavam tal comportamento dados os ordenados e rendimentos insuficientes. Em meio a estes debates, o orçamento para a vacinação no Império, em 1831, foi orçado em 36 mil réis⁵⁵⁶.

Em 1832, apesar do aumento do orçamento para a vacinação, o deputado José Lino Coutinho, então Ministro do Império, reclamou em seu relatório ministerial que a vacina, apesar dos reiterados cuidados e recomendações do corpo legislativo, não estaria progredindo conforme o esperado. Desta forma, só havia o estabelecimento vacínico na capital da província do Rio de Janeiro, não existindo institutos e nem mesmo um simples cirurgião vacinador responsável pela vacinação em todos os outros municípios. Em função disso, o ministro presumiu que o mesmo abandono e desleixo em que estavam os serviços de vacinação no Rio de Janeiro se encontravam nas demais províncias do Império⁵⁵⁷.

Lino Coutinho salientou em seu relatório que o governo teria nomeado cirurgiões vacinadores em todos os municípios da província, com gratificações segundo a natureza dos lugares em que iriam ser estabelecidos, o estado de população e o aumento de trabalho. Ordenou, igualmente, para todas as outras províncias, exigindo de seus Presidentes a estatística anual da vacinação, para que com esta pudesse conhecer sua marcha e seu progresso⁵⁵⁸.

Para Lino Coutinho a vacina seria essencial para o crescimento da população, que a seu ver não vinha crescendo como era esperado em proporção com “da bondade do ceo, e solo do Brasil e faceis meios de subsistencia, que ele oferece aos seus habitantes”. Entre os motivos para este pequeno crescimento citou o fato dos negociantes e comissários estrangeiros, que se enriqueciam no Brasil e depois retornavam ao seu país natal, o desleixo e o pouco cuidado com a educação física dos meninos⁵⁵⁹.

Segundo Lino Coutinho estes fatores estariam contribuindo para o atraso em que

⁵⁵⁵*Idem. Ibidem.*

⁵⁵⁶Sessão em 5 de setembro de 1831. *Annaes do Parlamento Brasileiro*, tomo segundo, 1831, p.121.

⁵⁵⁷*Relatorio do Sr. Ministro do Imperio. Augustos e dignissimos Senhores representantes da Nação .Astrea*, Rio de Janeiro, n.844, 23 de junho de 1832, p.2.947.

⁵⁵⁸*Idem. Ibidem.*

⁵⁵⁹*Idem. Ibidem.*

se encontrava a população do Império brasileiro, porque sem uma sólida liberdade e tranquilidade interna, sem os costumes não haveriam casamentos, e sem os cuidados próprios da infância os meninos ou não vingavam ou cresciam adoentados e fracos⁵⁶⁰.

Se em 1831 havia sido aprovada uma quantia de 36 mil réis para os gastos com a vacina, em 1833 estavam sendo gastos apenas 26.740 mil réis, distribuídos pelas províncias da seguinte maneira⁵⁶¹:

Províncias	Réis
Rio de Janeiro	16.450
Minas Gerais	2.000
Rio Grande do Sul	1.700
São Paulo	1.200
Ceará	1.000
Pernambuco	1.000
Sergipe	600
Parahyba	600
Maranhão	470
Piauí	400
Pará	400
Mato Grosso	300
Alagoas	270
Espírito Santo	200
Rio Grande do Norte	200
Goyaz	200
Santa Catarina	200

Tabela 2 - Gastos provinciais com a vacinação no ano de 1833

Se supormos que cada cirurgião vacinador recebia a média de 200 mil réis pelo serviço de vacinação, podemos inferir que as províncias de Santa Catarina, Goiás, Rio Grande do Norte e Alagoas só possuíam um cirurgião para a prática de vacinação, o que provavelmente também restringia sua ação na capital da província. Pará, Piauí e Maranhão possuíam 2, Paraíba e Sergipe 3, Pernambuco e Ceará 5, São Paulo 6 e Rio Grande do Sul 8⁵⁶². Desta maneira para a maioria das províncias do Brasil a vacinação ainda seria uma prática bastante limitada, pois como foi destacado nos debates

⁵⁶⁰ *Idem. Ibidem.*

⁵⁶¹ Despesas provinciais apresentada na sessão de 17 de agosto de 1833. *Annaes do Senado do Império do Brasil*, livro 3, 1883, pp.51-60. Cabe ressaltar que os gastos de Minas Gerais não foram discriminados só com a vacina, mais com a saúde pública em geral, e os da capitania de São Paulo discriminavam o pagamento de um cirurgião em Paranaguá, que poderia ser aplicador da vacina ou não.

⁵⁶² Preferimos não estimar o número de cirurgiões na capitania de Minas Gerais, tendo em vista o fato do dinheiro contabilizado para a vacina ter sido inserido junto com os gastos com a saúde em geral. Despesas provinciais apresentada na sessão de 17 de agosto de 1833. *Annaes do Senado do Império do Brasil*, livro 3, 1833.

parlamentares, as Câmaras Municipais negligenciavam o serviço e dificilmente iriam utilizar o próprio orçamento para a propagação do método.

Em relação à província do Rio de Janeiro, é difícil mensurar o número dos cirurgiões, pois as despesas do serviço eram maiores na medida em que englobavam os gastos com a Junta da Instituição Vaccinica da Corte, que tinha despesas com a encomenda de pus da Inglaterra e o serviço de correio para remeter o pus vacínico a diversas regiões. Todavia, o Rio de Janeiro era sem dúvida o espaço mais privilegiado do Império para a propagação da vacina, pois além de contar com os 8 vacinadores que eram funcionários da Junta da Instituição Vaccinica(4 vacinadores regulares e mais 4 vacinadores que circulavam pela província propagando a vacina), também haviam vacinadores fixos para as regiões de Pati do Alferes, Macaé, Vila Nova de S. José, Maricá, Mangaratiba, Ilha Grande, Canta Galo, Valença, Paraty, S. João da Barra, S. Salvador dos Campos, Magé, Inhomirim, São João do Príncipe, Nova Friburgo, Vila Nova, Cabo Frio, Rezende e Paraíba do Sul⁵⁶³.

Além dos vacinadores fixos, muitos vacinadores particulares requeriam o pus na instituição, e com isso o número de vacinadores na província do Rio de Janeiro demonstrava que a vacina já estava cobrindo praticamente todo o território fluminense. Este fato foi ratificado no relatório do secretário do Estado, Antonio Pinto Chichorro da Gama(1800-1887), no ano de 1833, que informou que na província do Rio de Janeiro a vacina não era encontrada apenas em poucos lugares, e que no segundo semestre de 1832 haviam sido vacinadas mais de 2 mil pessoas⁵⁶⁴.

Em relação às outras províncias, Antonio da Gama afirmou que estava sendo remetido pus a todos os presidentes que a haviam solicitado, porém nas províncias de São Pedro e Santa Catarina a vacina não estava sendo devidamente acolhida, principalmente nos lugares mais longes da capital. Ainda, segundo este ministro, nas províncias do Rio Grande do Norte e Piauí a vacina não estaria produzindo resultados, em decorrência do defeito do pus ou da imperícia de quem estava aplicando a vacina. Em Pernambuco e Minas Gerais, a vacina estaria se propagando corriqueiramente, e sobre as demais províncias Antonio da Gama afirmou não possuir notícias⁵⁶⁵.

⁵⁶³Relação dos cirurgiões vacinadores nas diferentes municipalidades do rio de janeiro e gratificações pelo serviço: declaração para a Secretária de Estado e Negócios do Império. 12 de novembro de 1832. Códice50-3-51. AGCRJ.

⁵⁶⁴Relatório da Repartição dos Negócios do Império apresentado a Assembléa Geral Legislativa na sessão ordinária de 1834 pelo respectivo secretário de Estado Antonio Pinto Chichorro da Gama sobre o ano de 1833. *Brasil: Ministério do Império*. Rio de Janeiro, na Typografia nacional, 1834. BN.

⁵⁶⁵*Idem. Ibidem.*

Ainda, neste mesmo relatório, Antonio da Gama afirmou que a Junta da Instituição Vaccinica da Corte do Rio de Janeiro, “ressente-se da falta de ordem e sistema com que foi criada”, em outras palavras, ressentia-se da sua atuação ser apenas limitada à capital do Império e não ser responsável pelas outras províncias. Desse modo o ministro observou que caberia elevar a junta à “categoria de central”, ou seja, deveria se corresponder com os vacinadores da província e exigir-lhes as observações relativas à vacina, além de lhes fornecerem o pus vacínico e os esclarecimentos que precisassem. Deveriam ser criadas, nas capitais das outras províncias, outras instituições vacínicas que fossem incumbidas das mesmas funções e que também deveriam prestar informação a junta central⁵⁶⁶.

Segundo Antonio da Gama para que este projeto fosse viável, seria necessário elevar o salário do Inspetor da junta central a pelo menos a seis centos mil réis, tendo em vista o acréscimo de seu trabalho, e que também deveria constar de um secretário que ganharia pelo menos quatro centos mil réis. Fora isso deveria se assinalar uma quantia para o estabelecimento das Juntas provinciais, e para as despesas expediente. Para o ministro, assim os serviços de vacinação seriam muito melhor desempenhados, pois o governo teria um conhecimento geral e mais exato da vacinação por todo o Império⁵⁶⁷.

Como vemos, o ministro se referiu a um projeto muito parecido como que havia sido apresentado à Câmara em 1829, e não fora aprovado. Apesar das palavras do ministro, a junta continuou com sua ação circunscrita à província do Rio de Janeiro. Mas esta tentativa de ampliar a atuação da junta vacínica para âmbito nacional demonstrou o quanto seus trabalhos eram reconhecidos e sua posição consolidada no cenário imperial.

No relatório ministerial do ano de 1834, em meio a um evento epidêmico, o então secretário do Estado, Joaquim Vieira da Silva e Souza (1800-1864), disse estar estarrecido pois na capital e suas vizinhanças ainda havia diversos preconceitos contra a vacina, que faziam com que as pessoas deixassem de se vacinar ou de retornarem para conferir a “veracidade” da vacina e assim passar o pus adiante. Para o ministro, este fato teria levado ao aparecimento das bexigas, que estava ceifando um número considerável de vítimas⁵⁶⁸.

⁵⁶⁶*Idem. Ibidem.*

⁵⁶⁷*Idem. Ibidem.*

⁵⁶⁸ Relatório da Repartição dos Negócios do Império apresentado a Assembléia Geral Legislativa na

Joaquim Vieira da Silva e Souza, em seu relatório ministerial, ressaltou ainda que o governo não poupava esforços para transmitir a vacina, pois teriam sido nomeados 4 vacinadores para os municípios, nos locais em que estes postos estavam vagos, e o pus estava sendo pontualmente enviado a todas as localidades que o requisitavam. Além disso, Hercules Octaviano Muzzi, buscando estender a prática da vacina, havia elaborado uma Memória, que foi impressa pelo governo e distribuída nas províncias, sendo recomendado aos presidentes que lhe fosse dada a maior publicidade possível. O número de vacinados de maio do ano de 1833 até março do 1835 era de 6.636 pessoas vacinadas, sendo 4.395 verdadeiras, e o restante não compareceu. Mas quando começou a ocorrer a moléstia, um maior número de pessoas retornou. Além destas 6 mil pessoas, o ministro diz terem sido mencionados, também, os expostos do Arsenal de Guerra, Soldados de diversos Corpos, Marinheiros da Esquadra, Africanos da Casa de Correção, e um grande número de crianças, a quem os Facultativos desta comissão haviam aplicado aquele preservativo nas casas particulares⁵⁶⁹.

Em relação aos trabalhos da Junta da Instituição Vaccinica da Corte, Joaquim Vieira da Silva e Souza comentou que haviam progredido com vantagem, como demonstrara os relatórios e mapas semestrais remetidos ao governo e inseridos nas folhas públicas. A referida instituição fazia frequentes remessas de pus vacínico para as províncias do Império, que o requeriam, e recebia de Londres a nova vacina que empregava, simultaneamente com a que ia conservando. Assim, com o surgimento da bexiga, trazida por alguns recrutas do norte, isto não afetou nenhum dos vacinados, como havia sido ocorrido no arsenal de guerra, e casa de correção⁵⁷⁰.

O relatório ministerial apresentado à Câmara dos deputados, em 1835, pelo ministro do Império, José Ignácio Borges(1770-1838), ressaltou a regularidade dos trabalhos da instituição vacínica e os esforços feitos pelo governo, e que se esperava que as administrações provinciais não desviassem sua atenção de um objeto que o governo geral tanto se empenhava em promover, e que buscava que a vacina se vulgarizasse por todo o Império⁵⁷¹.

Cabe ressaltar que a implementação da vacina, por meio de ordens imperiais às

sessão ordinária de 1835 pelo respectivo secretário de Estado pelo ministro Joaquim da Silva e Souza sobre o ano de 1834. *Brasil: Ministério do Império*, Rio de Janeiro, na typografia nacional, 1834. BN.

⁵⁶⁹*Idem. Ibidem.*

⁵⁷⁰*Idem. Ibidem.*

⁵⁷¹Relatório da Repartição dos Negócios do Império apresentado a Assembléia Geral Legislativa na sessão ordinária de 1836 pelo respectivo ministro do Império José Ignácio Borges sobre o ano de 1835. *Brasil: Ministério do Império*, Rio de Janeiro na Typografia nacional, 1836. BN.

Câmaras Municipais, levaria a tensões entre as mais diversas culturas e representações da população brasileira que teriam em comum o receio em se vacinar. Neste contexto, a Fala que o presidente da província do Espírito Santo, João Lopes da Silva Couto (1807-1899), dirigiu à Assembléia Legislativa, no dia 1º de abril de 1840, foi exemplar sobre esta questão:

A vaccina vai se propagando, porém lentamente, pelas preocupações do povo rude: em algumas Villas ninguem aparece para se aproveitar deste preservativo, sendo muito para estranhar que em todo o anno de 1839 nesta Cidade só se vaccinassem vinte seis pessoas brancas, e cento e sessenta e quatro entre pardos e pretos, apesar das diligencias e avisos que se fizerão.

Em Guapimirim vaccinarão-se em Janeiro deste anno cento e setenta e sete individuos; daqui se vê como he divergente o modo de pensar dos povos de huma mesma Província relativamente à vaccina. Ouvi dizer em hum Municipio estes prejuizos da classe ignorante tem sido alimentados por hum cirurgião, o qual insinua que a vaccina he inutil, e que o mesmos vaccinados podem causar o contagio das bexigas; estas ideias tem produzido muito descredito à vaccina⁵⁷².

As elites médica e política do Brasil Imperial tinham diversas adjetivações para a população que resistia em aderir à prática de vacinação, como Povo “inculto”, “rude” “ignorante”, “bárbaro”. No Rio de Janeiro, um dos exemplos mais interessantes foi encontrado nas páginas do *Diario do Rio de Janeiro*, na correspondência de José Soares da Costa Reis, tenente coronel e comandante da Guarda Nacional no ano de 1839, que relatou a dificuldade em introduzir a vacina no seu batalhão:

[...]cumprindo me aqui observar, que alguma dificuldade encontrei a principio, pela repugnancia que as praças mostrão a vacina, aterradas inteiramente com a ideia da bexiga e reciosos de algum funesto incidente por ela originada(tudo filho do atraso de civilização em que se achão) ao que contudo se sujeitavam; não por convicção como era de desejar mas por obdiência. Este terror, e este receio porém tem sido gradualmente desvanecido pela utilidade e proveito que a experiencia lhes tem mostrado resultar aqueles a quem se tem submetido, felizmente hoje se desapareceu tal repugnancia, o que se evidencia pela franquesa com que acuzavão os que ainda não tinham sido vaccinados⁵⁷³.

Se no Rio de Janeiro, onde a prática da vacina já estava institucionalizada há mais de 30 anos de maneira regular ainda se esbarrava nos receios da população, em diversas províncias com o método recentemente inserido ou apenas utilizado de forma esporádica, podemos conjunturar que os problemas seriam bem mais frequentes. O

⁵⁷² Fala que o presidente da província do Espírito Santo dirigiu a Assembléia legislativa no dia 1º de abril de 1840. *Assembléia Legislativa do Espírito Santo*, 1840. BN.

⁵⁷³ Correspondência. *Diario do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, nº26, 23 de novembro de 1839, p.2.

entendimento dessa diversidade de visões demanda estudos de histórias locais e regionais, que poderiam elucidar muitas questões importantes relacionadas à aceitabilidade da vacinação. Considerando as demandas e contextos regionais, uma série de questões poderiam influenciar na visão pela qual os indivíduos percebiam a vacina. Neste sentido, histórias interessantes, até então não contadas, podem emergir contribuindo para enriquecer a historiografia sobre o tema, e como exemplo disso, abordaremos a seguir, um movimento de revolta ocorrida, em 1832, na Comarca de Paracatú, na província de Minas Gerais.

3.6-Um movimento popular contra a vacina: Comarca de Paracatú (Minas gerais, 1832).

O evento histórico conhecido como a Revolta da Vacina, ocorrido em 1904 no Rio de Janeiro, foi um dos maiores levantes populares conhecidos no Brasil. Tal evento se deu quando a vacinação no Rio de Janeiro se tornou obrigatória, em um contexto de diversas mudanças que atingiam a classe popular de maneira ofensiva. A amplitude e dimensão do evento fez com que diversos historiadores se debruçassem sobre o tema e nos trouxe diversas perspectivas mostrando o quanto o movimento era complexo⁵⁷⁴.

Analisaremos agora outro movimento de revolta contra a vacina que ocorreu, embora em menor escala, quase cem anos antes, na pequena comarca de Paracatú, na província de Minas Gerais. A singularidade do movimento é que a vacina introduzida na comarca não foi feita de forma obrigatória, e que estava envolto em uma trama política entre o juiz de paz da cidade e o presidente da Câmara Municipal.

No período Imperial, Paracatú era uma pequena comarca de Minas Gerais. Em 1827 possuía quase 4000 habitantes, sendo que os “indígenas se achavam domesticados”. A comarca era composta de 1 vila, 27 arraiais e 7332 fogos⁵⁷⁵. No jornal *O Universal*, de 1832, foi noticiado que estava ocorrendo na Comarca um movimento popular que estaria sendo motivado por intrigas do Juiz de Paz, J. Pimentel Barbosa, que teria se aproveitado dos “prejuízos dos populares” sobre a vacina e teria espalhado boatos, como o de que a vacina estaria sendo envenenada para matar o povo, e que Francisco de Antonio de Assis, presidente da Câmara dos Vereadores de Paracatú, teria sido comprado pelo governo para realizar tal projeto. Boatos como estes, somados a outras calúnias, foram suficientes para fazer com que o povo se rebelasse, e até

⁵⁷⁴ Sobre a revolta da vacina, um resumo de importantes concepções historiográficas sobre este movimento pode ser encontrado em: CHALLOUB, Sidney. *op. cit.*, p.97-102.

⁵⁷⁵ Sessão em 8 de outubro de 1827. *Annaes do Parlamento Brasileiro*, 1827, p.110.

surgissem planos em meio à multidão para assassinar o presidente da Câmara.⁵⁷⁶

No *O Universal* foi noticiado, também, que na verdade as intrigas haviam sido motivadas, pois o presidente da Câmara, Francisco de Antonio de Assis, havia remetido ao Conselho Geral do Governo Provincial uma denúncia de “muitos abusos e prevaricações cometidas no município”. O Governo Provincial requereu o nome das pessoas envolvidas, e nesta relação enviada por Francisco de Assis constou o nome do Juiz de Paz. Este Juiz havia se irritado com a representação que a Câmara havia feito sobre os subornos nas eleições da justiça da cidade, nos anos de 1832 à 1834. Segundo o redator da matéria, a justiça na comarca estava concentrada nas mãos de indivíduos pertencentes à família do Juiz de Paz, e que este tinha ligação direta com os ouvidores se beneficiando dos cargos destes⁵⁷⁷.

A multidão foi inflamada com essa intriga por meio de pasquins e bilhetes espalhados pela vila, que colocavam o povo contra o Presidente da Câmara, com dizeres como o de “morra o presidente”, nas palavras do redator do *O Universal*:

[...]seduziu-se gente incauta e ignorante, para fazer um levante, a cuja esta se por juiz de Paz; e o Presidente teria sido victima, e sacrificado ao furor do povo iludido, se não tivesse presença de espírito e coragemno momento do perigo[...]⁵⁷⁸.

O interessante da questão foi que ao ser coagido pela população, a autoridade competente à qual o presidente da Câmara tinha de se remeter, era o próprio Juiz de Paz. Com isso, Francisco de Antonio de Assis remeteu um ofício ao Juiz de Paz, J. Pimentel Barbosa, reclamando da sedição e afirmando que, entre outros problemas que estavam ocorrendo, estavam sendo atiradas pedras em seu telhado. Ressaltou que as autoridades policiais e criminais estavam assistindo a revolta em silêncio, o que contrariava a lei imperial que proibia “ajuntamentos do povo”, bem como as violências contra a Câmara Municipal e seus membros. Assim, o presidente da Câmara requereu que o Juiz de Paz ordenasse que o povo dispersasse, promovesse a ordem, e que quando isto ocorresse haveria uma sessão para se deferir sobre a situação da vacina. Neste ofício havia, ainda, uma nota na qual o presidente da Câmara pedia para que o juiz de paz justificasse o motivo pelo qual a sedição não estava sendo controlada, pois até mesmo em uma Ata da Sessão da Câmara, os sediosos estavam sendo denominados com

⁵⁷⁶Paracatú. *O Universal*, Ouro Preto, n.734, 9 de abril de 1832, p.3.

⁵⁷⁷*Idem. Ibidem.*

⁵⁷⁸*Idem. Ibidem.*

termos amenos, como “cidadão consternados, afetuosos”,⁵⁷⁹.

O presidente da Câmara pediu que o redator do jornal *O Universal* inserisse o ofício e a exposição no jornal, como uma forma de tentar fazer uma defesa pública de sua figura. Desta maneira, o presidente da Câmara afirmou que se não fossem apresentados seus requerimentos na sessão da Câmara, isto poderia significar para o povo em geral que em Paracatú se faziam levantes contra o empregado público, cujo único crime teria sido procurar executar ordens legais e haver representado as faltas cometidas pela jurisdição ao conselho geral. Para o presidente da Câmara, este evento confirmava que quando o povo não tinha “bastante civilização”, isto facilitava para que os prevaricadores transgredissem as leis com crimes e abusos da jurisdição⁵⁸⁰.

Outra iniciativa do presidente da Câmara, com o mesmo caráter, foi a publicação de seu discurso, que não havia podido ser lido na sessão da Câmara, pois segundo o redator da matéria, o presidente encontrava-se acuado e tendo constatado a sedição, se recusou a comparecer na sessão por estar a população em um “furor insano e desenfreado”. O discurso do presidente da Câmara indicava as leis perante as quais o povo estava se opondo ao fazer a sedição, e começava a sua defesa discorrendo que o povo teria a qualidade de ser movido pelas primeiras impressões e facilmente se deixava iludir, se revoltando justamente contra aqueles que buscavam seu bem. Relatou, ainda, que os pasquins continham chamados para que se matasse o presidente da Câmara oferecendo recompensas, afirmando que: “se o matarem vão para minha fazenda que tenho muitos cavallos, bois e dinheiro”⁵⁸¹.

Para o presidente da Câmara, o povo do Brasil era naturalmente “dócil, pacífico e obediente”, pois não havia ocorrido sedições, nem quando entravam “comboios com bexigentos” na cidade. Assim, a culpa pela sedição teria sido a falha das autoridades em conter os motins. Além disso, a propagação da vacina teria sido um pretexto ostensivo para que os “prevaricadores” afirmarem que haviam se defendido. Nas palavras do presidente da Câmara, “o povo é muitas vezes inimigo de si mesmo, e ingrato para seus benfeitores; assim foi coroado o triunfo da malignidade, das caprixosas opiniões opostas!”⁵⁸².

O presidente da Câmara, mesmo acuado pela sedição, conseguiu fazer um

⁵⁷⁹ São citados no documento o art. 78 da lei 1º de outubro Arts. 106,103,104 e 15 do Código Criminal. Correspondência. *O Universal*, Ouro Preto, n. 735, 13 de abril de 1832, p.2.

⁵⁸⁰ *Ibidem*. p.3-4.

⁵⁸¹ *Ibidem*.

⁵⁸² *Ibidem*.

requerimento ao Conselho do Governo, que foi publicado no jornal *O Universal*, no qual afirmou que os membros da Câmara não haviam procedido bem ao tratar da vacina, e que o povo e “seus cabeças” seriam criminosos por se oporem às diligências legais, pois além de não ser obrigatória a vacina, ela ainda era gratuita⁵⁸³.

Apesar de todo o problema que a vacina havia gerado, o Conselho de Governo não desistiu de propagá-la pela cidade de Paracatú e indicou as maneiras pelas quais deveria ocorrer. Deste modo, a Câmara deveria lançar um edital com o lugar em que iria ocorrer a vacinação e o presidente da Câmara não deveria guardar o pus vacínico em sua casa, mas na própria Câmara, e, além disso deveria fazer vacinar toda a sua família publicamente para incentivar o povo a se vacinar e não “as ocultas como ele confessava”. De mesmo modo, os outros membros da Câmara e pessoas ilustradas da vila deveriam fazer o mesmo, pois nos documentos remetidos ao Conselho do Governo não constava que nenhuma pessoa de suas famílias havia sido vacinada⁵⁸⁴.

O Conselho do Governo criticou, ainda, a atuação da Câmara por não ter lançado um edital declarando os proveitos da vacina e ter afirmado que seria feita de maneira gratuita na casa da Câmara, em determinado horário, de forma que viesse voluntariamente quem quisesse. Para o Conselho do Governo, se a Câmara tivesse procedido desta forma, vacinando seus parentes como exemplo, e tivessem prevenido de maneira mais persuasiva o povo, este nunca teria chegado aos crimes que estavam sendo cometidos. Com isso, o governo criticou a Câmara pelo pouco zelo e interesse em relação à vacina, em decorrência do que teria nascido a representação do povo. Deste modo, o conselho advertiu que o povo deveria ser reanimado com o exemplo, mostrando que a prática da vacina era voluntária, e deveria ser colocada operação nas mãos de um cirurgião hábil para prevenir que se perdessem o pus⁵⁸⁵.

Como podemos perceber no documento expedido, as querelas políticas em torno da revolta foram totalmente ignoradas pelo parecer da comissão do Governo Imperial, que atribuiu estritamente aos membros da Câmara a incompetência na maneira de inserir e gerenciar a prática da vacina, causando a suspensão da vacina. Talvez o nepotismo do Juiz de Paz fosse tão comum naquele período, que não valia a pena saná-lo, pois o mesmo poderia ter relações com o governo provincial⁵⁸⁶.

Todavia o fato do povo não se sentir confortável com a vacina, não foi uma

⁵⁸³ Artigos d’Officio. *O Universal*, Ouro Preto, n.834,30 de novembro de 1832.p.1-2.

⁵⁸⁴ *Idem. Ibidem.*

⁵⁸⁵ *Idem. Ibidem.*

⁵⁸⁶ *Idem. Ibidem.*

questão exclusiva de Paracatú. Por exemplo, a Câmara de Goiás enviou um ofício ao Ministério do Império, em 30 de abril de 1831, discorrendo que o povo na região eram contrários à introdução da vacina por temerem que o emprego dela causasse as bexigas naturais, e em decorrência disto os membros da Câmara suspenderam os serviços de vacinação na cidade. O Ministro dos Negócios do Império, Manoel José de Souza França (1780-1856), aprovou o procedimento feito pela a Câmara, e ordenou que esta devia proceder com diplomacia para que aos poucos fosse diminuindo o “prejuízo” do povo, convencendo-o de que não havia fundamento em seus receios e afirmando a utilidade da vacina, que era utilizada em diversas nações civilizadas, bem como em as outras províncias do Império. Ressaltou, ainda, que a Assembleia Geral Legislativa não promoveria um objeto pernicioso nem mesmo arriscado. E mandou remeter doze pares de laminas de pus vacínico ao presidente da província de Goiás, para que fosse sendo utilizado, na conformidade do que havia sido recomendado como conveniente⁵⁸⁷.

Como os historiadores que se debruçaram sobre a revolta da vacina de 1904 nos ensinaram, em uma revolta popular está imbricada uma série de questões, forças e atores sociais. Sidney Chalhoub conferiu ênfase à vacina, como uma protagonista. Desta maneira o parecer do presidente da província sobre a situação dos serviços de saúde nas Comarcas de Minas Gerais, que foi publicado no jornal *O universal*, trouxe pistas sobre a relação da vacina na comarca de Paracatú. Segundo Manuel Inácio de Melo e Sousa(1771-1859), a vacina estava sendo disseminada por Minas Gerais “lutando contra os prejuizos dos que dificilmente constem que sejam vacinadas suas familias”, porém alguns professores e mesmo curiosos iam aplicando o método com sucesso, sendo frequentemente recomendado pelo governo às Câmara Municipais que estavam fazendo os possíveis esforços. Desta maneira, Melo e Souza salientou que somente em Paracatú ocorreu um fato isolado, no qual o povo foi contra sua propagação pelos motivos “mais frívolos”. Para Manoel de Melo e Souza a resistência do povo em relação à vacinação, naquela vila, tinha se originado em 1810, quando, pela primeira vez, tentaram introduzir o método da vacina, ocasionando uma grande mortandade, a qual segundo o cirurgião teria sido pela possibilidade do vírus vacínico estar degenerado naquela ocasião⁵⁸⁸.

Sem dúvida, esta experiência negativa com a vacinação, ocorrida 20 anos antes, deve ter influenciado o povo a não querer a vacinação, tendo sido o vírus degenerado ou

⁵⁸⁷ Artigos de Officio. Ministério do Império. *Império do Brasil: Diario Fluminense*, Rio de Janeiro, n.8, v.18, 11 de julho de 1831, p.33.

⁵⁸⁸ Concidadães, e Srs. do Conselho Geral. *O Universal*, Ouro Preto, n.836,5 de dezembro de 1832, p.1.

mesmo a utilização do método de variolização a causa da proliferação de uma bexiga verdadeira. O fato é que a experiência passada tornou bastante possível que o povo acreditasse que a vacina era uma forma de ceifar vidas, tornando bastante difícil a propagação da prática de vacinação na vila de Paracatú.

A concepção que a vacina podia causar as bexigas não era exclusividade da vila de Paracatú, sendo facilmente encontrada nos relatos médicos e políticos do Brasil Imperial, sendo um dos maiores motores da resistência da população a prática. Á exemplo, o presidente da província do Sergipe, José Eloi Pessoa (1792-1841), reclamou em seu relatório no ano de 1838 que algumas Câmaras Municipais lhe relatavam que era impossível convencer a população da utilidade da vacina:

Não he muito para admirar que à vista dos prejuizos, gente rústica e ignorantes que estão prestes a trocar a certeza do pequeno incommodo da vaccinação, pela incerteza do mal futuro, ainda mais quando o incommodo de vaccinação se pode tornar repentinamente nesse flagelo de bexiga natural pela impericia dos inoculadores, ou por quaesquer outros motivos peculiares ao nosso clima, ou outras causas por ora desconhecidas⁵⁸⁹.

Podemos perceber no relato de José Pessoa que o mesmo acreditava que a vacina poderia gerar as bexigas. Quanto a província de Minas Gerais a resistência do povo em relação à vacinação podia estar ocorrendo em diversas regiões, como podemos perceber pelo relatório, do ano de 1835, do presidente da Província, Antônio Paulino Limpo de Abreu (1798-1883), o Visconde de Abaeté. Antônio de Abreu relatou que as únicas moléstias endêmicas que existiam na capitania seriam as bexigas e as febres intermitentes, e que as primeiras se desenvolviam em lugares espaçados da província, e as segundas surgiam nas margens de alguns rios e lugares “paludosos”. Para prevenir a bexiga, o governo teria sido sempre incansável em propagar a vacina, e pelos seus esforços para combater a repugnância que existia contra a vacina, que estaria diminuindo sensivelmente à proporção que os seus benefícios estariam sendo experimentados e mais conhecidos, graças à divulgação, pelo Governo, de escritos sobre estes objetos, que foram distribuídos por ordem imperial⁵⁹⁰.

⁵⁸⁹ Interior. SERGIPE. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, ano XIII, n.40, 20 de fevereiro de 1838, p.2.

⁵⁹⁰ O tratamento das febres intermitentes se consistia em fazer o esgoto dos pântanos, e em descortinar as matas, porém para o presidente isto não cabia a ser uma política direta do governo, para que isso fosse feito deveria ocorrer a abertura de estradas e canais que facilitariam o transporte dos gêneros tornando lucrativa a sua venda nos mercados. Dever-se-ia em sua concepção convidar a população a cultura de tais terrenos que seriam quase todos muito férteis e multiplicaria neles as povoações, conseguindo assim o duplo benefício, pois, além de evitar um mal, ainda poderia aumentar a população e o comércio em geral. Minas Gerais, Ouro Preto, discurso do presidente da província na ocasião da abertura da assembléia

Por fim, nesta conjuntura podemos perceber que a população de Paracatú se revoltou contra uma prática médica que, embora não fosse impositiva, teria uma série de conotações negativas para aquela população. Estas conotações teriam sido habilmente manipuladas em torno da figura do presidente da Câmara da vila, que foi apresentado como um bode expiatório, por representar uma prática médica que nas concepções populares poderiam gerar a mortífera epidemia das bexigas.

3.7-Considerações Finais.

Como buscamos demonstrar ao longo deste trabalho, a institucionalização da vacina antivariólica no Brasil foi um processo complexo e gradativo, tendo em vista as questões relativas à validade e à eficácia desta prática, e a resistência por parte da população à vacina em função do incômodo que causava ou de sua eficácia.

No contexto de sua implementação, buscamos entender a vacina antivariólica de forma mais ampla, pois não seria apenas uma prática médica, que evitaria a bexiga. Além disso, é preciso levar em conta que presentes no combate para erradicar a vacina, estavam valores que denotavam civilidade e modernização, questões prementes na sociedade joanina em geral, que seguia os modelos de outros países europeus, que já haviam adotado o uso da vacina e criado instituições próprias para propagação desta prática.

Assim, de forma gratuita, e em alguma medida eficaz, a capital imperial, a cidade do Rio de Janeiro, foi um dos primeiros locais onde esse processo de vacinação iniciou sua institucionalização, e onde ao longo da década de 1820, foi se consolidando sanando os problemas frequentes, como o alto número de faltosos e de pessoas que não retornavam no oitavo dia, como era requerido.

Em um contexto imperial, os debates legislativos demonstraram o quanto a preocupação governamental de levar a vacina a todo o Império era importante. Todavia embora tenham surgido diversas medidas legislativas, estas esbarravam em uma série de questões, que iam desde o orçamento para a vacinação, até as questões culturais da própria população brasileira, que sendo bastante diversa e dispersa neste vasto território, tinha diversas concepções e níveis de aceitabilidade em torno da vacina. O melhor exemplo encontrado dessa diversidade, no período, foi a população da vila de Paracatú, que se revoltou contra o método, mesmo que este não tenha sido imposto de forma

provincial, em 1º de fevereiro de 1835. Interior. Minas Gerais. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, ano IX, n.38.18 de fevereiro de 1835, p.2.

obrigatória, em meio a um contexto que juntouas disputas políticas e uma concepção desfavorável sobre os efeitos da vacina presente na população.

Como buscamos demonstrar, ainda que houvessem resistências, houve um esforço governamental para implementar a vacina por todo o Império, não se restringindo a certas províncias e suas capitais. Todavia, a província do Rio de Janeiro tinha uma discrepância com relação ao número de funcionários nos municípios, além do fato da própria junta de vacinação que se encontrava em seu território. Importa, lembrar que isto se deu em um contexto de descentralização do país, no qual existiam críticas dada a discrepância entre o dispêndio financeiro com esta província e o das demais regiões.

O evento epidêmico de 1834 foi interessante pois trouxe à tona debates médicos em torno da necessidade da revacinação e colocou em evidência a atuação da Junta da Instituição Vaccinica da Corte. A Junta foi um modelo de institucionalização da prática, que vislumbrou ser, embora sem ser plenamente alcançado, uma instituição de caráter nacional, todavia sua atribuição e importância já superavam os limites da corte tendo centralidade nos serviços de vacinação e remessa de pús por toda a província do Rio de Janeiro.

A tentativa de difundir a prática da vacina pelo Império, nos auxilia a refletir ainda o quanto era difícil a implementação e manutenção das práticas de saúde no período Imperial e o quanto estas esbarravam em problemáticas diversas como a falta de orçamento, negligência política, interesses locais, falta de pessoas qualificadas, entre outros. Deste modo, o controle da varíola estava ainda muito longe de ser resolvida neste período, sendo um problema de saúde recorrente ao longo de todo o século XIX.

Conclusões

A introdução da vacina em Portugal ocorreu por iniciativas particulares, somente posteriormente passaria a ser responsabilidade estatal. Portanto, o Governo inicialmente não atuou ativamente em sua propagação, de maneira que as iniciativas particulares foram fundamentais para disseminar a prática mesmo após a institucionalização da mesma. No caso da América Portuguesa, por sua vez, a iniciativa se deu atrelada aos governadores de província que foram percebidos como peças chaves nos serviços de saúde no período. Tal fato possibilitou que estas autoridades promovessem a vacinação sob sua direção em espaços públicos do governo, o que respectivamente possibilitou a manutenção e continuidade da prática considerando-se as dificuldades de manter a vacina em condições de uso.

Os marcos de difusão da vacina no Império Luso-Brasileiro foram a criação de instituições responsáveis pela disseminação da vacinação: a Junta da Instituição Vaccinica da Corte, criada em 1811, e a Instituição Vaccinica da Academia Real das Sciencias de Lisboa, em 1812. As duas instituições seguiram caminhos diferentes, pois curiosamente a instituição de Lisboa, que fora criada sobre os cuidados de uma academia científica de renome, teve muito mais problemas para se manter em atividade, devido a seu amplo projeto de levar a vacina a todos os seus domínios e à falta de apoio financeiro por parte do Governo. A instituição brasileira, criada com base em um projeto menos pretensioso, conseguiu ir se mantendo e ampliando seu raio de atuação e número de funcionários, o que a longo prazo se mostrou efetivo no que tangia à propagação da vacina pela província do Rio de Janeiro.

Outro aspecto importante é o fato de que a Instituição Vaccinica da Academia Real das Sciencias de Lisboa, atuou com funcionários rotativos e voluntários associados a academia, deste modo, mesmo que os médicos fizessem parte da instituição, eles não estavam trabalhando ordinariamente nela, mas por intervalos, de modo que até mesmo o cargo de diretor da instituição era rotativo. Esse aspecto embora tenha sido positivo por viabilizar que uma gama de pessoas trabalhasse na instituição sem gerar custos, em alguma medida, pode ter dificultado a resolução de problemas práticos na instituição, ou mesmo, na elaboração de planos mais sistemáticos para propagar e difundir a vacina em Portugal.

A trajetória das instituições demonstrou que o apoio governamental para a disseminação da prática no período foi fundamental, o que pode ser percebido pelos

médicos da instituição portuguesa, que recorreram várias vezes ao Governo buscando apoio financeiro, tendo sido algumas vezes atendidos e muitas vezes negligenciados. Neste sentido é interessante perceber que mesmo a instituição brasileira, que era um órgão vinculado ao governo, sofreu ataques no parlamento devido aos recursos que a ela eram destinados e também ficou sem o cargo de diretor por aproximadamente 10 anos devido a uma pretensa economia do governo. Mesmo sofrendo estes ataques, a instituição conseguiu manter seu funcionamento e alcançou reconhecimento até mesmo pela instituição inglesa Royal Jennerian Society for the Extermination of Smallpox.

A importância destas instituições também se deu na produção e sistematização de conhecimentos sobre a vacina. A instituição portuguesa destacou-se pelo fato dos médicos que a integravam terem produzido extensos trabalhos, dando conta do serviço e das observações realizadas na prática de vacinação na instituição. Todavia, cabe ressaltar que a Instituição Vaccinica da Corte também foi um centro que fomentou o conhecimento sobre a vacina, principalmente na figura de seu diretor, Hercules Octavianno Muzzi, que elaborou uma série de documentos e estudos sobre a prática da vacina no Brasil. Tais conhecimentos, num contexto de ampla controvérsia sobre o método, foram de extrema importância e estratégicos para tentar aumentar a aceitação da vacina, não só entre os médicos, mas também na população em geral.

Ainda sobre a teoria que englobava os discursos médicos sobre a vacina podemos perceber que durante o início do século XIX a empiria da prática seria fundamental para atestar a validade da vacina na falta de referenciais teóricos que comprovassem e explicassem sua eficácia. Desse modo, os discursos tanto pró vacinação - que eram sua maioria - quanto contra, levaram ao surgimento de diversos casos isolados muito pouco críveis tanto de curas de inúmeras doenças quanto de enfermidades diversas atreladas a vacina. Tal gama de discursos fez com que se multiplicassem os estudos e publicações sobre a vacina, e a busca das instituições e dos médicos pela sistematização e análise desses dados a partir dos métodos científicos da época.

Em meio a esse contexto a vacina foi se tornando uma prática médica cada vez mais consolidada devido a sua eficácia. Mesmo assim as discussões em torno do método se acentuaram ao longo da década de 1820 devido a inúmeras ocorrências de pessoas vacinadas que adquiriam a varíola. Esse fato faz com que e inúmeras discussões que já existiam desde o início da prática sobre o tempo protetivo que a vacina conferia se acentuassem juntamente aos debates sobre a necessidade de revacinação. Tais debates

circularam em inúmeras instituições européias e também no Brasil, na Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro e na própria Junta da Instituição Vaccinica da Corte.

Cabe ressaltar que o número de vacinados pelas instituições não seria suficiente para proteger a população da varíola, todavia isto não era uma exclusividade destes espaços e instituições, já que o mesmo ocorria em outros países da Europa que também possuíam instituições vacínicas e epidemias de varíola continuavam a ocorrer. No entanto, a instituição portuguesa por ter um projeto de abrangência nacional se via em maior defasagem quanto ao número de vacinados, já que a Instituição Vaccinica da Academia Real das Sciencias de Lisboa, mesmo nos seus anos de maior atuação, não conseguiu alcançar todo o território português. No contexto brasileiro, vimos que a Junta da Instituição Vaccinica da Corte, buscou ampliar seu raio de atuação e ter papel central na difusão da vacina por todo o território Imperial, todavia seus planos esbarravam em uma série de entraves políticos e econômicos, o que fez com que a instituição conseguisse ampliar seu raio de atuação somente nos limites da província do Rio de Janeiro.

O estudo das instituições vacínicas do período se mostrou importante por elucidar como o processo de institucionalização e manutenção da vacina se consolidou em meio a uma rede de interesses, principalmente, das classes médica e política e a uma série de tensões entre a prática médica oficial e a população refratária ao método. Dois fatores fundamentais norteavam os discursos que justificavam a difusão da vacina: o aumento da população e o conseqüente benefício deste para o país nas mais diversas esferas e a “civilidade” que a prática conferia ao ser amplamente difundida entre institutos e aceitas por médicos dos mais diversos países. Deste modo, no caso brasileiro, este segundo fator ficou mais acentuado após a vinda da Família Real para o Brasil, quando a necessidade de “europeizar” o país passou a estar na ordem do dia, tornando a vacina uma das principais práticas de saúde no período Joanino.

O interesse governamental em difundir a vacina esbarrou em um fator relevante nos dois países: a pouca aceitabilidade do método pela população. Destarte, podemos perceber que em Portugal as autoridades buscaram ampliar o número de vacinados através do “convencimento” com o auxílio da Igreja Católica e de figuras “ilustres”, que foram fundamentais para aumentar a aceitação da prática no povo. No Rio de Janeiro, percebemos que a tática adotada foi principalmente o estabelecimento de multas e à divulgação das penalidades àquelas pessoas que não fossem se vacinar, embora as autoridades também buscassem divulgar os benefícios da vacina para aumentar sua

aceitabilidade.

Mesmo não se tornando obrigatória em Portugal e no Brasil, muitas vezes aprática ocorreu de forma coercitiva. Em Portugal a coercitividade foi ligada principalmente as pessoas vinculadas a órgãos governamentais e no Brasil além destes últimos na população escravizada que compunha a maioria de pessoas vacinadas pela Junta da Instituição Vaccinica. Cabe ressaltar que o discurso de muitos médicos do período seguia o caminho de incentivar a obrigatoriedade do povo a se vacinar. Como afirmou Bruno Barreiros em seu artigo⁵⁹¹, o século XIX foi um período onde os discursos e as práticas médicas se ampliaram junto a um esforço de fiscalizar e tornar cada vez mais uniformes as práticas de saúde, de maneira a reprimir as práticas da medicina popular, que possuíam concepções diversas sobre saúde e doença.

Outro problema prático encontrado comum as duas instituições era o alto número de pessoas vacinadas que não compareciam no 8º dia, para conferir se a vacina era verdadeira e passar a “matéria” a outras pessoas. Tal problema gerava não só custos institucionais para requerer pús da Inglaterra, mas também que o tencionamento entre os médicos e a população, se ampliassem, na medida em que os médicos buscavam sanar este problemas recorrendo ao Governo para que fossem efetuadas multas caso o vacinado não comparecesse a instituição, a possibilidade de divulgação de seus nomes em periódicos e até mesmo o impedimento de acesso a certos serviços e órgãos públicos.

Como buscamos demonstrar em nossa dissertação a institucionalização da vacina com a Junta da Instituição Vaccinica da Corte, e a Instituição Vaccinica da Academia Real das Sciencias de Lisboa, destacam-se por terem possibilitado um aumento sensível no número de vacinados, no Brasil e em Portugal, e que a prática da vacina tivesse continuidade. Isto se torna evidente, na medida em que, os locais onde a prática ocorreu por iniciativas particulares tenderam a desaparecer ou serem extremamente esporádicas e rarefeitas, fato que seria recorrente por muitas regiões do Império brasileiro ao longo do século XIX.

Por fim, acreditamos que a perspectiva de análise possibilita a compreensão sobre o surgimento de outras importantes ações no campo da vacinano período, como a Comissão Permanente de Vacina estabelecida na Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro. O projeto desta comissão parece ter sido muito similar ao da Instituição

⁵⁹¹ BARREIROS, Bruno. 2014. *op. cit.*.

Vaccinica da Academia Real das Sciencias de Lisboa, tanto quanto à amplitude do projeto que visava levar a vacina a todo o Império do Brasil, quanto por ser uma instituição comandada por médicos de uma sociedade já bem estabelecida. Desse modo, o estudo desta Comissão e de sua trajetória podem auxiliar a elucidar ainda mais os caminhos da institucionalização da vacina e a criação dos institutos vacínicos no período.

REFERÊNCIAS

• FONTES

Fontes primárias manuscritas

- *Avisos e portarias do governo do Brasil para várias autoridades de Portugal*. Negócios de Portugal. Códice 251, vol. 11. Código do fundo: 59. AN.
- Códice 50-3-51. AGCRJ.
- Códice 50-3-52. AGCRJ
- *Correspondência do Vice-rei com diversas autoridades*. Códice 70. vol.02. Secretaria de Estado do Brasil. Código do Fundo: 86. AN.
- *Correspondência do Vice-rei. Regimento para os governadores do Brasil*. Caixa 774. pct. 01. Código do Fundo. D9, AN.
- *Correspondência do Vice-rei. Regimento para os governadores do Brasil*. Caixa 744, pct. 03. Título do Fundo ou Coleção: Vice-reinado. Código do Fundo: D9. AN.
- *Correspondência do Vice-rei com o governador do Espírito Santo*. Registro da correspondência do vice-reinado com diversas autoridades. Códice 70, vol. 22. Secretaria de Estado do Brasil. Código do Fundo: 86. AN.
- *Correspondência do Vice-rei com o governador da Bahia*. Registro da correspondência do vice-reinado com diversas autoridades. Códice 70, vol. 22. Secretaria de Estado do Brasil. Código do Fundo: 86. AN.
- *Expediente*. IS4 2. Série Saúde. Código do Fundo: BF. AN.
- *Fisicatura-mor*. Caixa 464, pct. 01. Fisicatura-mor: Código do fundo: 20. AN.
- *Fisicatura-mor*. Caixa 464, pct. 02. Fisicatura-mor Código do fundo: 20. AN.
- *Hospital dos Lázaros do Rio de Janeiro*. Caixa 759; pct 01. Código do Fundo: 39. AN.
- *Instituto Vacínico (Rio de Janeiro)*. IS4 42. Série Saúde. Código do Fundo: BF. AN.
- *Instituto Vacínico (Rio de Janeiro)*. IS4 43. Série Saúde. Código do Fundo: BF. AN.
- *Instituto Vacínico (Alagoas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Pará)*. IS4 51. Série Saúde. Código do fundo: BF. AN.
- *Instituto Vacínico (Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo, Sergipe)*. IS4 52. Série Saúde. Código do fundo: BF. AN.
- *Livro de registro de tudo que pertence à Instituição da Vacina*. Códice 368. Polícia da Corte. Código do fundo: ØE. AN.
- *Ministério dos Negócios do Brasil, Ministério dos Negócios do Reino, Ministério dos Negócios do Reino e Estrangeiros, Ministério dos Negócios do Império e Estrangeiros*.

Instituições policiais. Diversos GIFL. 68-83. Código do Fundo OI, AN.

- *Ministério do Império - Casa Imperial - Fazenda de Santa Cruz*. Caixa 507, pct. 02.

Título do Fundo: Fazenda Nacional de Santa Cruz. Código do Fundo: EM. AN

- *Ministério do Reino da Bahia. Correspondência do presidente da província*. Códice: IJJ92. Série Interior. Código do Fundo: AA. AN.

- *Registro de ordens e ofícios expedidos da Polícia aos ministros criminais dos bairros e comarcas da corte e ministros eclesiásticos Policia da Corte*. Códice: 329, volume 01. Título. Código do fundo: Ø E. AN.

- *Registros de ordens e ofícios expedidos da Polícia aos ministros criminais dos bairros e comarcas da Corte e ministros eclesiásticos. Policia da Corte*. Códice: 329, Volume 03. Código do fundo: ØE. AN.

- *Rio Grande do Sul. Ministério do Reino e Império. Registro de correspondência*. Códice: IJJ9 25. Série interior Código do fundo: AA. AN.

- *Secretaria de Estado do Ministério do Reino*. Caixa 703, pct.01. Negócios de Portugal. Código de fundo: 59. AN.

Fontes primárias impressas

Annaes do Parlamento Brasileiro.

- Sessão em 2 setembro de 1826. *Annaes do Parlamento Brasileiro*, 1826, p.338.

- Sessão em 5 de outubro de 1826. *Annaes do Parlamento Brasileiro*, 1826, p.197.

- Sessão em 11 de Agosto de 1827. *Annaes do Parlamento Brasileiro*, 1827, p.104.

- Sessão em 7 de Agosto. *Annaes do Parlamento Brasileiro*, tomo segundo, 1828, p.46.

- Sessão em 12 de Julho. *Annaes do Parlamento Brasileiro*, tomo segundo, 1830, p.102.

- Sessão em 8 de Agosto. *Annaes do Parlamento Brasileiro*, tomo terceiro, 1828, p.52.

- Sessão em 3 de Junho de 1828. *Annaes do Parlamento Brasileiro*, 1828, p.20.

- Sessão em 6 de Julho 1829. *Annaes do Parlamento Brasileiro*, 1829, p.53-54.

- Sessão em 12 de julho de 1830. *Annaes do Parlamento Brasileiro*, tomo segundo, 1830, p.102-103.

- Sessão em 6 de Agosto de 1830. *Annaes do Parlamento Brasileiro*, tomo segundo, 1830, p.322.

- Sessão em 5 de setembro de 1831. *Annaes do Parlamento Brasileiro*, tomo segundo, 1831, p.121.

- Sessão em 8 de outubro de 1827. *Annaes do Parlamento Brasileiro*, 1827, p.110.

- Assembléia Legislativa no dia 1º de abril de 1840. *Assembléia Legislativa do Espírito*

Santo, 1840, BN.

Annaes do Senado do Império do Brasil.

- Despesas provinciais apresentada na sessão de 17 de agosto de 1833. *Annaes do Senado do Império do Brasil*, livro 3, 1883, pp.51-60
- Sessão em 3 de setembro de 1826. *Annaes do Senado do Império do Brasil*, Livro IV, 1826, pp.189-196.

Artigos em Periódicos

- AGUIAR, Theodoro Ferreira de. Rio de Janeiro. Mappa das pessoas, que se tem vacinado na Caza da Camara, desde o 1º de Julho de 1811 até 1819, e não se faz menção do grande numero, que particularmente tem se vacinado em suas cazas. *Gazeta do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, n.59, 22 de julho de 1820, p.3.
- ALMEIDA, Antonio de. Annaes vaccinicos de Portugal, Ou Memoria Chronologica da Vaccinação em Portugal, desde a sua introdução até o estabelecimento da Instituição Vaccinica da Academia Real das Sciencias de Lisboa. Por Antonio de Almeida. *Historia e Memorias da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, Lisboa, tomo IV, parte I, 1816, pp.40-64.
- Artigos d'Officio. *O Universal*, Ouro Preto, n.834,30 de novembro de 1832. p.1-2.
- Addiantamento às observações sobre a organização das Academias do Rio de Janeiro e Bahia por José Martins da Cruz Jobim. Bacharel em Bellas Letras, em Sciencias pysicas, Doutor em Medicina pela Universidade de Paris &c. *Império do Brasil: Diario Fluminense*, Rio de Janeiro, v.13, n.103, 9 de maio de 1829, pp.416-417.
- Annuncio da Instituição Vaccinica. *Gazeta de Lisboa*, Lisboa, n.209, 5 de setembro de 1814. (s/p).
- Artigos de Officio. Ministério do Império. *Império do Brasil: Diario Fluminense*, Rio de Janeiro, n.8, v.18, 11 de julho de 1831, p.33.
- Artigos não officiaes. *Correio Official: In Medio Posita Virtus*, Rio de Janeiro, tomo IV, n.65, 23 de março de 1835, p.4.
- Artigos não officiaes. *Correio Official: In Medio Posita Virtus*, Rio de Janeiro, tomo III, n.84, 9 de outubro de 1834, p.334.
- Augsburg 27 de junho. *Gazeta de Lisboa*, Lisboa, n.33,13 de agosto de 1805. (s/p).
- Avisos. *Gazeta do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, n.81, 11 de outubro de 1815, p.8.
- Avisos. *Gazeta do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, n.84,21 de outubro de 1815, p.4.

- Avisos. *Gazeta do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, nº11, 5 de fevereiro de 1817, p.4.
- Boletim da Sociedade (Extracto das actas). *Semanario de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, n.38, 17 de setembro de 1831, p.1.
- Boletim da Sociedade (Extracto das actas). *Semanário de Saude Pública*, Rio de Janeiro, n.37, 10 de setembro de 1831, p.1.
- Carta ao Redactor sobre a Inoculação da Vaccina. *Correio Braziliense: Ou Armazem Literário*, Londres, n.66, novembro de 1813, p.824-827.
- Carta circular do Governo para os prelados diocesanos do Reino. *Correio Braziliense: Ou Armazem Literario*, Londres, n.63, agosto de 1813, pp.242-243.
- Carta de José Francisco de Carvalho, Medico na cidade de Lagos, pertencentes aos mezes de Fevereiro, Março, Abril, Maio, Junho, Julho de 1814. *Jornal de Coimbra*, Lisboa, n.30, parte I. junho de 1814, p.320-325.
- Carta de Manoel Albano de Moraes e Antonio Manoel Garcia, Médico, e cirurgião dos Partidos da Camara da Villa da Torre de Moncorvo, pertencentes aos mezes de Janeiro e fevereiro de 1817. *Jornal de Coimbra*, Lisboa, vol.XII, parte I, n.LXI, 1818.p.30.
- Concidadães, e Srs. do Conselho Geral. *O Universal*, Ouro Preto, n.836,5 de dezembro de 1832, p.1.
- Conclusão da memoria sobre a vaccina. *O Investigador Português em Inglaterra ou Jornal literario, político, &c*, Londres, v. 9, n.XXXV, maio de 1814, pp. 411- 422.
- Conta anual da Instituição Vaccinica da Academia Real das Sciencias de Lisboa, pronunciada na sessão pública de 1815 por Bernardino Antonio Gomes. *Historia e Memorias da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, Lisboa, Tomo IV, parte II, 1816, pp.30-55.
- Conta dos Trabalhos vacínicos da instituição. *Correio Official: In Medio Posita Virtus*, Rio de Janeiro,v. V, n.64, 17 de setembro de 1835, p.267;
- Conta dos trabalhos Vacínicos lida na sessão pública da Academia Real das Sciencias de Lisboa feita pelo secretário Justiniano de Mello Franco em 24 de Junho de 1816. *Historia e Memorias da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, Lisboa, Tomo V, parte I, 1817, pp.30-42.
- Continuação das Posturas adoptadas pela Camara Municipal desta Cidade. Titulo VIII. Sobre Vacina, e Expostos. *Diario do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, n.22, 29 de janeiro de 1831, p.59.
- Continuação do Exame Sobre as observaçoens, e reflexoens relativas à prática da inoculação da Vaccina, e suas funnestas cconsequencias feitas em Inglaterra pelo Dr.

Heliodoro Jacinto de Araujo Caneiro. *O Investigador Português em Inglaterra ou Jornal literario, político, &c*, Londres, v. 2, n. VIII, janeiro de 1812, pp.352-377.

- Correspondência. *Diario do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, nº26, 23 de novembro de 1839, p.2.

- Correspondência. *O Universal*, Ouro Preto, n. 735, 13 de abril de 1832, p.2.

- Da Vaccina e Bexigas. *O Propagador das Sciencias Medicas ou Annaes de Medicina, Cirurgia e Pharmacia para o Imperio do Brasil*, Rio de Janeiro, tomo segundo, 1827, pp.43-53.

- Demonstração dos trabalhos da Instituição Vaccinica desta Corte em o 2º semestre de 1834. *Correio Official: In Medio Posita Virtus*, Rio de Janeiro, tomo IV, n.65, 23 de março de 1835, p.4.

- Diario Vaccinico de Jose Feliciano de Castilho em Coimbra, nos meses de abril, maio, e junho de 1815. *Jornal de Coimbra*, Lisboa, n. 38, 1815, p.73.

- Discurso com que o Exm. Snr. Presidente da Província abriu a Sessão ordinaria da Assembleia Legislativa Provincial no dia 6 do corrente. *Gazeta Universal*, Recife, v.1, n.52, 9 de abril de 1836, pp.1-3.

- Discurso Histórico Acerca dos trabalhos da Instituição Vaccinica recitado na sessão publica da Academia Real das Sciencias de Lisboa em 24 de junho de 1821 por Francisco Elias Rodrigues da Silveira. *Historia e Memorias da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, Lisboa, Tomo VIII, Parte I, 1823, pp.19-34.

- Discurso Histórico pronunciado na Sessão Publica da ARCL de 24 de junho de 1812 por João Guilherme Christiano Muller, secretario da academia. *Historia e Memorias da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, Lisboa, Tomo III, parte I, 1812, p.46.

- Discurso Histórico recitado na Sessão Publicada Academia Real das Sciencias de Lisboa de 24 de junho de 1822 pelo secretário José Corrêa da Serra. *Historia e Memorias da Academia Real das Sciencias de Lisboa*. Lisboa, Tomo VIII, Parte I, 1823, pp.4-14.

- Discurso histórico sobre a Instituição Vaccinica recitado na Sessão publica da Academia Real das Sciencias de Lisboa em 24 de junho de 1818 pelo secretário José Bonifacio de Andrada e Silva. *Historiae Memorias da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, Lisboa, Tomo VI, Parte I, 1819, pp.1-25

- Discurso Histórico sobre os trabalhos da Instituição Vaccinica da Academia Real das Sciencias de Lisboa, lido na sessão pública de Lisboa 24 de junho de 1820 por José Maria Soares. *Historia e Memorias da Academia Real das Sciencias de Lisboa*. Lisboa, Tomo VII, 1821, pp.28-42.

- Discurso Histórico sobre os trabalhos da Instituição Vacinica, lido na Sessão pública da Academia Real das Sciencias de Lisboa m 24 de Junho de 1817 pelo doutor Wenceslao Anselmo Soares. *Historia e Memorias da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, Lisboa, Tomo V, parte I, 1817, pp.38-55.
- Discurso Histórico sobre os trabalhos da Instituição Vacinica, recitado na Sessão publica da Academia Real das Sciencias de Lisboa, em 24 de Junho de 1818 por Ignacio Antonio da Fonseca Benevides. *Historia e Memorias da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, Lisboa, Tomo VI, parte I, 1819, pp.40-41.
- Discurso Histórico sobre os trabalhos da Instituição Vacinica, recitado na Sessão publica da Academia Real das Sciencias de Lisboa, em 24 de Junho de 1818, por Ignacio Antonio da Fonseca Benevides. *Historia e Memorias da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, Lisboa, Tomo VI, parte I, 1819, pp.36-45.
- Discurso recitado na sessão pública da Academia Real das Sciencias de Lisboa em 27 de junho de 1823 pelo secretário José Maria Dantas Pereira. *Historia e Memorias da Academia Real das Sciencias de Lisboa*. Lisboa, Tomo IX, 1825, pp.3-10.
- Editaes. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, vol.5,n.42.21 de outubro de 1831, p.3
- Edital. *Diario do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, n.14,21 de junho de 1831, p.57
- Edital. *Diario do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, n.19, 24 de novembro de 1832, p.32.
- Edital. *Diario do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, n.6, 7 de março de 1828, p.21.
- Exanthemas febris. *Jornal de Coimbra*, n.XV, março de 1813, p.227-228.
- Expostos. *Diario do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, n.22, 29 de janeiro de 1831, p.59
- Exterior, Gram-Bretanha. *Jornal dos Debates Politicos e Litterarios*, Rio de Janeiro, n.44, 11 de novembro de 1837, p.177
- Extracto da Câmara dos Deputados no dia 2 setembro de 1826. *Império do Brasil: Diario Fluminense*, Rio de Janeiro, n.56, v.8, 6 de setembro de 1826, p.225-226.
- Extracto de huma Carta escrita na Bahia em data de 16 de janeiro do presente anno pelo Doutor José Avelino Barbosa a Theodoro Ferreira de Aguiar, Cirurgiaõ Mór da Armada Real, e dos Exércitos. *Gazeta de Lisboa*, Lisboa, Suplemento, n.16,19 de abril de 1805. (s/p).
- Extracto de uma carta de Francisco Gomes da Motra a José Feliciano de Castilho, sobre vaccina, febres intermitentes, etc. *Jornal de Coimbra*, Lisboa, n. XXXII, 1814, pp.96-97.
- França. *O Investigador Portuguez em Inglaterra ou jornal literário, político, &c*, Londres, vol.10, n. XXXIX, setembro de 1814, p.436.

- Instituição Vaccinica da Corte. *Correio Official: In Medio Posita Virtus*, Rio de Janeiro, v.6, n.71, 30 de março de 1836, p.283.
- Instituição Vaccinica do Rio de Janeiro. *Correio Official: In Medio Posita Virtus*, Rio de Janeiro, v.V, n.64,17 de setembro de 1835, p.267.
- Instituição Vaccinica. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, ano VIII, n.41,20 de fevereiro de 1834, p.2.
- Instituição Vaccinica. *Correio Official: In Medio Posita Virtus*, Rio de Janeiro, tomo I, n.22, 26 de julho de 1833, p.3.
- Instituição Vaccinica. *Diario do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, n.21, 26 de julho de 1821, p.162.
- Interior. Minas Gerais. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, ano IX, n.38.18 de fevereiro de 1835, p.2.
- Interior. SERGIPE. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, ano XIII,n.40, 20 de fevereiro de 1838, p.2.
- Lisboa 12 de Fevereiro. *Gazeta de Lisboa*, Lisboa, n.38, 13 de fevereiro de 1819. (s/p)
- Lisboa 19 de Novembro. *Gazeta de Lisboa*, Lisboa, n.274, 19 de novembro de 1814. (s/p).
- Lisboa 22 de Fevereiro. *Gazeta de Lisboa*, Lisboa, n.46, 23 de fevereiro de 1820. (s/p).
- Lisboa 29 de março. *Gazeta de Lisboa*, Lisboa, Supplemento, n.13, 29 de março de 1805, (s/p).
- Mappa dos individuos que se vacinarão na caza da Vaccina, em todo o anno de 1828, com declaração de n°dos que tiverão vaccina verdadeira, falsa e os que não comparecerão no oitavo dia, para o exame de costume. *Império do Brasil: Diario Fluminense*, Rio de Janeiro, v.13, n.46, 27 de fevereiro de 1829, p.190.
- Mappa das pessoas que se vaccinarão na Caza da Camara no anno de 1820. *Gazeta do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, n.32, 21 de abril de 1821, p.3.
- Mappa das pessoas Vaccinadas na casa da Camara desta Corte desde Julho até o último de Dezembro de 1824. *Império do Brasil: Diario Fluminense*, Rio de Janeiro, vol. 5, n.27, 5 de fevereiro de 1825, p.108
- Mappa das pessoas Vaccinadas na casa da Camara desta Corte desde Janeiro até o último de Junho de 1825. *Império do Brasil: Diario Fluminense*, Rio de Janeiro, vol.6, n.27, 2 de agosto de 1825, p.107.
- Mappa das pessoas Vaccinadas na casa da Camara desta Corte desde Julho até o último de Dezembro de 1825. *Império do Brasil: Diario Fluminense*, Rio de Janeiro,

vol.7, n.21, 27 de janeiro de 1826, p.84

- Mappa das pessoas Vaccinadas na casa da Camara desta Corte desde Janeiro até o último de Junho de 1826. *Império do Brasil: Diario Fluminense*, Rio de Janeiro, vol.8 n. 23, 28 de julho de 1826, p.94.

- Mappa das pessoas Vaccinadas na casa da Camara desta Corte desde Julho até o último de Dezembro de 1826. *Império do Brasil: Diario Fluminense*, Rio de Janeiro, vol.9, n.42, 22 de fevereiro de 1827, p.168.

- Mappa das pessoas Vaccinadas na casa da Camara desta Corte desde Janeiro até o último de Dezembro de 1827. *Império do Brasil: Diario Fluminense*, Rio de Janeiro, vol.11, n.55, 6 de março de 1828, p.220.

- Mappa do estado da Vaccina, e seus progressos na Corte do Rio de Janeiro no anno de 1829. *Império do Brasil: Diario Fluminense*, Rio de Janeiro v.15, n.67, 26 de março de 1830, p.268.

- Memória sobre a utilidade da innoculação das Bexigas Vaccinas, traduzida do Alemão por um amigo da Humanidade. Noticia. *Jornal de Coimbra*, Lisboa, n.XL, 1815, pp.195-196.

- Memória. *O Investigador Português em Inglaterra ou Jornal literario, político, &c*, Londres, v. 9, n. XXXIII, março de 1814. pp.41-51.

- Memoria. *O Investigador Portuguez na Inglaterra*, ou jornal literario, politico, &c, v.9, n. XXXIV, abril de 1814, pp. 202-219.

- Ministerio do Imperio. *Império do Brasil: Diario Fluminense*, Rio de Janeiro, n.127, 1 de dezembro de 1831, p.525.

- Para os Corregedores das Comarcas. *Correio Braziliense: Ou Armazem Literário*, Londres, n.63, agosto de 1813, pp.243-245.

- Paracatú. *O Universal*, Ouro Preto, n.734, 9 de abril de 1832, p.3

- Parecer da Comissão Permanente de Vaccina da Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro, apresentado a mesma sociedade, e por esta aprovado. *Semanario de Saude Publica*, Rio de Janeiro, n.13, 26 de março de 1831, pp.69-70.

- Parecer da Comissão permanente de Vaccina da Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro. *Semanario da saúde pública*, Rio de Janeiro, n.49, 3 de dezembro de 1831, p.236.

- Parecer da Comissão Permanente de Vaccina da Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro, apresentado á mesma Sociedade, e por esta aprovado. *Império do Brasil: Diario Fluminense*, Rio de Janeiro, v.15, n.137, 23 de junho de 1830, pp.545-546.

- Paris 16 de outubro. *Gazeta de Lisboa*, Lisboa, n.44, 6 de novembro de 1804. (s/p).
- Peste de Bexigas. *O Chronista*, Rio de Janeiro, 3º trimestre, n.96, 12 de setembro de 1837, pp.382-383.
- Portugal. Carta circular do Governo para os prelados diocesanos do Reino. *Correio Braziliense: Ou Armazem Literario*, Londres, n.63, agosto de 1813, pp.242-243.
- Provimientos Militares. *Gazeta de Lisboa*, Lisboa, n.22, 31 de maio de 1803. (s/p).
- Provimientos Militares. *Gazeta de Lisboa*, Lisboa, n.32, 9 de agosto de 1805. (s/p).
- Provimientos Militares. *Gazeta de Lisboa*, Lisboa, n.39, 28 de setembro de 1805(s/p).
- Provimientos Militares. *Gazeta de Lisboa*, Lisboa, n.40, 1º de outubro de 1805. (s/p).
- [Redator]. *Diario do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, n.4, 5 de julho de 1821, p.28.
- [Redator]. *Gazeta do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, Appendix, n. 80, 5 de outubro de 1811. (s/p)
- [Redator]. *Gazeta do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, n.50, 4 de março de 1809, p.4.
- [Redator]. *Gazeta do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, n.81,9 de outubro de 1811, p.3.
- Reflexões. *Diario do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, n.10, 12 de julho de 1821, p.75.
- Relatório do Sr. Ministro do Imperio. Augustos e dignissimos Senhores representantes da Nação. *Astrea*, Rio de Janeiro, n.844, 23 de junho de 1832, p.2.947. *Astrea*, Rio de Janeiro, n.844, 23 de junho de 1832, p.2.947.
- Repartição da Intendencia Geral da Policia. *Império do Brasil: Diario Fluminense*, Rio de Janeiro, n.50,29 de fevereiro de 1828, p.197.
- Repartição dos Negócios do Império. *Império do Brasil: Diario Fluminense*, Rio de Janeiro, v.15, n.114,24 de fevereiro de 1830, p.453.
- Revaccinação. *Revista Médica Fluminense*, Rio de Janeiro, n.2, maio de 1839, pp.44-49.
- Russia. Petersburgo 30 de maio. *Gazeta de Lisboa*, Lisboa, n.31, 3 de agosto de 1805. (s/p)
- Seis Contas mensais de Antonio de Almeida, médico em Penafiel, sócio da Acad. R. das Scienc. de Lisb. e correspondente da Inst. Vaccin., as quaes pertencentes ao 1º semestre do anno corrente 1817. *Jornal de Coimbra*, Lisboa, n.LV, parte I, 1817, pp. 8-9.
- Small-Pox Before Jenner. *The British Medical Journal*, v.1, n.1847, may 23, 1896, pp.1261-1264.
- Sobre a vacina. *O Propagador das Sciencias Medicas, ou Annaes de Medicina, Cirurgia e Pharmacia para o Imperio do Brasil*, Rio de Janeiro, 1º anno, tomo primeiro,

n.1, 1827, pp.122-124.

- Sobre as observaçoens, e reflexoens relativas à prática da inoculação da Vaccina, e suas funnestas consequencias feitas em Inglaterra pelo Dr. Heliodoro Jacinto de Araujo Caneiro. *O Investigador Português em Inglaterra ou Jornal literario, político&c*, Londres, v. II, n. VI, dezembro de 1811, pp.173-189.

- Sociedade de Medicina. 18ª sessão da Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro, de 6 de dezembro de 1834. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, anno IX, n. 79, 10 de abril de 1835, p.3.

- Vaccina. *O Investigador Portuguez em Inglaterra, ou Jornal Literario, político, &c*, Londres, v.6, n. XXIV, junho de 1813, p.49

Instituição Vaccinica. *Diario do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, n.21, 26 de julho de 1821, p.162.

- 19ª Sessão da Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro de 18 de dezembro de 1834. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, ano IX, n.83, 1835, p.3.

Relatórios Ministeriais

- Relatório da Repartição dos Negócios do Império apresentado a Assembléa Geral Legislativa na sessão ordinária de 1834 pelo respectivo secretário de Estado Antonio Pinto Chichorro da Gama sobre o ano de 1833. *Brasil: Ministério do Império*. Rio de Janeiro: na Typografia Nacional, 1834. BN.

- Relatório da Repartição dos Negócios do Império apresentado a Assembléa Geral Legislativa na sessão ordinária de 1835 pelo respectivo secretário de Estado pelo ministro Joaquim da Silva e Souza sobre o ano de 1834. *Brasil: Ministério do Império*. Rio de Janeiro: na Typografia Nacional, 1834. BN.

- Relatório da Repartição dos Negócios do Império apresentado a Assembléa Geral Legislativa na sessão ordinária de 1836 pelo respectivo ministro do Império José Ignácio Borges sobre o ano de 1835. *Brasil: Ministério do Império*. Rio de Janeiro: na Typografia Nacional, 1836. BN.

Publicações

- CARNEIRO, Heliodoro Jacinto de Araújo. *Reflexoens e Observações Sobre a Prática da Vaccina, e as suas Funestas Consequências Feitas em Inglaterra*. Londres: Impressão de Mr Cox, 1808.

- GOMES, Bernardino Antonio. *Colleção de Opusculos sobre a vaccina feitos pelos*

socios da Academia Real das Sciencias que compoem a instituição vaccinica: e publicado por ordem da mesma academia. Lisboa: Na Typographia da Academia Real das Sciencias de Lisboa, 1812-1814.

- KEIR, George. *Account of the Introduction of The CowPox Into India.* Bombay: Moroba Damotherjee, 1803.

- JENNER, Edward. *Indagação sobre as causas, e efeitos das bexigas de vacca, molestia descoberta em alguns dos condados occidentaes da Inglaterra, particularmente na comarca de Gloucester; e conhecida pelo nome de vaccina.* 2ª ed. Lisboa: Regia Officina Typographica, 1803.

- *La Vaccine combattue dans le pays ou elle a pris naissance, ou traduction de trois ouvrages anglais.* Paris: Chez Giguet et Michaud, Imprim.-Libraries, 1807.

- MUZZI, Hercules Octaviano. *Compendido sobre a Vacina, precedido de uma história abreviada da sua propagação neste Império.* Bahia: Typographia do Diário, 1835.

- PAIVA, Manuel Joaquim Henriques. *Preservativo das Bexigas e dos seus Terríveis Estragos ou Historia da Origem e Descobrimento da Vaccina.* Lisboa, 1801.

- Heliodoro Jacinto de Araujo Carneiro. In SILVA, Francisco Inocencio da. *Diccionario Bibliographico Portuguez.* Tomo III. Lisboa: Imprensa Nacional, 1859. pp.176-177.

• BIBLIOGRAFIA

- A REAL ACADEMIA das Ciências de Lisboa. A Academia Real e a Loteria. In Arquivo Nacional e a História Luso-Brasileira. Disponível em:

<http://www.historiacolonial.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=1422&sid=127>. Acesso em 15 de outubro de 2016.

- ALMEIDA, Ana Beatriz de Sá. “Doenças E Trabalho: Um Olhar sobre a construção da especialidade da Medicina do trabalho”. In _____. NASCIMENTO, Dilene Raimundo; CARVALHO, Diana Maul de; MARQUES, Rita de Cássia (orgs). *Uma História Brasileira das Doenças.* vol. 2. Rio de Janeiro: Mauad X, 2006. pp.179-276.

- BACELLAR, Carlos. “Uso e mau uso dos arquivos”. In PINSKY, Carla Bassanezi (Org). *Fontes Históricas.* São Paulo: Contexto, 2006.

- BARBOSA, Plácido; REZENDE, Cassio Barbosa. Os Serviços de Saúde Pública no Brasil especialmente na cidade do Rio de Janeiro de 1808 a 1907 (esboço histórico e legislação). In FALCÃO, Edgard de Cerqueira. *Brasiliensia Documenta. VI Oswaldo Cruz Monumenta Histórica, tomo IV (I).* São Paulo, 1978.

- BARREIROS, Bruno Paulo Fernandes. *Concepções do Corpo no Portugal do Século XVIII: Sensibilidade, Higiene e Saúde Pública*. Tese (Doutorado em História, Filosofia e Patrimônio da Ciência e Tecnologia), Universidade Nova de Lisboa. Lisboa, 2014.
- BARREIROS, Bruno. As complexas teias da medicina popular: Projecto político e resistências populares em Portugal no século XIX. *CEM Cultura, Espaço & Memória: Revista do CITCEM*, v.5, 2014, pp.77-88.
- BICALHO, Maria Fernanda. O Rio de Janeiro no século XVIII: A transferência da capital e a construção do território centro-sul da América portuguesa. *Urbana - Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos da Cidade*, Campinas, v. 1, n.1, 2006, pp.1-20.
- BEN-MENAKEN, Ari. *Historical Encyclopedia of Natural and Mathematical Sciences*. v.I. New York: Springer, 2009.
- BERTOLI FILHO, Claudio. História da vacina e da vacinação em São Paulo: Séculos XVIII e XIX. *Cadernos de História da Ciência*, São Paulo, v.4, n.1, jan./jun.2008, pp.85-111.
- BLOOR, David. *Conhecimento e imaginário social*. São Paulo: Editora UNESP, 1976.
- CAMARGO, Luís Soares de. As “bexigas” e a introdução da vacina antivariólica em São Paulo. *Histórica. Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo*, n.28, 2007, pp.1-11.
- CARDOSO, Ciro Flamarion Santana. “A Crise do Colonialismo Luso na América Portuguesa 1750/1820”. In _____. LINHARES, Maria Yeda (org.). *História Geral do Brasil*. 9. ed. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1990.pp.101-124.
- CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- DELUMEAU, Jean. *História do Medo no ocidente. (1300-1800)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1978.
- DIAS, Maria Odila da Silva. Aspectos da ilustração brasileira. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 278, 1968, pp.105-69.
- ESTAMPA Vaccination. The British Museum. Disponível em: http://www.britishmuseum.org/research/collection_online/collection_object_details.aspx?assetId=92417001&objectId=1468382&partId=1. Acesso em 10 de janeiro de 2018.
- FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp, 1994.
- FAZENDA, José Vieira. “Variola”. In *Antiquilhas e memórias do Rio de Janeiro*. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, tomo 93, v.147,

1923, pp. 593-597.

- FERNANDES, Tania Maria. *Vacina antivariólica: ciência, técnica e o poder dos homens, 1808-1920*. Rio de Janeiro: Ed.Fiocruz, 2010.

- FERNANDES, Tania Maria. Imunização antivariólica no século XIX no Brasil: inoculação, variolização, vacina e revacinação. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.10, supl.2, 2003, pp. 461-74.

- FERREIRA, Bernardo da Veiga; FONSECA, Maria Rachel Fróes da. Joaquim da Rocha Mazarem. *Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1932)*. Casa de Oswaldo Cruz / Fiocruz. Disponível em:

<http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br>. Acesso em 04 de dezembro de 2017.

- FREITAS, Ricardo Cabral de. *Os sentidos e as ideias: trajetória e concepções médicas de Francisco de Mello Franco na Ilustração Luso-Brasileira (1774-1823)*. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde), Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde, Casa de Oswaldo Cruz, Fiocruz, 2017.

- FIGUEIREDO, Betânia. *A Arte de Curar: cirurgiões, médicos, boticários e curandeiros no século XIX em Minas Gerais*. Rio de Janeiro: Vício da Leitura, 2002.

- FONSECA, Maria Rachel Fróes da. A saúde pública no Rio de Janeiro Imperial. In PORTO, Ângela; SANGLARD, Gisele; FONSECA, Maria Rachel Fróes da; COSTA, Renato Gama-Rosa (orgs.). *História da saúde no Rio de Janeiro: instituições e patrimônio arquitetônico (1808-1958)*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008. pp.31-57.

- GAZÊTA, Arlene Audi Brasil. *Uma Contribuição à História do Combate a Variola no Brasil: Do Controle à Erradicação*. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde), Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde, Casa de Oswaldo Cruz, Fiocruz, Rio de Janeiro, 2006.

- GOUVÊA, Maria de Fátima. “As bases institucionais da construção da unidade. Dos poderes do Rio de Janeiro joanino: administração e governabilidade no Império Luso-brasileiro”. In JANCSÓ, István(Org.). *Independência: história e historiografia*. São Paulo: Hucitec, 2005. pp.707-752.

- HOCHMAN, Gilberto; CUETO, Marcos; CARRILLO, Ana Maria; ROMO, Ana Cecília de. Carta dos editores. *História, Ciências, Saude-Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.9, suppl, 2002, pp.1-29.

- HOLLOWAY, Thomas. *Polícia no Rio de Janeiro: repressão e resistência numa cidade do século XIX*. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

- LE GOFF, J. (Org.). *Uma história dramática. As doenças têm história*. Lisboa:

Terramar, 1985.

- LINHARES, Maria Yeda (org.). *História do Brasil*. 9ª ed. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1990.

- LOPES, Myriam Bahia; POLITO, Ronald. Para uma história da vacina no Brasil – um manuscrito inédito de Norberto e Macedo. *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 14, n.2, abr./jun. 2007, pp. 595 -605.

- MARK, Catherine; RIGAU-PÉREZ, José G. The World's First Immunization Campaign: The Spanish Smallpox Vaccine Expedition, 1803–1813. *Bulletin of the History of Medicine*, v.83, n. 1, Spring 2009, pp.63-94.

- MARTINS, Roberto de Andrade. *Contágio. História da Prevenção das Doenças Transmissíveis*. São Paulo: Editora Moderna, 1997.

- MAXWELL, Kenneth. *Marquês de Pombal : paradoxo do Iluminismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

- MOULIN, A. M. A hipótese vacinal: por uma abordagem crítica e antropológica de um fenômeno histórico. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 10, supl.2, 2003, pp.499-517.

- MONTEIRO, Denise Brito. *A epidemia de varíola e a vacinação obrigatória- Repercussões na sociedade recifense no início do século XX*. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2005.

- NASCIMENTO, Dilene Raimundo; CARVALHO, Diana Mau de; MARQUES, Rita de Cássia. *Uma História Brasileira das Doenças*. v.2. Rio de Janeiro: Mauad X, 2006.

- NUNES, Everardo Duarte. Sobre a História da Saúde Pública: idéias e autores. *Ciência e saúde coletiva*, v.5, n.2, 2000, pp.251-264.

- *O maravilhoso efeito da nova inoculação*. H. Humphrey/Henry Barton Jacobs Collection, Institute of the History of Medicine, JHU. Disponível em:

<https://www.npr.org/sections/goatsandsoda/2015/01/07/375598652/a-cow-head-will-not-erupt-from-your-body-if-you-get-a-smallpox-vaccine> Acesso em 10 de janeiro de 2018.

- PEREIRA, Sóstenes. *Uma visão histórica e biológica das epidemias*. Rio de Janeiro: Ciência Moderna Ltda., 2007.

- PITA, João Rui. Manuel Joaquim Henriques de Paiva: Um Luso-Brasileiro Divulgador da Ciência. O Caso Particular da Vacinação Contra a Varíola. *Revista de Humanidades*. Publicação do Departamento de História e Geografia da Universidade

Federal do Rio Grande do Norte Centro de Ensino Superior do Seridó – Campus de Caicó, v.10, n.26, jul./dez. 2009, pp. 91-102.

- PITA, João Rui; PEREIRA, Ana Leonor. Farmácia e Saúde em Portugal - De finais do século XVIII a inícios do século XIX. In FORMOSINHO, Sebastião J.; BURROES, Hugo D. (eds.). *Sementes de ciência: livro de homenagem António Marinho Amorim da Costa*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2011. pp.205-226.

- PORTER, Dorothy. *Health, Civilization and the State: A History of public health from aient to modern times*. London: Routledge, 1999.

- PORTO, Ângela. O sistema de saúde do escravo no Brasil do século XIX: Doenças, instituições e práticas terapêuticas. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 13, n.4, 2006, pp. 1019-1027.

- REIS, Fernando José Egídio. *Os periódicos portugueses de emigração 1808 1822*. Dissertação (História e Filosofia das Ciências, especialidade de Epistemologia das Ciências), Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2007.

- ROSEN, George. *Uma História da Saúde Pública*. São Paulo, Ed. Unesp. 1994.

- ROSENBERG, Charles E.; GOLDEN, Janet (eds). *Framing disease. Studies in cultural history*. New Brunswick, New Jersey: Rutgers University Press, 1977.

- SÁ, Magali Romero. A "peste branca" nos navios negreiros: epidemias de varíola na Amazônia colonial e os primeiros esforços de imunização. *Revista Latino-americana de Psicopatologia Fundamental*, São Paulo, v.11, n.4, suppl.0, dez. 2008, pp.819-824.

- SAAVEDRA, M. Percursos da vacina na Índia portuguesa séculos XIX e XX. *História, Ciências, Saúde- Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 11, suplemento 1, 2004, pp. 165-82.

- SANTOS FILHO, Lycurgo de Castro. *História Geral da Medicina Brasileira*. v.1 e v.2. São Paulo: HUCITEC/EDUSP, 1991.

- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *A Longa Viagem da Biblioteca dos Reis - Do terremoto de Lisboa à Independência do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras. 2002.

- SCLiar, Moacyr (orgs). *A saúde Pública no Rio de Dom João. Textos Manoel Vieira da Silva e Domingos Ribeiro dos Guimarães Peixoto*. Rio de Janeiro: Senac Rio, 2008.

- SCLiar, Moacyr. História do Conceito de Saúde. *Physys: Revista de Saúde Coletiva*. Rio de Janeiro, v.17, n.1, 2007, pp. 29-41.

- SCHATZMAYR, Hermann G. A varíola, uma antiga inimiga. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v.17, n. 6, nov./dec. 2001, pp.1525-1530.

- SILVA, José. Alberto Teixeira Rebelo da. *A Academia Real das Ciências de Lisboa*

(1779-1834): *ciências e hibridismo numa periferia europeia*. Tese (Doutorado em História e Filosofia das Ciências), Lisboa, Universidade de Lisboa, 2015.

- SILVA, Manoel Vieira da; PEIXOTO, Domingos Ribeiro do Guimarães (orgs). *A saúde Pública no Rio de Dom João*. Rio de Janeiro: Editora Senac Rio, 2008.

- SILVA, Maria Beatriz Nizza. *A Gazeta do Rio de Janeiro (1808-1820): Cultura e Sociedade*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007.

- SILVEIRA, Anny Jackeline Torres; MARQUES, Rita de Cássia. Sobre a varíola e as práticas da vacinação em Minas Gerais (Brasil) no século XIX. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v.16, n.2, 2011, pp. 387-396.

- SUBTIL, Carlos Louzada. *Bernadino Antonio Gomes: ilustre médico iluminista nascido em Paredes de Coura*. [s.l.]: Câmara Municipal de Paredes de Coura, 2017.

- SUBTIL, Carlos Louzada; VIEIRA, Margarida. Os primórdios da organização do Programa Nacional de Vacinação em Portugal. *Revista de Enfermagem Referência*, III série, n.4, jul.2011, pp.167-174.

- SUBTIL, José. O Antigo Regime da Saúde Pública entre o Reino e o Brasil. *Revista Ultramares Dossiê Antigo Regime Português*, n. 8, v.1, ago-dez, 2015, pp. 39-66.

- TEIXEIRA, Luiz Antônio; ALMEIDA, Marta de. Os primórdios da vacina antivariólica em São Paulo: uma história pouco conhecida. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.10, supl.2, 2003, pp.475-498.

- VAINFAS, Ronaldo. *Dicionário do Brasil Colonial 1500 a 1808*. Rio de Janeiro: Objetiva. 2000.

- VARELA, Alex Gonçalves. “*Juro-lhe pela honra de bom vassalo e bom português*”: *Análise das Memórias Científicas de José Bonifácio de Andrada e Silva (1780-1819)*. São Paulo: Annablue, 2006.

- VOLTAIRE. *Cartas Inglesas*. In *Os Pensadores*. v. XXIII. São Paulo: Abril Cultural, 1973.